



**UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO**

**PPGCSPA**

Programa de Pós-Graduação  
em Cartografia Social  
e Política da Amazônia

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)  
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS (CCSA)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA  
AMAZÔNIA (PPGCSPA)**

**TATIANE NOGUEIRA SANTOS**

**TERRITÓRIO PESQUEIRO DA CAMBOA DOS FRADES (SÃO LUIS/MA): NA  
REDE DE RESISTÊNCIA DIANTE DOS MEGAPROJETOS**

**SÃO LUÍS - MA  
2023**

**TATIANE NOGUEIRA SANTOS**

**TERRITÓRIO PESQUEIRO DA CAMBOA DOS FRADES (SÃO LUIS/MA): NA  
REDE DE RESISTÊNCIA DIANTE DOS MEGAPROJETOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia - PPGCSPA/CCSA da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

**Linha de Pesquisa:** Estados, governos, políticas de desenvolvimento e territorialidades da Amazônia

**Orientador:** Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior

SÃO LUÍS - MA  
2023

Santos, Tatiane Nogueira.

Território pesqueiro da Camboa dos Frades (São Luís/MA): na rede de resistência diante dos megaprojetos / Tatiane Nogueira Santos. – São Luís, 2023.

(213) f

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior.

1. Comunidade tradicional. 2. Território pesqueiro. 3. Mobilização social. 4. Megaprojetos. 5. Resistência. I.Título.

CDU: 316.48:341.223(812.1)

**TATIANE NOGUEIRA SANTOS**

**TERRITÓRIO PESQUEIRO DA CAMBOA DOS FRADES (SÃO LUIS/MA): NA  
REDE DE RESISTÊNCIA DIANTE DOS MEGAPROJETOS**

Dissertação submetida ao processo de defesa do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA).

Aprovado em: 22 de junho de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior (Orientador)  
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Aurora Amélia Brito de Miranda (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Christiane de Fátima Silva Mota (Examinadora Externa)  
Instituto Federal do Maranhão - IFMA

---

Prof. Dr. Davi Pereira Júnior (Examinador Interno)  
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA



Dedico às famílias tradicionais que lutam e  
reivindicam por direitos, e em especial à  
família da Dona Maria da Camboa dos Frades.  
Sua luta é incansável, árdua e ancestral.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pai Celestial por me conceder discernimento e sabedoria.

Ao meu orientador Emmanuel Farias Júnior pelas orientações, conversas e ensinamentos antropológicos. Posso dizer que o estudo se tornou agradável e sólido devido sua competência. Aqui fica minha imensa gratidão por todo ensinamento.

Agradeço à Dona Maria dos Ramos, e ao seu esposo Alberclan e seu filho Alberclan Cássio, por terem me acolhido com respeito e amizade, sem eles nada disso seria possível.

À minha família, em especial, minha mãe Regina Celia Santos, a minha vó Rosa Maria Nogueira, meu vô Reginaldo Santos e Jacy da Silva, obrigada pelo apoio e ajuda constante. A Laercio Pinheiro, pelo companheirismo e por nunca deixar de incentivar-me durante todo esse processo.

Às minhas amigas da UFMA, Paula Estrela Silva, Naysa Silva, Amarayna Sousa, Arleane Gonçalves, Danúbia Santos, Adelaide Sousa, Aylana Rabelo, Darlene Deus por representarem os laços de amizade, afeto e empatia desde a graduação. E aos meus muitos amigos/as que incentivam, retribuem sua amizade com apoio e cumplicidade, à Chrystiane Viegas, ao Hudson Rodrigues e ao Pedro Martins.

Ao Antonio José Araujo Cruz que compartilhou seu trabalho recente sobre a Camboa dos Frades. E a todos os/as pesquisadores/as e professores/as que participaram do PNCSPA que viabilizaram construir saberes tradicionais. Além do Sr. Clóvis, presidente do Sindicato do Pescador, que auxiliou durante a pesquisa.

A todos/as professores/as do PPPGCSPA/UEMA que materializam o conhecimento científico e pelo comprometimento com o ensino público de qualidade. Sem deixar de esquecer da coordenação do mestrado, em especial, mais conhecida por Nila, esteve presente para esclarecer os processos acadêmicos, mostrando-se gentil e atenciosa.

Agradeço as considerações da banca feitas pelo Prof. Davi e pelas Prof<sup>as</sup> Aurora e Prof<sup>a</sup> Christiane, que muito acrescentou ao estudo e trouxeram questões pertinentes e importante a este trabalho.

Enfim, a todos estiveram ao meu lado durante toda essa minha caminhada, minha gratidão.

“Da luta eu não fujo”

(Margarida Alves)

## RESUMO

Este trabalho se propõe discutir como os agentes sociais da comunidade da Camboa dos Frades se mobilizam e reivindicam em contrapartida aos megaprojetos instalados no território, desse modo, compreendendo sua resistência mediante aos conflitos territoriais. Nota-se que com a implementação e prolongamento – em fase de construção – do Porto do Itaqui vem ocasionando perdas para a comunidade, relacionadas a dinâmica social, meio ambiente e territorial, no que desdobra na discussão dos conflitos territoriais que atravessam as comunidades tradicionais de São Luís (MA), aqui se constituindo com uma análise crítica sobre tais questões. Além disso, esta dissertação também visa construir entendimento sobre as mobilizações sociais que ocorrem no território rural, trazendo base metodológica, por uma visão da etnografia e o trabalho de campo *in loco*, tendo por coleta de informação, a entrevista semiestruturada. Obtendo como resultado a compreensão das lutas e das reivindicações sociais da comunidade Camboa dos Frades, sendo este território pesqueiro, tradicional e rural de pescadores artesanais. Levando, inclusive, a compreensão como o modelo de desenvolvimento vem prejudicando o âmbito socioambiental do território. É importante frisar que as pressões sobre o território parte não só do interesse privado, como também do próprio governo do Estado do Maranhão (governo do Flávio Dino). Atualmente, a região do Itaqui-Bacanga, onde se localiza a comunidade Camboa dos Frades é vista por uma zona estratégica para a grandes navegações marítimas de navios, no que proporcionam exportação internacional, por isso amplamente divulgado como local para progresso-desenvolvimento a partir da implementação dos megaprojetos, o que denota por um falso “desenvolvimento” local. Diante disso, incide pelo entendimento de uma contínua exploração da área, que desde o período colonial é alvo dos anseios do monopólio comercial. Constata-se nesta pesquisa que os megaprojetos se instalam sem qualquer preocupação com o em torno e com os territórios pesqueiros e a comunidade que é centenária. Neste sentido, esta pesquisa dar-se-á pela visibilidade ao reconhecimento do “território específico” e as reflexões contidas sobre a relação de resistência desses agentes sociais da comunidade Camboa dos Frades.

**Palavras-chave:** Comunidade Tradicional. Território Pesqueiro. Mobilização Social. Megaprojetos. Resistência.

## ABSTRACT

This research work to discuss how the social agentes of the Community of Camboa dos Frades mobilize and claim in contrast to the megaproject inslalled in the territory, this understanding its resistance through territorial conflicts. It is noted tha with the implementation and extension – under construction - of the Port of Itaqui has caused losses for the community, related to social dynamics, environment and territorial, in what unfolding in the discussion of territorial conflicts that cross traditional communities in São Luís (MA), constituting here with a critical analysis of such issues. In the meantime, this dissertation also aims to build understanding about the social mobilizations that occur in rural territory, bringing methodological basis, by a vision of ethnography and fieldwork in loco, taking for information collection, semi-structured interviews. Obtaining as a result the understanding of the struggles and social claims of the community Camboa dos Frades, being this traditional and rural territory of artisanal fishermen. It also leads to an understanding of how the development model has been damaging the socio-environmental scope of the territory. It is important to emphasize that the pressure on the territory comes not only from private interests, but also from the Maranhão State government itself (Flávio Dino). Currently, the region of Itaqui-Bacanga, where the community Camboa dos Frades is located, is seen as a strategic area for large maritime shipping, which provides international exportation, therefore widely advertised as a place for progress-development from the implementation of megaprojects, which denotes a false local "development". In view of this, there is an understanding of a continuous exploitation of the area, which has been the target of commercial monopoly desires since the colonial period. This research shows that the mega-projects are installed without any concern for the surroundings, the fishing territories, and the centuries-old community. In this sense, this research will give visibility to the recognition of the "specific territory" and the reflections contained in the resistance relations of these social agents of the Camboa dos Frades community.

**Key-words:** Tradicional Community. Fishing Territory. Social Mobilization. Megaproject. Resistance.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 1</b> - Mosaico de fotos da Reunião no Território Rio dos Cachorros.....	28
<b>Imagem 2</b> - Bandeira de lutas e Associação de Moradores do Rio dos Cachorros .....	29
<b>Imagem 3</b> - A construção do Porto ao lado da Comunidade Camboa dos Frades.....	31
<b>Imagem 4</b> - Mosaico de fotos da Reunião de Alinhamento da PNCSA na Camboa dos Frades .....	31
<b>Imagem 5</b> - Mosaico de fotos da Oficina da PNCSPA no Taim .....	33
<b>Imagem 6</b> - Reunião da Comunidade Camboa dos Frades com a Defensoria Pública do Estado e a vereadora do Coletivo Nós.....	36
<b>Imagem 7</b> - Demonstração da localidade estratégica do litoral maranhense.....	68
<b>Imagem 8</b> - PA-MA e a Estrada Carajás .....	69
<b>Imagem 9</b> - Empresas (ENEVA e FERTIPA paulatinamente) e os ganhos fiscais.....	73
<b>Imagem 10</b> - Croquis desenvolvidos na oficina da PNCSA no Taim, mapa da Camboa dos Frades .....	82
<b>Imagem 11</b> - Ampliação do Porto Itaqui São Luís/MA.....	83
<b>Imagem 12</b> - Localização do Terminal Suzano, a construção do novo berço e a Camboa dos Frades .....	84
<b>Imagem 13</b> - Porto do Itaqui em 1973 .....	88
<b>Imagem 14</b> - Berços do Porto do Itaqui - São Luís/MA.....	89
<b>Imagem 15</b> - Avenida Engenheiro Emiliano Macieira, entrada das Comunidades Madureira e Camboa.....	111
<b>Imagem 16</b> - O caminho que leva até Cemitério dos Frades e o local atual do Cemitério Camboa dos Frades, respectivamente .....	113
<b>Imagem 17</b> - Tipos de peixe, marisco/crustáceo: a) peixe agulha, b) camarão, c) bagre, d) soia, e)siri, f)tainha, g)arraia, h)robalo/camurin .....	131
<b>Imagem 18</b> - Plantio e a criação de animais na Comunidade .....	136
<b>Imagem 19</b> - Local do Apicum do Bofe .....	141
<b>Imagem 20</b> - Local do Bebedouro .....	142
<b>Imagem 21</b> - Igarapé do Bebedouro .....	142
<b>Imagem 22</b> - Igarapé da Folha .....	143
<b>Imagem 23</b> - Mosaico da localidade da Camboinha.....	144
<b>Imagem 24</b> - Demarcando os pontos geográficos na Campina .....	144
<b>Imagem 25</b> - Local da Ilha de Chicó .....	145

<b>Imagem 26</b> - Trabalho com o coco babaçu na Camboa dos Frades .....	155
<b>Imagem 27</b> - Mosaico do evento do Seminário dos atingidos por grandes empreendimentos e a venda dos produtos tradicionais, inclui o óleo do coco de babaçu produzido pela Camboa dos Frades .....	156
<b>Imagem 28</b> - Relação com agroecologia e Camboa dos Frades na feira Agroecológica .....	163
<b>Imagem 29</b> - União de Moradores localizada na Madureira .....	97
<b>Imagem 30</b> - Mosaico da destruição do igarapé para a construção do galpão da Suzano .....	107
<b>Imagem 31</b> - Novo Plano Diretor de São Luís/MA .....	169
<b>Imagem 32</b> - Primeira foto a estrada sem infraestrutura (fevereiro de 2022), segunda reconstrução da estrada pela prefeitura de São Luís (junho de 2022) .....	171
<b>Mapa 1</b> - Área do DISAL .....	72
<b>Mapa 2</b> - Localização da Camboa dos Frades .....	112
<b>Mapa 3</b> - Mapa Situacional do Território Rural da Camboa dos Frades .....	134

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Direitos Regulamentados para Comunidades Tradicionais .....	58
<b>Tabela 2</b> - Zonas de Conflitos em São Luís - MA.....	76
<b>Tabela 3</b> - Empresas instaladas dentro e em torno da Camboa dos Frades .....	85
<b>Tabela 4</b> - Cargas Movimentadas pelo Porto do Itaqui .....	92
<b>Tabela 5</b> - Produtos movimentados em cada berço do Porto do Itaqui .....	93
<b>Tabela 6</b> - Novos e futuros berços do Porto do Itaqui .....	93
<b>Tabela 7</b> - Os instrumentos de pesca .....	131



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CETRAP.	Comissão Executiva de Transferência de Populações
CEUMA	Universidade CEUMA
CF 88	Constituição Federal de 1988
CODOMAR	Companhia Doca do Maranhão
COPI	Companhia Operadora Portuária do Itaqui
CRAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
DISAL	Distrito Industrial de São Luís
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEI	Plano Emergência Individual
PNCSPA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão
STPA	Sindicato dos Trabalhadores na Pesca e Aquicultura de São Luís
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidade de Conservação
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
A) DA ETNOGRAFIA A METODOLOGIA EMPREGADA .....	20
B) TRABALHO DE CAMPO E O ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OBSERVAÇÃO: TECENDO CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL .....	23
C) COMO SE PROCEDEU ÀS ATIVIDADES REMOTAS E O TRABALHO DE CAMPO .....	26
D) O ESTUDO DE CAMPO NA CAMBOA DOS FRADES .....	34
<b>CAPÍTULO 1 - COMUNIDADE TRADICIONAL E TERRITÓRIO PESQUEIRO: DA IDENTIDADE SOCIAL AO PERTENCIMENTO .....</b>	<b>39</b>
1.1 TERRITÓRIO VIVO: “REFERÊNCIA DE QUEM SOMOS” .....	48
1.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E O DIREITO TERRITORIAL .....	54
1.3 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E AS BANDEIRAS DE LUTAS .....	61
<b>CAPÍTULO 2 – COMPREENDENDO O ESPAÇO DE CONFLITO NO TERRITÓRIO DA CAMBOA DOS FRADES .....</b>	<b>66</b>
2.1 QUAIS E COMO FUNCIONAM OS MEGAPROJETOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO RURAL? .....	79
2.2 PORTO DO ITAQUI: “A FORÇA DO MARANHÃO” E COMO É QUE FICA A COMUNIDADE ATINGIDA? .....	87
2.3 DA EMAP A SUZANO: OS INTERESSES PRIVADOS E ESTATAIS SOBRE O TERRITÓRIO .....	95
<b>CAPÍTULO 3 - CAMBOA DOS FRADES RESISTE: ASPECTO SOCIAL-HISTÓRICO E A CONSTRUÇÃO DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>109</b>
3.1. CAMBOA DOS FRADES: ORIGENS, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA .....	111
3.1.1. O Mar e a Pesca como Expressão Particular do Território .....	118
3.1.2. O Período, os Instrumentos de Pesca e Tipos de Peixes/Mariscos/Crustáceos.	128
3.2. O TERRITÓRIO E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS .....	132
3.2.1 Tradição e costume no território .....	152
3.3 RESISTIR PARA EXISTIR: MOBILIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E AS VIVÊNCIAS DE LUTA EM OPOSIÇÃO AOS MEGAPROJETOS .....	160
3.3.1. Movimento dos atingidos pelos megaprojetos: da mobilização social a ação política e os seus entraves.....	164
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>175</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>178</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>187</b>
<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....</b>	<b>188</b>
<b>APÊNDICE C - OUTROS REGISTROS FOTOGRÁFICOS .....</b>	<b>190</b>
<b>APÊNDICE D - LINHA DO TEMPO .....</b>	<b>196</b>
<b>ANEXO A – DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO FEITO PELO IPHAN.....</b>	<b>197</b>
<b>ANEXO B – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA MPX (EMPRESA PASSOU A SER ENEVA).....</b>	<b>205</b>
<b>ANEXO C - NOTÍCIAS DA MÍDIA SOBRE A CAMBOA DOS FRADES .....</b>	<b>211</b>
<b>ANEXO D - DOCUMENTO QUE CONFIRMA O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO E REIVINDICAÇÃO DAS LIDERANÇAS DA CAMBOA DOS FRADES.....</b>	<b>213</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa construir discussão a respeito dos conflitos sociais e territoriais na comunidade Camboa dos Frades (São Luís - MA). Apresentando as formas organizativas e refletimos sobre sua existência e sobrevivência enquanto agentes sociais e seus embates em oposição aos megaprojetos instalados, percebendo suas reivindicações. Logo, tem-se enquanto agente social<sup>1</sup> é grupo específico que a partir do processo de luta, mobilizam para ter voz e força dentro do cenário sociopolítico, aqui situado pela categoria pescador.

É imprescindível situar que este trabalho está inserido na linha de pesquisa **Estados, governos, políticas de desenvolvimento e territorialidades da Amazônia** que vêm proporcionar uma análise sobre as disputas territoriais e a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento e os interesses privados que divergem com a opinião da comunidade tradicional pesqueira. É importante mencionar que este trabalho tem sob orientação do Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior, antropólogo, cientista social, professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e pesquisador/co-coordenador do Projeto Nova Cartografia Social, ao qual pude integrar e dar início a este estudo.

Entender a inclusão dos megaprojetos em determinado território é perceber que a sua implantação/implementação traz variáveis consequências para âmbito sociocultural das comunidades tradicionais de São Luís (MA). Dito isto, a pesquisa vem (re)buscando o entendimento sobre as mudanças perpassadas pelos efeitos sociais ocasionados pelos megaprojetos. Por isso, as categorias de análises delimitadas, que suscitaram o debate foram: projetos desenvolvimentistas, megaprojetos, conflitos territoriais, comunidades tradicionais, território pesqueiro, mobilização e reivindicação. É importante deixar claro, que esse território rural da Camboa dos Frades, após a Revisão do Plano Diretor (2023) é considerada como urbano, inserido no Parques Industriais de São Luís do Maranhão, divergindo com a opinião dos agentes sociais que reconhece enquanto território rural. Trazendo para essa dinâmica a emergência dos conflitos sociais.

Logo, a categoria megaprojetos aqui situada, perpassa todos os empreendimentos de pequeno, médio e grande porte, que dentre eles estão inseridos a construção de Portos,

---

<sup>1</sup> Segundo Bourdieu (2004, p. 192) “É a objetivação num ‘movimento’, numa ‘organização’, o que, por um *fictio juris* típica da magia social, permite a uma simples *collectio personarum plurim* existir como pessoa moral, como *agente social*. (grifo do autor).

indústrias, fábricas dentre outros. Enfatiza-se diante dessa questão, como aponta Farias Júnior (2016, p. 21) “[...] a designação de ‘megaprojetos’ para denominar o repertório de ações de empresas privadas ligadas à extração de mineral e obras públicas (rodovias e portos) articuladas com medidas oficiais de planejamento, que objetivam a [sua] implantação [...].”

A priori, este trabalho tem como **objetivo** compreender a mobilização social da Comunidade da Camboa dos Frades, diante da implementação do Porto e os outros megaprojetos instalados no local, desse modo, observando e identificando as formas de organização no território. A partir da revisão bibliográfica e da reformulação do projeto de pesquisa, elaborou-se enquanto objetivos específicos: a) entender as atividades e ações organizativas e mobilização da comunidade no território; b) discutir como o modelo de desenvolvimento interfere na sociabilidade; c) identificar quais empresas estão fixadas no local para perceber os programas/projetos de desenvolvimento; d) analisar os problemas socioambientais que a comunidade convive; e) identificar a relação da comunidade com agroecologia.

Para entender as atividades e ações de mobilização no território é preciso construir uma discussão sobre o modelo de “desenvolvimento”, e como este interfere na sociabilidade dos agentes sociais da Camboa dos Frades. A partir da pesquisa também houve a identificação das empresas que estão fixadas no território, demonstrando os efeitos sociais e ambientais que essas empresas trouxeram para o modo de vida dos pescadores. Foi a partir disso, que entendemos quais os conflitos territoriais existentes neste território.

É importante enfatizar, que esse cenário não ocorre somente no território da Camboa dos Frades, pois é uma dinâmica social que é perpassado/atravessado em várias comunidades tradicionais que estão localizadas na região do Itaqui-Bacanga. Os conflitos territoriais e socioambientais no Maranhão, mais especificamente na localidade da região do Itaqui-Bacanga, município de São Luís, estão centrados na zona rural. Pois os efeitos sociais que incidem sobre a Camboa dos Frades, também é percebido em muitas outras comunidades do Itaqui-Bacanga – como Cajueiro, Rio dos Cachorros, Vila Maranhão, Taim, Porto Grande etc. – perpassando por uma dinâmica social bem semelhante.

Diante do exposto, a localidade da Camboa dos Frades está situada ao sudeste da capital, próximo ao mar com vegetações típicas de zona tropical e litorânea, atravessadas pelos manguezais e babaçuais. No entanto, o território vivencia uma dinâmica de exploração e destruição do território. Isso se deu pela discussão do Novo Plano Diretor de São Luís, o que vem trazendo para o cenário ludovicense algumas mudanças no zoneamento urbano, assim,

sendo favorável para implementação de novos polos siderúrgicos tendo forte propaganda nas mídias de notícias: “criação de empregos” e pelo “desenvolvimento” do Maranhão. Isso fica mais evidente quando foi noticiado a previsão para a instalação de mais um terminal portuário de investimento, chamado de Porto São Luís, onde uma parte da zona rural iria ser desapropriada e conseqüentemente os moradores e várias comunidades, que ali residem, serão destituídas de suas terras.

Com o novo Plano Diretor, que ainda está sendo discutida - até a conclusão desta pesquisa ainda não foi deliberada – tendo como pretensão na diminuição do território rural, já que o “principal objetivo [Novo Plano Diretor] é transformar 41% da zona rural em área urbana<sup>2</sup>”, dando brecha para que o território passe a ser titulado enquanto urbana para posteriormente ser incluída como zona industrial e não mais como zona rural (SANTOS; FARIAS JUNIOR, 2022).

Historicamente, o conflito de terra no Maranhão não é questão contemporânea, isso vem ainda desde a década de 1950. Para Arcangili (1987) o Estado do Maranhão tem um grande número estatístico de conflitos latifundiários em relação aos demais Estados brasileiros, desde a década de 1950 a 1980. Fica visível que a concentração de terras sempre foi uma das grandes problemáticas do campo-rural, principalmente quando se fala do Maranhão, onde há um aumento do número estatísticos de conflitos e assassinatos.

Portanto, as questões elaboradas a partir desta pesquisa visam dialogar sobre as conseqüências que os conflitos territoriais e intervenção dos megaprojetos trazem para a Comunidade da Camboa dos Frades, salientando para as transformações das relações sociais e do modo de vida. Sendo que esse território sobrevive e resiste aos megaprojetos que já se instalaram no local, o que trouxe mudanças socioambientais e conseqüência imensuráveis para o território.

Nota-se que é dentro do território que se particulariza e se apresenta as arenas de conflitos sociais, emergindo, neste caso, as formas de resistência social no local. Observa-se também o retrocesso dos direitos territoriais. Atualmente, essas comunidades tradicionais resistem ao processo predatório dos megaprojetos, a partir da luta, da unificação das comunidades tradicionais que estão em oposição aos grandes empresários, o capital estrangeiro e até mesmo o próprio governo do Estado do Maranhão.

---

<sup>2</sup> Trecho retirado: SANTOS, Luiz E. N. dos. **A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SÃO LUÍS/MA: lutas, tensões e resistências no território.** Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/08/30/a-revisao-do-plano-diretor-de-sao-luis-ma-lutas-tensoes-e-resistencias-no-territorio/>. Acesso em: 27/02/2022.

Para Arcangeli (2018, p. 14): “Esse processo de retirada de várias comunidades para a instalação de grandes projetos desenvolvimentistas deu origem aos enclaves econômicos que passam a ser a principal forma de inserção do Maranhão na rota do capital internacional.” Logo, nota-se diante do contexto maranhense, é que “atualmente, a principal atividade econômica do estado é a exportação das *commodities* (minerais e grãos), uma opção desenvolvimentista dos governos do estado desde a década de setenta. (id., *ibid.*)”

Desse modo, a cidade de São Luís, capital do Maranhão, é vista como um local privilegiado e de fácil escoamento da produção pelo mar, assim, tendo uma longa zona portuária e, como ressaltam os especialistas, possuindo vocação portuária. Encontrando-se numa localidade geográfica específica, assim, tendo olhares do capital, como “local estratégico”.

Este local estratégico se dá pelo Porto do Itaqui, situado no Distrito Industrial de São Luís (DISAL), denominado também como Parques Industriais. Uma vez que a capital aproxima-se dos mercados internacionais, tendo uma “logística modal favorável”, facilitando não só o escoamento da produção nacional como para os outros países<sup>3</sup>.

Com essas características, São Luís passa a ganhar o título de cidade que possui vocação industrial e portuária – como foi ressaltado anteriormente – sendo uma cidade propícia para implantação de Distritos Industriais. Segundo Ferreira (2021), na sua pesquisa sobre parque industriais em São Luís, no Porto do Itaqui, observa-se a existência de mais de 100 empreendimentos de pequeno, médio e grande porte.

Nesse sentido, temos como o panorama geral as áreas de megaprojetos:

Pelo projeto seriam instaladas em uma área de 2.471,71 hectares, que iria desde o Porto do Itaqui até a Comunidade Rio dos Cachorros, três usinas siderúrgicas e duas unidades para a fabricação de ferro-gusa para exportação aos mercados norte-americanos e europeus, área onde estaria sendo pleiteada grande parte da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. Seriam impactadas pelo projeto, com deslocamentos compulsórios, doze comunidades: Vila Maranhão, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Taim, Porto Grande, Limoeiro, Anandiba, São Benedito, Vila Conceição, Pamauçu (Cajueiro), Madureira e **Camboa dos Frades**, que juntos, à época, somavam uma população de aproximadamente 15.000 habitantes. (ARCANGELI, 2018, p. 98, grifo meu).

Para entender melhor o território da Comunidade da Camboa dos Frades, suas origens datadas de 1920, onde começou a ser habitado por famílias de pescadores, vindos do interior do Estado (JUNIOR; CRUZ; ANTIPON, 2021, p. 1225 apud AMORIM et al., 2009). Nisto

---

<sup>3</sup> Observação retirada do **XXV Seminário Integrador Internacional do Prodema – SIIP: desafios e estratégias das pesquisas nas ciências ambientais no contexto do antropoceno - Seminário Geral – PRODEMA**. Youtube: Oceanografia UFMA (2021).

adentra a questão do processo de territorialização, o qual precisamos compreender o contexto mais amplo e complexo que se desenrola na dinâmica social brasileira. O que de acordo com Almeida, “isso permite sobremaneira a compreensão dos diferentes processos com os quais as territorialidades foram se consolidando, pois envolvem processos de reconhecimentos, de pertencimentos, relações sociais estabelecidas no território” (ALMEIDA, et. al, 2020, p. 565-566).

Em relação à área da Camboa dos Frades, está situada na zona de retroporto do Porto do Itaquí. (AMORIM et.al., 2020). A comunidade fica localizada dentro do Distrito Industrial, e como essa proximidade vem sentindo os efeitos e as mudanças na dinâmica territorial ocasionados pela implementação dos megaprojetos. Ao identificar esses aspectos, percebe-se afloramento dos conflitos sociais, o que vai emergir nas manifestações e na resistência dos agentes sociais, segundo Bourdieu (1989, p. 134, grifo do autor), “os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço.” Por isso, se tem o entendimento que as comunidades tradicionais estão frente a frente da opressão, diante de um Estado que nega os direitos territoriais e dão brechas para licenciamento em áreas que deveriam ser protegidas, partindo do pressuposto das legislações ambientais.

É por isso que as comunidades tradicionais, no contexto atual, estão sempre se confrontando com o Estado e com os megaprojetos. Sob este ângulo, a mobilização constitui no exercício do direito à resistência diante das contradições do sistema econômico e do próprio desmando Estatal. Em contrapartida, constrói-se um importante movimento político e organizativo, delineado a partir de ações ecológicas, jurídicas e sociais que visam a oposição ao projeto de desenvolvimento. Problematiza-se que as comunidades tradicionais não são contra o progresso, dialogam que este progresso precisa chegar até eles, em forma de serviços e benefícios, ou seja, as empresas precisam repassar contrapartida para as comunidades.

Existe a luta pela identidade, aqui discutida através da questão de identificar-se enquanto comunidade tradicional. Nesse sentido, só se pode compreender a forma particular de luta quando se rompe com as pré-noções, pois deve-se sobrepor às noções e concepções categóricas das imagens mentais (BOURDIEU, 1989). Com isto, temos a objetivação do discurso, que não depende exclusivamente do reconhecimento daquele que o detém o saber ou poder, dependerá também do grau do discurso, que enuncia o grupo a sua identidade. Desse modo, é percebido na identidade o qual se fundamenta na objetividade do grupo, no seu reconhecimento e na sua crença que lhe concede enquanto membros do grupo, assim, nas propriedades econômicas ou culturais que possui em comum. (BOURDIEU, 1989).



É a partir da análise de Bourdieu (1989), constrói-se as reflexões diante da questão da existência enquanto grupo. Logo, o poder do grupo impõe princípios de visão e divisão comum. Nesse interim, há uma visão única de sua identidade, ou seja, uma visão que se autoidentifica em sua unidade. Diante disso, o Bourdieu ressalta que “o facto de estar em jogo, nas lutas pela identidade [...] existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros - a imposição de percepções e de categorias de percepção explica o lugar determinante que, como a estratégias do manifesto nos movimentos [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 117)

Sem dúvida, no tocante dessa questão, que a comunidade tradicional está inserida diante de sua identidade e nas suas relações sociais, particularizando as relações familiares. Tendo como percepção a complexa rede comunitária, não sendo esta homogênea ou harmônica, em pois há: “[...] diferentes tipos de comunidades [...] foram suficientes marcantes para sugerir que a ideia da ‘família’ como unidade básica e primária da sociedade e como essencialmente autônoma [...]”. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 90).

Nessa compreensão, apresentaremos, as análises sobre a comunidade tradicional e o território pesqueiro, e de modo breve falaremos como se deu esse percurso metodológico e os caminhos da pesquisa, o qual estão associadas às técnicas, instrumentais de pesquisa e o desafio do trabalho em campo, durante a pandemia de 2020-2022, sem deixar, de elucidar as questões inerentes ao objeto desta pesquisa.

#### A) DA ETNOGRAFIA A METODOLOGIA EMPREGADA

O processo metodológico que compreende a etnografia cuja base de sustentação tem o aporte teórico nas questões e nas constatações das análises antropológicas. Observando que algumas pesquisas de campo das ciências sociais vêm sendo desenvolvidas por concepções críticas apoio da antropologia, que coloca em xeque o dever de questionar, além de inserir as práticas etnográficas. “Analisando esta complexa transformação, deve-se ter em mente o fato de que a etnografia está, no começo ao fim, imersa na escrita.” (CLIFFORD, 2002, p. 21)

Destacamos que a etnografia não vem a ser um método e nem uma técnica, pois a etnografia é processo descritivo, no qual a descrição é parte do trabalho de campo. “Desta o trabalho de campo etnográfico permanece como um método notada sensível à observação participante obriga seus praticantes a experimentarem tanto em termos físicos quanto intelectuais as vicissitudes da tradução.” (CLIFFORD, 2002, p. 20).

Logo, as práticas etnográficas, aqui utilizadas, busquei descrever as possibilidades do mundo diante das comunidades tradicionais. Sendo possível indicar que “originalmente, o termo foi usado para o estudo e a descrição de um povo de uma cultura. A etnografia é o documento básico, de cunho empírico, pelo qual Antropologia se legitima como disciplina acadêmica.” (GOMES, 2011, p. 63).

Tendo isto em vista:

Os métodos e as práticas de pesquisa etnográfica, notadamente as técnicas de observação, direta as regras que orientam a coleta de dados através de prolongados trabalhos de campo (morar com o grupo estudado, esforço para extrair os fatos mais corriqueiros e para elucidar as práticas mais inocentes) e a adoção de procedimentos quantitativos de estatística primária, destacando amostragens, evidenciam este mergulho nas realidades localizadas. (ALMEIDA, 1996, p. 31).

Antes de adentrar a estas questões relacionadas à pesquisa, é preciso ponderar que o objeto científico deve romper com o senso comum (Pierre Bourdieu, 1989). Para Bourdieu, não há um método de pesquisa único ou particular, pois a pesquisa deve ser feita a partir de bases analíticas concretas, logo, para “construir o objeto supõe também que se tenha, perante os fatos, uma postura ativa e sistemática.” (BOURDIEU, 1989, p. 32). A partir dessa constatação, compreende-se que o conhecimento científico deve superar obstáculo epistemológico do fazer científico, ou seja, superar os pré-conceitos, para que a pesquisa possa ter validade dentro das ciências sociais. Bachelard (1996, p. 18) esclarece que “o espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza.”

Diante do método empregado nesta pesquisa, considere o objeto de estudo os agentes sociais do território da Camboa dos Frades e suas lutas em oposição aos megaprojetos. Para que houvesse análise dos conceitos, foi preciso percorrer a pesquisa exploratória com revisão bibliográfica feita no andamento da pesquisa. Escolheu-se como abordagem: a pesquisa de natureza qualitativa, pois é com base nesta pesquisa que se proporciona o raciocínio indutivo.

Utilizamos como revisão bibliográfica, a dissertação da Silvene de Jesus da Silva Santos (2018), intitulada por “*Pescadores na Ilha de São Luís: práticas, saberes e conflitos por recursos*”, do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPCSPA), além do recente estudo do pesquisador Antônio José Araujo Cruz (2022), o qual sua dissertação designada por “*Modernização, expulsões e resistências na metrópole de São Luís: os territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades*” do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO), que foram fontes relevantes para situar o diálogo entre o território rural e pesqueiro com o trabalho etnográfico,

de modo que houvesse a combinação entre teoria e as observações empíricas do trabalho de campo com a sistematização das entrevistas realizadas.

Dessa maneira, visando aproximação como os agentes sociais desta pesquisa, buscou-se o informante-chave<sup>4</sup>, para estar mais próximos das pessoas da comunidade para se ter informações mais satisfatórias. É preciso relacionar os sujeitos informantes com o objeto de pesquisa, logo, o método escolhido pressupõe trajeto a ser seguido para que se obtenha os resultados da pesquisa. Conectando a isto, a pesquisa se entrelaça com a pesquisa de campo, uma vez que “o método consiste em o pesquisador buscar compreender a cultura vivência concreta nela, ou seja, morar [...], participar de seus cotidianos, comer suas comidas, se alegrar em suas festas e sentir o drama de ser de outra cultura.” (GOMES, 2011, p. 56). Ademais, o próprio Gomes situa que não basta fazer somente entrevista para entender os fenômenos, precisa-se vivenciá-los (idem).

A pesquisa de campo como parte do estudo etnográfico o que vai articular as observações sobre os agentes. Assim, possibilitando a “narrativas territoriais” e relatos históricos<sup>5</sup>. Portanto, a pesquisa de campo se insere na questão de “[...] os atos de olhar e de ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação peculiar (peculiar à antropologia), por meio da qual pesquisador busca interpretar (melhor dizendo: compreender) a sociedade e a cultura do Outro ‘de dentro’ [...]” (OLIVEIRA, 1996, p. 31).

A partir da aproximação com objeto de estudo, ao adentrar nas relações íntimas da comunidade, e com o trabalho de campo, pode traçar as observações e refletir sobre contexto social. Incluiu-se percurso da pesquisa, elaboração da entrevista semiestruturada, no que percorreu no levantamento de análise social e cultural para compreender a realidade situacional e relacional, no qual pude ter noção do território, assim, tendo bastante consideração no que ouvir e olhar com rigor. Entendemos a necessidade de: “[...] uma análise e a um exame rigorosos dos documentos referentes a fatos de uma certa ordem, constatados em determinados grupos de sociedade.” (MAUSS, 1979, p. 55-56). E a interpretação dos dados das coletas e as informações feitas pela observação participante se deu pela aproximação juntos aos agentes sociais, sendo,

---

<sup>4</sup> “Cabe ao antropólogo ser capaz de ganhar a confiança deles e obter o máximo de formação sobre sua cultura. Até pouco tempo atrás, os pesquisadores mais destacados por sua liderança e conhecimento de sua cultura eram os objetos principais do interesse dos antropólogos. Eram chamados de *informantes*, não com qualquer acepção negativa, mas no sentido de serem capazes de traduzir o conhecimento de sua cultura numa linguagem que viesse a ser compreensível para o antropólogo. Compreendia-se então que o informante “informava” sobre os eventos de sua cultura e ajudava o antropólogo a formular ideias sobre os que estava acontecendo, sobre hipótese a ser testadas ou ideias a serem interpretadas.” (GOMES, 2011, p. 66, grifo do autor)

<sup>5</sup> FARIAS JÚNIOR, Emmanuel. **Territórios conquistados e megaprojetos inconcludentes**: quilombolas de Cachoeira Porteira. São Luís: Editora UEMA, 2019.

assim, constituídos pelo grupo amostral desta pesquisa por 10 pessoas do grupo social, para a análise das informações concretas, além dos relatos e conversas informais que eu tive ao longo do trabalho de campo.

## B) TRABALHO DE CAMPO E O ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OBSERVAÇÃO: TECENDO CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

Apresentamos aqui a descrição do trabalho de campo<sup>6</sup> que ocorreu durante seis meses, de fevereiro de 2022 a agosto de 2022 – assim, partindo da realidade empírica observada. É comum pensar que a escrita de um trabalho acadêmico, se faz de forma unilateral e solitária. Mas para construir esta pesquisa, tornou-se fundamental o trabalho em conjunto, a partir das orientações do professor/orientador Emmanuel Farias Júnior, bem como na ida e na participação de reuniões e na inclusão das oficinas da nova cartografia social, assim, possibilitando proximidade com o objeto de estudo e no desenvolvimento das fontes primárias.

Sendo relevante entender que:

O que conta, na realidade, é a construção do objecto, e a eficácia de método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objectos socialmente insignificantes em objectos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto – como eu procuro fazer, por exemplo, ao partir, para compreender um dos efeitos maiores do monopólio estatal da violência simbólica [...] (BOURDIEU, 1989, p. 20)

Como situado anteriormente, para construir o objeto é preciso questionar como também romper com as pré-noções já estabelecidas pela visão do pesquisador. Diante do processo que transcorre, o trabalho de pesquisa se conecta com as bases de observação de campo e empírica, tendo em vista a necessidade de pensar tomada de decisão. Assim, refletir como as comunidades tradicionais estão posta a partir das relações de força e de oposição ao poder.

---

<sup>6</sup> Na antropologia é necessário desvendar a vida social por meio da imersão na sociedade estudada, viver dia a dia de forma prolongada. Sendo, assim, o trabalho de campo dever-se-á se desenvolver por um ou mais anos de estudo. No meu trabalho de campo devido aos vários obstáculos da pesquisa, no que inclui também questão pessoal, pude desenvolver em pouco tempo, entretanto, mesmo com a finalização desta pesquisa, minha ida a comunidade começou a ser algo rotineiro e foi constituído por laços de amizade perpassando pelo convívio de mais de um ano.

Como vem discutir Bourdieu (1989, p. 27) “a noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar - ou orientar - todas as opções práticas da pesquisa”. Desta forma, deve-se considerar não somente a observação participante, como a objetivação participante já que esta visa o processo de ruptura epistemológica. Para Bourdieu (1989, p. 31), “o limite de campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz.”

Levando em consideração o trabalho de campo, este ocorreu em anos distintos em duas comunidades: Rios dos Cachorros e Camboa dos Frades. Nos dias 17 de outubro de 2020 houve a reunião no Associação do Moradores do Rio do Cachorros, e 27 de fevereiro na Camboa dos Frades. Sendo possível uma maior aproximação e compreensão das relações de conflitos dentro dos territórios, assim, percebendo os efeitos sociais, o que permitiu verificar uma maior interação dos agentes sociais e as formas organizativas, bem como sua forte ligação com mobilização social, assim, observando as suas reivindicações sociais.

O que levou a visualização das mudanças socioambientais ocasionados pelos megaprojetos e teve percepção diante da discussão no qual se insere a luta para continuar no território, no seu local de origem. Houve a compreensão de como as mobilizações sociais se associam às bandeiras de luta que tange à preservação e conservação ambiental e dos recursos naturais dentro daquele território.

Diante disso, a partir das visitas nas comunidades atingidas pelos megaprojetos, observou-se as implicações da pesquisa de campo, nesse processo que se desdobrou a reformulação do objeto de pesquisa, que foi delineado através do entendimento das reivindicações do território, Camboa dos Frades. Assim, coletando os dados para que se possa elaborar conclusões e análises, além disso, as informações também se deram a participação das oficinas do projeto da nova cartografia social, assim, representando direcionamento no processo de obtenção de informações sobre a Camboa do Frades.

Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia vêm com a proposta metodológica na elaboração do mapeamento social, que perpassa a produção cartográfica no ponto de vista dos agentes sociais que são atingidos pelos grandes empreendimentos<sup>7</sup>. Portanto, a própria comunidade é autor e produtor desse mapa, diante da compreensão de incluir os problemas e situações vivenciadas por estes.

---

<sup>7</sup> Descrição retirada do site: <http://novacartografiasocial.com/quadro-de-projetos/>

Pode-se perceber que nova cartografia social dá uma outra visão sobre o território, bem diferente da visão das empresas. “Os mapas produzidos no contexto destas mobilizações passam, portanto, a refletir não somente a diversidade social e a multiplicidade de seus respectivos pontos de vista e práticas, mas uma situação de conflito de um conhecimento intrínseco às realidades locais [...]” (ALMEIDA, 2013, p. 158)

No entanto, como houve inúmeros efeitos causados pela pandemia do COVID-19 e a crise sanitária (decorrente dos anos de 2020 a 2021) que provocou uma onda de dificuldades e até mesmo “regresso” de algumas pesquisas, principalmente na produção das oficinas da nova cartografia social. No meu caso, não foi diferente, produzimos de forma lenta e bem modesta, pois o momento que passou foi o período de isolamento, de angústia e de muita reflexão. Muitas das informações que pude analisar foram feitas a partir de participações de seminários e eventos on-line sobre a temática das comunidades atingidas pelos megaprojetos. As informações repassadas e coletadas eram de forma remota através dos meios digitais, nesses eventos pude notar, buscou-se compartilhar experiência de pesquisa no cenário pandêmico. E nesse ponto, muitos dos agentes sociais e lideranças das comunidades tradicionais que enfrentavam os efeitos dos megaprojetos, limitaram-se apenas a comunicar sobre o contínuo avanço das obras, que mesmo com pandemia, não foram interrompidas.

As limitações se apresentavam na construção e no processo de mobilização diante da inclusão digital, pois sabíamos que pouco ou quase ninguém tinham rede de internet. As restrições não eram só de isolamento social, havia as restrições ao acesso à internet e a falta de equipamento de informática. Presumimos, assim, muitos dos agentes sociais e integrantes das comunidades que estavam mobilizados, não estariam presentes nos eventos e nem mesmo nas reuniões de alinhamentos de ações e pautas, pois, o mais provável, é que eles não possuíam dispositivos de tecnologias para acessarem internet, e quando dentre eles tinham acesso à internet por meio de smartphone, em outros casos, ficaram inacessíveis devido rede instável.

Vale mencionar que a partir da entrevista feita na comunidade da Camboa dos Frades, questionamos dentre eles quais possuíam rede de internet. E foi constatado, que nenhum dos moradores da Camboa dos Frades tinham internet, apenas três pessoas possuíam aparelho celular, que eram apenas para ligar e receber ligação.

### C) COMO SE PROCEDEU ÀS ATIVIDADES REMOTAS E O TRABALHO DE CAMPO

No andamento da pesquisa o qual perpassou-se pela pandemia de COVID-19, foi o período para adequação a nova rotina de estudo e de *lockdown*, por isso, a participação dos eventos on-line de outros estados, até mesmo internacionais, foram primordiais, pois discutiam assuntos que levariam a compreensão das lutas e resistência dos povos e comunidades tradicionais. Assim, dando uma maior viabilização de análise referente ao objeto de pesquisa, sobre os agentes sociais e os megaprojetos, houve uma maior descentralização do conhecimento. Particpei de eventos internacionais on-line como o “Seminário Internacional Nova Cartografia Social, Povos, Políticas e Território”, organizado pelo Programa de Antropologia da Universidade de Magdalena, em parceria com a UEMA e outras universidades latino-americanas.

Nesse sentido, foi realizado o trabalho remoto, que é uma modalidade de flexibilidade para as atividades que utiliza as tecnologias e programas, no caso a internet para que possa ser realizado os trabalhos no ambiente de “casa”, na prática é uma dinâmica tecnológica que possibilita ter reuniões por videochamada, temos assim o trabalho a distância, mas que exige certo grau de conhecimento das ferramentas on-line e bom acesso à internet. Mesmo assim, alguns obstáculos de pesquisa continuaram a surgir.

A pandemia do COVID-19 tomou proporções inimagináveis, as reuniões que se sucederam, ocorreram de forma remota por vídeo chamada, com a participação de algumas lideranças, além dos pesquisadores/professores. As oficinas que estavam agendadas para ocorrer naquele ano, não foram mais possíveis. Toda agenda teve que ser refeita e realocada para outro momento, ocorrendo após a pandemia. Diante da inviabilidade de realizar os momentos e experienciar as atividades de campo, a pesquisa passou pela reformulação, com isso, houve objetivo de outros levantamentos bibliográficos com mais aprofundamento sobre comunidade por meio digital, além disso, houve elaboração de fichamentos e a revisão bibliográfica.

As atividades realizadas foram através do trabalho remoto, sendo uma das alternativas encontradas para que se pudesse prosseguir com os trabalhos científicos do mestrado. Sobre o início da proposta de analisar as comunidades tradicionais, consegui obter orientações preliminares e tomar nota ainda no começo do mestrado, no mês de setembro de 2020. Em que pude participar de videochamada com orientador Dr. Emmanuel Júnior Farias, obtive algumas indicações e referência bibliográficas, além de trocas de informações, sendo o pontapé para

entender as questões intrínsecas a minha **pesquisa** e objeto de estudo, onde também obtive algumas alternativas, continuar com meu primeiro projeto que seria uma análise sobre a Comunidade do Cajueiro cujo tema do projeto foi proposto ao entrar no programa.

É importante ressaltar que o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) iria incluir os territórios como Vila Maranhão, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Taim e Camboa dos Frades, todos localizados na área do Itaquí-Bacanga. Visto que a Comunidade Cajueiro, já tinha sido inserida anteriormente nesse projeto. Nesse sentido, houve a possibilidade ou de continuar com a temática sobre o Cajueiro ou readaptar meu projeto a Nova Cartografia Social, sendo uma temática mais particular e oportunizada a partir do “Megaprojetos em implementação na Amazônia e Impactos na Sociedade e na Natureza”, tendo objetivo de produzir conhecimento sobre processo dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia, a partir da oferta de oficinas de mapas e GPS e a auto-cartografia dos agentes sociais, que estão em determinado território específico. Nesse processo, optou-se por adentrar a Nova Cartografia Social, como foi visto na temática inserida no começo deste trabalho.

Portanto, foi a partir da experiência com a primeira visita no território rural, antes do “boom” da pandemia, que pude estabelecer interesses com a comunidade da Camboa dos Frades, além disso, observava como os seus agentes sociais estavam organizados e como se dava sua luta, além da representação da liderança da Dona Ana<sup>8</sup>, que em muitos vídeos, vi-a confrontando frente a frente com os representantes das empresas.

Desse modo, foram realizadas as atividades de campo, o qual se procedeu na busca de informações e análises através da pesquisa de campo. A primeira visita em campo ocorreu na comunidade Rio dos Cachorros. A reunião ocorreu ao lado Associação do Rio dos Cachorros, embaixo de um pé de cajueiro, muito simbólico para a comunidade. Essa visita em particular veio a ser o convite recebido pelo Prof. Emmanuel Farias Júnior, sendo que neste dia a comunidade estaria participando da oficina sobre Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Foi o momento em que fiquei mais próxima das comunidades tradicionais de São Luís/MA. O que me chamou atenção foi a fala de uma das integrantes da reunião, o qual expressou a seguinte questão: mesmo estando naquele local rural, Rios dos Cachorros e as outras comunidades autointitulavam como comunidades tradicionais, dentro da capital de São Luís, viviam os problemas e impactos diante dos megaprojetos que estavam inseridos em seus

---

<sup>8</sup> Nome fictício.



territórios, e que todos de São Luís precisavam lutar em prol da comunidade, pois não era uma questão externa a capital, pois os prejuízos seriam sentidos em toda a ilha.

**Imagem 1** - Mosaico de fotos da Reunião no Território Rio dos Cachorros



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

Durante toda manhã houve o diálogo sobre as questões de como os megaprojetos estariam sendo implantado no local, qual seria o modo de participação da comunidade dentro dos movimentos sociais para defesa da sua identidade dentro do território, e observando os efeitos sociais que já ocorriam no território como: a poluição do rio, a diminuição da juçara, que era produto com qual a comunidade tinha como recurso extrativista, além da expulsão dos moradores. Assim, obtive a percepção de como a comunidade se unia enquanto grupo social e como os agentes sociais tanto da comunidade Rios dos Cachorros, como de outros territórios próximos, se organizavam para lutar no coletivo e como era os encaminhamentos de suas pautas de reivindicações.

Observamos, então, o território dinâmico e articulado. Não era somente a luta da comunidade do Rio dos Cachorros, era a luta de tantas comunidades tradicionais que enfrentavam os mesmos problemas e os mesmos opositores. Mesmo com a incerteza sobre a pandemia, esteve presente 25 (vinte e cinco) pessoas que integravam os territórios, o qual identifiquei: Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Cajueiro.

Nesse sentido, pude apreender a relação com os movimentos sociais, reconheci o Sr. Davi, uma liderança das lutas da Comunidade do Cajueiro, um representante e integrante que fez sua fala. Mesmo com sua idade já avançada, estava ali de forma ativa. Na imagem a seguir, observa-se as bandeiras de lutas, estas expostas na frente da Associação que identifiquei foram

da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros (CONFREM) e o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP).

**Imagem 2** - Bandeira de lutas e Associação de Moradores do Rio dos Cachorros



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

Essas duas representações apresentam-se na luta em prol dos trabalhadores da pesca, tendo uma visão de reconhecimento do território tradicional e proteção dos modos de vida e produção sustentável dos rios, mares, manguezais, fauna marinha e costeira. Além disso, nessa ocasião compreendi o que território representava para cada um deles, sendo espaço de identidade, de convivência familiar e de amizade, sendo o local de referência e de pertencimento.

Essa primeira experiência trouxe a proximidade com o ouvir, percebendo como as comunidades tradicionais pensam e refletem sobre os megaprojetos, a partir disso, observar o modo como se mobilizam e se movimentam, levando as interfaces da experiência com a luta e reivindicação. Essa vivência me fez compreender o pensamento de Bachelard, o qual menciona que: “A primeira experiência ou, para ser mais exato, a observação primeira é sempre um obstáculo inicial para a cultura científica.” (BACHELARD, 1996, p. 25). De fato, esse primeiro contato tornou-se uma experiência subjetiva, que precisou posteriormente construir uma observação mais crítica sobre todo esse processo de “territorialização específica” e luta. Com essa primeira experiência pude reformular meu objeto, trazer novas questões e pensar numa discussão mais relacional.

Tais questões se levanta o entendimento que:

Mediante um trabalho de construção desta natureza - que se não faz de uma só vez, mas por uma série de aproximações - constroem-se, pouco a pouco, espaços sociais os quais - embora só se ofereçam em forma de relações objetivas muito abstratas e se não possa tocá-los nem apontá-los a dedo - são o que constitui toda a realidade do mundo social. (BOURDIEU, 1989, p. 29-30).

A produção acadêmica durante esse período foi bastante limitada, mas dentre algumas possibilidades de análises reflexivas, nesse período, houve a oportunidade de inserir em eventos nacionais e regionais. Considerando aquele momento pandêmico, pude elaborar artigos científicos, construídos a partir dos arcabouços teóricos feitos com as revisões bibliográficas, bem como na compreensão das disciplinas estudadas do programa de mestrado. Os artigos<sup>9</sup> feitos em grupo foram submetidos em eventos acadêmicos on-line, assim, obtendo aprovação, com a temática sobre comunidades tradicionais. Dessa forma, foi possível reconstruir e produzir o processo dialógico entre o objeto e a pesquisa científica. Como situa Bachelard (1996, p. 29) “O espírito científico deve formar-se enquanto se reforma.”

Logo, com o arcabouço adquirido obtive diferentes compreensões e análises. Uma vez que o conhecimento não se fecha a partir de um fenômeno, ele amplia e enriquece as formas de reflexões. Portanto, a elaboração teórica parte da particularização do saber. Uma vez que “a teoria não totaliza; a teoria se multiplica e multiplica.” (FOUCAULT, 1996, p. 43).

Conforme a pandemia foi amenizando, os trabalhos foram retomados. Entretanto, somente no dia 27 de fevereiro de 2021, conseguimos participar da reunião de alinhamento das oficinas com a Comunidade Tradicionais, no local da Camboa dos Frades. Nesta reunião, além dos professores e integrantes do PNCSA, houve o comparecimento das comunidades Taim, Rio dos Cachorros, Cajueiro e Porto Grande. Pode-se perceber visivelmente como a construção do Porto ainda estava no início, mas já em andamento.

---

<sup>9</sup> 1) PEREIRA, Suévylla B. A; SANTOS, Tatiane. N; RODRIGUES, Jaciane M. de O. **Os direitos das Comunidades tradicionais do Maranhão:** deslindes advindos do âmbito estatal. In: X Jornada Internacional Políticas Públicas: UFMA, 2021.

2) PEREIRA, Suévylla B. A; SANTOS, Tatiane. N; RODRIGUES, Jaciane M. de O. **Comunidades quilombolas no Maranhão e o licenciamento ambiental:** avanços ou retrocesso? In: VII Reunião Equatorial de Antropologia – REA: migrações, deslocamento: UFRR, 2022.

3) SANTOS, Tatiane. N; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de A. **Da mobilização a resistência na Camboa dos Frades (São Luís/MA) e a oposição aos megaprojetos.** In: VII Reunião Equatorial de Antropologia – REA: migrações, deslocamento: UFRR, 2022.



**Imagem 3** - A construção do Porto ao lado da Comunidade Camboa dos Frades



Fonte: Arquivo do PNCSA/Emmanuel Farias Junior (2021)

Uma outra observação feita foi que a construção do Porto na comunidade, ainda não fechava o local onde os pescadores da Camboa dos Frades pescavam, já que estava bem no início (como pode ser visualizado na imagem acima) – passando um pouco mais de um ano, atualmente, isso mudou muito, o Porto tem outra dinâmica. Mas isso será discutido mais aprofundamento nos próximos capítulos.

Nessa ocasião da reunião, a comunidade relatou as contestações, como a EMAP chega na comunidade para desmobilizar e desarticular as estratégias de luta. E como as empresas, como a Suzano, tem o poder de privatizar o território, sem ao menos fazer uma consulta prévia com a comunidade tradicional, que é por lei regulamentada.

**Imagem 4** - Mosaico de fotos da Reunião de Alinhamento da PNCSA na Camboa dos Frades



Fonte: Arquivo do PNCSA/Emmanuel Farias Júnior e Pessoal (2021)

Foi mencionado como os locais, estavam sendo destruídos, onde antigamente eram de pescas, foram usurpados para que a Suzano construísse galpões e para continuar a finalização da obra do Porto. Sendo, assim, locais que os pescadores e a comunidade não podem mais entrar ou se deslocar, impactando no sustento e na sobrevivência desses agentes sociais que ainda residiam no território. Além disso, mencionou que a comunidade fica apreensiva com a entrada de novos visitantes, relatando que não se sabe se são pessoas do governo ou da empresa, por isso, existe uma oposição em aceitar as propostas das empresas que adentram a Camboa dos Frades.

Neste caso, entramos na comunidade já sabendo das limitações e das dificuldades dessa aproximação, já que também precisaríamos respeitar o espaço dos agentes sociais, bem como de outros pesquisadores das outras universidades/faculdades que foram antes e ainda fazem o trabalho científico na redondeza. Ir à comunidade da Camboa foi uma experiência importante para compreender essas dinâmicas e as relações que estão inseridas no território.

Por isso, a reunião além de possibilitar conhecer o local, foi essencial para construir um laço de proximidade com os agentes sociais, além disso, compartilhar e informar sobre a pesquisa que poderia ser construída, assim, demonstrando a relevância de mobilizar os agentes sociais daquele território para participar das oficinas de mapas e das pesquisas territoriais a partir do trabalho do PNCSA/UEMA, e assim, ao dialogar com os participantes sobre a experiência de construir a história local e de sua “territorialidade específica”. Demonstrou-se os materiais como boletins informativos, que foram feitos para serem entregues aos participantes/presentes na reunião, assim, viabilizando visualizar o processo de como seria a construção dos mapas. Sendo uma forma de evidenciar a interlocução do saber científico com o saber tradicional. Foi programado para que as oficinas ocorressem em março, todavia, não foi possível efetuar tal planejamento.

Com o intervalo na execução do projeto da nova cartografia. Durante o mês de julho de 2021, participei da reunião presencial no Ministério Público, com o objetivo de analisar as questões de reivindicação das comunidades tradicionais, tendo histórico de conflito de território, que é o caso da Expulsão e Reintegração de Posse do território do Cajueiro, muitas comunidades estavam presentes. Já em novembro de 2021, fiquei mais próxima do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Pesca e Aquicultura de São Luís (STPA), o qual por meio de seu auxílio consegui adentrar a comunidade, sem maiores obstáculos. No dia 03 de dezembro de 2021, participei da reunião com entidades de apoio à luta do Cajueiro, sendo uma reunião sob missão e com a representação do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Sendo o

momento de entender a luta por via mais jurídica no âmbito nacional e internacional, onde eu pude ter conhecimento do Documento sobre Violações de Direitos no Cajueiro.

As oficinas da PNCSA ocorreram no mês fevereiro de 2022, sendo em dois dias, pude participar apenas de um dia de oficina, neste dia concentrei minhas observações nas falas, entender mais sobre o processo de mobilização, reivindicação social e compreensão sobre o enfrentamento com as empresas e os megaprojetos diante das comunidades tradicionais. O que leva entender “[...] as confrontações acham-se dispersas na vida social e se estruturam a partir da perspectiva de diferentes posições e não apenas do prisma da instância de poder referidas ao Estado.” (ALMEIDA, 2013, p. 157).

O que implica numa nova abordagem de análise que vem a partir da nova cartografia social que traz uma “[...] ‘nova descrição’, que se avizinha da etnografia ao buscar descrever de maneira detida, através de relações de entrevista e de técnicas de observação direta dos fatos, da vida social de povos, comunidades e grupos, classificados como ‘tradicionais’ [...] (Id.; Ibid.,).

**Imagem 5** - Mosaico de fotos da Oficina da PNCSA no Taim



Fonte: Arquivo do PNCSA/Emmanuel Farias Junior, oficina PNCSA no Taim (2022)

Essa proximidade com os agentes sociais pude perceber as relações de forças, as lutas, a historicidade dos grupos sociais que ali estavam presentes. Posteriormente a essas oficinas, pude realizar meu trabalho de campo se sucedeu nos meses de fevereiro a junho de 2022, logo, trabalho com os mapas possibilitou a partir:

[D]a cartografia como recurso da etnografia sofre um deslocamento. Sem deixar de lado o rigor de cada informação ao mapa é a ‘cartografia social’, que criticando o geografismo e também o biologismo, relativiza a rigidez e a glaciação de procedimentos que colocaram os esforços analíticos na camisa de força dos manuais. Aqui é que a ‘nova descrição’ se colocaria, distante do empirismo, da repetição e da monotonia dos ‘explicadores’, abrindo campo para uma crítica descritiva. (ALMEIDA, 2013, p. 172).

A partir dessa experiência, nesses momentos de campo, compreendi um pouco do trabalho do antropólogo, mesmo não tendo tal formação. Etimologicamente a antropologia vem de *antropos*, que significa humano e *logia*, refere à estudo. A antropologia enquanto ciência contribui ao estudo da cultura do povo. Estudar o povo é conhecer a singularidade social. Nessa questão, com o trabalho de campo fiquei imersa na vida e nas relações familiares, acabei ficando tão familiarizada com a dinâmica social, bem como na vida da comunidade, pude construir vários apontamentos, das escritas sobre o “campo”, sobre a vivência, sobre a localidade, sobre a identidade. Trata-se, então, “[...] mapear é mobiliza-se política e criticamente, seja no plano discursivo, seja no plano das práticas coletivas, consistindo numa descrição em movimento [...]” (ALMEIDA, 2013, p. 160).

#### D) O ESTUDO DE CAMPO NA CAMBOA DOS FRADES

O trabalho de campo na Camboa dos Frades se deu posteriormente a conclusão da oficina da nova cartografia social, ainda no mês de fevereiro de 2022, decorrido do dia 12 de fevereiro até o dia 30 de abril desse ano (2023). As minhas visitas ocorriam sempre aos finais de semana, ficando hospedada na casa da Dona Ana, uma das lideranças da Camboa dos Frades. É importante pontuar que além de liderança da comunidade, ela luta e mobiliza seu território para a conquista de direitos. Pude me aproximar da vida cotidiana da Dona Ana<sup>10</sup> Demonstrando sempre compreensão com o meu trabalho no território, acolhendo-me bem durante esse período, inclusive toda a sua família. A sua luta e participação nos movimentos sociais das comunidades tradicionais me chamaram muito atenção. Bem no início fiquei um pouco apreensiva de como iria ocorrer minha inclusão na comunidade, no entanto, Dona Ana<sup>11</sup>, me fez sentir em casa, sempre conversando sobre as histórias e contando relatos de sua luta diária e de sua resistência no território.

---

<sup>10</sup> Nome fictício.

<sup>11</sup> Nome fictício.

No percurso do trabalho, acompanhei o filho da Dona Ana, guiou nos locais importantes da Camboa dos Frades, inclusive nos locais histórico e sagrado, onde consegui fazer registro fotográfico, que compuseram este trabalho. Sendo o momento de sentir-se como “pescador”, coloquei os pés nos mangues, andei pelas matas da Camboa dos Frades com o Sr. João<sup>12</sup>, esposo da Dona Ana, que se dispôs em tirar um pouco do seu tempo, que era muito agitado e de muito trabalho, para que eu pudesse conhecer e fotografar<sup>13</sup> as áreas e locais importantes. Além do auxílio, ele relatou várias histórias que traduzem na historicidade da Camboa dos Frades. O Sr. João foi o meu guia por terra e pelo mar para compreender toda a vivência de ser pescador da Camboa. E todos da família construíram uma relação bastante afetuosa, de certo me permitiu, sem muitas dificuldades, desenvolver o meu trabalho de pesquisa.

A partir do trabalho de campo, elaborei os relatórios de reuniões dos agentes sociais da Camboa dos Frades, sempre auxiliando o grupo em certas ocasiões. Participei de reuniões organizadas pela própria comunidade de forma ativa. Assim, construir o estudo de campo, percebendo a vida cotidiana, isto me fez me movimentar em prol dos agentes sociais, por isso, nas reuniões alguma vez fui solicitada em elaborar pautas de reuniões e alguns documentos de reivindicação, o qual prontamente elaborava. Para além de somente analisar desafios e os enfrentamentos em oposição aos megaprojetos, precisei participar e construir ação concreta, assim, auxiliando a comunidade no que foi possível.

Nesse sentido, pude articular o saber teórico com saber tradicional, produzindo estratégias de luta, já que no momento presente “[...] não temos outra escolha senão decidir como ser e como agir. [...]. Muitas de nossas atividades cotidianas, na verdade, tornaram-se abertas às escolhas ou, ao contrário, [...] a escolha tornou-se obrigatória” (GIDDENS, 1997, p. 94-95). Sendo uma troca de conhecimento, pois nessa empreitada precisamos escolher de que lado estaremos, e durante o governo Bolsonaro foi um desafio múltiplo sobreviver e resistir às contradições dessa conjuntura. Podemos dizer que foi momento tempestuoso para todas as comunidades tradicionais, pois estiveram diante dos desmontes e na negação dos direitos sociais e territoriais.

---

<sup>12</sup> Nome fictício.

<sup>13</sup> Dependendo da abrangência da pesquisa, outras técnicas são de grande importância. *Fotografar* é uma atividade positiva e quase sempre satisfatório. [...] ter uma ou mais máquinas fotográficas é imprescindível não só para registrar eventos que poderão ser usados como dados, mas também para criar um bom relacionamento com os pesquisados, que, quase sempre, gosta de ter cópias das fotografias que dizem respeito. (GOMES, 2011, p. 59, grifo do autor)



Nesse estudo de campo, que percebemos que localmente, os megaprojetos perpassam pelo agronegócio constituído para uma economia para exportação, o que enriquece ainda mais os grandes empresariados, por outro lado, está o Estado que impulsiona ainda mais esse tipo de economia, o que vem demonstrando o processo de capitalismo por conveniência. Em contrapartida o pequeno agricultor e os pescadores se veem encurralados e ameaçados constantemente pelo desenvolvimento-progresso.

**Imagem 6** - Reunião da Comunidade Camboa dos Frades com a Defensoria Pública do Estado e a vereadora do Coletivo Nós



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Logo, na reunião ocorrida no dia 24 de março de 2022 na própria comunidade, no local chamado Camboinha – este lugar específico é onde a comunidade organiza, realiza suas reuniões com os órgãos e demais empresas e deliberam ações. Neste dia obteve-se a presença da Defensoria Pública do Estado e co-vereadora do Coletivo Nós, possibilitou que a comunidade pudesse dialogar sobre as mudanças ocasionadas pelos megaprojetos e na procura de contraproposta para solucionar questões locais. Isso só possível com a convocação do Movimento da Marcha Mundial da Mulheres do Maranhão<sup>14</sup>. Através deste movimento que fortalece ações nas realidades locais, compartilhando coletivamente a luta e resistência nos territórios e buscando o protagonismo das mulheres. A partir da minha experiência com o

<sup>14</sup> Fica registrado o meu agradecimento às mulheres de luta que compõem esse movimento, em especial, a Lorena Rosa, a Ione Oliveira Guimarães, a Marcia Maria Silva Pereira e Thaciane Pereira. Além disso, a co-vereadora Raimunda Oliveira (eleita para 2021-2024), que se disponibilizou em encaminhar solicitações e mobilizou a Defensoria Pública para ir à comunidade.

movimento, obtive o contato de órgãos que lutam pelo fortalecimento das comunidades rurais, que se mobilizaram em prol da Camboa dos Frades e reuniram-se para deliberar ações.

A partir da organização e das reivindicações, aproximei-me, com apoio da Dona Ana<sup>15</sup>, da comunidade. Pude movimentar-me livremente dentro do território, entrar na vida cotidiana dos vizinhos, dos familiares e dos amigos, e chegar mais próxima das relações de parentesco e das relações com os outros membros da comunidade. Estar na comunidade, estabeleceu de certo vínculo com a comunidade e com as relações de vida e das suas organizações sociais. É indispensável relatar que as pressões que perpassam o território sempre estiveram diante da realização do estudo. Embora a comunidade possua um certo desconforto por receber pessoas de fora, eu, por ser uma estudante, percebi como todos estavam dispostos em colaborar com a minha pesquisa. É importante salientar, para que o pesquisador possa acessar as informações, de certo, ele deve construir uma relação de empatia com os agentes sociais.

Nesse sentido, tendo como coleta de informações, as entrevistas realizadas (ver apêndice 2) com agentes sociais da comunidade, além dos relatos orais, conversas informais, participação de audiência pública, reuniões e outros eventos que discutiam sobre os megaprojetos e comunidades tradicionais. Como parte do procedimento da pesquisa foi utilizado o **Termo de Consentimento Livre Esclarecido** (ver apêndice 1) cuja finalidade é de explicar os detalhes da pesquisa, assegurar os direitos dos participantes e do pesquisador. Logo, cada participante desta pesquisa recebeu um termo assinado, garantindo a responsabilidade e os direitos autorais por qualquer menção de sua fala.

Para assegurar anonimato e preservar a segurança dos entrevistados, uma vez que nesse território tradicional as pessoas sofrem constante ameaças, processos judiciais e havendo contínuo conflitos, iremos somente referenciar as falas apenas iniciais do nome para fazer identificação. E quando houver a necessidade de caracterizar essa identificação, utilizamos nomes fictícios. Como critério de análise e subconjunto da especificidade da população para a entrevista, utilizamos 10 (dez) entrevistas com pessoas indicados pela liderança da comunidade, que possuem vivência de mobilização e aproximação com a luta, que são moradores da comunidade, e 2 (duas) conversas informais. Dentre estas, a da liderança do território, que trouxe questões para reflexões acerca do objeto de estudo.

É importante pontuar como critério de escolha para entrevista, tendo em vista que a comunidade é composta por mais ou menos 30 famílias - sendo situado pela liderança. Logo, a

---

<sup>15</sup> Nome fictício.

escolha das pessoas para serem entrevistadas se deu pela proximidade dessas pessoas com a mobilização, sendo indicações da liderança da comunidade, e por serem pessoas de sua proximidade, que sentiram confortáveis para conversa.

Por meio das observações e revisão bibliográfica, enfatizamos os aspectos socioculturais do pescador, por isso, foi necessário buscamos a maior participação dos pescadores da comunidade. Para dar maior confiabilidade, houve a utilização de câmera e gravador, permitindo alcançar uma boa qualidade de relato oral e projetar os arquivos fotográficos, assim, auxiliando na descrição e construção deste trabalho. Além disso, a análise perpassou pela sistematização das entrevistas realizadas.

Portanto, este trabalho final oportuniza-se a partir dessa constatação, levando em consideração o trabalho de campo e as observações feitas, tendo como resultando desta pesquisa, elaboração deste estudo em quatro capítulo:

O **Capítulo 1** visa detalhar as questões sobre a comunidades tradicionais e seus direitos. Pontuando as análises sobre o território pesqueiro de forma mais teórica. Tendo por objetivo de detalhar sobre a identidade que se desenrola nas particularidades da comunidade tradicional pesqueira. Dando visibilidade aos seus direitos, suas mobilizações e reivindicações.

O **Capítulo 2** leva o entendimento das empresas estão inseridas no território, assim, apresentando as questões sobre o conflito territorial, trazendo as análises sobre as particularidades e entraves da luta em oposição aos megaprojetos, que perpassa tanto pela empresa Estatal, quanto pelas empresas privadas. Deixando claro, quais os interesses públicos e privados sobre o território da Camba dos Frades.

O **Capítulo 3** aborda o detalhamento da pesquisa de campo, assim, buscando apresentar a historicidade da Camboa dos Frades e suas memórias. E como ocorre a relações com a pesca, com as tradições, com a cultura e com a sociabilidade, questões incluídas no “território específico”. Além disso, reflito sobre as questões das reivindicações e mobilização social no território. Observando como os agentes sociais se organizam enquanto grupo social e político. Nesse contexto, teve as considerações acerca das formas de resistências, as pautas de lutas e como as ações estão conectadas aos movimentos sociais.

Assim, fecha-se a discussão, esperando que este trabalho seja aporte teórico para futuras consultas. Construindo alicerce para a compreensão sobre megaprojetos, comunidades tradicionais e território pesqueiro. Também construindo entendimento sobre a comunidade rural, Camba dos Frades, como espaço de resistência, que (co)existem, persistem na luta pelo seu território.

## **CAPÍTULO 1 - COMUNIDADE TRADICIONAL E TERRITÓRIO PESQUEIRO: DA IDENTIDADE SOCIAL AO PERTENCIMENTO**

Os conflitos sociais que giram em torno dos megaprojetos inseridos no contexto atual, perpassa a dicotomia reivindicação-luta. Os grupos de pescadores, como populações atingidas por megaprojetos, estão permanentemente envolvidos pelo conflito com projeto de desenvolvimento, este por sua vez está imbricado pela ampliação do Complexo Portuário.

De acordo Lopes (2006, p, 49), os conflitos sociais envolvem elementos de disputa, de negociação entre os grupos sociais e os setores do Estado. Diante das arenas de disputas e de interesses dos megaprojetos, encontram-se as lutas das comunidades tradicionais de São Luís, encruzilhada pela questão da autoidentificação dos próprios agentes sociais, enquanto comunidade tradicional, assim, depreende-se a situação:

De um lado, o projeto de “ampliação” ou de construção de um novo porto em São Luís só é possível devido a uma série de relações econômicas e políticas que estão ocorrendo no Estado do Maranhão, relações essas de interesses que são circundadas por relações de poder. Do outro, temos o posicionamento político de lideranças da comunidade que afirmam: “somos uma comunidade e não queremos sair do lugar onde nascemos, crescemos e nos tornamos comunidade [...]” (Fala de um morador do Cajueiro no dia 28/03/2015). (SANTOS; SANT’ANA JÚNIOR, 2017, p. 6).

Observa-se no fortalecimento da identidade e no emaranhado situacional do grupo, aqui inserida pela vida cotidiana dos pescadores, que se dará as relações de comunidade, aflorando o sentimento de pertencimento e afetivo pelo território. Nesse ponto, a comunidade, enquanto categoria de estudo, é pensada para além da estratificação social. Como idealiza Marx Weber (1991, p. 269), “[...] toda a comunidade pode atuar como geradora de costumes”. Podemos dizer que esse conceito elaborado por Weber é relacional, pois é um tipo ideal das relações comunitárias. Porquanto as comunidades trazem questões internas, divergências de posicionamento e as discussões dentro do próprio âmbito comunitário que envolvem o acirramento de ideias e interesses. Logo, as relações sociais dentro da comunidade não são hegemônicas, quando situa-se o coletivo. Por isso, observamos uma dinâmica complexa e heterogênea, que é compreendida a partir da vida cotidiana.

Diante disso, leva-se o entendimento de que a comunidade não é o lugar totalmente harmônico ou aquele local que não existe divergência ou jogo de interesse individualista, já que a comunidade é vista como Gusfield (1978, p. 16) entende “[...] o relacional, [pois] aponta para a qualidade o caráter dos relacionamentos humanos [...]”. Percebe-se que o conflito é trazido

para dentro, assim, introjetando-se no interior das relações sociais da comunidade, tanto a cooperação, quanto o conflito entre os próprios agentes sociais.

Podemos repensar essas questões diante do mundo da pós-modernidade<sup>16</sup>, a sociedade passa por relações superficiais e pelo individualismo. Não há um projeto de preocupação com o aspecto comum e nem com a identidade social e orgânica. Diante do mundo desigual, em algumas comunidades são esvaziadas de sentido e símbolos e da própria cultura que se transforma em atos fragmentados e segregados.

Teoricamente, Weber (2009, p. 25) destaca que “uma relação social denomina-se ‘relação comunitária’ quando e na medida em que a atitude na ação social [...] repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”. Portanto, vivenciar a vida cotidiana na comunidade, remete aos seus laços afetivos, as heranças familiares e vínculos com o local, onde constrói-se as relações sociais, a identidade, assim, estabelecendo o seu pertencimento<sup>17</sup> com o local. No entanto, por mais que haja ações solidariedades entre os indivíduos da comunidade, devido às relações familiares, existe também os conflitos internos devido às contradições impostas pelo cenário social. Diante dessa interlocução é que a comunidade tradicional e rural penetra no âmbito sociopolítico.

Como parte da luta pela efetivação dos direitos territoriais, isto vem ganhando particularidades na luta social e desvelando a relação de unificação do grupo. Importa perceber que uma comunidade se articula com outras, assim, as articulações feitas perpassam pelos movimentos sociais para ganharem força e visibilidade para traçar os caminhos e as reivindicações, já que enfrentam os mesmos problemas e conflitos. Essas particularidades perpassadas pelo aspecto da identidade devem estar relacionadas aos aspectos heterogêneos. Para Bourdieu (1989, p. 117) se “[...] trata de trazer a existência enquanto grupo [...] uma visão única da sua identidade.”

De acordo com Bourdieu (1989, p. 18):

[...] o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e para ele próprio, atestando assim a sua existência como grupo

---

<sup>16</sup> “[...] A ‘modernidade’ pode ser entendida como aproximadamente equivalente ao ‘mundo industrializado’ desde que se reconheça que o industrialismo não é uma única dimensão institucional. Ele se refere às relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário no processo de produção.” (GIDDENS, 2002, p. 21)

<sup>17</sup> De certo, compreende-se que: “[...] Somente quando, em virtude desse sentimento, as pessoas começam de alguma forma a **orientar** seu comportamento pelo das outras, nasce entre elas uma relação social [...], é só na medida em que nela se manifesta o **sentimento de pertencer** ao mesmo grupo existe uma ‘uma relação comunitária [...]’ (WEBER, M. 2009, p. 26, grifo meu).

conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto.

De fato, o processo de amadurecimento das lutas sociais no território permitiu aflorar discussão sobre a identidade e reconhecimento no cenário político e na conquista de direitos. Assim, diante das várias questões de cunho social, cultural, identitário e político, visa-se buscar novos caminhos para percorrer os espaços de mobilização e reivindicação social. Aliado a isso, ressurgem as questões sobre construir memórias do povo, a sua historicidade, traçando as questões da identidade cultural (HALL, 2009).

Portanto, partimos das bases teóricas de Cardoso de Oliveira (1976), Giddens, (1991, 2002), Hall (2006) e Alfredo (2013), nos quais inserem sobre tais discussões e constroem conceitos sobre identidade. Portanto, refletir sobre a categoria identidade perpassa traçar concepções acerca da ontologia do pertencimento, no que se constitui parte de uma abordagem contemporânea. Como menciona Hall (2006, p. 8) “[...] O próprio conceito com o qual estamos lidando, ‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”.

Diante da questão da identidade, primeiramente, notamos que ao adentrar à Camboa dos Frades, seus moradores sempre relacionam o território enquanto comunidade. Isto é notado na fala do Alberto, filho de uma liderança da Camboa dos Frades, que diz: “nós somos moradores da comunidade Camboa dos Frades” (Oficina PNCSA ocorrida no dia 06/02/2022). Para Gusfield (1978, p. 26) esclarece que existe o apelo a identidade comum e também regras de solidariedade quando se entende a comunidade.

Observa-se nessa dinâmica social de reivindicação um amadurecimento das lutas sociais por parte dos agentes sociais, permitindo que estes se posicionem sobre identidade, a luta coletiva, como também a busca do reconhecimento enquanto comunidade tradicional<sup>18</sup>. Estas questões tangenciam os aspectos da identidade, para que se possa definir novos processos de luta diante dos movimentos sociais. Pois, cada grupo social traz consigo o pertencimento e seus vínculos enquanto comunidade, neste local que constrói suas histórias e memórias afetivas.

Diante disso, segundo a literatura, as comunidades tradicionais, no contexto contemporâneo, são conceitualmente grupos culturalmente diferenciados que mantêm relações específicas com o território e com o meio ambiente.<sup>19</sup> Tendo seu modo de vida vinculado às

---

<sup>18</sup> O reconhecimento enquanto comunidade tradicional ainda está sendo tratado e construído internamente.

<sup>19</sup> A compreensão do meio ambiente perpassa enquanto interação complexas de configurações sociais biofísica, políticas, filosóficas e culturais (REIGOTA, 2010). Dona Máxima, uma liderança da Comunidade Rios dos

relações culturais, sociais e econômicas próprias baseadas nos princípios, por vezes, de solidariedade, sustentabilidade e de sobrevivência. Nota-se que é dentro da comunidade que se constrói o modo de ser, de viver e de existir, no entanto, devido aos conflitos fundiários, também torna-se lugar de resistência. Essa resistência é vista na luta pela distribuição da terra, na reivindicação pela titulação e na criação de assentamentos. É com essa dinâmica social que se percebe a interação social, que por vez, constitui campo permeado por um contexto de cooperação, de competição e do próprio conflito.

Por isso, as comunidades tradicionais no seu território vêm atravessando por conflitos – porque não dizer pela falta de uma reforma agrária de fato – torna-se o contexto de exclusão e limitação, uma vez que sobressai as lutas sociais contra o grande empresariado (empresas nacionais e internacionais - fazendeiros, grileiros e pelo próprio Estado). “Hoje, tais formas de expropriação de terras, territórios e direitos abrangem interesses do agronegócio [...] construção de hidrelétricas e outras obras e empreendimentos” (MPP MINAS GERAIS, [s.d.], p.13).

É preciso deixar claro que esses conflitos sociais também são decorrentes das mudanças socioeconômicas globais. Conseqüentemente, as comunidades tradicionais vêm sofrendo contínuas pressões externas, isto é bastante notório no Estado do Maranhão. Sendo o grande desafio de hoje é assegurar direitos para esses grupos, que sempre estiveram à margem, oculto ou silenciado e sucumbidos pelas pressões fundiárias. Sob esse aspecto, as comunidades tradicionais vêm ocupando espaços e reivindicando seus “territórios tradicionalmente ocupados” (ALMEIDA, 2008). Nesse sentido, “estas novas formas de ocupação e uso comum dos recursos naturais emergiram pelo conflito, delimitando territorialidades específicas, e não tiveram até 1988 qualquer reconhecimento legal” (ALMEIDA, 2008, p. 51).

Portanto, o reconhecimento jurídico ocorreu somente com a Constituição Federal de 1988. Começou-se por reconhecer, pela primeira vez, os territórios quilombolas com sujeitos de direito à propriedade de seus territórios coletivos. Tendo em vista que foi “[...] a partir desse momento que o Estado brasileiro passou a responder às demandas de movimentos sociais e comunidades tradicionais, demandas pelo direito ao acesso a territórios tradicionalmente ocupados. [...]” (CRUZ, 2014, p. 59).

---

Cachorros se contrapõe a essa ideia de meio ambiente, pois para ela a concepção de meio ambiente converge com concepção do próprio opressor. Para ela, a comunidade está entrelaçada às questões da natureza. E diz “Na capa da propaganda, do convite [empresa], está lá o carvão mineral, com a coberta. E a gente sabe que não é coberto ali, é ao céu aberto. [...] O que acontece? Eles plantaram lá... uns pés de eucalipto na margem, que é renovada, porque morre, por isso que eu não gosto desse termo meio ambiente, para mim é natureza mesmo.” E ressalta “Sou católica, respeito todas as religiões, mas dia 02 de fevereiro, foi dia de Iemanjá, e nós pedimos muita proteção, acredito nas divindades, no convívio da natureza pra mim, pra nós. **Esse território é sagrado para todos nós.**” (Relato da Maria Máxima, na oficina da PNCSEA, no Taim, dia 05/02/2022, grifo meu)

Levantando a questão jurídica-administrativa associada aos direitos territoriais, é a organizativa social que as comunidades, cujos agentes sociais, criam suas formas organizativas:

Em termos político-organizativos verifica-se neste processo social uma passagem que, respeitando a heterogeneidade de situações, pode ser assim sintetizada: as unidades sociais de referência (povos, comunidades e grupos) se transformam em unidades de mobilização, cujas práticas diferenciadas e laços de solidariedade política se consolidam em oposição aberta a antagonistas históricos e recentes, avivando uma existência coletiva traduzida pela indissociação entre os conflitos e a consciência de suas fronteiras usurpadas retratadas fidedignamente pelo mapeamento social. (ALMEIDA, 2013, p. 158)

Percebe-se que as comunidades tradicionais mobilizaram e construíram as principais pautas políticas contemporâneas, as quais perpassam: a reivindicação do direito à terra, ou seja, exigência pelo seu território de origem, pelo direito de plantar, de pescar, de produzir e existir. Contemporaneamente, as regulamentações e leis foram instituídas representam direitos adquiridos muito recentemente e que ainda estão na pauta para concretização e efetivação. Mesmo havendo mecanismos reguladores e legislações que intentam garantir a proteção do seu modo de vida, nota-se que os direitos das comunidades indígenas, quilombolas, pesqueiras etc. vêm sendo negados e, por vezes, subtraídos.

Podemos dizer que isto é uma questão intrínseca, que vêm desde a colonização<sup>20</sup>. Nessa esteira, observa-se que “[...] no lugar da concentração de terras nas mãos de ‘colonos europeus’, o ‘estado’ brasileiro às garantiu para empreendimentos minerários, dificultando o reconhecimento formal das ‘terras tradicionalmente ocupada’ [...]” (FARIAS JUNIOR, 2016, p. 299).

Atualmente, os direitos territoriais possuem fragilidades e o acesso a eles ainda é bastante limitado. Esses direitos só se tornaram possíveis juridicamente graças à agenda política dos movimentos sociais:

Essas novas formas de agenciamento político implica uma ampliação das pautas de reivindicações e a criação de “novas agendas políticas”. Os novos movimentos lutam não só contra a desigualdade - pela redistribuição de recursos materiais, a terra - mas também pelo reconhecimento das diferenças culturais, dos diferentes modos de vida que se expressam em suas diferentes territorialidades. Não se trata simplesmente de lutas fundiárias por redistribuição de terra, está em pauta também o reconhecimento de elementos étnicos, culturais e de afirmação identitárias das comunidades tradicionais, apontando para a necessidade do reconhecimento jurídico de seus territórios e territorialidades é necessário. É nesse processo que ocorre um

---

<sup>20</sup> Percebemos essa relação quando “[...] os recursos naturais latino-americanos condicionaram o período de colonização de continente pelos espanhóis, portugueses, holandeses, franceses e inglês. Estes deixaram como forte herança a ideia de desenvolvimento econômico baseado na monocultura agrícola e/ou na exploração, até o esgotamento ou extinção dos recursos naturais. [...] O modelo dos colonizadores permaneceu mesmo após a Independência política. Eles foram substituídos principalmente a partir do início do século XX, pelos americanos, e as multinacionais, aliadas à elite cultural e econômica do continente. (REIGOTA, 2010, p. 49)



deslocamento não apenas semântico (da terra ao território), mas um deslocamento epistêmico, político e jurídico. (CRUZ, 2014, p. 61)

Diante desse contexto, para efetivação da proteção social e ambiental, toma-se como base a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, vindo a entrar em vigor no Brasil e se cumprir com o só o Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Foi a partir dessa Convenção, que se deu a legitimação aos povos e comunidades tradicionais de serem consultados antes de qualquer empreendimento ser instalado no local – o que se denomina Consulta Prévia – todavia, esta consulta não é efetivada na prática.

Essa situação, efetivamente, é percebida quando ocorre a instalação dos megaprojetos dentro dos territórios e das comunidades tradicionais. Consta-se que a sua entrada ocorreu de forma arbitrária, repressiva e abusiva e mando do próprio Estado. Em contrapartida, o processo de titulação e efetivação dos direitos territoriais ainda andam em passos lentos. Muitas comunidades que reivindicam sua titulação, passam por processo que se arrasta por anos e ainda são poucas comunidades tradicionais que são tituladas.

Com a legislação da Convenção nº 169 da OIT, levou-se posteriormente a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), viabilizada pelo Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Logo, a PNPCT, no artigo 3º, entende como comunidade, território e sustentabilidade:

I – Povos Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais que possuem formas próprias de organização social que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural social religiosa ancestral e econômica utilizando conhecimentos inovações e práticas gera dos e transmitida pela tradição

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural social e econômica dos povos e comunidades tradicionais sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária observando no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas respectivamente o que dispõem os artigos 231 da Constituição e os 68 do ato de disposições constitucionais transitórias e demais regulamentação.

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Salienta-se que no campo do Direito, percebemos que ainda não é discutido a fio os conflitos territoriais, o que acaba dando brechas de criação de leis para que as empresas possam explorar e expulsar as comunidades tradicionais, mesmo com todas as legislações de proteção às comunidades tradicionais, uma delas encontra-se no art. 3º, os objetivos específicos da PNPCT.

Pontuaremos algumas delas, logo, tecer alguns comentários: tendo **“I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios e o acesso aos recursos naturais que**

**utilizam para a sua reprodução cultural e económico;”** – Este objetivo sendo de extremamente importante, atualmente, não se garante o acesso ao recursos naturais, pois onde tem empreendimentos, têm degradação – “[...] **IV- garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;**” - Observamos o oposto dessa garantia, comunidades sendo desapropriadas e sofrendo remoção sem o diálogo – “[...] **XIV - assegurar o pleno exercício de direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais sobretudo nas situações de conflito ou ameaça a sua integridade;**” – as relações de conflito contra os megaprojetos e as ameaças são constantes, assim, resultando em morte de várias lideranças que combatem os empreendimentos – **“XV - reconhecer proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos práticos e o usos tradicionais”** – percebe-se que os órgãos ambientais e Estado fazem pouco caso em relação a promoção dos direitos das comunidades tradicionais, dão preferência aos empresários – **“XVI - apoiar e garantir o processo de formalização institucional quando necessário considerando as formas tradicionais de organização e representação locais e”;** **“XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva promoção de tecnologias sustentáveis respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais valorizando os recursos naturais locais e práticas saberes e tecnologias tradicionais.”** – por falar em garantia de instituições de proteção, algumas são corrompidas pelo próprio sistema. Tecnologia é algo que não é acessado pelas comunidades, muitos menos se observa valorização de tecnologia sustentável para diminuir as perdas feitas pelos megaprojetos.

Portanto, analisa-se que os conflitos territoriais a partir da realidade das comunidades tradicionais brasileiras, na atualidade, percebemos que existe uma luta permanente em contexto enraizado pelo poder hegemônico, que advém das oligarquias, do monopolismo de empresas privadas e internacionais. Adentra-se ao território com retóricas de desenvolvimento local, mas trabalha para a exploração territorial. Tomando como exemplo, hoje em dia o agronegócio deixa marcas de exploração e perda de território do povo e comunidade tradicional.

É por isso que surge a articulação com o movimento social, pois este contribuiu diretamente para a organização das comunidades tradicionais. Numa agenda política que possui sensibilidade nas causas sociais, na valorização das identidades pesqueiras e dos saberes tradicionais. Levando em consideração que a participação por um lado deve compreender a formação dialógica como processo de formação política e consciente da *comunidade local*, a qual precisa preservar seus saberes e tradições. (SAQUET, 2014).

A partir de então começa a esboçar-se na Amazônia uma nova “geografia” que aponta o processo de emergência de diversos movimentos sociais (índios, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco etc.), que lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais como elemento de “(r)existência” das “comunidades tradicionais”. Trata-se de movimentos sociais de “(r)existência” pois não só lutam para “resistir” contra os que exploram dominam e estigmatizam essas populações, mas também por determinada forma de “existência”, por um determinado modo de vida de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar. (CRUZ, 2014, p. 51-52)

A partir dessa manutenção da injusta relação de propriedade e de trabalho que ocorrerá o êxodo rural. Fica fácil de imaginar as condições impostas pela conjuntura socioeconômica, pois, “[...] sem outra esperança que não seja colher o suficiente para sobreviver, os mais miseráveis enfrentam a escolha entre fatalismo dos desesperados [...] e a migração forçada para a cidade [...]” (BOURDIEU E SAYAD, 2006, p. 46). Os fluxos migratórios resultarão no processo de territorialização.

Logo, o contexto da formação dos territórios apresenta-se a partir das narrativas histórica, social e imaterial, cultural, memória de vida dos povos e das comunidades que lutam pela descolonização, pela liberdade, pela justiça e contraposição às tensões locais e conflitos de terras. “Sob este prima as ‘comunidades tradicionais’ passam a ter uma expressão política-organizativa com critérios de representatividade próprios.” (ALMEIDA, 2008, p. 52).

Nessa ótica, as comunidades tradicionais possuíam suas práticas e lutas territoriais, cabe aqui retratar os territórios pesqueiros, que se identificam e se reconhecem enquanto pescadores artesanais/profissionais. “Os pescadores são aqueles que utilizam os recursos pesqueiros extraídos ou coletados, apreendidos ou capturados em água doce e/ou salgada para fins de consumo comerciais ou domésticos” (SANTOS, 2018, p. 60)

As comunidades pesqueiras possuem riquezas culturais diversas, múltiplas religiosidades, crenças, danças e festejos. Suas manifestações mais conhecidas são as cirandas, o coco e o samba de roda, o samba de veio, o fandango, os bordejos e a puxada de rede. No campo da fé, as devoções a São Pedro, padroeiro dos povos pesqueiros do país, unem as crenças dos pescadores e das pescadoras. (DORNELAS, 2014, p. 1).

Entende-se que a categoria pescador decorre pelo novo significado, passando a incorporar uma expressão autônoma no processo produtivo e identitários levando a terem capacidade de organizar politicamente e se organizar dentro dos movimentos sociais (ALMEIDA, 2008). O mar e a pesca representam elementos inter-relacionais e simbólicos dos pescadores, sendo retratado de forma afetiva e correlacionadas à sobrevivência e existência das suas relações sociais. “As comunidades tradicionais pesqueiras são assim chamadas por terem na pesca a sua principal atividade, desenvolvida em espaço de terra e água conhecidos como

território pesqueiro” (DORNELAS, 2014, p. 1). E essa tradição da pesca remete ao conhecimento que norteia o traçado da rede de pesca, na construção da embarcação e no conhecimento dos mares, da lua.

Isto leva às concepções em torno do sentimento de pertencimento dentro das relações territoriais, de forma subjetiva no território pesqueiro, percebe-se o sentimento de pertencimento com terra, com o mar, com a pesca, com o local de origem. Tais questões estão relacionadas, muitas das vezes, com a história de vida de cada agente social no território. Além disso, “a relação que estabelecem com o outro, com o lugar no sentido de fazer daquele espaço habitado o “seu lugar”, mostra também o sentimento de pertença estabelecido entre si e com o ambiente [...]” (RIBEIRO, 2016, p. 63).

Partimos da concepção de que o território pesqueiro concebe os “elos de continuidade com seus locais de origem continuam a existir” (HALL, 2003, p. 65). Logo, o conhecimento da pesca é repassado de pai para filho, sendo assim, um conhecimento acumulativo, empírico e reproduzido (SANTOS, 2018). Esses saberes partem da concepção de que para os “pescadores esse é um ofício ‘herdado de seus pais, parentes ou até mesmo do mestre’ que lhes ensinou as técnicas e artes de pesca. Tais ensinamentos foram transmitidos de forma oral ou pela observação, e encontram-se guardadas em suas memórias” (SANTOS, 2018. p. 63)

O território pesqueiro além de ter suas íntimas relações com os mares, os manguezais, lagoas, dependem exclusivamente desse ambiente para o trabalho, subsistência e sobrevivência. Desse modo, os mangues e os igarapés, que cercam boa parte do território litorâneo maranhense, visam a sobrevivência social dos pescadores, sendo também local importante de vivência e reprodução de várias espécies marítimas, como de peixes, mariscos, até mesmo pássaros e aves, como é caso guará vermelho.

Entretanto, esse modo de vida está sendo colocado em risco pelo avanço dos megaprojetos, além da fragmentação e diminuição das leis de conservação ambiental e proteção dessas comunidades tradicionais. O que leva a uma luta árdua no processo de continuar no território, como na luta pela manutenção e preservação dos recursos naturais.

É importante frisar que:

Os territórios são fundamentais para que as comunidades tradicionais pesqueiras possam continuar a existir enquanto grupo social diferenciado para que as futuras gerações continuem no exercício da pesca e ocorra a transmissão de seus conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios, os astros e os diversos pescados. Enfim, para descobrir conhecimentos tradicionais dos pescadores e pescadores [para que] sejam preservados. (SANTOS, 2018, p. 29)

Pensando no contexto maranhense, é importante considerar que as comunidades pesqueiras estão inseridas e ocupam esses territórios pesqueiros, a partir da localização central em torno da implantação dos megaprojetos estão nos territórios constituindo como arena de conflito, ou seja, muitas comunidades acabam ficando nas fronteiras das áreas industriais e portuárias, fazendo com que se ecloda em espaço de conflito devido a esses megaprojetos, sendo capital nacional ou estrangeiro.

É nesse território incide as relações de coletividade, de afetividade e de comunidade, logo, as questões de pertencimento estão inseridas nas estruturas sociais e orgânicas do território. Esta é uma manifestação que precisamos construir enquanto aporte teórico para assim entender as questões sobre as mobilizações e reivindicações da comunidade.

### 1.1 TERRITÓRIO VIVO: “REFERÊNCIA DE QUEM SOMOS<sup>21</sup>”

Resgata-se o conceito de território elaborado por Almeida, o qual dá significativa conceituação sobre territorialidade e território, buscando perceber que “a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força” (ALMEIDA, 2004, p. 10). Sendo que aquela corresponde a maneira de ser e de viver das comunidades tradicionais, a partir da sua reprodução física, cultural, social e religiosa e diante das relações sociais, afetivas e de solidariedade (ALMEIDA, 2004). Nesse conceito, acrescenta-se o território, que vai muito além de uma extensão e delimitação de área, conectando-se com a identidade e representação do grupo social ali inseridos. Isso ocorre por meio dos vínculos de solidariedade ou afeto.

Um dos elementos centrais desta discussão é que hoje na Amazônia não se pode mais pensar no problema de ecossistema através da categoria *terra* simplesmente ou de uma mera oposição entre *terra* e *território*. Tem-se que considerar as vantagens de teórica de se pensa-lo a partir de um processo de territorialização, pois esta categoria envolve o sujeito da ação implicando uma numa construção social. [...] (ALMEIDA, 2010, p. 27, grifo do autor).

Entende-se que diante dessas questões que a territorialidade se concebe enquanto componente específicos na formação e organização dos grupos sociais, aqui situados como agente sociais, pois estes são dotados de inteligibilidade e que movimenta como Bourdieu situa (1989, p.81) “[...] em função dos interesses associados às diferentes posições e do *habitus* dos

---

<sup>21</sup> Frase proferida pelas comunidades tradicionais em reunião no território do Rio dos Cachorros no dia 17 de outubro de 2020. Na dinâmica inicial foi questionado: o que território é para você? E a resposta foi: o território é “referência de quem somos”.

seus ocupantes, se geram as <vontades> e no qual se define e se redefine continuamente, na luta [...].”

Para tanto a conjugação conceitual **território-lugar** é muito importante, pois é uma das formas para compreender e explicar as relações de poder as identidades, os pertencimentos, as diferenças etc., gerando subsídios para a transformação no sentido a que estamos aludindo. O território-lugar constitui-se numa relação espaço-tempo em que o povo vive, sente, percebe, aspira, sofre, interage (social, espiritual e naturalmente), coopera, disputa, luta, resiste, degrada, preserva, é extorquido, explorado, insubordinado [...] (SAQUET, 2014, p. 27).

Nesse sentido, a identidade é incorporada à territorialidade. Para Saquet (2014), a identidade é constituída diante da organização social e territorial para que se possa construir a resistência ao mercantilismo, ao industrialismo e ao mercado financeiro. É dentro do território que se constrói as relações sociais, relações sociedade-natureza, além das conexões e redes de cooperação, solidariedade, diálogo (SAQUET, 2014, p. 21 e 27)

Nessa perspectiva a “[...] comunidade é a depositária da gama completa dos valores culturais, normas, atitudes, sentimentos e relações” (TURNER, 1974, p. 27). Apreende-se, nesse contexto, que a identidade do grupo social étnico se revela na politização e nas formas de mobilização dos agentes sociais envolvidos no território, que a partir do conflito, passaram a pressionar com ações em contraposição aos seus antagonistas (empresas e Estado).

Levantando a questão de que a comunidade é constituída por uma relação de corpos, de caráter orgânico, e que o costume e religião. Por isso, a comunidade passa a ser constituída pela heterogeneidade, então, vista como toda vida social de conjunto íntima, interior e exclusiva. (BRANCALEONE, 2008, p. 102).

A principal configuração desta ruptura concerne a um quadro de intensas mobilizações políticas destes agentes sociais articuladas tanto com o advento das categorias de autodefinição, quanto com a emergência de formas político-organizativas específicas. Ambas convergem para uma identidade coletiva objetivada em movimento social, notadamente a partir de 1985-86, no âmbito das discussões que perpassaram a Constituinte e foram incorporadas a Constituição Federal de 1988.” (ALMEIDA, 2013, p. 137)

A partir das manifestações e representação sociais, as identidades aparecem como “novas identidades coletivas”, o que oportunizam, na sua essência, uma íntima relação com a luta pela identidade como meio de resistência às pressões políticas e econômicas externas. “A identidade é resultado de uma construção social que está sujeita a mudança. [...] afirmação identitária, os atores sociais, considerando sua história e cultura, agem de acordo com os interesses materiais e simbólico do momento.” (LIMA, 2009, p. 237).

As categorias território e territorialização sinalizam uma riqueza de descrição da localidade e sua caracterização enquanto local etnográfico, mas que vem sofrendo os efeitos

sociais das implantações dos megaprojetos e mudanças de sociabilidade devido às transformações socioeconômicas e globais. Compreende-se, nesse ínterim, que a definição de território como categoria de análise nos faz refletir sobre o local, o qual “traduz-se no mundo do vivido e revela a força do lugar, por meio da mobilização de um grupo que afirma suas territorialidades específicas.” (ALMEIDA, et al, 2020, p. 165).

Para tanto, ao sobressair a identidade enquanto grupo, neste caso como pescador, assume internamente as formas dessa organização, paulatinamente, afloram-se a lutas por sua resistência dentro do território enquanto comunidade tradicional cuja origem é pesqueira. “Sob esse aspecto, pode-se asseverar que está frente a um entrelaçamento entre os povoados e entre as distintas territorialidades que, a despeito dos diferentes nomes de famílias e suas respectivas redes de relações sociais, consolidam uma forma identitária e de pertencimento a um mesmo território étnico.” (ALMEIDA, 2006, p. 149)

Dito isto, é relevante refletir que o território tradicional abrange áreas litorâneas, manguezais e babaquais, a partir dos quais constrói suas relações para sua autodefinir-se como identidade e grupo social pesqueiro. Importa assinalar que o território vem permeado de múltiplas e complexos processos sociais que salienta para a relação do seu modo de viver, as tradições, os costumes. Estando imbricado a questão de vínculo família e relações afetivas, do pertencimento e da própria identidade. Com isso, leva-se a percepção sobre a categoria do pertencimento, em pertencer àquele território.

O pertencimento indica autodefinição e reconhecimento com os fatores identitários. Isto se expressa nos saberes, nas práticas, nas crenças religiosas, nas tradições culturais. É dentro do território que os agentes sociais acionam sua heterogeneidade, propicia o pertencimento, por isso, a identidade representa um mecanismo de defesa e que constitui resistência. Portanto, o território vem ser percebido como local de resistência, onde possui conflito, mas que é constituído por relações divergentes, mas também por interesses coletivos, enquanto grupo. Assim, os grupos acionam seu pertencimento ao território como ferramenta de luta política.

Aliás, foi exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra, que me motivaram a refletir novamente sobre a profundidade de tais transformações no padrão ‘tradicional’ de relações políticas. (ALMEIDA, 2008, p. 10)

Conforme Cardoso de Oliveira (1976, p. 118), “a noção de identidade contém duas dimensões: a pessoa (ou individual) e a social (ou coletiva)”. Nesse processo observa-se que as

duas dimensões se correlacionam. O que é possível perceber quando há emergência no grupo ao se identificar como tal, sendo assim uma relação de tornar uma consciência de sua própria história, ou seja, de sua historicidade (Id., Ibid.,).

Os grupos cujas identidades interagem dentro do processo local – que circunscreve diante do cenário político. Então, é a partir do reconhecimento do território que se alinha às pautas de reivindicação, enquanto organismos sociais. A partir do ponto de vista de Barth (2000), pode-se dizer que os grupos étnicos - aqui o pescador remete a grupo específico - não possuem suas diferenciações culturais. Ele considera de antemão como ponto de partida teórica, o fato de que grupos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores, assim, é possível construir formas organizativas para interações entre as pessoas.

Aponta-se uma primeira análise, pautada em uma visão mais geral, em vez de ser empregar tipologia de formas de grupos e de relações sociais, explora-se os diferentes processos que parecem envolvidos na geração e manutenção dos grupos. E segundo, seria necessário observar os processos sendo necessário trocarmos o foco da investigação da constituição interna e da história de cada grupo para as fronteiras e sua manutenção. Enquanto grupo este relaciona-se no campo da interação diante dos jogos de interesses.

Conforme Barth (2000) demonstra, a identidade é relacional e situacional. A partir de seu estudo, compreendemos como os grupos se definem com base nessa forma de organização social. Isso implica aspectos relacionados à identidade específica, que levam à diferenciação em relação a outros grupos ou à sociedade.

Tomando como pressuposto o pensando teórico de Barth (2000), diante da perspectiva apresenta-se como definições do grupo étnicos a designação de uma população que: 1) em grande medida se autoperpetua do ponto de vista biológico; 2) compartilha valores culturais fundamentais, realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais; 3) constitui um campo de comunicação e interação; 4) tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem (BARTH, 2000, p. 27).

Com relação ao grupo específico, que transcorre pela comunidade pesqueira, singulariza no grupo social atrelada a pesca enquanto ocupação, mas diante da fronteira do território é expresso enquanto prática organizativa e pelo reconhecimento de sua luta enquanto grupo, que reivindica seus direitos dentro do “território específico”. Para Menezes (2014, p. 85-87), quando a identidade coletiva se relaciona à ocupação econômica isto acaba manifestando os seus conhecimentos tradicionais e criando caminhos de politização.



Logo, neste estudo a comunidade pesqueira não pode ser caracterizada enquanto grupo étnico, mas vinculada ao seu caráter relacional dado por seus conhecimentos tradicionais, o qual incorpora socialmente a maneira própria de existência e elabora sua própria narrativa, memória e história. Trazendo nas suas relações sociais o movimento, as contradições e os conflitos. Portanto, categoricamente, as questões em torno dos “[...] ‘posseiros’, ‘colonos’ e pescadores sugerem denominações de uso local e de condições econômicas [...]” (ALMEIDA, 2011, p. 17)

A própria categoria “populações tradicionais” tem conhecido aqui deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. Ela designa, neste sentido, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e **pescadores** que tem se estruturado igualmente em movimentos sociais. A despeito destas mobilizações e de suas repercussões na vida social, não tem diminuído, contudo, os entraves políticos e os impasses burocrático-administrativos que procrastinam a efetivação do reconhecimento jurídico formal das “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2003, p. 38, grifo meu)

Por isso, a Comunidade Camboa dos Frades é pensada como o lugar, onde emaranham-se os domínios sobre território pela lógica do modo de produção capitalista. Isto reforça a necessidade de identificação do grupo enquanto comunidade pesqueira, inclusive como território tradicional dentro da fronteira de poder. Trata-se de compreender “as mobilizações que expressam agrupamentos também reforçadas nas fronteiras e nas alianças políticas entre os agentes sociais.” (MENEZES, 2014, p. 11)

De acordo com Augé (1994) o território possui três características, importante ser situado aqui, o qual destacam-se: 1) identitários, 2) relacionais e 3) históricos. Acrescenta ainda que este lugar é histórico “a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele [lugar] se define por uma estabilidade mínima”. (idem, p. 53). Ele situa que esse lugar é onde os antepassados construíram suas moradas, sendo o “lugar de memória”. Logo, os seus habitantes não só fazem história, como estão dentro da história e há um local que é sagrado para estes. Por isso, compreende-se que “[...] nascer num lugar, ser designado à resistência. Nesse sentido, o lugar de nascimento é constitutivo da identidade individual [...]”. (AUGÉ, 1994, 52). Deixando claro que o território pesqueiro potencializa as questões da identidade, bem como o pertencimento e a resistência.

O que deixa claro por meio de que:

Os saberes tradicionais no em torno da atividade pesqueira requerem a compreensão das relações que se estabelecem entre as comunidades de pescadores e o território

pesqueiro, configurado por lugares que expressam suas relações simbólicas e materiais, além de estabelecerem relações de reciprocidade dos pescadores entre si e com os ecossistemas em que vivem. (SANTOS, 2018, p. 16)

Assim, a identidade é formada pelos agentes sociais e está intrinsecamente ligada à sua vida cotidiana, incluindo tradições e cultura. Onde particularizam as determinadas relações sociais, evidenciando o reconhecimento enquanto grupo social e de suas lutas. Isso corrobora com o entendimento, que o território estar para além do aspecto socioeconômico, pois o território exterioriza o mundo vivido e evidencia a força do lugar, desse modo, as mobilizações do grupo vem reafirmando sua territorialidade específica. Isto manifesta através dos conflitos e do acirramento da luta, pois os agentes visam a conquista e a permanência no local. (ALMEIDA, et. al, 2020, p. 165).

Aqui destaca-se que a “[...] cultura tem ao mesmo tempo um aspecto coletivo e individual, derivado do fato de a constituição psíquica só se dar na relação com os outros” (SILVA, 2012, p. 48). Particularidades que nutrem a continuidade dos seus costumes e crenças, assim, fomentando a construção das suas lutas para obter e identificar-se enquanto comunidades tradicionais, já que as reivindicações estão pautadas no direito territorial, assim, defendendo a sua terra para as próximas gerações.

Esse processo pode ser visto como forma de descolonização do território, já que a partir do “[...] século XXI, em que está se formando e se expressando a consciência democrática de uma nova fase de civilização, que sucede à descolonização e às medidas de colonialismo interno, com pleno reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.” (ALMEIDA, 2013, p. 170).

Para tanto, a identidade pode ser vista em dois ângulos objetivistas, o qual corresponde à língua, cultura, religião/crença e a subjetivista que antecede o indivíduo e perpassa o pertencimento. Por isso, a identidade coletiva se fixa na identidade cultural, portanto trazendo novas configurações ao território. A cultura é produto de um momento histórico da humanidade. Não depende somente do espaço ou região onde ocorre o fato social, mas sim do tempo, da história. Por isso, a percepção de que a cultura é heterogênea, dialética e subjetiva, já que a formação da sociabilidade concentra nas relações culturais, “[...] cultura é uma ‘unidade de identificações’, isto é; uma entidade orgânica que essencializa a identidade.” (SODRÉ, 2017, p.12).

Nesse sentido, esta questão que leva paulatinamente a discussão da cultura que perpassa a identidade e o pertencimento das comunidades tradicionais. Neste estudo, foi incluído o aspecto social do território pesqueiro. Com isso, salienta-se que “[...] A

territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 29).

Frente a isso, a identidade é refletida e bastante debatida no contexto da globalização, pois nessa conjuntura apresenta-se a dualidade entre redistribuição x reconhecimento do território (FRAZER, 2002). Nessa lógica, a questão de redistribuição foi alterada para o reconhecimento. É necessário, também, entender que nesse processo de reconhecimento dos direitos, a unidade de mobilização social está diante das reivindicações sociais dessas comunidades.

## 1.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E O DIREITO TERRITORIAL

Aqui iremos abordar um pouco do histórico dos direitos das comunidades tradicionais, tentando fazer uma abordagem correlacionada aos direitos a nível de Brasil para que possamos mencionar algumas leis a nível estadual. Assim, pondo questões com relação aos instrumentos e arcabouço jurídicos que viabilizam uma rede de proteção, para assim, paulatinamente, definir e discutir sobre a categoria reivindicação social e mobilização social. Logo, construir argumentos acerca das comunidades tradicionais é também buscar as legislações que tange o direito dessas comunidades em contraposição aos megaprojetos.

Observamos que, a partir das lutas sociais, que o grupo social se auto-identifica enquanto pescador para que se construa as formas de organização, assim, fortalecendo sua mobilização e buscando conceber as pautas de reivindicação na coletividade. O que conecta o grupo social a sua organização política e social. “Portanto, enquanto sujeitos de direitos, lutam pelo reconhecimento da sua identidade e do seu território. Esse último, que é uma das suas principais expressões materiais, e por isso, possui grande importância para elas.” (PEREIRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2021, p. 5).

A mobilização social está pautada na centralidade das questões socioambientais, que refere às mudanças e transformações socioambientais que os megaprojetos trazem para as comunidades tradicionais, tais como: a poluição de mares, rios/lagos, em consequência a contaminação do solo e da pesca e destruição de florestas nativas, dos babaçuais, dos manguezais. Tudo isso, são questões retratadas pelas lideranças e pelos povos das comunidades tradicionais, que levam suas demandas e reivindicações a partir das suas mobilizações.

Entretanto, para adentrar a esse contexto, o processo de mudança pelo direito a terra, é preciso compreender como perpassa a situação colonial e como esta levou aos problemas fundiários e também de demarcação, bem como a distribuição de terras sem princípio de igualdade, levando ampliação dos conflitos de terras, ocasionando, contemporaneamente, na luta pelos direitos territoriais. Desde o período colonial, aquele sistema foi erguido pela violência colonial, no qual está associada ao processo de desapropriação.

No início, com a invasão dos portugueses, o povoamento do Brasil ocorreu de forma repreensiva, e com principal objetivo de exploração, que teve início ao extermínio do povo indígena e de sua cultura. No século XVI, em meado de 1534, que o Brasil acaba sendo dividido em capitanias hereditárias (MEIRELES, 2008). Diante da vasta extensão de terra brasileira, a distribuição de terra perpassou pelo processo sesmaria resultando em processo seletivo de concessão, onde a terra era repassada ou doada para as ricas famílias dos colonos, sem nenhuma divisão de porção para as famílias pobres ou posseiros (NOZOE, 2006). Esse processo consistiu em repartição das terras, “tendo sido concebida para solucionar questões peculiares ao reino português de fins do século XIV, a aplicação da lei das sesmarias no extenso e inexplorado território da colônia brasileira [...]” (NOZOE, 2006, p.589).

Para Nozoe (2006), as consequências dessas distribuições de terras acabaram por levar:

O acirramento dos conflitos armados e das disputas judiciais entre detentores da terra parece estar na base das normas legislativas de amparo aos ocupantes destituídos dos títulos formais das áreas concebidas a sesmeiros.

Desde fins do Setecentos, as autoridades responsáveis pela administração colonial vinham expedido uma série de normas tendentes a proteger os detentores de posses parcelas de terra, sem qualquer outro título legalmente válido. Decreto aprovado em 1781 ordenava que as medições e demarcações de sesmarias requisitos tornados obrigatórios, a partir de 1753, para a confirmação de concessões - deveriam ser feitas sem prejuízo de qualquer possuidor que tivesse culturas no terreno [...]. O encaminhamento da legislação fundiária no sentido do fortalecimento das posses foi momentaneamente interrompido após a publicação já citado alvará de 1795 e retomado e aprofundado somente depois do retorno de D. João a Portugal.

Tão logo assumiu a regência do reino, D. Pedro assinou uma carta régia, endereçada ao governador da capitania Paulista na qual afirmava a proteção a posseiros. (NOZOE, 2008, p. 598).

Mesmo com as transformações ocorridas naquele século, a economia brasileira ainda era arcaica e conservadora, tendo o sistema agrário ainda primário, onde se observa como produto: o café e o trabalho escravo. “Apesar da funcionalidade das posses, a crescente incorporação à produção para exportação de áreas previamente desmatadas e valorizadas por posseiros acirraram as disputas fundiárias” (NOZOE, 2006, p. 597). Devido a esses motivos e as condições despovoamento de extensas porções de terra brasileira, cria-se a Lei 601 de 1850, mais conhecida como Lei de Terra de 1850.

Trocando em miúdos, a Lei de Terra de 1850 tentou legislar a questão fundiária no império brasileiro. Assim, organizando as “terras devolutas”, que eram terras devolvidas para a Coroa, já que o concessionário não cumpria com as condições impostas para utilização da terra, que precisaria ser ocupada e com objetivo estrito de cultivar as terras. Nesse sentido, a terra passa a ser vista como uma mercadoria, por sua vez, quem tomaria posse, seria aquele que pudesse pagar. Situada no art 14º desta lei, implícita que “fica o governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta pública, ou fora dela, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser posta á venda, guardadas as regras” (Lei nº 601, de 18/09/1850).

Nesse caso:

[...] marcado por uma grande ampliação das áreas territorial economicamente explorada, a posse, a ocupação, constitui na prática, o principal modo de aquisição do domínio privado sobre aquelas terras. Esse fato pode ser tomado como elemento explicativo adicional para a morosidade com que se buscou uma legislação alternativa, baixada apenas quando, à questão fundiária, sobreveio a questão do trabalho. A falta de ordenamento jurídico parece ter, todavia, acarretado grave proliferação de prélios fundiários. [...] em São Paulo, dois terços dos delitos tinham como causa as turbações em torno da propriedade da terra.

Além precisar o conceito de terras devolutas e a de proibir aquisição o por outro título que não a compra, a lei de Terra - denominada pela qual ficou conhecida a proposta aprovada pelo Legislativo em 1850 - incluiu o dispositivo sobre as condições para a revalidação das doações passadas, bem como as normas para a legitimação das posses mansas e pacíficas. A existência de ao menos um princípio de cultura e de morada dos sesmeiros (ou do posseiro), ou seu representante, no terreno passaram a constituir cláusulas comuns de legitimação de sesmarias e de posses. (NOZOE, 2006, p. 602)

Circunstancialmente, “tanto as sesmarias quanto a Lei de Terras contribuíram de forma contundente para os dilemas enfrentados ao longo da história, com relação à utilização e concentração fundiária” (SILVA, 2020, p. 36). É nesse cenário que “a estrutura agrária concentrada, viciosa, vigente desde o tempo das capitânicas hereditárias, agravou-se ainda mais com a Lei de Terras de 1850, e continua até hoje, conservadora” (MIRANDA, 2010, p. 68).

De acordo com Miranda (2010, p. 51-52) a questão agrária no Brasil perpassaram por algumas fases, que foram: 1) Em 1930-1945 houve o surgimento da questão agrária subordinada pelas mudanças internacionais do capitalismo, marcado pelos projetos de colonização, 2) O período de 1945-1964/1965, a questão agrária era vista como empecilho para o desenvolvimento, assim, esse momento é marcado pela ‘substituição de importações’, e por último, 3) Contexto de 1966-1990 era assinalado pela modernização autoritária, que perpassa pela despolitização do campo, o que acabou por introduzir os padrões técnicos de produção e produtividade.

A partir de então, as questões das terras foram tratadas de forma parcial e de forma injusta. De modo geral, observamos, depois da Lei de Terra de 1850, a criação:

[...] O estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, aprovada pelo governo Castelo Branco era alternativa para solucionar o problema Agrário. Pelo artigo 97 desta lei, que diz: ‘Todo trabalhador agrícola que a data da presente lei, tiver ocupado, por 1 ano terras devolutas terá preferência para adquirir um lote, da direção do módulo da propriedade da terra’. Parecia que o governo promoveria a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos entretanto a realidade foi outra. As ações discriminatórias do Governo Federal e dos Governos Estaduais para declarar de quem era a terra não ocorreram. (MIRANDA, 2010, p. 68).

Como já foi mencionado anteriormente, as questões que abrangem os direitos territoriais perpassam por um contexto mais contemporâneo. Em referência às lutas pela efetivação dos direitos sociais, civis e políticos, se perdurou no processo nos anos de 1980 a 1990, a partir dos movimentos sociais e de base. O que se percebeu foi que “durante séculos, os movimentos sociais do campo tentaram romper com essa estrutura de poder, por meio da luta pela terra” (MIRANDA, 2010, p. 79). Logo, o direito à “terra”, só foi promulgado com a Constituição Federal de 1988. E quando diz que todos são iguais perante a lei, qualquer cidadão precisa ser garantido o direito à propriedade (Art. 5º da CF 88).

Essas legislações apresentam as formas legais e jurídicas de proteção e conservação das comunidades tradicionais, percebendo também a preservação da cultura, do meio ambiente e o modo de vida e do território, enquanto lugar que viabiliza o reconhecimento étnico e social. Nesse cenário podemos observar as leis que fomentam a busca por esse reconhecimento e as garantias que foram apenas algumas, as que achei importante do aspecto mais legislativo, muitas outras foram criadas para legislar a favor dos povos e comunidades tradicionais. Até os dias atuais, ainda está sendo fomentado aparatos legais. Portanto, o aporte legal tem como análise a necessidade de perceber que “a problemática do processo de reconhecimento e garantia de direitos vem perdurando há tempos.” (PEREIRA; RODRIGUES; SANTOS, 2021, p. 5).

Para situar tais questões que tangenciam os direitos territoriais, montei o quadro abaixo, mediante ao levantamento bibliográfico dos regulamentos que situam os direitos das comunidades tradicionais, assim, buscando compreender as garantias de direitos dos povos e comunidades tradicionais. Além disso, vem situar as leis, os regulamentos e os direitos que tangenciam os povos e comunidades tradicionais, observando suas definições e características, aqui não por todas as leis vigentes, mas considereirei algumas, que a meu ver são relevantes para os povos e comunidades tradicionais.

Tabela 1 - Direitos Regulamentados para Comunidades Tradicionais <sup>22</sup>			
Legislação	Ano	Descrições	O que define
<b>Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)</b>	1989	Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20/06/2022. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5051, de 19/04/2004 e consolidada pelo Decreto nº 10.088, de 05/11/2019.	Apresenta-se como Instrumento internacional. A Conversão Internacional deliberou a proteção do modo de vida tradicional, bem como a cultura, costumes, trabalho e a forma de viver. Observada tanto nos artigos 5º ao 7º, 12,14, 15 e 16.
<b>Constituição Federal de 88</b>	1988		Constituição Cidadã. Por meio do artigo 215, determinou que o Estado proteja as manifestações populares, indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos. Já no artigo 216, garante que o Poder público deve proteger o patrimônio cultural.
<b>Decreto nº 2519 de 16 de março de 1998</b>	1998	Convenção da Diversidade Biológica (CDB)	A partir do Eco-92, ocorrido no Rio de Janeiro. Foi assinada em 1992, a CDB, no Brasil só passou a valer em 1998, com assinatura do Decreto 2519. Tendo como objetivo buscar conservação e proteção do ecossistema e biomas da terra, com a proteção das comunidades tradicionais que vivem e tem ligação com recursos naturais.
<b>Decreto nº 4.887/2003</b>	2003	Direitos Específicos das Comunidades Quilombolas.	Legisla sobre procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, situado no artigo 68.
<b>Decreto Legislativo 485/2006</b>	2006	Conversão sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	Promove tanto reconhecimento como dá importância a importância da diversidade cultural.
<b>Decreto 6.040/2007</b>	2007	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Efetivou o reconhecimento dos grupos culturalmente diferenciado e deu definição aos povos e comunidades tradicionais e território tradicional.
<b>Lei nº 12.288/2010</b>	2010	Estatuto da Igualdade Racial	Foca em garantir a igualdade e defesa a população negra, mas oferece às comunidades tradicionais suporte para combate à discriminação racial ou étnico-racial.
<b>Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses</b>	2018	Aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 17/12/2018	Deu providência e garantia aos direitos dos camponeses e outros trabalhadores nas áreas rurais.

<sup>22</sup> Para a construção desse arcabouço legal, utilizou-se as coletâneas:

- 1) Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Caderno Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas. In: PATEO, Rogerio Duarte do. Direitos Humanos e Cidadania – Proteção, Promoção e Reparação dos Direitos das Comunidades Tradicionais. Belo Horizonte: Marginalia Comunicação, 2016.
- 2) Cartilha Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Organizada pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais. Ministério Público de Minas Gerais.
- 3) CUNHA, M. C da, MAGALHÃES, S. B; ADAMS, C. Alguns direitos específicos na legislação brasileira. Secção 4. In: Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021.

e Outras Pessoas que trabalham em Áreas Rurais			
--	--	--	--

Fonte: Elaboração da própria autora, 2022.

Com relação às comunidades tradicionais, para efeito de classificação e segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, as comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciado que se reconhecem como organização social que usam e utilizam o território, bem como os recursos naturais para que possa ter condição para a sua reprodução social, econômica, cultural, religiosa e tradicional, além de fazer uso comum de florestas, campos, do mar e da terra. (apud ALMEIDA, 2008).

Nesses espaços de formulações de leis e regulamentações brasileira, há a previsão de experiência com abordagem jurídica e constitucional. Isso ocorre por meio dos movimentos de reivindicação coletiva, que destacam a necessidade de ampliação e maior efetividade do poder público. Ao construir a análise histórica, percebemos que desde a Colônia, passando pela República e chegando ao Estado Democrático ainda percebemos a (in)existência, (in)eficiência e a negação dos direitos que envolvem os “povos e comunidades tradicionais”. Dessa maneira, perante o fato histórico colonial brasileiro, que atravessa as formas de violência no sistema escravista, bem como o regime de *plantation*. As violências centradas no sistema agropecuário e do agronegócio, pode ser comparada ao sistema de *plantation*, o qual se utiliza-se mão-de-obra escrava, onde se destaca a monocultura.

Aliás, atualmente, a expropriação de terras e territórios e exclusão dos direitos das comunidades tradicionais perpassam pelo interesse do agronegócio, processo de mineração, construção de hidrelétrica e das obras dos megaprojetos. Normalmente, para a economia global não é vantajoso proteger ou preservar a natureza, muito menos das culturas e das tradições dessas comunidades. O que dá lucro é explorar o local, nem que para isso precise desmatar e destruir a mata nativa, retirando as comunidades tradicionais do seu local de origem. Do ponto de vista histórico, muitas lutas foram travadas e pouca reivindicação foram efetivadas no campo político.

Vale lembrar que:

Do ponto de vista histórico cabe ressaltar que esses povos e comunidades são marcados pela exclusão não somente por fatores étnicos-raciais mas sobretudo pela impossibilidade de acessar as terras por eles tradicionalmente ocupados em grande



medida usurpadas por grileiros fazendeiros empresas interesses desenvolvimentistas até pelo próprio Estado. (MPMG)<sup>23</sup>

Com a exclusão das comunidades tradicionais e a entrada dos megaprojetos locais, eclodem a partir daí as várias facetas da questão social<sup>24</sup>. A partir dos relatos ouvindo pelas comunidades tradicionais de São Luís, com vinda dos megaprojetos também há surgimento da prostituição, violência, trabalho precarizado e mal pago, onde comunidades acabam sofrendo o empobrecimento devido à falta de renda que é gerado pela inclusão dos empreendimentos no território. “Nesse processo, a questão social, que no Maranhão sempre esteve centrada na questão da terra, nesse período se agudiza, em função da política modernizadora adotada, caracterizada pela frente de expansão monopolista na área rural do estado. (BRANDÃO, 2007, p.17).

Este fato reforça a questão da ideologia neoliberal instruída pelo governo atual, que serve como ponte para o grande capital, em que estruturas e abertura para o mercado externo, entretanto, esta política de mercado desconsidera todas as formas legais de garantia de direitos dos sujeitos das comunidades impostos tradicionais que estão inseridos nos territórios em que o processo de capelas capitalização se instala. (SILVA, 2022, p. 10).

Podemos afirmar que as desigualdades sociais geradas por esse falso “desenvolvimento” estão ligadas ao processo de desterritorialização. Além disso, “o pano de fundo remete a dispositivos que contemplam interesses de determinados setores das federações da indústria, de empreendimentos dos agronegócios, são anunciadas como as novas *plantations*, e de empresas mineradoras” (ALMEIDA, 2017, p.10-11, grifo do autor).

Ademais, as questões sociais podem também ser analisadas a partir das violações do direito territorial, pois isto perpassa pela falta de renda e da infraestrutura, onde as comunidades não têm nenhum apoio nem do governo e nem das empresas. Atualmente, percebemos que o Estado, enquanto responsável por regular, fiscalizar e promover as políticas públicas, deve garantir de forma justa e igualitária os direitos sociais, centrada na soberania popular. Além disso, há a ideia do Estado, resgatando os teóricos clássicos, como Hobbes e Locke, compreende que ele é um órgão destinado para servir o bem comum. (PEREIRA; RODRIGUES; SANTOS, 2021). No entanto, o Estado não visa, exclusivamente, proteger as comunidades tradicionais, porque isso contrapõem aos ideais do neoliberalista, a fim de obter a expansão do

---

<sup>23</sup> Cartilha Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Organizada pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais. Ministério Público de Minas Gerais.

<sup>24</sup> Questão social se caracteriza pelas desigualdades sociais (violência, desemprego, discriminação gênero e étnica, racismo ambiental, trabalho precarizado etc) que tem sua origem, advindas do sistema capitalista.

desenvolvimento. “Trata-se também de discursos, teses e estratégias políticas que pressupõem que haja margens de ação para o *poder local*, e especialmente, o governo da cidade, implementar estratégias de desenvolvimento local [...]” (SANTANA, 2005, p. 6). Produzindo processo de regulamentação e fortalecimento da entrada dos megaprojetos nos territórios.

Para Scott (2011, p. 226-227):

O Estado pode responder por diversas maneiras. As políticas podem ser remodeladas segundo expectativas mais realistas. Podem ser mantidas, mas reforçadas por incentivos positivos voltados a estimular a aquiescência e conformidade voluntárias. E naturalmente, o Estado pode simplesmente optar por empregar mais coerção. Qualquer que seja a resposta, precisamos não perder de vista o fato de que a ação do campesinato transformou o estreito, desse modo, as opções políticas disponíveis para Estado. É dessa maneira, e não através de revoltas, para não falar de pressão política legal, que o campesinato classicamente fez sentir a sua presença política. Assim, qualquer história ou teoria da política camponesa que procure fazer justiça ao campesinato como ator histórico precisa necessariamente lidar com o que chamei formas cotidianas de resistência [...].

Por isso, as políticas sociais são delineadas e precisam ser implantadas dentro do campo-rural. Uma vez que as políticas públicas vêm garantir a promoção de direitos sociais, educacionais, saúde pública, socioassistencial, assim como no combate ao racismo ambiental e as violências sofridas, além da marginalização e a discriminação histórica. Pois, tais questões, incide sobre território está interrelacionada as condições de “terras tradicionalmente ocupadas” dadas e movidas pelas mobilizações das “terras de preto”, “terras de santo” (ALMEIDA, 2008).

Construir debate em torno do território é traçar o caminho das lutas e efetivações dos direitos constitucionalizados, que se consolidam na busca pelo direito à terra e à territorialização das comunidades tradicionais, além disso, corroborando com o direito ao reconhecimento. Mesmo marcada por conjuntura de oposição e desmonte dos direitos sociais, há contínuo processo de luta e mobilização social que envolve luta e negociação. Destacamos a seguir as articulações, organizações e as mobilizações sociais, construindo a partir da experiência de luta e organização por direitos territoriais.

### 1.3 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E AS BANDEIRAS DE LUTAS

As comunidades tradicionais vêm construindo suas organizações coletivas e sociopolíticas no território. Visando desenvolver alternativas e combater a entrada dos megaprojetos para que se possa efetivar direitos sociais. Segundo Sacramento (2021, p. 28)

“diante de muitas ameaças e muitas lutas, era necessário se articular com outras/os e não mais fazer lutas isoladas no município. A luta isolada se tornou muito perigosa.”

Portanto, unir forças com movimento a nível nacional ou com outras comunidades tornou-se parte importante para construção da mobilização interna. Concordamos na seguinte compreensão, como aponta Sacramento (2021, p. 29) “o movimento a nível mais amplo ao tempo que foi um refúgio, também foi importante suporte, colaborando para dar mais visibilidade às nossas lutas”. Isso levou ao processo do antagonismo frente aos projetos industriais e a própria ação do Estado, que cotidianamente os ameaçam de deslocamento compulsório, conseqüentemente, fragilizando seu território e suas memórias coletivas, suas relações e reprodução social, pois quando família é retirada do seu modo de vida e sua relação com a terra, nega-se o seu ser (DOMINGUES, 2021).

No que se relaciona a articulação, ocorre através dos grupos – incluídos organizações da sociedade civil, universidades, sindicato e de outras comunidades. Percebe-se que as ações contribuíram para que a Camboa dos Frades obtivesse uma certa organização social para que se construísse a mobilização social. A mobilização<sup>25</sup> é expressado quando há grupo de pessoas ou comunidade que luta em prol do coletivo, assim, decide e age com propósito comum, às vezes confundida com manifestação pública, mas são categorias divergentes (TORO; WENECK, 2007).

Portanto, essa categoria se apresenta:

Mobilização é o processo pelo qual um grupo adquire o controle coletivo sobre os recursos necessários para ação. Esses recursos podem ser força de trabalho, bens, votos e muitas outras coisas, desde que são utilizáveis para agir em interesses compartilhados. Às vezes, um grupo como uma comunidade tem uma estrutura interna complexa, mas poucos recursos agrupados. Às vezes é rico em recursos, mas os recursos estão todos sob controle individual. A análise para mobilização lida com as formas como grupos adquirem recursos e torná-los disponíveis para a ação coletiva. (TILLY, 1987, p. 7)

Com a luta dos movimentos sociais e a entrada dos grupos atingidos pelos megaprojetos na agenda política se apresentam como forma de viabilizar a construção de experiência no campo sociopolítico e organizativo. Notamos que as práticas sociais e de lutas sociais estão inseridas como parte da organização social e política, que proporciona a participação social enquanto agentes sociais.

---

<sup>25</sup> Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha. Por isso se diz convocar, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsável e como capazes de provocar construir mudanças. (TORO; WERNECK, 2007, p. 13)

A maioria das pautas de luta visa em favor da autonomia, direito de ir e vir e de permanecer no local. A reivindicação do território parte da concepção de obter a consolidação e a busca do direito territorial e a ser reconhecido no campo social-cultural-político. Segundo Cunha; Magalhães e Adams (2022, grifo do autores), destacam-se como pautas transversais de reivindicação comum: a) **identidade** específica de diversos grupos tradicionais; b) **o acesso** a proteção e a governança do território em que vivem; c) protagonismo comunitário; d) **a consulta prévia**, livre e informada em casos de mudança legislações, administrativas, ou em qualquer caso de intervenção extrema sobre o território tradicional; e) **a construção de protocolos** comunitários, feitos pelas populações tradicionais, que pautem as regras de acesso de grupos públicos ou privados externos sobre os territórios tradicionais; f) **a necessidade de fortalecimento de projetos** que estimulem a educação diferenciada, com projetos políticos pedagógicos integrados à realidade das populações tradicionais; e j) **a necessidade de fortalecimento da geração de renda**.

Para lidar com as pressões externas – aqui identificadas pelos megaprojetos e pelo Estado – as comunidades constroem articulações e desenvolvem estratégias, a partir do território criam ações coletivas de resistência. As relações comunitárias, nesse processo, encontram-se em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade de política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva (ALMEIDA, 2008, p. 118). As pautas de reivindicação do território tomam-se como instrumento e expressão de “unidades de mobilização”<sup>26</sup>, que projetam autoconsciência em torno da territorialidade específica e consolidam as suas formas de participação no cenário político.

A construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas. Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do estado” (ALMEIDA, 2008, p. 119)

Com a dinâmica da política atual se identifica o retrocesso e de desmonte dos direitos sociais, além da desmobilização e criminalização das lutas das comunidades tradicionais que já ocorrem durante anos. Pois “as ações de tais forças conservadoras objetivam restringir os dispositivos de reforma agrária, suprimir os direitos territoriais de povos e comunidades

---

<sup>26</sup> Ver em: ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. D. A (org.). **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia. Manaus: UEA Edições, 2013.

tradicionais e limitar direitos trabalhistas conquistados” (ALMEIDA, 2017, p. 10). Isso remete ao processo de desregulamentação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, no que inclui também os territórios pesqueiros.

Como aponta Silva (2021), as políticas de saúde, assistência social, previdência dentre outras, além dos segmentos societários estão sendo atingidos, dia após dia com a desmonte das garantias dos direitos sociais causados pela política econômica do país, e a questão que se insere os povos e as comunidades tradicionais, visivelmente, estão sendo atacados com as ações do atual governo.

Todavia, as comunidades tradicionais unem-se enquanto movimento para mobilizar e reivindicar por direitos. As mobilizações sociais têm papel relevante na luta pela preservação e conservação ambiental. Nota-se que as “bandeiras de luta de preservação ambiental, mobilizações que se contrapõem aos desmatamentos e instrumentos legais no plano municipal para garantir áreas conservadas constituem alguns dos elementos deste processo de territorialização.” (ALMEIDA, 2010, p. 27).

Nesse sentido, Scott (2011, p. 223) enfatiza que “[...] as formas cotidianas de resistência compartilham com as confrontações públicas [...]” A partir da articulação coletiva vai se constituir nas redes de mobilizações e resistências. Desse modo, a mobilização social visa se opor às pressões externas. É a partir disso que a comunidade construirá sua autoconsciência sobre a sua identidade coletiva e percebendo a importância enquanto agente social diante da participação social, das demandas e das reivindicações. Por essa razão, a prática de mobilização social é construída a partir de uma visão política e unificada, podemos aqui, situar o movimento dos atingidos pelos grandes empreendimentos<sup>27</sup>.

As lutas sociais dentro dessa dinâmica emergem como forma antagônica ao modelo de desenvolvimento, que tenta eliminar as populações, inviabilizando seus direitos de permanecer no território, bem como o reconhecimento enquanto sujeitos políticos e de direitos (DOMINGUES, 2021, p. 2). Em oposição ao processo se particulariza na organização

---

<sup>27</sup> Denominação proferida no Seminário dos atingidos e atingidas: os impactos socioambientais da Vale na vida dos moradores e moradoras da área Itaqui-Bacanga e área rural, realizado no dia 04/12/2021, no IEMA do Itaqui-Bacanga. O evento contou com os movimentos: Marcha Mundial das Mulheres do Maranhão (MMM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a participação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas, dos Manguezais Amazônicos do Maranhão e Piauí (REMULMANA). Essa caracterização já situada por Almeida (2010, p.12): “A repentina invocação de ‘modernidade’ e ‘progresso’, que parecia justificar que os agentes sociais atingidos pelos ‘grandes projetos’ fossem menosprezados ou tratados etnocêntrica mente como ‘primitivos’ e sob o rótulo de ‘atraso’, tem sido abalado face à gravidade de conflitos prolongados e à eficácia dos movimentos sociais e das entidades de ambientalistas em impor novos critérios de consciência ambiental.”

sociopolítica dentro do território, perpassando por uma arena de luta pela terra, o que envolve empresas transnacionais e internacionais, desdobra em práticas de grilagem, silenciamento de lideranças e as várias violências no campo. No entanto, do outro lado, nota-se que há o direito à terra das comunidades tradicionais.

Apesar dos rebatimentos e os desafios que luta impõe nesse governo presidencial e o Estado do Maranhão<sup>28</sup> – o qual propõe superexploração do meio ambiente e extinção das comunidades tradicionais para implantar o “desenvolvimento” – a Comunidade Camboa dos Frades a partir da sua mobilização, fortalece o espaço organizativo em defesa do território e do meio ambiente.

Para os agentes sociais que vivem, produzem e reproduzem no território, os efeitos sociais configuram-se pelas mudanças e transformações do território, avança no processo da fragmentação do território e na limitação do acesso dos lugares antes utilizados pela comunidade, ou seja, há limitação no direito de ir vir dentro do seu próprio território. Pode-se observar que os efeitos sociais decorrentes do processo de diminuição do território vão corroborar com conflito social, além da expulsão da comunidade do seu local de origem, levando ao deslocamento compulsório, afetando as condições de vida e de reprodução. Sem dúvida, a implantação do megaprojeto vem produzindo os efeitos sociais para a população local.

Além dos efeitos sociais, percebe-se a comunidade enfrenta a falta de políticas públicas, que perpassa pela falta de equipamento público educacional, de um posto de saúde, além disso, não há saneamento básico ou coleta de lixo, o que leva a falta de infraestrutura. Assim, conduz para sobressair as vulnerabilidades sociais, por isso as políticas sociais dentro do território são necessárias para produção e reprodução das condições de vida desses agentes sociais. É importante pontuar aqui, que será falado posteriormente, como essas políticas também serão pautas das reivindicações sociais da própria comunidade, notado expressivamente na reunião com os responsáveis das empresas e com Estado.

Portanto, decorrente dos projetos desenvolvimentistas se constituirá como enclave social, cultura e ecológico. E por consequência, existe a omissão dos processos de titulação de terras, além do repasse das licenças ambientais, o que leva à tona os conflitos com as empresas, o que gera episódios de violências e violações de direitos.

---

<sup>28</sup> Governo de Bolsonaro e Governo de Flávio Dino.

## CAPÍTULO 2 – COMPREENDENDO O ESPAÇO DE CONFLITO NO TERRITÓRIO DA CAMBOA DOS FRADES

Os conflitos territoriais que envolvem as comunidades tradicionais de São Luís, a maioria estão localizados na zona rural-urbana, uma das regiões também conhecidas por Itaqui-Bacanga, uma área que fica a sudoeste da capital. Além disso, como São Luís é uma ilha, que fica dentro do continente, ficando muito próximo de outros países externos. Continuamente vem sendo caracterizado e dotado de uma vocação marítima e ao longo dos anos passou a ser uma capital que vem recebendo a implantação de muitos megaprojetos, isso é perceptível não só na entrada de empresas multinacionais, quanto internacionais. Todavia, a entrada dessas empresas no território da Camboa dos Frades vem de um longo processo, desde os anos 1970. E hoje observamos a ampliação de Portos, o que levou dentro dos territórios rurais a tornar-se uma zona conflituosa, o que tem ocasionado as transformações culturais e ambientais.

Historicamente, como situa Sant’Ana Junior (2016), a presença de portos voltados ao comércio internacional na baía de São Marcos ocorreu desde o início do século XVII, o que remete aos primeiros passos da colonização europeia do litoral norte do Brasil. É possível perceber que desde o século XVI as terras maranhenses eram continuamente disputadas pelos europeus. Não é à toa que São Luís, no período colonial, sofreu várias invasões. Sendo marco na história da cidade, São Luís é umas das cidades brasileiras que foi fundada por franceses, colonizada pelos portugueses e invadida pelos holandeses. A forma como São Luís foi colonizada naquele período nos ajuda a entender como as questões relacionadas à exportação e às navegações desempenharam um papel importante como cenário econômico de exploração.

No período colonial, a economia do Estado girava em torno do algodão e açúcar, sendo que a sua produção era exportada para a Europa. O exemplo desse comércio para exportação ocorreu com Marquês de Pombal, o qual levou a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755. Segundo Filho (2016, p. 19-20) essa Companhia “criou as condições para o desenvolvimento da economia baseada na monocultura latifundiária escravista com vista a exportação, a agricultura de *plantation*, que produzia para o mercado europeu.” A capitania do Grão-Pará e do Maranhão<sup>29</sup> era visto como uma região a ser explorada e povoada para estabelecer o domínio português.

---

<sup>29</sup> “Esse imenso território abrangia os atuais Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, parte do Ceará e a porção setentrional de Mato Grosso e Goiás, além dos antigos territórios de Roraima, Rondônia e Amapá, com

A ocupação do território maranhense esteve atrelada econômica referente à produção de cana-de-açúcar, do algodão e do babaçu, desde o período colonial até os primeiros anos da República. Essa, contudo, sofreu várias transformações derivadas das necessidades da França (fundou a capital), de Portugal (retomou dos invasores duas vezes e efetivou a estratégia de ocupação), Holanda (invadiu e dominou uma vez por vinte e sete meses) e a Inglaterra (inferiu em acordos econômicos), que viabilizaram domínio e posse (assentamentos, entradas, engenhos), áreas de produção, escravização indígena e negra africana, exploração de recursos, e ações de políticas territoriais (fortes, missões, vias de acesso), culminando na criação de povoamento. (FILHO, 2015, p. 3, apud FERREIRA, 2008).

Segundo Meireles (2008, p. 189) “o panorama econômico sempre o mesmo: o escravo indígena, a única fonte de enriquecimento fácil, o algodão, o açúcar, aguardente, os artigos mais comerciáveis na Colônia, o cacau, a baunilha e agora o cravo, os mais exportáveis.” Além disso, através da Companhia e Comércio Grão-Pará e Maranhão, “de 1760 a 1771, zarparam de São Luís, para Portugal, 71 navios conduzindo 112.339 arrobas de algodão, 4.437 de arroz, 21.084 gengibre [...]” (Id., p. 166). O que já apresentava um número elevado de produtos exportados para Portugal.

Enfatizar-se nesse tipo de comércio a realização do processo que teve também como intuito no povoamento do “vazio demográfico” e a miscigenação:

Pombal, com suas ideias progressivas, pregava ser indispensável a integração dos índios à civilização portuguesa por acreditar que, se não contasse com uma população nascida no Brasil e identificada com os objetivos portugueses, seria impossível ter controle sobre vastas regiões despovoadas. Incentivou o casamento misto entre brancos e índios. (FILHO, 2016, p. 19)

De acordo com Vargas (2014, p. 47), “durante todo o período colonial o povoamento da Amazônia (inclusive de sua porção maranhense) deu-se ao longo das faixas e corredores formados pelas principais vias de transporte: o mar e os rios”. Portanto, utilizou como “estratégias de conquista e consolidação de territórios adotadas pelos portugueses, durante o século XVII, foi a do povoamento numa faixa acessível por mar, ao longo do litoral: assim deram-se as sucessivas fundações de São Luís (1612) e Alcântara (1648)” (Id., Ibid.,).

Desde aquele período ao atual, o Maranhão tinha como fator importante a sua localização estratégica voltado para outros continentes, além de ser de fácil navegação devido à corrente marítima. E isto corroborou para obter uma localização estratégica para as navegações, o que levou a economia de exportação. Como podemos ver na imagem 7, existe uma dinâmica da rota marítima do Maranhão que ganhou destaque no comércio exterior. O que

---

uma área quase igual do restante do Brasil. Era denominada oficialmente de Estado do Maranhão e Grão-Pará e respondia diretamente com Lisboa. (CARVALHO, 2018, p. 16)



colocou São Luís em um patamar, atualmente, como um dos municípios que prevalece uma economia global e para o mercado externo.

**Imagem 7** - Demonstração da localidade estratégica do litoral maranhense



Fonte: Porto do Itaqui [s.d.]

Contemporaneamente, essa dinâmica de comércio ao qual perpassa a economia, produção, importação e exportação, além da localização estratégica que abrange São Luís/MA, continuou-se a viabilizar esse processo de exploração. O que ocorreu no sistema colonial, não é muito diferente nos dias de hoje, isso é notado nos aspectos sociais e econômicos diante do mercado mundial, assim, levando as transformações regionais e culturais na grande ilha. A exploração, que antes era das especiarias, mudou de contexto/ordem, hoje, ocorre a partir do agronegócio e adequação das políticas econômicas para o *commodities*<sup>30</sup>. E tudo isto está atrelado a expulsão dos povos e comunidades tradicionais, o que vem ampliando os conflitos territoriais entre empresas e comunidades tradicionais.

O contexto do comércio externo e *commodities*, trouxe para São Luís em 1970 o processo de da criação do DISAL:

<sup>30</sup> “Reforça o mercado de “commodities” a implantação de agroindústria, de indústria agroflorestais, incluindo-se as de papel e celulose, e de bioindústria a expansão das usinas de ferro-gusa e empreendimentos mineradores que fazem dos recursos naturais uma atividade comercial em larga escala”. (ALFREDO, 2010, p. 19)

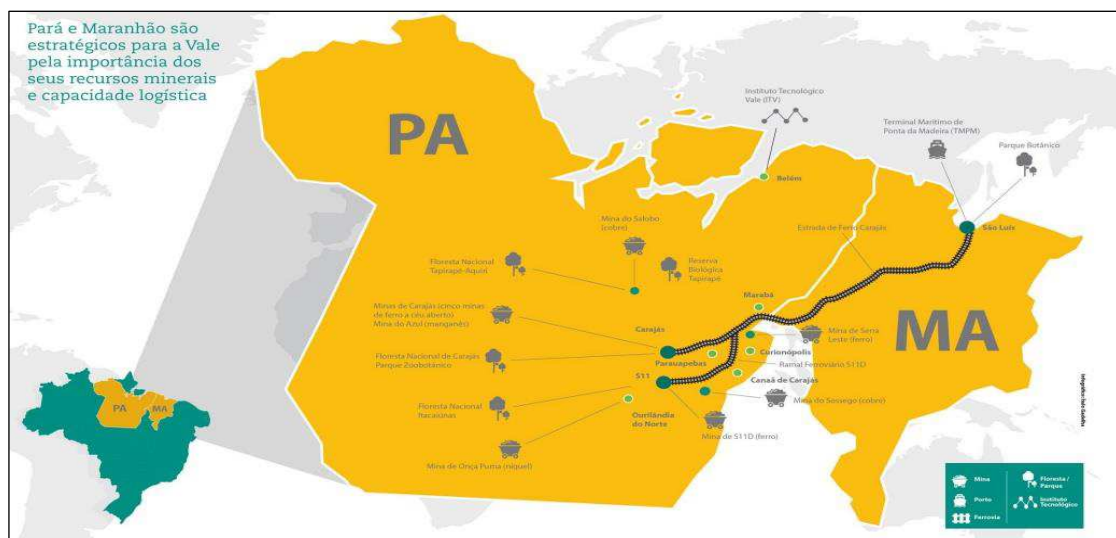
Paralelamente às iniciativas de instalação de grandes projetos de desenvolvimento na ilha, houve tentativa de sucessivos governantes estaduais no sentido de instalação do distrito industrial de São Luís (DISAL). Segundo Ayres (1990, p. 157) a “idéia de implantação de um distrito industrial em São Luís surgiu quando da divulgação do potencial minério de ferro da Serra do Carajás, no Pará, e a possibilidade dos com aumento desse minério pelo Porto de Itaqui”. Essa ideia se concretizou com as iniciativas do governo estadual que estavam sintonizadas com o Programa Grande Carajás. (SANT’ANA JÚNIOR, 2016, p. 285)

Inicialmente os megaprojetos foram inseridos ainda em 1970 na zona rural de São Luís, tendo por objetivo a ideia de levar o “progresso” ao Maranhão, além de forte do governo do Estado e seus sucessivos governantes que incisivamente criaram políticas e programas para pôr em prática as políticas desenvolvimentistas. Nessa década também foi criado o Distrito Industrial II, em São Luís, um projeto baseado na lógica do desenvolvimento e por inserir numa área a localização geográfica favorecia a navegação de navios na Baía de São Marcos.

Logo, São Luís/MA passou a receber vários incentivos para que as empresas pudessem ser implantadas. Um deste caso, foi o Programa Grande Carajás – A construção da Estrada de Ferro Carajá foi construída passando pelos Estados do PA-MA, como podemos ver na imagem 8 – fazendo eclodir o progresso-desenvolvimentista daquela época. Tendo como base do sistema mina-ferrovia-porto, uma vez que a exploração de minério no Pará, em Parauapebas, seria escoada pela Estrada de Ferro Carajá – construída em 1970 e começou a sua primeira viagem 1980 – e seria levada até o Porto do Itaqui em São Luís, onde seria exportada. (SANT’ANA JÚNIOR, 2016, p. 284).

### Imagem 8 - PA-MA e a Estrada Carajás

Fonte: <https://petroleiroanistiado.wordpress.com/2016/12/21/minerio-de-ferro-o-que-vale-a-vale/>



Segundo Zagallo (2014, p. 210), o primeiro trem com minério chegou em São Luís em 28 de fevereiro de 1985, destinado à exportação. O Projeto Grande Carajás tinha como função conceder incentivos financeiros e tributários voltados para os empreendimentos de infraestrutura com intuito de exploração desse minério. O projeto inicial foi operado pela empresa Companhia Vale do Rio Doce, que naquele período ainda era estatal, sendo responsável pela estruturação da infraestrutura. A partir do incentivo desse programa houve também a construção da ALUMAR em São Luís. “O complexo do alumínio no estado teve início com a implantação do Consórcio Alumar cujas instalações fabris foram inauguradas em 1984”. (FILHO, 2015, p. 9).

Isso demonstra que um dos motivos principais dos conflitos territoriais que ocorrem na Amazônia parte da expansão da fronteira agrícola, desencadeando nas pressões e os conflitos territoriais. Há o próprio antagonismo em que o grupo está inserido, pois constrói-se as condições próprias para desencadear as questões de oposição contra os megaprojetos. Levou a ocasionar o “aprofundamento da mercantilização de territórios, a exemplo da expansão das monoculturas de exportação [...], das monoculturas de eucalipto e da construção de hidrelétricas [...]” (ZHOURI, 2014, p. 409).

Com relação a urbanização da região do Itaqui-Bacanga se deu por duas grandes áreas, a de Expansão, onde se localiza os grandes empreendimentos como Vale, Porto do Itaqui e parte da zona rural e área Núcleo, onde encontra-se os bairros urbanos. Enquanto formação desses bairros e seu povoamento ocorreu a partir de um incidente, já que na década de 1950 os bairros proletários como Goiabal, Lira, Madre de Deus sofreram um forte incêndio, o que levou a destruição de várias casas, e outro incêndio também ocorreu nas casas de palafitas Salina Goiabal, deixando muitos desabrigados. O governo daquela época<sup>31</sup> transferiu parte dessas famílias para uma outra localidade, o que se originaria o bairro Anjo da Guarda, transferida com a ajuda da Comissão Executiva de Transferência de Populações (CETRAP). (DUTRA, 2017, p. 57)

Uma outra concepção sobre a origem dos bairros do Itaqui-Bacanga, também se deve à inclusão das empresas instaladas na área industrial e hoje é considerada como uma das áreas das mais populosas de São Luís. Observamos o relato da Sra. Maria da Fita, em suas memórias sobre a origem dos bairros:

A fundação do Anjo da Guarda foi porque teve um incêndio no Lira, no Goiabal e queimou todas as casinhas de palha, assim, pé de palito que fica em cima da maré. O

---

<sup>31</sup> Governador José Sarney (1966-1970)

fogo pegou em uma casinha e passou para todas. Aí com isso incendiou quase todas as casas de quase 200 famílias. Aí a Marly Sarney, a primeira-dama, esposa Sarney pegou esse povo tudinho de lá.

Ela mandou fazer um monte de casa de taipa, coberta de telha brasilit. Foi dado para cada uma família desse incêndio. Aí com isso chamou o lugar de Anjo da Guarda. [...] Por que Anjo da Guarda? Porque guardou aquele povo do incêndio. Mas só que antes, era por nome CETRAP. Anjo da guarda era CETRAP. O CETRAP era o centro, em volta tinha os sítios, que hoje representou os bairros. Inclusive era o sítio do Amapáúra, tinha Capela da Onça, tudo ali, onde é quase defronte do portão da Vale.

Onde é o portão da Vale mesmo, lá era Amapáúra, era um sítio senhor chamava Zé João da porta verde, que era um balalaô, lá tinha o terreiro dele. Aí de roda assim tudo tinha as casas das pessoas, fazia tipo um bairrozinho, entendeu? A partir do CETRAP já ficava ali capela da onça. De lá já descia, tinha Tamancão. Não existe Alta Esperança, só existia o Tamancão. Tudo era caminho de mato.

E o Anjo da Guarda só se tornou maior, o povo veio tudo do interior, pessoas que tinha e vieram com a expectativa de se empregar numa empresa dessas multinacionais. Famílias que foram perdendo os seus pedaços de terra no interior. Perderam por causa dos latifundiários, onde eles foram ocupando as terras, cercando de arame farpado. Aí as famílias não podiam entrar para tirar um palmito, coco babaçu, palma, vara, uma palha para cobrir casa. E com isso eles foram ficando sem ter onde gerar sua renda e vieram vindo dos interiores com a notícia de Vale do Rio Doce, Alumar.

A Vale do Rio Doce é mais velha do que Alumar. Aí o povo veio vindo, vieram vindo. Não tinham casa, foram fazendo uma casinha aqui, uma casinha ali. E com isso foi crescendo. Foi aumentando esses bairros, e hoje está com 64 bairros, só aqui na área do Itaquí Bacanga. Não desenvolveu, inchou, entendeu? O povo, vamos dizer assim, loteado, foi tudo invasão, entendeu? A única parte que foi loteado... foi parte lá que a Marly Sarney, loteou as casinhas para todo mundo. (RELATO MARIA RIBAMAR FARIAS, 14/12/2021).

A partir desse relato entendemos como ocorre o povoamento do Itaquí-Bacanga e como as empresas foram inseridas em tal contexto. Isto é confirmado, a partir que o Dutra (2017, p. 58) nos diz: “No contexto dos grandes projetos industriais estavam inseridas a capital, o Governo Estadual procurou implantar na área hoje denominada Itaquí-Bacanga dois projetos: um urbanístico, no qual a Cidade Industrial fazia parte e outro industrial, Distrito Industrial.”

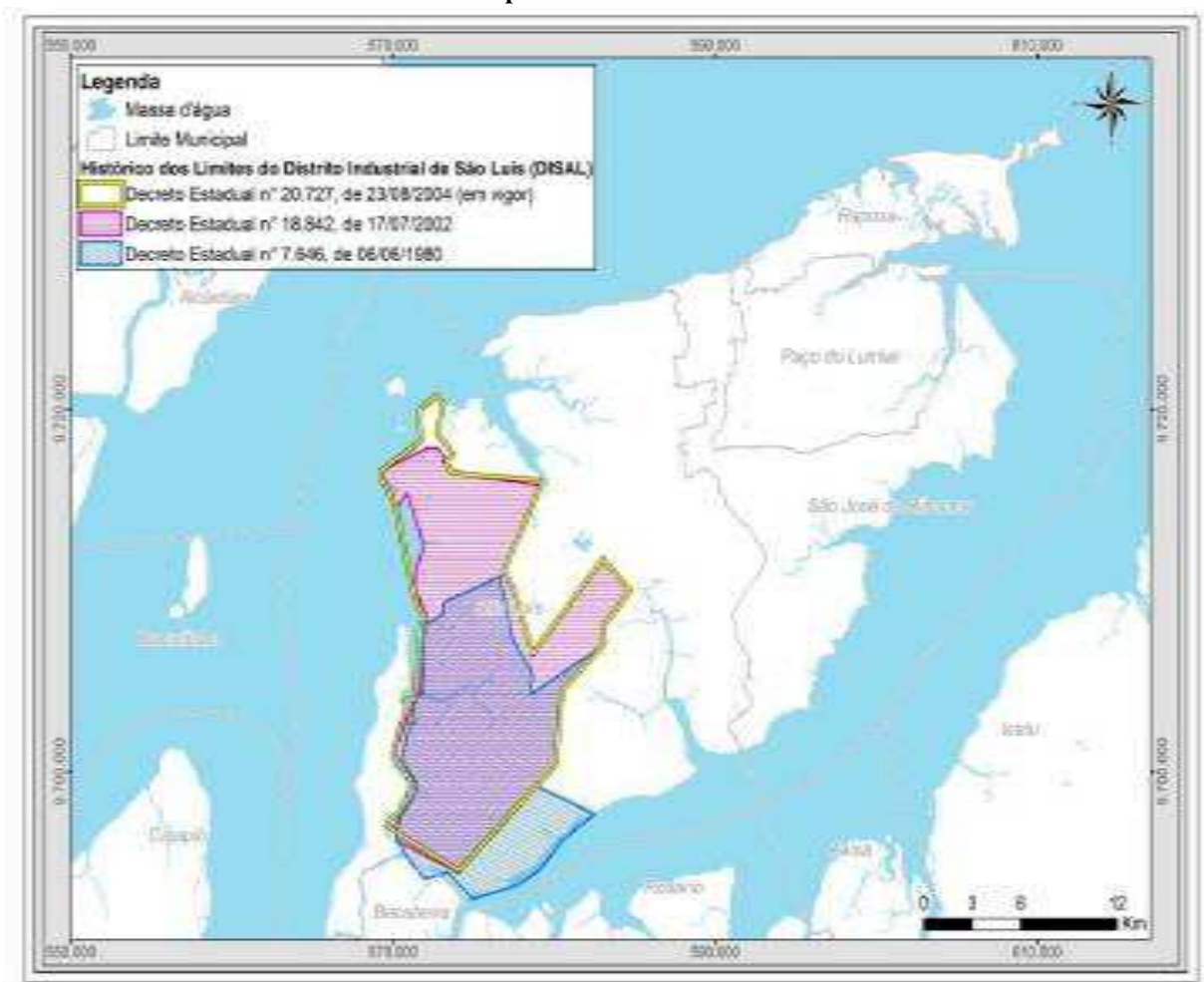
Esse processo de ordenamento de São Luís perpassou por problemas e por dinâmica contraditória, ao mesmo tempo que crescia as instalações do setor da industrialização, a ocupação era desordenada, sem qualquer infraestrutura. Além disso, como bem coloca Maria da Fita, como gosta de ser chamada, São Luís cresceu impulsionada pelo êxodo rural, muito por parte da entrada dos megaprojetos na capital. Pessoas saíram de outros municípios do interior do Maranhão em busca de emprego e por melhores condições de vida com a expectativa de trabalho na Vale ou na Alumar.

Como Oliveira; Santos (2018, p. 16) enfatizam, “é essa perspectiva de busca de alternativas de sobrevivência, que muitas pessoas, particularmente os jovens, migram. E fazem isso acreditando na possibilidade de mudança, principalmente no aspecto econômico de sua vida, mas também de suas famílias”. É importante destacar que a relação entre o rural e o

urbano, juntamente com o fenômeno da imigração, foi influenciada pelo processo de industrialização e resultou no deslocamento populacional.

A maioria das indústrias em São Luís está situada ao longo da BR-135, que atravessa o Distrito Industrial em direção ao Porto do Itaqui. Essa rodovia serve como uma via tráfego para veículos pesados, sendo o único acesso terrestre à capital, permitindo que esses veículos evitem o trânsito pelas vias urbanas. Tem-se, além da Vale e Alumar, há também a Oleama, Ambev, Usina Termelétrica etc. (SÃO LUÍS, 2016, p. 21).

**Mapa 1 - Área do DISAL**



Fonte: BRITO, 2017, apud MARANHÃO, 2013.

A consolidação do DISAL no Itaqui-Bacanga centralizou-se em várias empresas, o qual podemos situar além das que foram situadas, o Porto do Itaqui, a Petrobrás, a ENEVA, a RIZA FERTILIZANTE, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), Cimentos do Maranhão (CIMAR), VLI,



Suzano, Companhia Operadora Portuária do Itaqui (COPI), GÁS BUTANO, dentre muitas outras. Sendo o espaço geográfico com grande potencial econômico com o propósito de barganhar demandas do capital transnacional.<sup>32</sup>

Então, nesse cenário que observamos a instalação de empresas existem várias disputas pela terra, processo de grilagem e expressões de conflitos. Além disso, algumas pesquisas já realizadas nessa localidade demonstram e chamam atenção sobre os efeitos sociais produzidos por esses megaprojetos já instalados.

Por que tantas empresas estão localizadas nessa localidade, e ainda, há a ineficiência de serviços e falta de infraestrutura dentro dos bairros? Entretanto, Santos (2018, p. 84) vem confirmar o fato preponderante da situação local. Ao longo dos anos, o governo do Maranhão tem beneficiado empresas nacionais e estrangeiras com incentivos fiscais (veja na imagem 9).

**Imagem 9** - Empresas (ENEVA e FERTIPA paulatinamente) e os ganhos fiscais



Fonte: Própria autoria, 2022.

Além disso, há uma fragilidade ou descumprimento das legislações ambientais ao repassar as licenças ambientais sem nenhuma contestação. Houve derramamento de óleo até a

<sup>32</sup> (SEMINÁRIO CARAJAS 30 ANOS).

retirada dos manguezais no território da Camboa dos Frades, isto sem nenhuma contrapartida ou diálogo com as lideranças das comunidades tradicionais, isto faz com que se emerge o conflito e insatisfação popular. Diante do contexto socioambiental da área do Itaqui-Bacanga a ausência de fiscalização do próprio órgão ambiental competente, pois muitas dessas empresas possuem liberação e licença ambiental para sua instalação nas áreas das comunidades tradicionais.

Segundo Brito (2017), os conflitos perpassam as questões de disputa de poder por espaço e as comunidades tradicionais de São Luís, isso demonstra as pressões por parte das indústrias/empresas instaladas, bem como em decorrência da divergência do Estado. O Estado do Maranhão apresenta-se como um dos Estados brasileiros com uma maior incidência de conflito territorial devido ao agronegócio e a implantação dos megaprojetos. “Os dados revelam uma média de pouco mais de 107 conflitos por ano no Maranhão, o que permite afirmar que nesse estado, existe uma latente disputa de interesses por território. Em seguida estão os estados do Pará, Amapá, Bahia e Mato Grosso [...]” (SODRÉ, 2017, p. 75).

Duas características importantes da baía de São Marcos, em cujas margens está localizado o município de São Luís, são acionados discursivamente por diferentes agentes sociais, quando envolvidos em debates sobre as formas mais adequadas de sua ocupação e do uso do territorial. De um lado, recorre-se ao argumento de que essa é uma baía de águas profundas, o que, desde o período colonial, tornou-se se desejável para instalação de grandes portos, pois permite a atracação de navios de grande calado, oferecendo condições para o transporte internacional de alta escala. De outro lado devido ao fato de ser estuário de grandes rios - como Mearim, o Grajaú, o Pindaré - e devido à presença significativa de manguezais (ecossistema privilegiado para a reprodução de peixes e mariscos), a baía de São Marcos, [...] especialmente na porção sudoeste da ilha do Maranhão, foi historicamente percebida como bastante piscosa, propiciando a fixação de comunidade de pescadores em suas margens. (SANT’ANA JÚNIOR, 2016, p. 282)

Com a longa extensão dos mangues que o Estado do MA possui, muitas pessoas dependem – no que inclui os/as pescadores/pescadoras – e sobrevivem exclusivamente desse ecossistema. Nesse aspecto ambiental, os mangues maranhenses compreendem o berço da vida ecológica e marítima. O que leva à afirmação de que São Luís passa a ser uma cidade que garante boa parte dessa biossistema costeiro-marítimo, e onde o mangue é visto como ecossistema importante para produção e reprodução da vida marinha, quanto das famílias dos pescadores.

A cidade de São Luís, por ser também uma cidade litorânea, devido ao seu domínio marítimo, possui uma extensa área de manguezais em sua região. Esses manguezais desempenham um papel crucial na preservação da vida marinha e na sustentação das atividades de pesca para os habitantes da Grande Ilha. É importante salientar, como aponta Santos (2021),

que 75% das áreas de manguezais são protegidas como Unidades de Conservação (UC), já dentro do Estado do MA, isso passa a ser 86% protegidas pela UC's. O Brasil é o segundo país maior com área de manguezal, sendo o primeiro país com extensão grande de área contínua de mangues, que se estende desde do Amapá, até a Costa do Maranhão, além disso, 50% dos mangues estão inseridos na Costa do Estado do MA (SANTOS, 2021)<sup>33</sup>.

Entretanto, tanto a poluição quanto a degradação dos ecossistemas litorâneos de São Luís estão nos processos dinâmicos que compreende nos impactados enfrentados, desse modo, gerando grandes perdas devido a entrada dos megaprojetos. As comunidades tradicionais que estão localizadas na área do Itaqui-Bacanga relatam que muitos casos de poluição ou destruição dos mangues que são denunciados à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão (SEMA), poucos foram analisados e nem chegaram a ser judicializados.

A partir dessa constatação, a luta é centralizada na questão da conservação e manutenção dos manguezais, mares, florestas e recursos naturais, assim, apresentando como uma emergência das lutas e reivindicações através da mobilização das comunidades tradicionais, no que insere a comunidade Camboa dos Frades.

Portanto, esse território é reivindicado como espaço de convivência, no que inclui a identidade do pescador a partir da territorialização. Como afirmam os agentes sociais, a comunidade é o local onde possui uma história de vida, onde se nasceu, cresceu e construiu as relações familiares. Todavia, com os novos invasores<sup>34</sup>, a comunidade é constantemente ameaçada a se retirar do seu território. Por isso, estar dentro dos movimentos que defendem a sua identidade social enquanto pescadores é primordial nessa luta. Enfatiza-se, também, que esse território traz consigo todo o sentimento de pertencer, de solidariedade, de afetividade e vínculos sociais, no qual perpassa a concepção dos agentes sociais enquanto “referência de quem se é, enquanto sujeito social”.

Diante disso, as particularidades nas questões dos pescadores, possuem um atenuada mobilização, convergindo com as concepções sobre pertencimento. Além disso, apreende-se que o aspecto da identidade deve ser relacionado aos contextos heterogêneos, mas também híbrido, o qual se conecta a uma forma mais completa, todavia, estando dentro relações

---

<sup>33</sup> SANTOS, Adriano de Lima. O potencial dos manguezais da zona costeira do MARANHÃO para mitigar mudanças climáticas. In: **XXV SEMINÁRIO INTEGRADOR INTERNACIONAL DO PRODERMA**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFMA, 2021.

<sup>34</sup> “Quanto aos recém-chegados, são denominados ‘invasores’, devido à alegação de que teriam ocupado terrenos com o intuito de receber indenizações para instalação de projetos industriais ou de infra-estrutura [...]” (SANT’ANA JUNIOR, PEREIRA, ALVES, 2009, p. 9).



contraditórias e por vezes onde a comunidade deve trazer em sua identidade a resistência. Assim, podemos demonstrar na tabela abaixo, os conflitos emergentes na grande São Luís.

<b>Tabela 2 - Zonas de Conflitos em São Luís – MA</b>						
<b>Nome</b>	<b>UF</b>	<b>Município</b>	<b>Populações</b>	<b>Atividades Geradoras do Conflito</b>	<b>Danos à Saúde</b>	<b>Impactos Socioambientais</b>
<b>Agricultores familiares e pescadores artesanais de São Luís lutam pela implementação da RESEX do Tauá-Mirim</b>	MA	São Luís (MA)	Agricultores familiares, Pescadores artesanais	Atuação de entidades governamentais, Madeireiras, Mineração, garimpo e siderurgia	Falta de atendimento médico, Piora na qualidade de vida	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional, Invasão / dano a área protegida ou unidade de conservação, Poluição de recurso hídrico
<b>Comunidade do Cajueiro luta contra construção de porto em seu território</b>	MA	São Luís (MA)	Agricultores familiares, Caiçaras, Extrativistas, Pescadores artesanais	Atuação de entidades governamentais, Atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, Especulação imobiliária, Hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/ terminais portuários e aeroportos, Mineração, garimpo e siderurgia, Políticas públicas e legislação ambiental	Insegurança alimentar, Piora na qualidade de vida, Violência - ameaça, Violência - coação física	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional, Invasão / dano a área protegida ou unidade de conservação, Poluição atmosférica, Poluição de recurso hídrico, Poluição do solo, Poluição sonora
<b>Pólo siderúrgico e industrial na Ilha de São Luís - imbróglie envolve grandes empresas, Estado e</b>	MA	São Luís (MA)	Pescadores artesanais, Quilombolas, Ribeirinhos	Agroindústria, Atuação de entidades governamentais, Indústrias outras, Mineração, garimpo e siderurgia, Políticas públicas	Doenças não transmissíveis ou crônicas, Falta de atendimento médico, Insegurança alimentar, Piora na qualidade de	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Assoreamento de recurso hídrico, Erosão do solo, Falta / irregularidade na

<b>Comunidades Tradicionais</b>				e legislação ambiental	vida, Violência – ameaça	autorização ou licenciamento ambiental, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional, Mudanças climáticas, Poluição atmosférica, Poluição de recurso hídrico, Poluição do solo.
---------------------------------	--	--	--	------------------------	--------------------------	---

Fonte: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>

A zona de conflito apresentada, demonstra como as comunidades tradicionais em São Luís estão sendo impactadas pelos megaprojetos, a maioria das comunidades que insere no município são centenárias, além da expulsão e remoção para outra localidade, sofrem com os efeitos sociais e danos à saúde por conviverem tão perto das indústrias/fábricas. Percebemos também que muitas lideranças são ameaçadas para não procurar o poder judicial e os trâmites legais para o reconhecimento do território.

Assim, o processo de luta e interlocução sociopolítica da comunidade no âmbito de efetivação dos direitos territoriais vêm ganhando força e trazendo conexão as lutas dos Movimentos dos Pescadores, enquanto grupo. Diante disso, “a luta dos povos e comunidades tradicionais do Maranhão é uma luta histórica, assim como os agentes sociais que delas fazem parte, suas histórias, seus ritos e diversas formas de manutenções de diferentes traços culturais [...]” (SANTOS; SANT’ANA JÚNIOR, 2017, p. 10).

Como aponta Sant’Ana Júnior (2016), a estratégia abrange a busca de articulação com os movimentos sociais para que se possa buscar a forma de garantir o controle sobre seu território em contrapartida a ameaças de empresas privadas e estatais. As reivindicações estão diante da ocupação ilegais pelos megaprojetos. E a luta se constrói a partir do mecanismo de estratégias para sobrevivência e coexistência desses agentes e de seu modo de vida. Nessa compreensão, a identidade desempenha função significativa e contribui para essa dinâmica, pois:

[...] este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra, que me motivaram a refletir novamente sobre a profundidade de tais transformações no padrão “tradicional” de relações políticas.” (ALMEIDA, 2008, p. 30).

É a partir da identificação com o grupo específico estando relacionando com o território, assim, emergindo as várias formas de organização e as relações afetivas, familiares e de vínculos. Logo, enquanto o grupo ameaçado, coletivamente se unificam para ir em busca das reivindicações de seu povo. Pensando nessa oposição, que precisamos também compreender os efeitos sociais que decorrem desses megaprojetos. Tão longo, é a partir das diferenças e comparações que se faz com os opositores, aqui centra-se na intervenção Estatal e do capital nacional-internacional, que produz mudanças sobre a vida desses grupos. Constrói-se, nessa análise, “os aspectos traumáticos da realocação compulsória e assinalam a redução da capacidade de inovações culturais, como uma das dimensões da reação da população a um tipo de desenvolvimento econômico que lhe está sendo imposto de cima.” (SIGAUD, 1986, p. 04).

Somando a isto, as formas de organizações das comunidades se fortalecem diante da opressão que enfrentam, promovendo ações coletivas em busca de resgatar suas ancestralidades e reforçar o vínculo com seus territórios de origem, tendo em vista que:

As pessoas pertencem a coletivos, suas histórias são profundas interação com uma constelação de gente que, na base mesmo, costuma ter a sua herança cultural – seus avós, seus ancestrais. Independentemente de qual culto sigam, na base das mentalidades, do modo de se colocar no mundo estão as memórias mais antigas e ancestrais. (KRENAK<sup>35</sup>, [s.d], p. 4).

Dentro da organização social que se constituem as ações de mobilização, entendendo que “são pessoas que têm um exercício dentro da floresta com a defesa dos territórios, da floresta, da biodiversidade, da capacidade desses povos se articularem e se moverem amplos espaços [...]” (KRENAK, [s.d.], p. 8). Portanto, faz necessário situar as características desses megaprojetos e como estes estão insere dos dentro do território e como isso interfere nas relações sociais e no modo de vida da comunidade tradicional.

Na próxima seção, apresentaremos como Camboa dos Frades, inserida na área do Itaquibacanga, vai vivenciar a implantação dos megaprojetos. Pontuando, assim, quais empresas que estão situadas naquela localidade, para que possamos compreender um pouco mais de suas mobilizações e reivindicações dentro da conjuntura atual dos movimentos dos atingidos pelos megaprojetos.

---

<sup>35</sup> Entrevista com Ailton Krenak - a potência do sujeito coletivo por Jailson de Souza e Silva. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/ailton-krenak-a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-ii/>. Acesso em: 10/01/2022.

## 2.1 QUAIS E COMO FUNCIONAM OS MEGAPROJETOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO RURAL?

Ao passar pelo acesso à BR-135, com saída do bairro do Anjo da Guarda, observamos o aglomerado de fábricas, indústrias, depósitos, galpões e muitas empresas ao longo da rodovia. Ao longo das rodovias é possível identificar os vários empreendimentos e megaprojetos construídos. Para entender os processos de conflitos da comunidade tradicional e rural versus esses megaprojetos, precisamos, primeiramente saber a quantidade de empresas instaladas no território.

Logo, um dos objetivos proposto por esta pesquisa, foi identificar as empresas que estão fixadas no local, que adentra a Comunidade da Camboa dos Frades. Desse modo, conseguimos perceber os projetos desenvolvimentistas e como estes estão inseridos. Isto foi possível através da pesquisa *in loco*, bem como através das entrevistas feitas no trabalho de campo e a partir dos noticiários de jornais, por sua vez, corroborado pela revisão bibliográfica.

A primeira constatação da pesquisa de campo foi que, o território da Camboa dos Frades pouco se sabe sobre a comunidade e suas lutas, como se “não estivesse no mapa”. A situação mais recente, ocorreu quando uma das lideranças da Camboa dos Frades, relatou que iria ser instalado uma empresa de segurança no território. E o diretor da empresa, começou a contratar algumas pessoas da própria comunidade para a segurança da empresa dentro do território, na visão da comunidade, isso foi remetido como antigo “capitão do mato”.

A outra situação ocorreu quando a comunidade tentou obter o seguro-defeso, que se trata de um benefício repassado para pescador durante alguns meses quando a pesca é proibida, haja em vista o período que há a reprodução da espécie, sendo direito legislado. No entanto, ao se dirigir à Receita Federal para solicitar esse benefício, o setor apenas comunicou que a comunidade não está cadastrada em nenhum código de endereçamento, e ainda ressaltou, que “não estaria no mapa”. Observamos que sem endereço, não há a inclusão de qualquer morador nas políticas sociais, e que devem ser acionados quando está em situação de vulnerabilidade social.

Realmente, a comunidade não se encontra no mapa da efetivação das políticas públicas ou sociais, isto é visível no tocante das áreas educacionais, de infraestrutura, de moradia e da saúde. Nota-se que no território não há qualquer equipamento público – Posto de Saúde, Escola, instituição da Assistência Social – dentro ou próximo da comunidade. Assim, a comunidade da

Camboa dos Frades permanece no mapa da exclusão. Além disso, poucos ludovicenses sabem ou têm conhecimento da localidade da Camboa dos Frades, onde se encontra no Itaqui-Bacanga.

Historicamente é uma comunidade bastante antiga, a Camboa dos Frades foi originalmente, moradia dos Frades Capuchinhos de São Luís, ainda em 1698 (JUNIOR, CRUZ, ANTIPON, 2021, p. 1225). Nesse fato histórico recordamos a colonização portuguesa no MA, que tem como símbolo o Padre Antônio Vieira, o qual encaminhou a:

A frente portuguesa de (expansão) e ‘colonização’, então atrelada e liderada pelos aldeamentos jesuíticos [...]. Dentre os grupos indígenas que atualmente habitam Maranhão, os *Tenetebara* foram os primeiros a ser contactados e atraídos pelos jesuítas, já em meados do século XVII. Inaugurava-se assim, em 1653, com a chegada do Padre Antônio Vieira (Superior dos jesuítas) ao Maranhão, conforme proposto por Gomes, a face da ‘servidão’ dos *Tenetebara* aos jesuítas, que perduraria até 1759, quando deu a sua expulsão do Brasil. (VARGAS, 2014, p. 47)

A partir dos relatos orais obtidos por meio de entrevista, é possível reconstruir a história dinâmica do território da Camboa dos Frades. Este território testemunhou diversas transformações sociais, desde a presença dos indígenas, seguida pelos negros escravizados e fugitivos, muitos dos quais vindo de Alcântara, até a influência dos jesuítas. Posteriormente, a região foi povoada por pescadores que migraram de outras regiões do Maranhão. Isso é confirmado pelo IPHAN do Maranhão, a partir de um relatório feito a partir de projeto cujo título é “CAMBOA DOS FRADES: arqueologia, memória, meio ambiente e cultura material”, feito em 2010 para verificação de materiais arqueológico para que houvesse a implantação da UTE Porto do Itaqui, com o trabalho na Comunidade foi achado utensílios feitos pelos indígenas. O qual foi situado pelo Técnico Arqueólogo, Júlio Stegli, o qual relatou a “Camboa dos Frades/Ilha do Chico Camboa – Em frente à residência do Sr. Josiel Dutra Costa – Ao lado: material cerâmico arqueológico, torneado e policrômico externo (vermelho/branco). Possivelmente exposto à superfície por ação da máquina que ampliou a estrada.” E outra parte do relatório indica: “Local onde Sra. Ferreira afirma ter encontrado ‘caco de índio’.” (ver anexos).

Observamos também essa parte da história e memória oral, feita pela entrevista com um dos pescadores:

Eu gosto muito da história da fundação da Camboa. Assim, como os antigos falavam como a Camboa foi formada, principalmente o nome da gente. Por que Camboa? Camboa, pelo que os antigos falavam para a gente, era como os índios chamavam o aglomerado de pedra. Aí é uma Camboa de Pedra. Até mesmo voltando o assunto de degradação, antes deles fazerem Porto do Itaqui, acredito que foi nos anos 60 ou 70. [...] Aqui não tinha essa lama que tem na frente do Porto, era só pedra e areia, como ali na Ponta d’areia, Calhau e Litorânea, era daquela mesma forma.

[...] Aqui tinha muitas pedras e era famoso por conta disso, essa Camboa de Pedra. Aí veio o Frades, começaram se situar aqui. Tinha muito negro fugido de lá do centro de São Luís. Então aqui era um refúgio, já que tem tantos escravos. Aqui era difícil acesso a comunidade. E eles fizeram como refúgio, vinha negro de São Luís, de Alcântara, dessa região e situaram aqui na comunidade, isso eu acho que isso tem mais de 400 anos de história. E foi indo... vindo... criando a comunidade, aí veio os frades também juntos, que eram os religiosos e aí começou a bater muito forte, os Frades. Aí pegou o nome Camboa dos Frades. Aí ficou mais famoso que os negros. Ficou Camboa dos Frades. Eu acho interessante muito essa história do nome da Camboa porque tem esse percurso histórico. (A. C. S. S., entrevista em 09/05/22)

Percebemos que a comunidade é uma localidade histórica e centenária. É notório que o desenvolvimento vindo com as empresas que foram se instalando no local, ocorreu após a povoamento da Camboa dos Frades. Então, para início de percepção e a partir dos relatos, como também as questões repassadas na oficina da nova cartografia, podemos identificar e caracterizar algumas empresas que estão dentro da Comunidade da Camboa dos Frades. A partir dos pontos geográficos feitos através dos croquis<sup>36</sup>, elaborados pelos agentes sociais, os quais foram relevantes para perceber quais empresas estão dentro desse território.

A partir deste mapeamento, tentaremos demonstrar quantas empresas estão instaladas dentro, em torno da comunidade, como se dá a sua relação com essas empresas, para que possamos pontuar as características e particularidades de cada uma. Vale destacar que na imagem 10, podemos observar com maior clareza e detalhamento do mapa, que foi desenhado a partir dessa oficina, pelos agentes sociais José, Ana e Socorro<sup>37</sup>, que são moradores da Camboa dos Frades. Assim, possibilitando maior clareza de como a comunidade da Camboa se encontra hoje e quais as empresas que foram se instalando nesse processo da criação do DISAL.

Na imagem abaixo, podemos perceber as empresas que estão dentro da comunidade são: a ENEVA, a RIZA, a RAIZEN, além do Terminal da Suzano e o próprio Porto do Itaqui. Com a construção da extensão do Porto do Itaqui a partir desse terminal da Suzano, percebe-se que isto implicou no fechamento do acesso da comunidade para o mar, assim, impossibilitando a navegação dos pescadores e conseqüentemente e a perda do pescado. Ainda em 2012, o Porto do Itaqui tinha somente 6 (seis) berços.

A partir desse ano (2022), foi inaugurado o nono berços, sendo assim, 9 (nove) berços já implantados.<sup>38</sup> E com previsão de construção para mais um berço, que seria o 98. O Terminal

---

<sup>36</sup> Croqui pelo conceito geográfico é o esboço cartográfico de uma determinada área, sendo, assim mapas que são desenhados com certa propriedade pelos moradores locais, percebendo assim como os traços e locais são precisos e transmitidos pelo desenho.

<sup>37</sup> Nomes fictícios.

<sup>38</sup> Berço é uma denominação portuária, sendo o espaço onde os navios atracam em um cais para atividade marítima para embarque e desembarque de carga e produtos.

construído com investimento da Suzano, foi o berço 99 do Porto do Itaqui, ao lado do território da Camboa dos Frades. Este terminal visa potencial de exportação de celulose.

**Imagem 10** - Croquis desenvolvidos na oficina da PNCSA no Taim, mapa da Camboa dos Frades



Fonte: Arquivo do PNCSA/Emmanuel Farias Júnior (2022)

De acordo com a página do site da Imirante, é informado:

Com a perspectiva de exportar 1,5 milhão de toneladas/anos de celulose para o mercado internacional – incluindo países da Ásia e Europa, e também os Estados Unidos – a Suzano inaugurou nesta quinta-feira, 24 [março, de 2022], o berço 99 no Porto do Itaqui, um investimento da ordem de R\$390,2 milhões que contempla ainda um armazém, que se encontra em fase de obra.

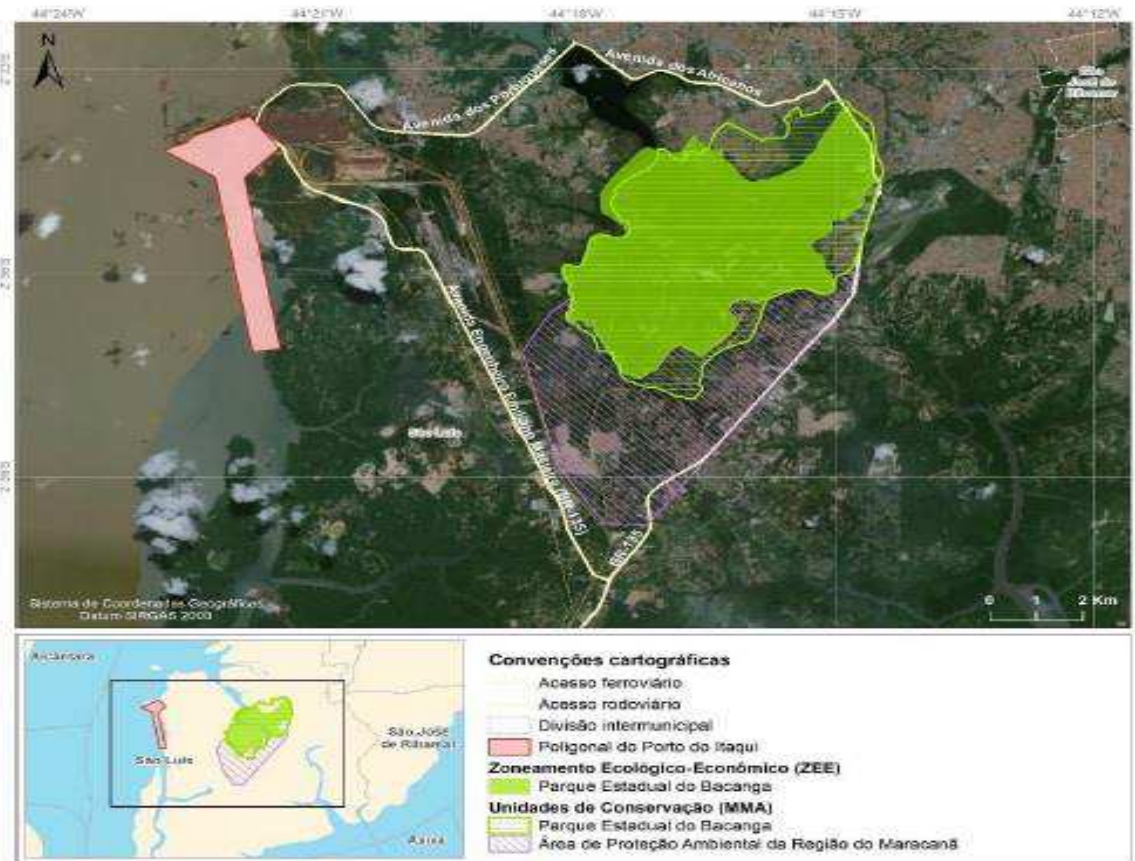
O novo berço é estratégico para a continuidade do escoamento da celulose produzida na Unidade da Suzano em Imperatriz, transportada até o Porto do Itaqui, em São Luís, por meio de uma malha ferroviária com 670 km de extensão. (IMIRANTE, 2022).

Segundo Porto do Itaqui (2022), a área com a expansão do porto, tem cerca de 82.171 m<sup>2</sup>. Além dessa construção, também contaria com a obra de armazém de 5.000 m<sup>2</sup>. É relevante pontuar que a construção desse armazém ocorreu em cima de um igarapé chamado por Urinema, local este que a comunidade mariscava e pegavam peixes. Esse armazém foi relatado na entrevista com os moradores, sendo um dos problemas ocasionado dentro da comunidade, além da insatisfação por terem desmatado o mangue e destruído o Urinema, houve também o



conflito interno entre os membros da comunidade, já que a empresa contratou pessoas da própria comunidade com intuito de “empregar”, mas que de certa forma desestruturava a relação comunitária existente, já que uns eram contra a construção desse armazém e outros só queria obter o ganho com o dinheiro do pagamento.

**Imagem 11** - Ampliação do Porto Itaqui São Luís/MA



Fonte: EMAP, 2021.

O projeto da extensão do Porto do Itaqui prevê novas construções e ampliação da extensão do cais, como pode ver na imagem acima – sendo o polígono do Porto do Itaqui a ser construído que está em vermelho – observamos que com essa ampliação se dará futuramente no fechamento da área do território da Camboa dos Frades para o mar aberto. Impossibilitando os pescadores de adentrar a Baía de São Marcos, com isso, verificamos que as condições para continuar pescando na redondeza será inviável. Muitos pescadores já estão cientes que terão que ir a outros locais para conseguir pescar. E esse deslocamento acarreta prejuízos sociais e culturais para os pescadores, que estão acostumados com a área local.



Com a ampliação do Porto, vem a indignação e o descontentamento da comunidade, que por longos anos vem sofrendo com a falta de saneamento básico, além da falta de água encanada. Na comunidade ocorre alguns acidentes, mas na localidade não existe Unidade Básica de Saúde (UBS). Todavia, bem ao lado, a comunidade reconhece que vive próximo da riqueza do Maranhão, que infelizmente, não chega até os agentes sociais. E devido a implementação dos megaprojetos, a comunidade continua permanecendo na invisibilidade. É como relata a Dona Ana<sup>39</sup> em sua conversa: “as empresas nunca podem fazer nada pela comunidade”.

**Imagem 12** - Localização do Terminal Suzano, a construção do novo berço e a Camboa dos Frades



Fonte: EMAP, 2012, adaptado por Tatiane Santos, 2022.

Nota-se que com a implantação desses megaprojetos, trouxe para os territórios várias modificações, e com isso, alterações nas relações sociais da comunidade tradicional e rural existente na localidade. É com essa entrada, percebe-se que a Camboa dos Frades (co)existe no em torno desses megaprojetos, mas que já sentem as transformações físicas do território, relacionadas com as degradações, a diminuição do peixe e os problemas com saúde.

A partir do mapeamento das empresas, foi construído na tabela abaixo, quais empresas foram instaladas na localidade da Camboa dos Frades, demonstrando e observando o seu ano de implantação. Concluindo, também, que a sua implantação se deu posteriormente ao povoamento da comunidade. Na tabela pode-se observar as principais atividades desenvolvidas

---

<sup>39</sup> Nome fictício.

na região, para que possamos entender as implicações que inferem sobre o mercado nacional e internacional.

<b>Tabela 3 - Empresas instaladas dentro e em torno da Camboa dos Frades</b>			
<b>Empresa</b>	<b>Ano de implantação/criação</b>	<b>Capital</b>	<b>Principais Atividades</b>
<b>Vale do Rio Doce (Atualmente Vale)</b>	1970 <sup>40</sup>	Recebe capital nacional e estrangeiro.	Inicialmente a empresa era estatal, posteriormente foi privatizado pela FHC. Hoje é uma empresa de mineração multinacional brasileira, produtora de minério de ferro-gusa, atua na logística de ferrovia-porto-terminais.
<b>Porto do Itaqui</b>	Iniciou o a construção em 1960 e começou a operação em 1970.	Estatual, privado e internacional.	Sendo lugar estratégico de São Luís, que movimentava carga do país e considerado o mais profundo.
<b>EMAP</b>	Criada em 1998.	Capital público e estatal.	Empresa pública e estatal que tem objetivo de administrar e explorar comercialmente os portos da capital.
<b>FERTIPAR FERTILIZANTES DO MARANHÃO LTDA</b>	2006	Nacional.	Empresa brasileira com sede na BA. Tem como atividade principal a fabricação de adubos e fertilizantes.
<b>MPX (atualmente a ENEVA)</b>	2009 inicia como MPX. Em 2012 passou a se chamar de ENEVA.	Nacional e investimento estrangeiro.	Exploração e produção de petróleo e gás natural e comercialização de energia elétrica.
<b>Brasil Ecodiesel (passou a se denominar Vanguarda Agro S.A - V-Agro)</b>	2010	Nacional	Empresa de produtor de biodiesel.
<b>Petrobrás</b>	2011	Nacional e estrangeiro	Empresa multinacional de exploração de petróleo. Como também produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e gás natural.
<b>RISA S/A</b>	2012	Nacional. E investimento estrangeiro.	Empresa do agronegócio que atua no segmento de agricultura, fertilizante, máquinas, defensivos, logística e trading. Em São Luís fabrica adubos e fertilizantes.
<b>RAIZEN</b>	2020	Nacional.	Empresa brasileira de biocombustível (etanol e distribuição de combustível).
<b>Terminal do Porto da Suzano</b>	2022	Capital estrangeiro e nacional	Empresa nacional que arrematou em leilão o Terminal. Visa escoamento da produção da celulose para exportação.

Fonte: Próprio autora (2022)

<sup>40</sup> Anos relacionado a pesquisa exploratório em meio digital.

Percebemos que essas empresas instaladas no território são nacionais, com investimento de dinheiro público e privado. Entretanto, essas empresas por serem de capital nacional, algumas delas, como a Vale, Petrobras, possuem também acionistas estrangeiros. Dito isto, percebe-se que no Maranhão, diante da região do Itaqui-Bacanga, torna-se local que vem atender as necessidades externas do sistema capitalista e de suas empresas transnacionais, o que impactou e ainda traz modificações as comunidades tradicionais de São Luís/MA, pois quando não são expulsas, são obrigadas a de “adaptarem” ao desenvolvimento capitalista. Sem qualquer modernização das áreas atingidas, e sem resolver os problemas como transporte, água, saneamento básico, educação e saúde (ARCANGELI, 2018).

As empresas instaladas, geralmente, são beneficiadas pelo Estado do Maranhão, até mesmo pelo governo federal. Aquelas pressionam o poder público para a retirada das comunidades, tendo em vista os interesses e influência do capital internacional visando “progresso” e “desenvolvimento”. Além do investimento, há uma alta especulação financeira sobre o território. Percebe-se os moradores de outros bairros, muitos destes oportunistas, adentram a comunidade, se alocam para requerer o dinheiro da suposta indenização paga pelas empresas ou por grileiros. Isso desencadeia alguns problemas para a comunidade de origem. O que vem gerando o aumento das especulações financeiras sobre a terra.

Pontua-se, também, que muitas dessas empresas utilizam como jargão, que ao se instalar trará empregos para a região, bem como pessoas das comunidades próximas. No entanto, as empresas terceirizam a mão de obra, e os trabalhadores são temporários, quando não vêm de fora, as vagas cujos salários são melhores sempre ficam para aqueles que possuem maior qualificação. Nisso, lembrei o caso, da construção do galpão edificado pela Suzano. Foi relado pela comunidade que os trabalhadores, que eram da comunidade, trabalharam na construção civil nesse galpão, entretanto, somente por contrato e apenas por 6 meses, observando que o salário ainda era pago atrasado.

Vemos como as comunidades ficam à mercê da empresa, pois esta restringe o direito de ir e vir e da liberdade, bem como o uso dos igarapés do antigo porto, onde a comunidade transitava antes da entrada da empresa, hoje em dia, não pode mais ser transitado, por ser locais privados, e possuem certa segurança. Até o local onde se pescava antes, a canoa não pode navegar, uma vez que se a navegação passou a ser dos grandes navios. E transitar perto ou próximo do Porto, tem-se certo perigo e possível acidente marítimo. Então, os pescadores tomam distância dos locais que antes navegavam ou pescavam.

Diante das oposições encontradas, principalmente no contexto da implantação de megaprojetos, surgem divergências em relação às questões socioambientais das comunidades próximas ao porto. É essencial caracterizar essas questões. Por isso, a partir da estruturação portuária temos como enquanto Estado Maranhão, inclui o Complexo Portuário do Itaqui, que é composto pelo Porto Organizado do Itaqui (Porto do Itaqui), pelo Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, além do Terminal de Uso Privado Alumar (TUP ALUMAR), e de acordo com plano, ainda estão em fase de execução o Terminal Portuário de São Luís<sup>41</sup>. (MTPA, 2018). É importante pontuar que o Complexo Portuário Maranhense é o segundo maior complexo portuário do Brasil (LIMA et.al., 2005).

Diante dessas informações, na seção seguinte trataremos as características físicas das empresas, para que se possamos tecer algumas análises sobre megaprojeto já instalados, percebendo que o Porto do Itaqui vem inferindo e ocasionando os efeitos sociais sobre a Comunidade da Camboa dos Frades e trazendo transformações não só ambientais, como sociais e nas relações culturais.

## 2.2 PORTO DO ITAQUI: “A FORÇA DO MARANHÃO<sup>42</sup>” E COMO É QUE FICA A COMUNIDADE ATINGIDA?

Historicamente, o local que hoje é Porto do Itaqui, foi o local do antigo Porto de São Luís, escolhido pelos franceses para se estabelecerem na ilha de São Luís ainda em 1612 (EMAP, 2021). Entretanto, somente em 1939 com os estudos realizados na região do Itaqui-Bacanga pensou-se na criação do porto no Maranhão. A dinâmica também mudaria com a chegada da Estrada de Ferro Carajás em 1970. Primeiramente, a Companhia Doca do Maranhão (CODOMAR), do Governo Federal, que administra o porto desde a sua inauguração, mas somente a partir de 2001, que o Porto do Itaqui começou a ser coordenado e gerenciada pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). (EMBRAPA TERRITORIAL, 2020).

No entanto, nota-se que São Luís demorou para ter acesso a industrialização. Segundo o Filho (2016), o Estado teve uma industrialização tardia, pois tal processo se iniciou no fim da

---

<sup>41</sup> Mais conhecido como Porto São Luís. A sua instalação se deu dentro da comunidade Cajueiro, onde até hoje passa por processo judicial, desapropriação e conflito de terras.

<sup>42</sup> Slogan do Porto do Itaqui.

década de 1960. Considerando a revolução industrial, as fábricas do Estado do Maranhão eram bastante estagnadas nesse quesito. Todavia, o modelo de desenvolvimento só intensificou por meio do modelo de desenvolvimento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e na criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), assim, auxiliando as regiões Norte e Nordeste para que houvesse o crescimento e inclusão dos projetos industriais com base na exploração e produção e exportação das matérias primas de ferro, aço, celulose e alumínio. (FILHO, 2016, p. 57).

**Imagem 13** - Porto do Itaqui em 1973



Fonte: EMAP, 2021 apud EMAP 2018

O impulso para os grandes projetos no Maranhão foi resultado da implantação tanto da VALE quanto da ALUMAR, por meio do Projeto Grande Carajás, pois:

O Projeto Ferro Carajás (com obras de infraestrutura rodoviárias entre São Luís e Teresina, ferroviárias, como a Ferrovia Carajás, e portuária notadamente no Porto do Itaqui) contribuíram para uma maior visibilidade do Estado em nível Nacional [...]. Vale registrar que a ilha de São Luís possui extraordinárias condições geográficas para a construção de portos de água profundas, o que contribuiu para a decisão da ALUMAR e da Vale em decidir implementar seu projeto na região. (FILHO, 2016, p. 57)

O Porto do Itaqui, como já situamos, foi construído na década de 1960, inaugurado somente em 1980. Podemos observar na foto acima (imagem 13) o início do Porto do Itaqui ainda na sua construção no ano de 1973. Segundo EMAP (2021, p. 20) “Em 1972 foram concluídos os trechos dos berços 101 e 102 e, em 1976, o berço 103”. Posteriormente, “em

1994, a extensão do cais foi ampliada com a construção dos berços 104 e 105.” Até a chegada do ano de 2017 houve a inauguração do berço 108 para a movimentação de petróleo (Id., *ibid.*). Até os dias atuais, outros prolongamentos do cais foram sendo executados e implementados. No caso área que tangencia a Camboa dos Frades, evidencia-se a segunda fase de expansão que se dá pela implementação dos berços 98 e 99. Podendo ser visualizado na imagem seguinte.

**Imagem 14** - Berços do Porto do Itaqui - São Luís/MA



Fonte: [itaqui.com/porto-do-itaqui/infraestrutura](http://itaqui.com/porto-do-itaqui/infraestrutura)

A sua localização tem uma forte ligação no que diz a respeito a facilidade de exportação marítima, já que o Porto do Itaqui tem proximidade com os países como Estados Unidos e a Europa. Pontua-se que, “O Local onde se alonga o cais é abrigado de ventos e ondas, tendo seus limites fixados na Ponta da Madeira, ao Norte e ao Sul, nas proximidades da Ilha de Tauá-Mirim, somando uma extensão de pouco mais de 6 Km.” (LIMA, 2005, p. 1). Com relação a navegação, “as marés do Porto do Itaqui são tipo semidiurnas, variando entre 7 e 0,2 m. Está protegido das ondas geradas em alto mar pela Ponta da Madeira, ao Norte, e pela Ilha de Guarapirá, a Oeste.” (Id.; *Ibid.*) Além disso, vale também mencionar, as navegações, na referida localização são mais rápidas, tendo em vista que as viagens marítimas para aquela localidade passam a ter aproximadamente dez dias de viagem. (FILHO, 2016, p. 58).

O Porto do Itaqui é um porto marítimo que fica na Baía de São Marcos (São Luís/MA), situado na Zona Industrial – 3 (ZI-3), sendo administrado pela EMAP. Tendo como coordenadas geográficas a sua localização: 02°34’S; 44°22’W. (EMAP, 2012). O Porto tem o objetivo de disponibilizar serviços a embarcações que nele atracam. Assim, possuindo serviço de infraestrutura aquaviária e de acostagem, abastecimento de água, reconhecimento de esgoto sanitário e coleta e triagem de resíduos, além de ter rede de energia elétrica e sinais de

telecomunicação. A sua infraestrutura conta também com armazéns, pátios, silos e tanques. (MTPA, 2018).

A partir da implantação do Porto, várias localidades receberam infraestrutura de rodovias e ferrovias que possibilitou o transporte para impulsionar a expansão do projeto de exportação da produção e ganho econômico. Como aponta Garzon (2020, p. 583), “não casualmente, os setores considerados catalizadores desse modelo – a indústria extrativista mineral, o agronegócio e a infraestrutura dedicada ao escoamento de *commodities* – estão firmemente ancorados na Amazônia e seguem contínua expansão.” Dessa forma, percebemos que o governo gerencia e vem fortalecendo as políticas para garantir os financiamentos e investimentos para as grandes empresas de exportação agrícola e minerais, como também a construção civil e logística, que estão encarregadas para explorar os megaprojetos de infraestrutura necessária para que obtenha circulação e escoamento de bens/produção (MELO, 2021).

O acesso ao Porto do Itaqui se dá principalmente pela BR-135 e pela Avenida Eng. Emiliano Macieira. Vale ressaltar a mobilidade e tráfego da produção, que é impulsionada pela movimentação de carga nas principais vias conectam a região a outras áreas:

O Porto do Itaqui é, também, servido por rodovias que o ligam a toda região do país. A principal, que dá acesso direto ao Porto, é a BR-135. O Porto tem papel fundamental dentro do Corredor Centro-Norte, não apenas para atender a economia do Estado do Maranhão mas também para promover a logística de toda a região. Isso, principalmente pelo acesso ferroviário, feita pela Estrada de Ferro Carajás que se conecta com Ferrovia Norte-Sul que chegou ao Porto Nacional no fim de 2011, o que representará uma vantagem significativa sobre o custo de transporte. (EMAP, 2012, p. 14)

Nota-se que este projeto de desenvolvimento está atrelado às questões do mercado internacional. Por isso, há um engajamento dos setores públicos e privados para viabilizar tanto a infraestrutura, quanto a instalação de mais empresas em São Luís/MA. E uma das atividades de expansão do Porto envolve a dragagem. Em contrapartida aos efeitos sociais dessas instalações, o próprio Plano Mestre do Itaqui propõe:

[...] A pesca de São Luís, no entanto é basicamente pesca artesanal industrial de água salgada. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da dragagem do Porto do Itaqui (UFMA, 2022), existe algumas comunidades de pescadores na região de influência do Porto, e que podem sofrer impactos em função das operações portuárias ou de obras, como a dragagem, por exemplo. Esses impactos referem-se basicamente ao afugentamento de espécies causando assim uma maior dificuldade para as atividades dos pescadores. As medidas preventivas e mitigadoras consiste em uma aproximação do Porto com os pescadores, de forma acompanhar as possíveis impactos e promover soluções caso eles se confirmem. (MTPA, 2018, p. 224)

Desse modo, a atividade de dragagem é bastante criticada pelos pescadores da Camboa dos Frades, pois a obra de dragagem de aprofundamento visa ampliar o cais de atracação e estender o canal de navegação para que possa atender embarcações de grande porte. Sendo que os aprofundamentos das áreas do mar acentuam os perigos da navegação para os pequenos pescadores, que colocam em risco a sua própria vida quando vão pescar, visto que isso não se limita a afugentar os peixes. Como relata Dona Ana<sup>43</sup>, sobre extensão do Porto do Itaqui que está sendo feita pela dragagem com intuito de:

[...] fazer o outro cais, porque esse já está feito. E é arriscado porque assim quando ele faz essa dragagem, aquela máquina [...] ela vai cavando. Cavando. E na beirada [...] está o cavamento e [do outro lado] aqui está o pescador e se ele escapular aqui, ele morre. Aí ele tem que parar de pescar. Ele vai parar de pescar, aí ele vai sobreviver de onde? Como? Se ele vive aqui, só o meu neto da família do meu sogro... só o meu neto é a quinta geração. (Relato da Dona Ana, 13/02/2022)

Esse problema é relatado, também, por outros pescadores. Além desses perigos percebidos pelos pescadores que pescam em torno do Porto, há também outros, como aponta (MTPA, 2018, p. 168) “Os principais cenários acidentais previsto no Plano Emergência Individual (PEI) do Porto do Itaqui são rupturas de tanques de combustíveis dos navios, reboques ou balsas, em manobras ou colisões, naufrágios de navios graneleiros ou de carga geral e ruptura de dutos de transporte de óleo”. Por mais que exista setor próprio que cuide das emergências do Porto em caso de acidente, pensar numa possibilidade de acidente desse nível, poderá ser dano catastrófico para a zona litorânea, sobretudo para os animais marinhos e a própria população.

A expansão do cais visa crescimento da exportação e o lucro sobre os *commodities*. De acordo com a EMAP (2021, p. 33) “em relação à projeção de demanda para cenários alternativos o Plano Mestre (BRASIL, 2018) apresenta uma taxa média de crescimento de 2,8% ao ano até 2060 para o cenário otimista.” Observando que isso visa projeção de que “estima-se que o Porto de Itaqui irá movimentar 78,7 milhões de toneladas.” (id., *ibid.*). Por exemplo as movimentações de exportação de grãos de soja têm como destino o país da China, isso também ocorre, visto que o Porto do Itaqui tem proximidade como Canal do Panamá, o que vai possibilitar a realização de um trajeto mais próximos aos mercados asiáticos (EMAP, 2021). É observando que diante desse contexto tem-se:

[...] recentes disputas comerciais entre Estados Unidos e China no que diz respeito à aplicação de tarifas sobre o produto importado entre os dois países, pode beneficiar exportação da soja brasileira (CONAB, 2018a). Enquanto não houver uma resolução

---

<sup>43</sup> Nome fictício.



comercial entre os dois países, a China continuará priorizando a compra de soja do Brasil (SING; FREITAS, 2018), potencializando o escoamento deste tipo de grão pelo Porto do Itaqui. (EMAP, 2021, p. 37)

Assim, o Porto segue sendo o mais importante nacionalmente para a exportação da produção. O local que está o Porto do Itaqui é bastante estratégico o que “[...] permite que o Porto exporte não apenas a produção do Estado do Maranhão, mas também a da Região Centro-Oeste, para vários países do mundo com menores custos [...]” (LIMA et.al., 2005, p. 1) Considera-se também que a localidade auxilia de certa forma, o que “tornam os gastos dos navios que atracam no Porto do Itaqui ainda menores, porque ele se encontra em uma baía abrigada, fazendo com que o preço do seguro pago pelos navios se torne bem menor.” (Id., Ibid.,)

Dentre as movimentações de cargas, o Porto do Itaqui movimenta cargas diversas, principalmente graneis vegetais, derivados de petróleo, fertilizante e minérios. Na tabela abaixo apresenta-se os principais produtos movimentados pelo Porto, além disso, observando as atividades relacionadas ao comércio internacional, que abrange a exportação, referente a venda de produtos para outro país, e a importação, implica os produtos que vêm de fora. É uma perspectiva que vem crescendo no aspecto econômico brasileiro.

Tabela 4 - Cargas Movimentadas pelo Porto do Itaqui		
Exportação	Importação	Outros
Alumínio	Arroz	Álcool/ Etanol
Ferro-Gusa	Fertilizante	Derivado de Petróleo
Minério de Manganês	Trigo	Soda Caustica
Soja	Carvão	Óleo Vegetal (Soja)
Milho	Escória/Clínquer	Carga em Geral
Cobre	Bauxita	

Fonte: EMTPA, 2021, e EMAP, 2021

Entende-se o aumento da demanda para exportação no Porto do Itaqui ocorreu em virtude de o mercado estar em permanente expansão. Segundo Santana (2014, p. 680) “partindo da premissa de que no capitalismo contemporâneo os portos e as cidades voltaram a ter função-chave na economia mundial.” Com isto, o Porto visa possibilitar ampliar sua estrutura portuária para que possa ser modernizada sua infraestrutura e logística, viabilizando assim maiores lucros de exportação, por esta razão há um grande impulso nos investimentos.

Podemos observar melhor, os produtos movimentados por cada berços, de acordo com o EMAP:

<b>Tabela 5 - Produtos movimentados em cada berço do Porto do Itaquí</b>		
<b>BERÇO</b>	<b>Comprimento (m)</b>	<b>PRODUTOS</b>
<b>100</b>	320.00	Granel Sólidos e Carga Geral
<b>101</b>	231.00	Granel Sólidos e Carga Geral
<b>102</b>	235.00	Granel Sólidos, Granel Líquido e Carga Geral
<b>103</b>	251.50	Granel Sólidos e Carga Geral
<b>104</b>	200.00	Granel Líquido
<b>105</b>	280.00	Granel Sólidos e Carga Geral
<b>106</b>	420.00	Graneis Líquidos
<b>108</b>	300.00	Graneis Líquidos

Fonte: Marinha, 2020.

Em relação ao plano para expansão programada, no qual foi estabelecido o crescimento da área de acostagem no sentido linear sul, logo, o prolongamento se dará no atual berço 100, resultando na construção de mais sete berços (92 a 99) até o ano de 2031, com 350m de comprimento (EMAP, 2021). Na tabela abaixo podemos observar a sua área, bem como os produtos que irão ser movimentados por cada berço. Em 2022, foi implantado somente o berço 99, que é gerenciado pela Suzano. Este é o berço o qual a empresa irá exportar a celulose. E onde foi construído o terminal que impactou drasticamente a comunidade, com a perda de alguns igarapés.

<b>Tabela 6 - Novos e futuros berços do Porto do Itaquí</b>		
<b>Berços</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Produtos</b>
<b>99</b>	10.560	Carga Geral Vegetal e Celulose.
<b>98</b>	10.800	Fertilizante.
<b>97</b>	18.480	Fertilizante e Clínquer.
<b>96</b>	13.200	Contêineres
<b>95</b>	13.200	Contêineres
<b>94</b>	13.200	Carga Geral e Insumos

Fonte: EMAP, 2021.

O berço mais recente inaugurado do Porto do Itaqui, berço 99, foi uma obra com investimento do poder público do Maranhão e a Suzano, tem como objetivo implantar a extensão, uma vez que “o berço 99, que [foi] construído contíguo ao berço 100 e irá movimentar celulose como carga prioritária. Como carga prioritárias, foram consideradas fertilizantes, ferro-gusa escória e clínquer” (EMTPA, 2021, p. 575).

Dessa forma, o berço 99 interferiu ainda mais nas mudanças socioambientais da comunidade, destruindo as áreas de mangues e igarapés. Fala-se de uma política que se relaciona com “desenvolvimento”, mas o que se observa é uma política de morte, assim, definida por necropolítica. Nota-se que vários locais já foram destruídos e as áreas antigas, que tinha fartura de peixe, como remete os relatos, os locais não existem mais, então, o destino seria deslocamento ou migração para outra área de pesca. Tendo a devastação dos mangues e levando a destruição dos igarapés, o que visa a expulsão da comunidade. Isso é típico da necropolítica, que remete ao deixar morrer enquanto o Estado fecha os olhos para os problemas socioambientais. Sendo uma estratégia de extermínio, pois se não tem onde pescar, os pescadores serão obrigados a se deslocar compulsoriamente. Então, o que resta? Desterritorialização.

Podemos confirmar assim que embora se “apresenta que na década de 1970 ocorreu a construção do Porto do Itaqui. Mesmo com as pretensões do governo de povoar a área, constata-se que originariamente existiam pessoas que moravam na área anteriormente aos projetos implementados” (BRUZACA, 2014, p. 629). É após a instalação dos megaprojetos que alternam entre o progresso-desenvolvimentista, que surgem os diversos efeitos nas esferas sociais, econômicas, ambientais, culturais e históricos.

Ao passo em que aumentam os conflitos territoriais, amplia-se a fragilização das relações comunitárias, além da violência no campo e o ostensiva ameaça, que chegam até as lideranças das comunidades para que possa se (des)mobilizar o processo de resistência. Entretanto, para que possa enfrentar esse novo processo, as comunidades criam alternativas e estratégias, buscando representatividade no âmbito político, bem como participando dos movimentos sociais e de base, ou até mesmo construindo sua própria forma organizativa. Em parte, compreendemos isto como uma experiência de resistência do território.

Percebe-se, desse modo, que na primeira década do século XXI, o sistema mundial se reorganiza, resultando na apropriação de território e avanço da exploração dos países periféricos, o que vem trazendo o processo de reestruturação econômica. A respeito disso, a forma com que ocorre a exploração do território da Camboa dos Frades, centrada pela

dominação do território, a partir da ideologia desenvolvimentista e pela produção e reprodução do capital tendo como política econômica voltado para os grandes empresários transnacionais.

Na próxima seção, daremos sequências as discussões, associando as questões sobre poder estatal e as empresas privadas sobre a comunidade, que de certo modo, estão delineados no processo de dominação do território rural, assim, percebendo seus interesses por trás da Camboa dos Frades.

### 2.3 DA EMAP A SUZANO: OS INTERESSES PRIVADOS E ESTATAIS SOBRE O TERRITÓRIO

Demonstraremos, nesta seção, quais as intenções dos megaprojetos implantados na Camboa dos Frades, assim, levantando as questões do contexto de atuação desses megaprojetos, situamos tanto a Empresa Maranhense Administração Portuária (EMAP), quanto a Suzano. Podemos afirmar, assim, que o Estado do Maranhão, principalmente no governo do Flávio Dino – que apesar de ser de um partido de esquerda – colaborou para que esses grandes projetos fossem implantados. Corroborou, então, financiamento das estruturas físicas desses megaprojetos, além da concessão de apoio fiscal. Assim, vemos um Estado, que ao mesmo tempo que se “compromete” com a população rural e comunidades tradicionais, é ao mesmo tempo é o Estado omissos a todos os prejuízos/destruição dos territórios.

Dois elementos são importantes se ressaltar na instalação desses megaprojetos no Maranhão: 1) as transformações da dinâmica de produção dos territórios, em que a economia local passa a ter uma transformação a partir de uma mudança no padrão produtivo e de consumo. A escala da internacionalização da economia, a migração de uma obra de uma mão de obra especializada e com padrão de consumo diferenciado; 2) a precarização do trabalho decorrente de uma necessidade por aumentar a taxa de acumulação, a partir da diminuição de mão-de-obra. (RODRIGUES; COSTA, 2021, p. 1313)

A partir da implantação dos Portos e dos megaprojetos inseridos no território da Camboa dos Frades, há várias manifestações de reivindicações por condições melhores de vida, por isso a luta é permanente para continuar no território. Portanto, os agentes sociais estão sempre envolvidos na articulação, mobilização e na luta em contraposição aos megaprojetos. Nesta discussão, abordaremos essas questões, destacando as vozes da comunidade e observando como as resistências estão delineadas.

Realizamos a sistematização das entrevistas, bem como a revisão bibliográfica para analisar tais questões. Assim, buscando entender como esses empreendimentos utilizam de suas

práticas para subjugar as comunidades. Com relação a comunidade da Camboa dos Frades há o contexto de conflito de interesse, assim, observando as divergências entre União de Moradores da Nova Camboa com a originária comunidade Camboa dos Frades. Uma vez que o conflito interno, perpassa pelas questões da antiga presidente da Associação, algumas conversas, foi repassado que ela está associada às empresas, isto foi verificado em parte do estudo de Viviane Vazzi Pedro, o qual analisou o caso do Cajueiro.

Para compreender tal trajetória é preciso lançar um olhar geral sobre a implantação dos megaprojetos e a grilagem, bem como conhecer seus principais agentes que estão por trás da apropriação privada do território, que perpassa:

[...] No ano eleitoral de 1998, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) formalizou a entrega e concessão do título condominial – assentamento rural – às famílias destas glebas, sendo que o registro do título do Cajueiro foi realizado em 06/02/2001, no 2º Cartório de Registro de Imóveis de São Luís. [...]

Nessa mesma época, conforme veremos adiante, pessoas de algumas comunidades adjacente ao Cajueiro, como Camboa dos Frades e Vila Embratel, começava a falar de um homem, chamado de Carlos César Cunha, que estaria se apresentando como proprietário de vastas áreas e comunidades inteiras na região.

Em 2005, o Estado e o Ministério Público do Estado (MPE) propuseram, contra o Carlos César Cunha, a ação de anulação de registro imobiliário nº 13095/2005, atualmente julgada improcedente em segunda instância, pela 5ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), questionando os títulos de propriedade que este apresentava para a área do Distrito Industrial (DISAL), o que englobaria o Cajueiro. **Porém, naquela ocasião, era a comunidade Camboa dos Frades, adjacente ao Cajueiro, que sofria com deslocamento compulsório causado por esse agente.**

[...] Anos depois, em 2014, em audiência popular realizada no Cajueiro, compareceu uma moradora da Cambota os Frades que identificou similaridade entre o que ocorria no Cajueiro e o que ocorria na sua Comunidade. Veio pedir e oferecer apoio para a luta e relatou o seguinte: **Sou uma das resistentes da Camboa dos Frades, somos lá umas 10 pessoas lutando. Há 2 anos atrás o senhor Carlos César Cunha e Dona Lucy, que era presidente [da Associação de Moradores] chegaram desse mesmo jeito: “a área é nossa”, vai pagar e “quem não sair por bem, sai por mal.” Quem não aceitou fazer o negócio com ele. Ela ficava ligando, cercando, “vocês têm que ir, tem que ir porque quem não vai, vai ser esmagado”. Aí a moradora foi. Os que aceitaram pegaram dois mil, cada um foi para algum lugar. Até hoje, a gente tá lá, não pode fazer nada, mas continua perseverando. Então, a Camboa dos Frades não morreu, ela tá só precisando de ajuda. Eu vim justamente para isso para pedir ajuda, porque sair não é a solução, a gente já tem a experiência de Madureira [Vila Madureira, local do que instalou uma termelétrica, com a remoção de moradores]. Hoje a maioria foi jogado. Mas, o senhor Carlos César Cunha chegou. Dona Lúcia apresenta o Sr. Carlos Cunha na comunidade como dono, depois de que ele faz a besteira dele, ele e ela somem, só botam guarda. Você não pode fazer casa, vocês não podem fazer isso, aquilo. Vocês não podem fazer nada. Se entrar um carro, tem que identificar. Já duas vezes, arrumei barraco com o guarda, fui na casa dele, arrumei o barraco... Então, eu queria pedir ajuda aqui da Comunidade, porque agora só tem 10 moradores perseverando e eu sou uma delas. A Comunidade Camboa dos Frades está sozinha. Agora Associação está sem presidente (...) ela ia lá com Carlos Cunha bater nas portas da casa para negociar e disse que quem não fosse lá negociar, ela ia continuar batendo até fechar as portas. Ela ganhava uma quantia de quem ela levasse para ele negociar, conforme ela ia levando, ela ganhava. [...]** (Dona Tháís, nome fictício de moradora, transcrição de áudio gravado

durante a audiência popular, realizada no Cajueiro, em 29/10/2014.) (PEDRO, 2017, p. 106-107, grifo meu).

Observamos nas entrevistas feitas que há certo distanciamento de algumas representações organizativas, no caso da União de Moradores, como muitos situam: – A União de Moradores não me representa. Isto se deve, de acordo com os relatos, devido a presidente da União de Moradores da Nova Camboa (imagem 29), autointitulada assim, estaria trabalhando em prol das empresas e não pela comunidade. Dessa forma, sendo detentora do diálogo entre empresa e Nova Camboa e a Camboa dos Frades, que é a comunidade mais antiga. Vale mencionar, que a Nova Camboa, está na entrada do território, onde ficava a antiga comunidade Vila Madureira.

**Imagem 15** - União de Moradores localizada na Madureira



Fonte: Própria Autoria (2022)

Diante disso, como a Comunidade Vila Madureira<sup>44</sup> foi expropriada e relocada para implantação da MPX (hoje a ENEVA), deixando a localidade vazia, ocasionando para que novas pessoas de outros locais se interessassem novamente no local, assim, o que chamamos dos invasores, autointitularam-se por Nova Camboa. Isso trouxe certo desconforto para a comunidade original, Camboa dos Frades, emergindo, assim, conflito interno e atritos entre os

---

<sup>44</sup> “A Vila Madureira, até o início dos anos de 1970, era considerada terra do Estado ou terra devoluta, sendo que seu gradual processo de ocupação se deu com a apropriação familiar e comunitária dos terrenos e sem que houvesse regularidade na ocupação, como também, títulos de propriedades.” (SANT’ANA JÚNIOR, PERERIA, ALVES, 2009, p.11)

moradores das duas comunidades, levando também a pequenas questões judiciais. Nesse sentido, a entrada das empresas e dos novos moradores eclodiu no cotidiano de vida da comunidade Camboa dos Frades, como também conflitos internos. Sobre a Comunidade Vila Madureira, o pesquisador Cruz (2022), discorre sobre o processo de grilagem:

Desse modo, a partir de 2007 inicia-se no território ludovicense a implantação da Usina Termelétrica do Itaqui, no espaço rural da cidade. Tal empreitada se tornou possível porque o Plano Diretor de 1992, alterado em 2005, destinou 1.064 hectares da Zona Rural II para a Zona Industrial. Trata-se de uma de um macrossistema técnico de responsabilidade da empresa paulista Eneva (antes MPX Mineração e Energia LTDA), empreendimento que integra a política energética de Programação de Aceleração do Crescimento (PAC). Isso evidencia que todas as mediações políticas e econômicas para introduziu esse projeto no território ludovicense foram feitas na escala na formação socioespacial.

Porém, cabe enfatizar, para instalação desse inventor modernizante de fonte influência na dinâmica territorial ludovicense, mesmos com as lutas e resistência, foi removida compulsoriamente à comunidade Vila Madureira, composta por 95 famílias, as quais viviam da pesca, da agricultura camponesa da coleta de marisco.

Segundo os indícios históricos, esse território rural existia há mais de 60 anos e já vinha sendo ameaçado de expulsão pelo projeto do polo siderúrgico, não efetivado. O território rural de Vila Madureira, que ficava contíguo à Camboa dos Frades e à Baía de São Marcos, foi deslocado para o município de Paço do Lumiar, ou seja, a 40 km de distância do lugar onde até então tinham construído sua territorialidade.

Entre os diversos efeitos sociais dessa remoção sobre o modo de vida e a dinâmica do cotidiano das pessoas, cabe destacar: a mudança do nome territorial rural, passando a ser chamado Residencial Nova Canaã; a distância do mar onde os moradores pescavam; a distância de 6 km do espaço agrícola disponibilizado para que eles continuassem desenvolver a agricultura camponesa.” (CRUZ, 2022, p. 76, apud CARVALHO, 2011; SAN’ANA JÚNIOR, 2016; CORRÊA; MARQUES, 2017)

Isto evidencia as contradições advindas das relações de oposições inseridos internamente. Outra observação feita é que também há um certo afastamento da Colônia de Pescador, mesmo sendo uma entidade de luta dos pescadores. Mas o que notamos foi que a Colônia não dar tanta assistência quanto a representação do Sindicato dos Pescadores, e relatam: “Agora a gente está no Sindicato. Porque a gente se sindicalizou na Colônia, só que a Colônia, ela se esqueceu da gente e eu resolvi, eu e minha família, sair e desmembrar, e ir ao Sindicato” (U.J.C.S, entrevista 28/05/22).

Devido aos efeitos sociais da degradação ambiental e a falta de trabalho com a pesca, isso levou muitos dos moradores a deixassem seus terrenos/casas e irem para outro lugar, em busca de melhores oportunidades, alguns que possuem casa no território, ainda aguardam a contrapartida da venda para a empresa. Há também de fato, os oportunistas (pessoas de outros bairros) que entram na comunidade, apossam-se da terra, porque reconhecem aquele local como investimento, esperando a indenização quando houver a remoção.

Como se sabe, a comunidade não é um espaço total harmônico, pois há oposições, conflito de interesses e divergências de opiniões. Entretanto, a comunidade da Camboa dos Frades sempre está participando ativamente das reuniões para materializar as pautas de suas reivindicações e se fazendo visível no aspecto político.

De acordo com Santos (2018, p. 68), “esses grupos passam a se organizar, na busca pela visibilidade social à procura de reconhecimento dos seus saberes tradicionais para gestão de recursos naturais e territoriais.” Deixando de lado a existência individual e reducionista para uma existência coletiva (idem. *ibid.*). Foi a partir da sistematização das entrevistas, que constatamos que todos participam ou já participaram de alguma mobilização da comunidade, como forma de resistência, relacionada ao reconhecimento da identidade enquanto pescador nos órgãos públicos. Desse modo, construindo suas reivindicações, paulatinamente, encaminhando ao poder público. Por isso, a luta cotidiana é atravessada pela defesa da proteção do território pesqueiro e pelo reconhecimento enquanto comunidade tradicional.

Logo, percebemos que a maior pauta da luta é pela permanência no território, reivindicando pela qualidade de vida e melhoria de acesso, além disso, também imaginam a saída dos empreendimentos – sendo muito pouco provável que ocorra – isso é ressaltado na fala da entrevistada:

Eu participo junto com minha cunhada, meus irmãos. E o que a gente quer é ficar. Ficar o tempo necessário da nossa vida aqui. Porque aqui para gente é um sossego. Fora que tiraram praticamente nossa fonte de alimentação. Essas empresas vão entrando e empurrando a gente, e a gente vai para beirada, mas a gente está resistindo, ficando. Querendo que eles reconheçam nossa resistência aqui, porque aqui que a gente vive. (A. G. S, entrevista 15/04/22)

Assim, constituindo como forma de resistência: participação de reuniões do próprio grupo, organizando-se internamente. Em outro momento percebe-se, a busca de aliados em outras comunidades na defesa do território, como situa a Conceição<sup>45</sup>, da comunidade do Rio dos Cachorros - “quando alguma comunidade precisa de mim, eu sou da própria comunidade, somos irmanadas.” Diante disso, há a participação na manifestação na rua, fechamento de rodovias, ou elaborando abaixo-assinado para entregar aos órgãos de defesa.

Observamos, durante a análise do processo de resistência da comunidade da Camboa dos Frades, que essa resistência está intrinsecamente relacionada ao território pesqueiro, à preservação do seu modo de vida e ao ambiente ecológico. São poucos os que resistem por lá,

---

<sup>45</sup> Nome fictício.



mas continuam por gostar do local, pois é local que “nasceram e se criaram”, demonstrando o vínculo afetivo e pertencimento com o local. Como afirmaram, **só de continuar no território é o ato de resistência.**

Observa-se que mesmo com os conflitos internos, a resistência é expressa a partir das estratégias como participação de reuniões com Defensoria e Ministério Público. Essa persistência ultrapassam as pressões internas, pois apesar dos conflitos internos ou externos, a maior parte dos relatos se concentram na história de solidariedade, na partilha, carregadas de simbolismo, de afetos e de memória. Logo, o que percebemos que o conflito é jogado para dentro do território. Por isso, fica claro que:

[...] As comunidades locais, construída por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela ordem global e pelas transformações incontroláveis em ritmo acelerado. (CASTELL, 2018, p. 114)

Nesse aspecto de mobilização, ação política refletiu sob a óptica na luta contra os poderosos e latifundiários, nele lembramos as questões que estão relacionadas a luta por igualdade e melhoria de vida de vários agentes sociais. Para que esses agentes sociais possam obter contrapartida por serem atingidos pelos megaprojetos, no aspecto econômico, do trabalho e as mudanças enfrentadas no modo de vida, é uma luta permanente e perdura até os de hoje.

Nota-se existência de um jogo de empurra-empurra das responsabilidades sobre a comunidade, onde EMAP repassa a responsabilidade para Suzano, esta responsabiliza o governo ou prefeitura, e até hoje pouca coisa já foi feita. Portanto, as contrapartidas quase sempre ou raramente são efetivadas pelo poder público.

Quando vamos discutir sobre as formas de mobilização e resistência de um grupo, logo, deduzimos a integração e o fortalecimento de entidades representativas como associação, união de moradores ou sindicato. No entanto, a comunidade procura se associarem no Sindicato dos Pescadores. Além da presença das universidades como UFMA e UEMA, estas sempre estão envolvidas na articulação e no reconhecimento das identidades sociais. Como enfatiza Garcia *et al.* (2021, p. 9) “dentro desse cenário é notável a importância da universidade para essas lutas, como forma de viabilizar uma realidade tão próxima que dificilmente a aparecerá nas grandes mídias.”

Nesse relato, vamos entender o processo que perpassa os megaprojetos:

[...] a gente já tinha um problema bastante com a EMAP. Eles estão fazendo o galpão e o cais, mas agora piorou, de todos os problemas agora piorou. A Suzano chegou de 2020 para cá, ela fez o berço-99, eles terminaram em janeiro. Começaram em 2020

para cá. Durante a pandemia, eles estavam fazendo e terminaram, justamente já estão atracando os navios. E fizeram o galpão em cima de dois igarapés.

Eles aterraram igarapés, arrancaram os mangues que tinham, fizeram a terraplanagem e entupiram. E botaram o galpão em cima. Aí ficou esses dois igarapés sem pescar, sem pegar nada. E o cais, que eles aumentaram, está em cima praticamente da comunidade da Camboa dos Frades.

E a gente fica aqui sem poder assim... sem poder fazer nada. Já formos lá várias vezes, na EMAP, conversar com eles lá. Aí eles ficam jogando de um para outro o trabalho lá. E depois que eles terminaram de fazer esse, já estão pretendendo fazer o outro, aumentar mais. Então, quer dizer que pelo mar a gente não pode mais fazer nada. Acredito que daqui mais um tempo vai fechar a comunidade toda e a gente está ilhado porque a gente já tem a Eneva aqui na frente da gente, a gente fica por trás da Eneva, a gente tem a Raízen, que joga todo o dejetos nos igarapés, a gente tem a Fertipar, a Riza e fora outras que estão arrodando toda aquela área de trabalho nossa. Da estrada na BR até o mar, a gente está cercado e a situação ficando cada vez mais difícil. E a gente vive aqui porque a gente gosta. É uma comunidade nossa, a gente tem ela com o amor apesar dos problemas. (Moradora da Camboa dos Frades em Entrevista à Rádio Tambor em 10/03/2022)

O Porto do Itaqui, como sabemos, é um dos principais e importantes portos do Brasil, sendo de responsabilidade da EMAP, assim, do governo do Estado do Maranhão. Em alguns relatos percebemos que tanto a EMAP, quanto a Suzano trouxeram prejuízos para a Comunidade. E seus interesses estão alinhados às questões da construção e implementação do Porto, a partir do Berço-99 e a continuação da expansão de porto. De acordo com Informativo<sup>46</sup>, sobre a fase de implantação do projeto da Suzano, houve o investimento de R\$300 (trezentos milhões) para a expansão desse berço, o ocorreu através da Licença de Instalação emitida pela SEMA, LI de nº 1048974/2019.

O informativo destaca que: “A Suzano S.A será responsável por esta obra de expansão e um dos muitos pontos positivos que podem ser destacados do projeto é a abertura de postos de trabalho, com a criação de empregos diretos e indiretos durante o processo”, e enfatiza “as vagas serão abertas em diversas áreas e parte delas será destinada para mão de obra local, oriunda das comunidades do em torno”.

É importante destacar que esse discurso em torno do progresso-desenvolvimentista não abrange as comunidades, e não absorve a mão de obra da comunidade, uma vez que utilizam profissionais qualificados, que possuem formação superior. Os pescadores têm para si somente trabalho da pesca e não possui formação adequada para trabalhar nessas empresas. Isso indica que “o discurso ligado aos grandes projetos de desenvolvimento é crivado de promessas de renda e assalariamento para a população, assim como, de empregos formais. Esse discurso modernizante, do progresso, de uma modernização do território em que agricultura familiar não se adequa.” (RODRIGUES; COSTA, 2021, p. 1311).

---

<sup>46</sup> INFORMATIVO PROJETO SUZANO S.A. Ano 01, nº 0 1.

Dito isso, isso é parte de uma falácia e jogo de marketing que grandes empreendimentos do Maranhão se utilizam para o processo de instalação, assim, combinam o processo de desenvolvimento a abertura de campo de trabalho. Em contrapartida, essa dinâmica está ligada, realmente, com o desemprego local, pois muitos dos pescadores deixam de utilizar locais de pesca devido a destruição, ocasionando instabilidade de renda. É como a Dona Ana<sup>47</sup> sempre expressa, “as empresas estão desempregando”.

Fica o questionamento, progresso-desenvolvimento para quem? As respostas sinalizam que várias comunidades tradicionais estão sendo impactadas por esse modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro, destruindo o ecossistema para implantação de porto. Dessa junção, não se elimina somente o ecossistema, implica na destruição da vida do pescador. “No geral, a combinação disso tudo é uma negação a reprodução da pesca artesanal, o que significa um entrave ao modo de vida ancestral. E isso levou, para inúmeras pessoas, e ainda pode levar para outras tantas [...]: tristeza, depressão, medo, insegurança, pânico, por exemplo.” (RAMALHO; SANTOS, 2021, p. 228)

De acordo com a narrativa sobre essa expansão temos:

É o berço-99, ela que está fazendo e os galpões, para armazenar a celulose. E esse galpão está dentro da comunidade e a EMAP que já estava com o Porto dentro dos igarapés. E esse aí já tomando a comunidade, entupiram os dois igarapés para botar o galpão. Entupiram o igarapé e mangue para colocar o galpão. E é uma coisa tão interessante... entupiram os igarapés, arrancaram o mangue, terraplanaram aquilo tudo e botaram o galpão em cima para armazenar a celulose, e esse daí que está dentro praticamente dentro da comunidade, infelizmente. [...] E é um galpão imenso. [...] A gente ainda vai pescar próximo dele, igarapé, ele tem o braço, e ele vai entrando, vai entrando no igarapé. A partir do momento que o igarapé foi deixado até onde tem a cabeceira do igarapé o peixe entra e a gente vai até o próximo dele lá. Antes o guarda nos barrava, devido nós nos manifestar aqui, questionar e bater em cima, hoje eles não barram mais. Antes eles cortavam até rede, a voadeira do Porto, do Itaquí, que era da EMAP. Cortavam a rede, eles passavam por cima da ... impediam as pessoas de se aproximar, hoje eles já não fazem mais isso, porque a gente já está batendo, estão correndo aqui, se organizando. E aí eles já estão diminuindo mais essa parte. A gente pesca até próximo. E aí a gente fica assim. Vivendo da forma que vive. (Moradora da Camboa dos Frades em Entrevista à Rádio Tambor em 10/03/2022)

A partir da narrativa acima, entendemos como a Suzano se instalou na Comunidade e como a EMAP, também, está associada a esses ganhos. Como foi explicitado, essa nova expansão vem com o propósito de exportar a celulose<sup>48</sup>. No informativo sobre o projeto da

<sup>47</sup> Nome fictício.

<sup>48</sup> A celulose é o material retirado da madeira, aqui no caso, das plantações de eucalipto, levado as fábricas para a produção diferente tipo de papel. Elucida nesse entendimento que “estamos diante claramente de um projeto de desenvolvimento que *planta* a concentração fundiária, utiliza a terra com uma *única* atividade econômica (a monocultura do eucalipto), emprega *pouquíssimas* pessoas, *intensivo* em capital e que conta com todo apoio financeiro por parte do Estado. Em poucas palavras: eis o *desenvolvimento sustentável do agronegócio*. (JUNIOR, 2014, p. 160, grifo do autor). Então, os efeitos e impactos ocasionados pela Suzano na Camboa dos

Suzano é repassado que “as primeiras cargas de celulose foram exportadas pelo Itaqui no ano de 2014. Em 2019 foram embarcadas mais de um milhão de toneladas, que estavam entre os quatro produtos com maior operação no Porto atingindo a marca de R\$ 2,7 bilhões.<sup>49</sup>” Ressalta inclusive que “só em dezembro do ano passado foram movimentadas mais de 50 mil toneladas de celulose no navio Saligna, da Companhia sul-coreana Pan Ocean, parceria da Suzano S.A”

Salienta-se que com a entrada da empresa foi negado o direito de ir e vir, logo, a liberdade foi cerceada. Em um dos relatos narrados, foi repassado que a ENEVA, que localiza na entrada do acesso, queria colocar portão para barrar novos invasores, mas com isto seria barrado a entrada e saída dos pescadores da Camboa, e ainda seria imposto uma condição, quem poderia acessar perímetro seriam aqueles que tivessem cadastro junto a empresa e com crachá.

Como é dito pelo autor Cruz (2022) a empresa ao contratar seguranças submetia os agentes sociais ao constrangimento. Fez com que a comunidade se levantasse em oposição e construísse suas ações de resistência contra as empresas, primeiramente foi a MPX (agora ENEVA), que foi obrigada pela justiça a construir outra estrada e implantar estruturas físicas para a comunidade.

Quando ela chegou [empresa] aqui as últimas famílias foram em março de 2009, ela indenizou. Ela tirou a Madureira. A Camboa eles fizeram uma proposta, que antes o presidente da Madureira era o mesmo da Camboa, Zacarias. Propôs de tirar a Madureira, depois tirava a Camboa. A primeira etapa era a Madureira. Depois era a Camboa. Aí nós ficamos. Quando pensa que não. **Eles queriam botar portão na entrada. Queria dar crachá, fazer crachá para cada morador que tinha aqui, pra entrar aqui. E nós não aceitamos.** Pensou que não. Eles queriam mudar o acesso, e pagaram 3 moradores daqui para fazer o acesso. Como eu disse para eles. Vocês mesmo estão preparando a própria foca para vocês. Como é que nós vamos entregar essa coisa aí. Que dizer que eles cercaram essa área todinha, está ocupada hoje. Eles cercaram e nós ficávamos andando por fora, no mangue. Aí não! Eu bati em cima. De lá nós fomos para o Ministério Público. Chegou lá. E para mim chegar no Ministério foi preciso comprar um celular pra mim, um Motorola, pra poder filmar. E depois que eu filmei. Levei lá, pro Promotor da Criança. Porque os pequenos estavam correndo risco de vida. Aí eu levei para o Promotor. Aí que eles foram nos ajudar, porque o Promotor, conheceu a nossa dificuldade, chamou a Defensoria Pública. Marcou uma audiência. Entre nós e a empresa. Foi que eles foram nos ajudar. – Vocês não têm direito de tirar eles [fala do Promotor]. E ainda fizeram assim. Determinaram fazer 2km de acesso para eles. As duas paradas. Sinalização. Botar tubulação. E determinaram tudo para que eles eram para fazer. E deram 10 dias para fazer. Justamente foi onde eles fizeram. E 10 dias eles concluíram, onde tem aquelas duas paradas lá. Fizeram a sinalização.

Aí pronto. De lá para cá, fecharam as portas. Aquelas pessoas que nós tínhamos. Sumiram. Botaram outros que não tinha mais nada a ver. Não sabiam nem por onde, que iam o andamento. E até hoje. Não ajudam mais em nada. [EMPRESA?] É.

---

Frades, também são sentidos em outras regiões do Maranhão, por exemplo, no município de Imperatriz, possui implantação dos megaprojetos em conjunto com o plantio de eucalipto. É importante mencionar para a plantação da monocultura produz por anos uma terra estéril, sem nutrientes, trazendo consequências para agricultura familiar.

<sup>49</sup> INFORMATIVO PROJETO SUZANO S.A. Ano 01, nº 0 1.

Também nós largamos de mão. E nós ainda fizemos assim, nós ainda fomos para justiça, porque eles entraram, fizeram tudo isso. Danificaram. Aí quando a ENEVA mudou, que era a MPX, mudou para ENEVA. O nosso advogado que estava na nossa causa. Ele disse que a ENEVA não tinha direito de responder pelo que a MPX fez. Aí a gente largamos de mão. Depois que eu fui saber. Que se ela comprou o problema. Então ela tinha que arcar com a responsabilidade daquela outra. Depois que eu fui saber disso, mas aí eu deixei de mão. (conversa informal com M.R, 12/02/2022).

Evidencia-se que “articulação dos moradores de Camboa dos Frades se deu com o apoio da mídia alternativa<sup>50</sup> e dos movimentos sociais.” Sendo assim, “ganham notoriedade nessa trama o movimento Rede São Luís e o Fórum Carajás” (CRUZ, 2022, p. 124). O movimento se faz a partir da luta incansavelmente dos moradores, portanto, refere-se às primeiras formas de resistência social, que demonstra sua contestação aos megaprojetos.

Segundo o Júnior (2014, p. 150) um dos elementos que exemplifica o territorialização da Suzano no Maranhão foi devido a região possuir “terra barata”. De acordo com autor, expõe que “conforme o acordo firmado, ao Governo do Estado caberá a responsabilidade de garantir mão de obra qualificada, enquanto a empresa se compromete em realizar a contratação do trabalhador maranhense e de negociar com as empresas locais” (JUNIOR, 2014, p. 151).

Nessa perspectiva compreende o conflito, quando narra:

Eu tive o privilégio de saber porque eu não sabia, que ela vai completar uns 400 anos de existência, a Comunidade Camboa dos Frades. A gente já vivi a bastante tempo, nunca precisou de uma cesta básica, a gente nunca bateu nas portas deles para nada. Agora a gente está indo porque infelizmente eles não respeitam ninguém. Eles vão chegando, passando por cima, vão destruindo e vão fazendo o que eles querem. Aí eles encontraram barreira com a gente. Por que? Porque a gente bateu de frente. [E disse] a gente não depende de vocês e nem da ajuda, até o momento a gente nunca foi bater na porta de vocês, mas agora a partir do momento que vocês que tem tirar o que é da gente. É tipo uma mãe que quando mexe com os filhos delas, ela fica ofensiva. E eu tenho levantado muito contra isso.

Por causa dessa situação, porque é minha propriedade, minha terra, meu lugar, onde eu criei e crio os meus filhos. Até hoje eles moram aqui, os meus filhos vivem aqui. O meu filho mais velho vai fazer 27 anos. Nasceu aqui e se criou aqui. E até hoje vive aqui, está com essa idade todinha. Meu mais novo está com 23.

Então, a gente tem a nossa moradia e a chega eles de lá e vem. Quando a gente procurou ser pescador, quando nós procuramos nos sindicalizar também. Foi uma decisão nossa. Foi questão nossa, não foi ninguém que mandou. Porque a gente viu, você nasceu e se criou dentro do mar, para você não ser um pescador. Mas aí graça a Deus nós estamos, se organizando direito.

Aí eles chegam: Não Dona Ana, a senhora tem que fazer esse curso para a senhora se profissionalizar. Mas uma coisa eu deixo bem clara, eu dou o curso, mas a gente não garante emprego. Nós vamos dar o curso para vocês para não ficar tipo leigo, para ter mais desenvolvimento, mais estudo. E a gente não aceita. (Moradora da Camboa dos Frades em Entrevista à Rádio Tambor em 10/03/2022).

---

<sup>50</sup> Youtube encontramos algumas reportagens sobre a movimento da Camboa dos Frades:  
 1) [https://www.youtube.com/watch?v=Ut1E\\_FjVsnc](https://www.youtube.com/watch?v=Ut1E_FjVsnc)  
 2) [https://www.youtube.com/watch?v=MYi\\_tieii4c](https://www.youtube.com/watch?v=MYi_tieii4c) (TV GUARÁ)

De acordo com Cruz (2022, p. 129) “a partir do momento em que a Suzano [...] começou a executar o trabalho de ampliação do Porto, instituíram-se mais latentemente os conflitos socioterritoriais em Camboa dos Frades.” Pontuando que desde a sua entrada na comunidade, as empresas não tiveram nenhum diálogo para com os agentes sociais. Entretanto, quando a Suzano ou EMAP, vão se reunir com a comunidade, em vez de dialogarem sobre as questões dos benefícios e contrapartidas para os pescadores. A discussão gira em torno de que a comunidade precisa se adequar ao empreendimento. Assim, repassando a ofertarem alguns programas institucionais para a capacitação profissional para a mão de obra local.

Essa inconveniência quando lemos no informativo<sup>51</sup>, a Suzano prioriza a capacitação profissional tendo como “a ideia é promover o desenvolvimento de habilidades alinhadas com a necessidade do empreendimento proporcionando a possibilidade de emprego e renda durante a expansão como também abrindo espaço para participação em outros projetos e/ou empreendimentos futuros.” Isto diverge com a perspectiva do modo de vida dos pescadores, como é observado na fala:

Eles vieram uns dias aí, ofereçam uns cursos, mas a maioria não aceitou, porque é curso de pedreiro, carpinteiro, ajudante, sinaleiro. Com certeza o pescador não quis, porque a gente já tem uma vida. A gente já tem a nossa naturalidade. A gente não vai mudar, por causa do seu Fulano chegou lá de fora, e vai dizer assim: Dona Ana você vai deixar de ser pescadora para ser pedreira, porque a gente está querendo a área de vocês. E vocês estão tomando de conta, daqui que são de vocês. E vocês tem que mudar. Aí não é assim!

E a gente está debatendo, correndo atrás, porque vocês estão chegando agora. Vocês estão vendo que nossa vida, nosso conviver é esse. Então, vocês têm que respeitar o que somos e formos. E não é... vocês chegam e impor o que vocês querem para gente fazer, pra gente poder sair da frente de vocês.

E a gente está com essa constante discussão aqui. E graça a Deus a comunidade nessa parte ela tenta se unir, e vamos nos organizando. (Moradora da Camboa dos Frades em Entrevista à Rádio Tambor em 10/03/2022)

Percebe-se que a empresa impõe as relações de trabalho e de vida, sem ao menos consultar os agentes sociais, “[...] apesar de interferirem diretamente no espaço herdado dos pescadores, não possuem compromisso nenhum com os lugares,” (CRUZ, 2022, p. 130), assim, sabendo do resultado negativo por parte dos pescadores da Camboa, eles retornam sempre na comunidade e com novas propostas e com outras falácias, como situa na narrativa:

Aí eles vieram com outra proposta, essa proposta foi melhor ainda. - Como vocês são pescadores e a gente precisa fazer alguma coisa pelo pescador. Diz que a RIMA e o Ibama, e a SEMA, mandam eles fazerem. - Então, a gente vai dar o seguinte para vocês: uma rede de pesca, uma tarrafa, apito, lanterna. A lanterna é para que? Se de

---

<sup>51</sup> INFORMATIVO PROJETO SUZANO S.A. Ano 01, nº0 1.

repente vocês verem o navio de longe, vocês acendem a lanterna para que sinalizar para aquele navio para avisar que você está ali pescando, colete e uma canoa. Mas quem tinha canoa não recebia.

A gente não aceitamos. A gente foi bem claro, a gente já tem. Tudo bem! É o benefício a mais? É. Mas a gente precisa de coisa mais interessante, mais importante do que isso. No momento a gente está ilhado. Eles vieram ontem aqui para comunidade, eles vieram andando porque a estrada não dá de passar carro. Mas nem isso eles conseguem enxergar e entender. Infelizmente, a empresa ela manda, eu acredito, que seja estagiária, que esteja garantindo o emprego delas, para poder tentar convencer. E eles querem empurrar de força, que a gente não aceita, eles ficam zangado ou chateado. Infelizmente a gente ver cada situação, muito difícil. Mas a gente está sendo igual a Ucrânia, perseverante e vamos conseguir.

Eu me vejo como a Ucrânia perseverante, no modo na forma de ser perseverante, de não desistir, de não abandonar o que é seu. Uma guerra, um pouco desigual, porque eles têm. (Moradora da Camboa dos Frades em Entrevista à Rádio Tambor, 10/03/2022).

Como situado, a empresa não conversa e não entra em comum acordo com a comunidade. É importante perceber que a comunidade não é contra o “progresso”, mas que o desenvolvimento também chegue até eles, em forma de serviço público, a partir da criação de uma escola para os jovens, estrada boa para poder trafegar ou ter um posto de saúde. Isso faz com que a própria comunidade se movimente para requerer seus direitos, e isto é explicitado:

Eu vejo assim, eu vou fazer um empreendimento, eu vou fazer um trabalho, então, primeiro eu ver quem é o meu vizinho. Como eu falei, quando a gente vou fazer uma visita no Porto do Itaqui. Se vocês chegam, é nosso vizinho, não custa a gente dialogar, ver o que vai... o problema que eu vou causar pra ti, ou o problema que vão causar e ver o que a gente vai fazer. Não! Simplesmente eles chegam e fazem o que eles têm que fazer. Agora estão vindo porque a gente acionou, foi atrás. Veio saber o que está acontecendo, mas o dano já está feito, o prejuízo já está causado. A Comunidade está impactada direto e indiretamente em tudo. E o cais está feito e o galpão está feito. E a gente está aqui lutando para sobreviver, e eu me vejo igual ao povo da Ucrânia, na perseverança de não abandonar o que é seu, e não desistir, não deixar para trás, eu vou lutar até quando eu for viva, eu vou lutar para perseverar o que é meu. É meu por direito, eu tenho lutado e nossa luta aqui não é fácil. Eu me vejo dessa forma. (Moradora da Camboa dos Frades em Entrevista à Rádio Tambor em 10/03/2022)

De acordo com Cruz (2022, p. 131), “os desdobramentos da expansão do porto e das atividades industriais interferem diretamente na economia local, acentuando a precarização da vida, uma vez que inviabilizam a atividade da pesca artesanal.” Assim, resulta na percepção de que “restringe-se, assim, o uso do território para o exercício da pesca e para navegação nos rios e nas praias, tornando o espaço conflituoso.”

Assim, os problemas são expostos:

Área de pesca a gente não pode mais pescar, porque o pescador ele não pode mais se aproximar do cais, ali eles cavaram e fizeram o canal muito fundo pro navio. E se o pescador se aproximar, e por exemplo, escorregar, ele não volta mais porque aquilo ali, ele morre afogado, porque é muito fundo.

No momento agora a gente está ilhado. A chuva a estrada cortou, carro para nós aqui não está passando. E a gente está praticamente ilhado. Sendo que a gente faz aqui, nós nos reunimos de moradores com morador para ver se a gente conseguiu menos

amenizar, comprando um material. E aí a gente está desse jeito. E eles não ajudam. Teve uma pessoa da EMAP pra ver se a gente ajeitar a estrada, a EMAP não tem condição de nos ajudar. Mas infelizmente desempregando nós, eles estão. Essa é a nossa situação aqui... é muito difícil. (Moradora da Camboa dos Frades em Entrevista à Rádio Tambor em 10/03/2022)

Tanto as empresas quanto o governo do Estado precisam ser responsabilizados pelos problemas vivenciados pelas comunidades tradicionais, uma vez que o governo dá incentivo para a implantação desses megaprojetos. Sobre esse aspecto, implica dizer que “quanto aos governos por um lado atuam para oferecer os meios para a instalação dos empreendimentos e por outro se ausentando no gerenciamento ambiental e da pesca [...]” (PAULA, et al., 2021, p. 213). Provocando a perpetuação da destruição e a impunidade das empresas, sem repasse de qualquer contrapartida para os impactados.

Portanto, desde o início da operação dos megaprojetos, altera-se não somente a vida tradicional dos pescadores, assim como a geografia do território, pois a destruição dos locais de uso comum acabam sendo desafio para existência e sobrevivência da comunidade. Trazendo as violações, problemas ambientais e as questões de saúde que são vivenciadas pela comunidade.

**Imagem 16** - Mosaico da destruição do igarapé para a construção do galpão da Suzano



**Fonte:** Arquivo pessoal da Dona Ana [s.d].

Nesse sentido, a exploração na Camboa dos Frades, para a questão: “o que sobra para a comunidade”? Com a política de desenvolvimento se delibera a privatização do território da



Camboa dos Frades, por meio da grilagem<sup>52</sup>. A implementação dos portos impede a continuidade das práticas de pesca, assim, destruindo o modo de vida, deixando rastro de destruição e poeira de carvão. “Tratam o território em que escolheram se implantar como ‘zona de sacrificio’: sentenciada à exploração intensa e contínua rumo à exaustão, em nome de um projeto de desenvolvimento a respeito do qual as comunidades impactadas não foram chamadas a decidir.” (MELO, 2021, p. 25) Quem resiste a tudo isso, sofrem as pressões extremas e as ameaças.

Hoje em dia, existe a insegurança, pois as empresas colocam segurança privada como capangas para observar as movimentações dentro da comunidade. Isto foi até relatado pelo próprio Procurador que acompanha o caso e auxilia a comunidade, o qual informou que em uma visita a comunidade, encontrou a presença de policiais militares à paisana rodando em carro pela comunidade. Isso deixa ainda mais evidente como o território está sendo espaço violento e inseguro.

Além disso, com aumento da área do porto existirá a obstrução do acesso dos pescadores ao mar, somando a isso, restará a poluição, degradação dos mangues e igarapés, a falta de peixe. O território perpassa por várias ondas de resistências porque a comunidade quer permanecer no seu local de origem. Mas a situação em que a Camboa dos Frades enfrenta atualmente deve ser examinada como um momento complexo para a vida dos pescadores tradicionais. Existe pressão por parte dos megaprojetos fazerem a remoção da comunidade como parte desse projeto desenvolvimentista, observando o apoio do Estado. Entretanto, por mais que a situação vivenciada pelos pescadores da Camboa seja uma situação crítica, sabemos que o presente é de luta.

---

<sup>52</sup> “[...] Outros, que durante anos a fio foram posseiros em terras devolutas, tendo a estas legalmente direito, tornaram-se vítimas de grilagem; o aparecimento da cerca de arame, justificada por títulos falsos de propriedades, expulsou-os de suas casas expropriou seus meios de produção de forma violenta.” (ARCANGELI, 1987, p. 182)

### **CAPÍTULO 3 - CAMBOA DOS FRADES RESISTE: ASPECTO SOCIAL-HISTÓRICO E A CONSTRUÇÃO DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

Construir o aspecto cultural e histórico da comunidade Camboa dos Frades é compreender a dinâmica que está inserida na comunidade tradicional e rural em conjunto com o território pesqueiro, estando imbricada a partir das relações sociais no âmbito rural do município de São Luís/MA, sendo assim, demonstrando as particularidades do território. Logo, esta seção se propõe trazer os relatos orais enfatizados pela própria comunidade sobre a sua cultura local, enquanto pescadores, detentores de um saber tradicional da pesca, produzindo as questões de suas especificidades e suas vivências.

Este estudo apresenta como uma das necessidades de: “romper também com o mito de que um povo ou uma comunidade tem apenas uma e só uma identidade e que elas são constantes, singulares, permanentes e invariáveis” (ALMEIDA, 2013, p. 173). É a partir da construção do conhecimento, conectada com a realidade social que trará relação entre teoria-prática, dando conexões ao papel do cientista que tem o rigor da ciência (Bourdieu, 1989), para que aquele construa o estudo antropológico, materializem o processo de crítica, assim, estabelecendo o campo da representatividade e da identidade.

A partir dessa visão, temos o aspecto mais social e geográfico, sabemos que a comunidade Camboa dos Frades está em uma localidade litorânea, sendo de fácil acesso ao mar, aos mangues, igarapés. São essas particularidades do território que produz e reproduz a vida e a sobrevivência das famílias de pescadores, o que nutre a continuidade dos seus costumes, seus valores, seus vínculos afetivos com território. Assim, levando a entender os motivos de iniciarem a luta pelo reconhecimento do seu território, e por meio disso, organizam-se para resistir e permanecer no seu lugar de origem, na sua terra. Diante disso, apareceram as pautas da luta dos atingidos pelos megaprojetos e o direito territorial, como forma de defender seu território para as próximas gerações.

Portanto, a historicidade e a cultura da comunidade da Camboa dos Frades, nos leva a entender de fato como os aspectos socioculturais permanecem até hoje, em que os pescadores buscam pelo seu reconhecimento e valorização dos saberes e fazeres. Durante todo o processo de entrevista, ficou evidente a importância do território para os pescadores como grupo, e como eles se relacionam com a cultura.

Nesse sentido, os aspectos socioculturais condizem com a compreensão das práticas cotidianas, pois a cultura tem suas subjetividades e particularidades. Desse modo, esta pesquisa,

enfoca as relações antropológicas como ponto importante para desfazer o pré-conceitos, como situa Bourdieu. Claro que o trabalho da pesquisa não chega a ser uma totalidade antropológica de um trabalho minucioso.

Entretanto, compreender a Comunidade da Camboa dos Frades permitiu reacender o conhecimento enquanto grupo, buscando entender os processos sociais, históricos e culturais e sua relação com o território, bem como o *ethos*. O que queremos ressaltar é a necessidade de (re)construir a história do povo, apresentando a cultura, dinâmica social, pois cada grupo traz consigo o pertencimento e seus vínculos, onde constroem suas histórias e memórias afetivas sobre o território, pois:

A identidade é resultado de uma construção social que está sujeita a mudanças. Em um contexto marcado pela necessidade de afirmação identitária, [...] considerando sua história e cultura, agem de acordo com os interesses materiais e simbólicos do momento. A memória, como parte desta realidade e através do exercício de rememoração é um dos mecanismos acionados.” (LIMA, 2009, p. 237)

Historicamente, o território da Comunidade da Camboa dos Frades é uma comunidade centenária, onde começou a ser habitado por famílias de pescadores, vindos dos vários municípios do interior do Estado. A comunidade está na zona de retroporto do Porto do Itaquí, (AMORIM et. al., 2020), localizada ao lado do novo Porto da Suzano. Logo, o território agrega os valores históricos e culturais intrínsecos ao território e no desenrolar das relação sociais, onde articulam mobilizações, lutas e reivindicações, estas marcadas por pressões externas. A categoria mobilização social e reivindicação será discutida com mais profundidade nas próximas sessões.

Diante disso, percebemos que a nova cartografia social se desdobra pela reconstrução do espaço geográfico e social, apresentando minuciosas questões relacionadas territorialidade, ao bioma, à sociodiversidade e à luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento e afirmação identitária. Como enfatiza o professor Alfredo Almeida em suas aulas do PPGCSPA, necessário que os cientistas sociais deem voz ao grupo social para que estes se autodefinam e não mais como os outros nomeiam, logo, conhecimento não é feito somente pelo pesquisador, construído e reconstruído pelos agentes sociais na vivência e resistência dos seus territórios.

Na análise ampla sobre territorialidade, Estado, mercado econômico e as políticas sociais, estas são as facetas que tratamos neste capítulo. Tão logo, percebemos que a comunidade da Camboa do Frades atravessa esse caminho do processo social, histórico e cultural, o qual vinculam-se através dos costumes e das tradições do grupo, que ao mesmo

tempo na luta pela garantia de sobrevivência e existência, também cultivam suas tradições e histórias da pesca, os quais serão apresentadas adiante.

### 3.1. CAMBOA DOS FRADES: ORIGENS, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Para construir o estudo e fazer reconhecimento da origem e saberes do território pesqueiro da Camboa dos Frades. A comunidade da Camboa dos Frades fica cerca 15 km de distância do centro da cidade de São Luís, banhada pela baía de São Marcos, perpassada pela única via, a Avenida Engenheiro Emiliano Macieira, onde trafegam carros, ônibus e possui tráfego intenso de caminhões de carga que se deslocam para chegarem na BR-135 ou retornam para Porto do Itaqui.

**Imagem 17** - Avenida Engenheiro Emiliano Macieira, entrada das Comunidades Madureira e Camboa



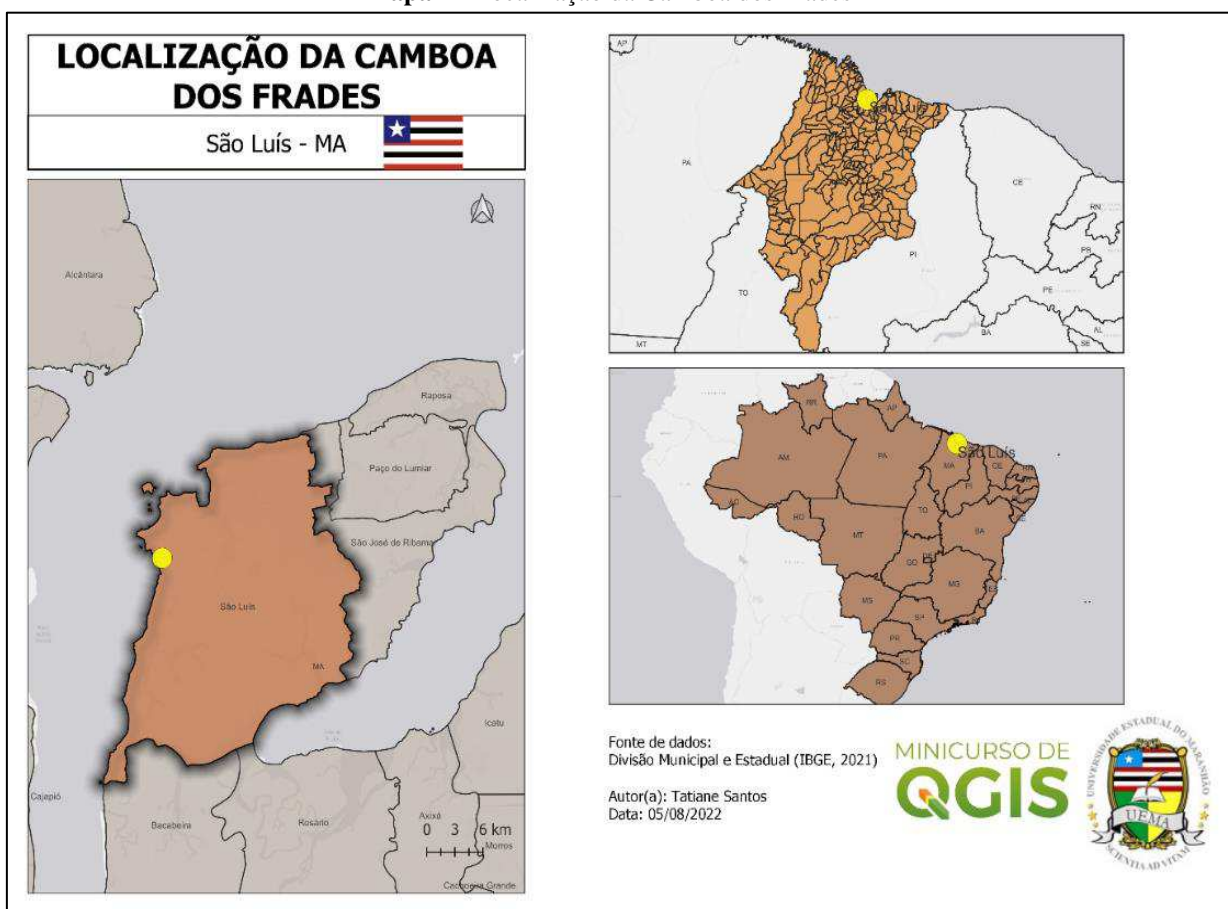
Fonte: Autoria Própria (2022)

O território pesqueiro da Camboa dos Frades nos traz algumas particularidades dentro do município de São Luís, além de ser uma zona litorâneo e costeira, cercado por babaçuais e várias plantas nativas do bioma Amazônico Maranhense (IMESC, 2019). Ao adentrar na comunidade nos deparamos com as florestas tropicais e as grandes matas de babaçuais, mas que ao mesmo tempo se unem aos igarapés e com as extensões dos manguezais.

No território supracitado pode-se perceber o conjunto de biomas e de ecossistemas, possuindo a presença de várias espécies de animais marinhos, terrestres e aves. Durante o

trabalho de campo, marcamos os pontos geográficos da comunidade, em uma colaboração com Alberto<sup>53</sup>. Ao explorar o território, ficou evidente a sua extensão e riqueza, onde possui uma diversidade de flora e fauna. Presenciamos um grupo de macacos-prego alimentando-se das mangueiras locais e avistamos várias espécies de pássaros. Além disso, notamos que o local serve como habitat para o guará-vermelho. Mesmo em um ambiente natural afetado pela degradação, poluição e ruídos intensos do Porto, a vida marinha continuava presente.

Mapa 2 - Localização da Camboa dos Frades



Localmente, a maioria das famílias que residem na Camboa moram há mais de 50 anos, compostas por famílias vindas de municípios de várias partes d Maranhão, tendo como procedência as famílias vêm de: Caxias, Viana, Codó, Peritoró, São João Batista e Mirinzal. Nesse sentido, percebemos que a vinda das pessoas de outro município se deve também pela procura de melhores condições de vida.

<sup>53</sup> Nome fictício.

Inicialmente, a origem da comunidade da Camboa dos Frades é datada de 1920 (AMORIM, et.al, 2020), como situado no capítulo anterior. A origem do nome da comunidade remete à chegada das famílias de pescadores. Ao pesquisar sobre o termo Camboa, este se associa a indivíduos que se juntam em espécies de associação (id., ibid.). Outro significado relatado para o nome Camboa, é que na região se formavam várias lagoas e quando maré esvaziava ficava com a forma de camboa, assim, prendendo os peixes, retratando como arqueologia indígena.

Com o fato de o início do povoamento da comunidade terem vindo os frades capuchinhos, assim, ficando mais conhecido como Camboa dos Frades. Historicamente, estes frades foram enterrados por lá, diziam haver o cemitério dos frades, por isso o nome Camboa dos Frades.

No entanto, também há outra versão sobre os frades, Santos; Sant'ana Júnior (2017, p. 4), ressaltam que “o mito de origem narra que estes padres para se apropriarem do território teriam assassinado índios e enterrado em postes de barro.” Naquela época, os capuchinhos tinham como prática religiosa catequizar os indígenas e impondo sua autoridade religiosa. Sabemos que a igreja católica e a ordem dos frades capuchinhos, além dos jesuítas, com sua vinda ao Brasil, foram cometidos vários genocídios contra os povos originários, indígenas. Entretanto, também ouvimos relatos que os padres auxiliavam na fuga dos indígenas e dos negros escravizados. Essas são algumas contradições históricas, mas é certo, que tanto os indígenas quanto negros construíram a história daquele local.

**Imagem 18** - O caminho que leva até Cemitério dos Frades e o local atual do Cemitério Camboa dos Frades, respectivamente



Fonte: Própria Autoria (2022)

Na entrevista, apenas uma pessoa, um dos mais antigo da comunidade, que chegou a conhecer, o Cemitério dos Frades, tal como era antigamente. O Seu Rodolfo<sup>54</sup>, pescador e senhor simpático, com seus 63 (sessenta e três) anos, bem conversador, relatou:

E os frades eram uma família que morava aqui. Chamava Frades, e eu não cheguei a conhecer. **Mas eu conheci o cemitério**, que tem ali atrás, era o cemitério dos Frades, eu ainda conheci a sepultura, a cruz de ferro, a sepultura perfeitinha lá. Devido ao tempo, a terra, a chuva foi deteriorando, aí zerou. (R.S, entrevista 29/05/2022, grifo meu)

Atualmente, o cemitério do Frades só observamos a vegetação rasteira e pequena planície tomada por mato, como pode ser observado na imagem 16, cujo registro fotográfico foi realizado na visita de campo. De acordo com a pesquisa feita Cruz (2022, p. 115, apud CARVALHO; RIBEIRO; 2011; CARVALHO, 2011) salienta:

O olhar para a formação histórica-territorial de Camboa dos Frades nos revela que esse território rural existe desde 1698, resultado de doação do então rei de Portugal Dom Pedro II aos Frades Cappuchinos, segundo consta em documentação do Arquivo Público do Estado, exposto no livro de registro da Freguesia São Joaquim Bacanga. Essa documentação “compõe a Carta de Sesmaria do Arquivo Histórico Ultramarino. Mais tarde as terras foram repassadas pelos religiosos portugueses aos moradores locais que nelas residem até hoje.

Como podemos notar, a origem da comunidade perpassa pela trajetória histórica dos Frades, dos índios e negros referente ao século XVI ao XVII. Hoje já não se vê resquícios dessa passagem, apenas alguns documentos ou outros arquivos, que demonstram essa história. A Dona Ana<sup>55</sup>, guarda alguns desses documentos, eu tive acesso alguns deles. No entanto, a maior parte dessa historiografia está nas histórias orais, que são retratadas pelas pessoas que continuam morando por lá e os estudos que foram feitos.

A comunidade sofreu com a diminuição de seus antigos moradores devido à chegada das empresas, o que levou várias famílias a se mudarem para outros locais. Ao percorrer a comunidade, notamos algumas ruínas das antigas casas dos moradores. Infelizmente, os membros mais antigos, que conheciam a história da comunidade, já faleceram. Também notamos que os descendentes ainda possuem casas na área, mas agora cercam suas terras para protegê-las contra invasões, como a que ocorreu com os moradores da antiga Madureira. No entanto, a maioria deles não reside mais na comunidade. Todavia, existem alguns pescadores,

---

<sup>54</sup> Nome fictício.

<sup>55</sup> Nome fictício.



como é o caso da família da Dona Ana<sup>56</sup>, que ainda resiste as intempéries e desafios de continuar na Camboa dos Frades.

Demarcar a história étnica que permeiam as particularidades da Camboa dos Frades como um antigo local, território de preto e de índio, é focalizar as questões antropológicas diante dos processos históricos e sociais que estão imbricadas na formação do território e na formação do espaço social. Isto se deu através da minha vivência no território e ao observar sempre aparecia as narrativas sobre a história do povo negro que passou por aquela terra, ou dos indígenas. O que me deixou mais intrigada, assim, cultivando-me um senso de investigação para detalhar, pelo menos um pouco, sobre essas especificidades do território vivo.

Nesse sentido, buscamos compreender essas relações que o território possui, além de rebuscar as narrativas e as memórias dos agentes sociais. Aqui no caso, do povo negro que viviam na Comunidade. Como já mencionado neste estudo, a comunidade está impregnada com as histórias dos indígenas e negros, e essa riqueza histórica permanece viva no imaginário das pessoas. Diante da narrativa, algo me intrigou, na fala da Dona Ana, enfatizou que na comunidade morou um homem negro, que viveu até 93 (noventa e três) anos na comunidade, ele veio de Alcântara quando ainda tinha uns 3 (três) anos, ela relembrou que a sua família era descendente de escravo. Na Camboa, ele constituiu família e viveu até o dia da sua morte. Mas a sua morte se deu pela saúde debilitada e, também, pelo relatado, de desgosto por uma das duas filhas tê-la convencido de vender seu terreno para empresa que estava se instalando no território. Dessa narrativa, ouvimos:

[...] Que fugiram de Alcântara, vieram se refugiar para cá para comunidade, tão certo que pessoas descendentes, eu ainda conheci pessoas descendentes dessas pessoas que foram refugiados dos frades, Seu Leandro, Dona Tereza, Seu Maurício, tudo descendentes, todos os filhos netos, bisnetos dessas pessoas que a gente encontrou aqui. Essas pessoas que viviam aqui, como Dona Teresa, Seu Leandro, Seu Maurício e algumas outras pessoas do passado, que eu cheguei a ver, esses realmente davam para gente ver de cara, que eles realmente são pessoas dessa época, desse período.  
- Leandro, até escravo era. (M.R.S.S, entrevista 28/05/2022)

A partir desses relatos, percebemos que o território foi “porto-seguro” para negros escravizados que fugiam dos seus senhores e dos engenhos, vindos de outras localidades para se refugiar no local, não somente para os negros, como também para os indígenas. Ao conversamos com os moradores muitos remetiam, que antes do atual nome da comunidade, era chamada por Camboa de Pedra, ou também refúgio do negro. Mas acabou ficando mais conhecido pelo nome de Camboa dos Frades.

---

<sup>56</sup> Nome fictício.



Isto é situado pelo Cruz (2022, p. 115) quando ressalta que “os pescadores [...] aprenderam com seus ancestrais, pela oralidade, que as ocupações estão ligadas, em primeiro momento, aos indígenas, usavam a praia, os igarapés e os demais recursos disponíveis na natureza para sobreviver”. Isto também é relatado na entrevista feita por Alberto<sup>57</sup>, quando diz:

Eu gosto muito da história da fundação da Camboa. Como os antigos falavam como a Camboa foi formada, principalmente o nome da gente. Por que Camboa? Camboa pelo que os antigos falavam para a gente, era como os índios chamavam o aglomerado de pedra. Aí é uma Camboa de Pedra.

Até mesmo voltando o assunto de degradação, antes deles fazerem Porto do Itaqui, acredito que foi nos anos 60 ou 70. [...] Aqui não tinha essa lama que tem na frente do Porto, era só pedra e areia, como ali na Ponta d'areia, Calhau e Litorânea, era daquela mesma forma. Por conta disso, aqui tinha muitas pedras, era famoso por conta disso, [por isso diziam] essa Camboa de Pedra. Aí veio o Frades, começaram se situar aqui. Tinha muito negro fugido de lá do centro de São Luís. Então aqui era um refúgio[para] [...] escravos. [Porque] aqui era difícil acesso a comunidade. E eles fizeram tipo como refúgio, vinha negro de São Luís, de Alcântara, dessa região e situaram aqui na comunidade, isso eu acho que isso tem mais de 400 anos de história. E foi indo... vindo... criando a comunidade, aí veio os frades também juntos, que eram os religiosos, e aí começou a bater muito forte, os Frades. Aí pegou o nome Camboa dos Frades, aí ficou mais famoso que os negros, aí ficou Camboa dos Frades. Eu acho interessante muito essa história do nome da Camboa porque tem esse percurso histórico. (Alberto, entrevista 09/05/2022).

Todo esse trajeto sócio-histórico é resultado da história oral, sendo uma parte da reconstrução da história de vida dos antepassados, reconhecendo como memórias coletivas/individuais. Conforme salienta Pollak (1992, p. 5): “a memória é um fenômeno construído social individualmente quando se trata da memória herdada podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.” Como Lima discorre: “quando recordamos, elaboramos uma representação de nós não apenas para nós, mas também para aqueles com quem nos relacionamos. [Então] ‘relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos’” (LIMA, 2009, p. 247, apud LOWENTHAL, 1998).

É nas relações sociais do território pesqueiro que se dá o processo de reconhecimento da sua própria história enquanto sujeito social e histórico. Desse modo, há o cultivo do sentimento de pertencimento com local, apresentando-se como “territorialidade específica”. Não seria está uma estratégia de resistência? Para a autora Santos (2018) o pescador enquanto grupo social precisa se auto reconhecer para que entenda a sua entrada no processo de reivindicação. Através disso, o processo de construção e (re)construção de sua identidade, enquanto produto de seus saberes tradicionais, das práticas e das técnicas de pesca. Sendo esta

---

<sup>57</sup> Nome fictício.

importante ferramenta aliada da luta e da permanência no território, desse modo, mobilizando-se na busca pelos seus direitos enquanto comunidade pesqueira tradicional.

Portanto, a memória sempre retorna as questões da origem, de onde se nasceu, cresceu, construção dos vínculos familiares e afetivos, assim, sendo local de pertencimento, já discutido no primeiro capítulo. Portanto, a história oral permite traçar essa história do passado e perpassar as questões intrínsecas da identidade para delinear as lutas por direitos sociais e territoriais. Então, a resposta confirma que ser pescador, enquanto identidade, é ato de resistir.

Por isso, concordamos com Santos (2018), quando ela relaciona o pescador a essa identidade social do território pesqueiro, remetendo:

Os pescadores tradicionais ao se reproduzirem, acabam por se diferenciar dos demais grupos tradicionais (caçaras, quilombolas, indígenas entre outros) criando uma identidade social e coletiva. [Logo] a pesca realizada na zona costeira de São Luís, apresentou aos poucos essa identidade coletiva. As relações estabelecidas com a natureza expressam a compreensão ambiental e o saber dos pescadores desenvolvidos ao longo do tempo como com o ambiente e que praticam a pesca esses grupos identificam suas práticas e técnicas como sinais duradouros que acabam por justificar sua permanência e resistência territorial. (SANTOS, 2018, p. 59)

Isto reafirma, então, que a identidade contribui para o pertencimento e vínculo com território pesqueiro, pois “havendo um reconhecimento e uma identificação com o território sendo as práticas e técnicas desenvolvidas elementos tradicionais fundamentais na relação em que o território e identidade seria indissociáveis”. (idem, *ibid.*). Dessa forma, o local de origem apresenta-se como território vivo, aquele lugar de referência da trajetória sócio-histórica de um povo. A partir da “territorialidade específica” que se desenrola o processo de mobilização, luta e resistência.

Para tanto, no que diz a respeito a identidade, Castell (2018) situa que esse processo sempre é marcado pela relação de poder, assim, originando três formas: 1) identidade legitimadora; 2) identidade de resistência; 3) identidade de projeto. Aqui vamos nos deter a identidade que penetra por meio da resistência, já que esta é a categoria, por mim trabalhada. Então, essa identidade de resistência, como o próprio nome vem situar, é formada pela oposição dos agentes sociais que estão em posições/condições desvalorizadas e ou estigmatizados pela lógica da dominação, impulsionando as lutas pela resistência e sobrevivência da classe dominada. (CASTELL, 2018, p. 56)

Por fim, chegamos na questão em que as comunidades pesqueiras vêm construir suas resistências e suas formas organizativas, considerando suas complexas relações, contradições e ambiguidades, que transmutam no contexto material e imaterial do campo de luta. Observando as disputas, conflitos internos, sobrepuja as correlações de forças. Assim, evidencia o conflito

entre o poder público e contra a hegemonia. Isto será debatido posteriormente com mais profundidade. Posteriormente, vamos buscar entender como o território está nesse emaranhado de relação específica que é delineado pelo mar e a pesca.

### **3.1.1. O Mar e a Pesca como Expressão Particular do Território**

O território da Camboa dos Frades fica à beira mar, região litorâneo, logo, o mar e a pesca se tornam expressão particular desse “território específico”. Uma vez que o mar tende a ser espaço físico de sobrevivência e também produto das práticas culturais e das relações socioambientais. É no mar onde os pescadores produzem e reproduzem sua vida. Portanto, o território abrange a terra, enquanto moradia, e o mar, possuindo habitat como mangue e igarapés, que também é o espaço de sobrevivência para os pescadores.

E o mar é onde se tirará sustento, além de constituir aspecto do trabalho, é também parte do divertimento e do lazer. Para eles, o mar não existe uma área delimitada para pescar, não há posse e ou propriedade, é como ouvir: “o mar é de todos nós, ele não tem dono.” Por isso, “a vida é como um importante Costeiro de Pesca [...] neste território tem gente [...] tem cultura, tem vegetação, tem água, tem direitos garantidos, direitos negados, muitos direitos roubados. [...]” (SACRAMENTO, 2021, p. 15)

Nesse sentido, o mar passa a ser resultado de práticas culturais e da relação social pesqueira, o qual utilizam a pesca para se reproduzir material e simbolicamente. Também podemos pensar a pesca que guarda saberes afro-indígena (SANTOS, 2018). Sabemos que território tiveram esses grupos étnicos em sua povoação. Portanto, o mar vai proporcionar o trabalho, alimento e as tradições ancestrais.

Como demonstra Santos (2018, p. 36):

No Brasil, a pesca foi concebida pelos primeiros habitantes, os povos indígenas, que dominavam o saber sobre suas práticas e técnicas. Com a chegada dos portugueses e de outros povos da África, Ásia e Europa, ocorreu o processo de trocas de saberes sobre a pesca entre os povos indígenas e os saberes trazidos pelos colonizadores e outros povos.

Para a comunidade pesqueira a pesca torna-se uma das principais fonte de renda e alimento para família, além disso, sendo o modo de vida e cultura do território. Fica fácil perceber que saberes da pesca são repassados de geração para geração. As práticas estabelecem

expressões de reciprocidade entre os pescadores e o mar. Os pescadores sabem da importância do ecossistema e como o mar será sua fonte de sobrevivência.

O mar relaciona-se mutuamente com os mangues, assim, como os mangues associa-se com igarapés, onde se provém a vida marinha. De tal forma, que “para a zona costeira, os manguezais, provém bens e serviços ecológicos além da relevância social como observamos pela interação de diversos segmentos sociais com estes ecossistemas” (SANTOS; BEZERRA; JUNIOR, 2022, p. 72). No entanto, com a chegada dos megaprojetos, observaram-se mudanças significativas no aspecto socioespacial e territorial da Camboa dos Frades. O que modificou o modo de vida dos pescadores, no que inclui o ecossistema local<sup>58</sup>.

O mar vai se constituir como elemento de grande importância para os pescadores da Camboa dos Frades, percebemos que a identidade do pescador percorre por essa questão imbricada com relação ao mar. Nessa relação, aparecem enquanto os guardiões dos mares<sup>59</sup>. As falas dos pescadores condizem com essa compreensão da proteção do mar e da diversidade marinha, pois o mar precisa ser protegido. A vida e a sobrevivência da família dos pescadores perpassam por esse meio ambiente.

Assim, o mar vai representar a vida, meio de trabalho, de renda, de subsistência e sobrevivência. Dessa forma, demonstrado na fala quando questionamos o que o mar, a pesca representa: “É fonte de vida, fonte de sobrevivência, de cultura também.” (A. G. S, entrevista 15/04/22). O outro entrevistado, relaciona que o mar: “[...] representa o mundo. É de onde eu tiro o meu sustento, é para sustentar o meu e da minha família. Onde eu me criei, foi na pescaria e até hoje” (A. D. da S. entrevista 16/04/22). Observamos também na narrativa, sobre a importância do mar, mangue, igarapés:

O que eu posso falar... é a vida. É o nosso estilo de vida que se manteve na pesca e nos igarapés. Se não tivesse tudo isso, a gente não viveria nesse local, que é a nossa

---

<sup>58</sup>Ecologicamente, o ecossistema vem ser uma unidade que abrange todos os organismos vivos (animais, plantas) em que funcionam em conjunto, numa determinada área, interagindo com o ambiente.

<sup>59</sup> O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) vem contribuir com a discussão da proteção e preservação das águas, oceanos, mares, rios etc. Portanto, os Pescadores, indígenas e quilombolas são considerados verdadeiros guardiões dos territórios. Diante disso ressaltamos: “[...] Nossas comunidades pesqueiras estão sendo duramente atingidas pelos agravamento dos desastres naturais e estão sendo expropriada para dar lugar aos grandes projetos da infraestrutura e conservação em nome do desenvolvimento econômico e da captação às mudanças climáticas. **Como guardiões de nossas áreas de pesca interiores e costeiras**, estamos contribuindo para resfriar o planeta, protegendo nossos oceanos, lagos, biodiversidade e mantendo ecossistemas marinhos saudáveis. Os nossos métodos das pescas, os conhecimentos indígenas e tradicionais e sabedoria intergeracional profundamente enraizado em nossa cultura pesqueira são a espinha dorsal para preservar a natureza e a vida para as gerações futuras.” (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2022, grifo meu). Referência: Fórum Mundial de Povos Pescadores lançam declaração no Dia Mundial de Pesca. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/f%C3%B3rum-mundial-de-povos-pescadores-wffp-lan%C3%A7am-declara%C3%A7%C3%A3o-no-dia-mundial-da-pesca>. Acesso em: 12/12/2022.

base. A base da comunidade é a pesca. é a vida propriamente dita... a vida. É de onde nós tiramos nosso sustento, é onde podemos ter uma renda. Nós tiramos nossa renda na verdade, diretamente do mar. [Então] é tudo! (A.C.S.S entrevista 09/05/22)

A pesca também passou por mudanças significativas devido à entrada dos megaprojetos. Na narrativa, fica evidente como as coisas mudaram após a chegada das empresas, resultando em consequências para o habitat e os pescadores. Isso afetou principalmente, o rendimento, uma vez que a pesca é a principal fonte de sobrevivência dos pescadores, conforme relato:

Para mim é uma coisa boa demais. Porque aqui a gente vive é dela, da pesca. Aqui não existe outro tipo de serviço para as pessoas fazerem. Tem que ser da pesca. Ele tem que comer o peixe tem que buscar, se tiver o dinheiro então compra. Uma boa lembrança... esse igarapé aí. O peixe ele não fica mais de maré seca, dentro do igarapé, ele entra de maré grande e sai de maré grande. Se a pessoa ir de maré seca não acha mais como antes. Antes de vir essa firma aí, na cabeceira... porque na cabeceira, toda a cabeceira de igarapé nossa aqui, tem as firmas localizada lá em cima, então, todo os despejos delas, tudo para dentro desse igarapé. Essa firma bem aí, o despejo dela todinho é tudo para dentro desse Irinema, porque aí entre o Itaqui são 2 igarapés, fora os braços, tem 2 igarapés, é Irinema, Irinema Grande e Irineminha. Já no Irineminha tem outro igarapé, mas já braço, que se chama Pai Felix, que já saiu para o rumo do Itaqui. Mas é tudo tomado. Você entra dentro de um igarapé desse com maré seca, você pisa dentro dele, sobe aquele pau, fedendo para banhar. Qual é o peixe que vai ficar ali? Antes você arrastava o camarão, um do lado e outro do outro, hoje em dia não, você tem que ir ficar tuas varas ali, e botar a puçá até a maré estando grande. Quando ela começa a baixar o camarão já foi embora, porque não pode ficar. Maré ia embora e ficava aquele poço dentro do igarapé, água na cintura. Aí o camarão, ficava ali esperando a enchente, mas agora não. O peixe e camarão desce tudo. O Igarapé grande é assim, a boca dele é por cima, mas a maré secou parece um córrego, aquele córrego estreito, porque está tudo entupido. Você sobe em um desses igarapé de maré grande, você ver é uma largura doida, deixa ele secar para o cara ir lá pegar o almoço, se a família for grande, ele traz dá muito mal para ele e não dá para família toda. E eu não estou exagerando não. É pura verdade. (J.M, entrevista 29/05/2022)

A devastação dos mangues e a poluição do habitat, trouxeram desafios e limites para os pescadores, como é situado na fala do entrevistado: “Agora os igarapés estão ficando tudo entupido para pescar, o mangue essas empresas estão matando já, essa Rizza, e essa soja aí jogando. Tudo está se acabando.” (D.A.S.S, entrevista 29/05/22). Os problemas socioambientais estão presentes desde a implantação dos megaprojetos, levantando questões com relação às lutas pela proteção dos mares, igarapés e mangues. Esses ecossistemas são amparados por uma legislação ambiental que garante sua preservação.

Os manguezais possuem elevada diversidade biológica, por isso devem ser protegidos. Tendo em vista que muitos dependem do mar e dos manguezais para sua segurança alimentar. Os órgãos competentes, como IBAMA e SEMA, fazem vista grossa para as destruições que as empresas ocasionam nesses ecossistemas. Como podemos ver na fala:

Teve um tempo aí, **houve derramamento de óleo, que matou tanto peixe...** matou tanto peixe, que a gente soube porque, rapidinhos, eles cercaram, com aquela tipo boia, mas matou muito peixe, porque quando ele conseguiram colocar lá botar o negócio, já tinha contaminado. E aí veio o IBAMA, para te ver como essa Secretaria de Meio Ambiente são safados. Fizemos a denúncia, eles vieram, levaram as redes ainda que estava, tinha feito a pescaria e tinha trazido o óleo, o óleo quando ele bate na rede, ele come e rói. Eles levaram e fizeram o estudo. Deu, mas tu pensa que nós soubemos de alguma coisa? Nem a rede eles vieram trazer. Essa daí a gente não conseguiu levar a denúncia mais adiante.

Mas foi tipo assim nós fomos lá no Ministério Público, lá na Rua Rio Branco. Aí nós fomos lá fazer justamente essa denúncia. Teve esse igarapé, que a Suzano hoje montou em cima. A Ecodesign tinha poluído, porque eles fizeram... tipo uma empresa não fez a bacia, eles trabalhavam com girassol, semente de mamona. Aí eles faziam o serviço dele e não tinha bacia para jogar os dejetos, fizeram uma tubulação por dentro do mangue, onde só podia ver quem era realmente ia mariscar no mangue e dava para ver. Aí eles começaram... e o igarapé começou a poluir. Quando a gente descia no igarapé para pescar e quando a gente ia pisar na lama. Parece que aquele negócio que estava por baixo ficava fofo. Aí começou a dar medo de pescar, gerava **coceira na pele, quando chegar em casa tomar banho, morrinhava, fedia.** (Relato M.R.S.S, 2022)

Por isso podemos afirmar sua importância mais ampla, já que “[...] os manguezais produzem importantes fontes nutricionais para a dinâmica da cadeia alimentar dentro deste ecossistema, onde raízes, troncos, folhas, algas e outros servem de alimento para outras espécies, como é o caso do caranguejo insetos que consomem as folhas” (SANTOS et.al, 2018, p. 255). Os igarapés representam fonte de vida até mesmo para novas espécies marinhas, mariscos e peixes.

Pela degradação dessa parte do nosso meio ambiente aqui da região. A gente fica até preocupado porque... vai afetar até nosso estilo de vida, está afetando na verdade nosso estilo de vida. Como eu acabei de te falar que a gente vive aqui literalmente, 100% da pesca. A gente não vive da agricultura.. agricultura é uma coisa secundária, o trabalho também é secundário. A gente vive 100% da pesca. **A pesca é a vida da gente.** E tendo o mangue, o meio ambiente da região sendo degradado dessa forma, assim, covarde. Faz com que gente se sinta bastante ameaçado, a ponto de... cogitar até de pensar se realmente vai ficar aqui ou não. Porque se o mangue está sendo devastado, da forma que está. Não vai existir o marisco, o pescado. E a gente vai ser se sustentar da onde? Então é muito importante também pra gente o cuidado com o meio ambiente, o cuidado com mangue, o mar que cerca nossa comunidade. Tudo isso é bastante importante.” (A.C.S.S entrevista 09/05/22, grifo meu).

Isso ficou bem explícito nos relatos, quando afirmam que tudo está sendo acabado pela ação dos megaprojetos que adentraram a comunidade. A destruição assume proporções imensuráveis. Durante as entrevistas, ouvimos relatos de que a empresa Suzano precisou aterrar grande parte de igarapé e remover o mangue para a construção de galpões destinados ao armazenamento de material do agronegócio. O que foi demonstrado na entrevista:

Entulharam, por exemplo, estão entulhando, 4... já entulharam 4... Igarapé da Laje, Itamá Defunto, Urineminha, Urinema Grande, estão entulhando. O Buenos Aires lá em cima já estão entulhando. Então a gente não tem mais igarapé. Já entulharam 2

igarapés muito pesqueiro da gente, de grande riqueza da gente, daqui do nosso lugar. Acabaram esses igarapés. E o derradeiro estão acabando que a gente vamos lá e não achar mais nada: que é o Itaquzinho e Itaqui Grande, fica lá embaixo. E hoje já cai para dentro do Itaqui mesmo. E não existe mais. Então, o que temos aqui é o Buenos Aires e Urinema já acabou. Como se diz, só Deus sabendo.” (A. D. da S. entrevista 16/04/22)

Os locais que antes acessíveis para a pescar agora têm restrições de acesso devido às limitações impostas pelo Porto. Além disso, a entrada de empresas como ENEVA, as quais utilizam o carvão para a geração energia, vem causando e acarretando problemas de saúde para os pescadores, já que centenas de substâncias químicas de toxicidades são jogadas diretamente ao mar e no ar, assim, comprometendo a qualidade da água e do ar, sucessivamente, contaminando alimentos e comprometendo a saúde humana. (SANTOS, 2015, p. 14, apud MOURA, 2009). De acordo com algumas pesquisas, o pescado é facilmente atingido pelos metais pesados, sendo também condutor de doenças (PESTANA, 2019 e SANTOS, 2015). É importante assinalar, que “exposição humana a despejos industriais tem conduzidos a efeitos na saúde, que compreende dores de cabeça, náuseas, irritações na pele e pulmões, a sérias reduções das funções neurológicas e hepática” (SANTOS, 2015, p. 15 apud MORAES e JORDÃO, 2002)

Com base na entrevista, ao ser perguntado sobre como se identificam, todos afirmaram que são pescadores profissionais e artesanais. Relatando: “[Sou] Profissional, pesco de mão, pesco de rede, afinando rede, arrasto camarão” (A.S.S, entrevista 30/05/22). Em outra entrevista, enfatizou-se sobre: “Pesca artesanal e também tradicional” (A.C.S.S, entrevista 09/05/22). E por fim, observa-se que: “Artesanal, só para se alimentar” (I.F.S.S, entrevista 29/05/22).

Percebe-se que não há uma categorização central no aspecto da profissão. De acordo com Santos (2018, p. 34) “[...] a noção de pescador artesanal é uma classificação externa aos agentes sociais que se definem por critérios próprios.” Portanto, não podem ser categorizados de maneira rígida, uma vez que isso fragmentará o processo da profissão, bem como os aspectos culturais e sociais da comunidade. Visto que, pescadores da comunidade possuem uma dinâmica específica e particular, entretanto, as políticas públicas voltadas para esse público utilizam-se desses recortes específicos, que geram ainda mais desigualdades sociais.

Com relação aos aspectos de profissionalização do pescador, temos, de acordo com a Portaria SAP/MAPA<sup>60</sup> n.º 265, de 29 de junho de 2021, que “estabelece as normas os critérios

---

<sup>60</sup> SAP é a sigla de Secretaria de Aquicultura e Pesca. Já MAPA, remete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Isto ainda no governo do Bolsonaro (2018-2022).

e o procedimento administrativos para inscrição de pessoas físicas no registro geral da pessoa Pesqueira na categoria de Pescador, Pescadora Profissional, e para a concessão da licença de Pescador e Pescadora Profissional”, dando distinção a categoria do pescador, abrangendo 3 categorias: **1) Pescador e Pescadora profissional:** pessoa física, brasileira ou estrangeira residente que licenciada pelo órgão público competente exerce a pesca com fins comerciais; **2) Pescador e Pescadora Profissional Artesanal:** pessoa física que exerce atividade de pesca profissional com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com os meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcações de pesca com Arqueação Bruta - AB menor ou igual a 20(vinte) ; **3) Pescador e Pescadora Profissional Industrial:** pessoa física que exerce a atividade de pesca profissional com fins comerciais, na condição de empregado ou empregada ou em regime de parceria com cotas-partes em embarcação de pesca com qualquer Arqueação Bruta – AB. De acordo com STPA, os pescadores artesanais que são sindicalizados, estão incluídos enquanto Pescador Profissional Artesanal.

Tomando como base o caso do Seguro Defeso<sup>61</sup>, que é um direito dos pescadores ter um auxílio financeiro para os períodos em que não pode haver a pesca, para garantir a reprodução das espécies marinhas. O que observamos é que existe o ajustamento, burocratizando no processo para efetivação do auxílio, uma vez que para o recebimento desse auxílio financeiro, além de várias comprovações, precisam se enquadrar na categoria enquanto pescador profissional, além de ter cadastro e endereço comprovado. Para o pescador rural, isso fica bem mais difícil.

E quando às famílias de pescadores não possuem todos esses recursos? Esse é o desafio enfrentados pelos pescadores da Camboa dos Frades, que lutam ano após anos para obter essa garantia, mas esbarram na burocracia estatal e governamental. Como Santos (2018, p. 34) vem ressaltar “os pescadores têm sido objetos de políticas<sup>62</sup> (Seguro Defeso e de Profissionalização) apoiadas em conceitos que fundamentam visões estigmatizadas.” Essa situação, foi observado que a comunidade da Camboa dos Frades ainda não possui cadastramento de ruas com o CEP.

---

<sup>61</sup> Compreende que: “Apesar de se configurar como importantes instrumentos de produção social, entretanto, essa política se mostrou uma medida paliativa frente à desestruturação da categoria gerada pelas implicações do modelo neodesenvolvimentista, podendo ser entendido ainda como recurso para a construção de consentimento dessa população a fim de assegurar a viabilidade do projeto de expansão capitalista no país, responsável pelo acirramento dos conflitos ambientais em escala nacional. (TORRES; GIANNELLA, p. 178, p. 2020).



Isto limita muito os pescadores a obter o Seguro Defeso ou qualquer tipo de inclusão prevista nas políticas sociais.

Outra observação, que a energia chegou na comunidade ainda 2009, no governo de Lula, depois de muita luta da Dona Ana. Existe uma limitação de acesso às políticas sociais para esse público devido a burocracia. Pois é mais viável para os “poderosos” que a comunidade fique sem luz, sem estrada, sem qualidade de vida, não tendo nenhuma melhoria de condição de vida e de estrutura para que eles possam adentrar o território para explorar e não ocorrer nenhuma indenização por parte das empresas.

Isto, a meu ver, é uma estratégia de morte para que os grupos sejam esmagados pela destruição/poluição – a poeira de carvão é um exemplo disso, a perda do seu ecossistema, perda do seu sustento percorre as questões acirram ainda mais o conflito e o enfrentamento. É o processo de “deixar morrer” que é colocado em xeque. Não seria isso demonstração da necropolítica? Sim. Quanto mais há burocratização e o Estado mínimo para garantias de direitos, mais se formaliza a morte pela destruição do território.

Entretanto, a pesca para muitos é sua própria vida como foi citado anteriormente. A pesca se torna uma forma para obter o alimento, como de ter uma renda familiar. “Pois além da ter a pesca uma profissão, tem nela uma história cultural, que não é estabelecida apenas nos momentos de trabalhos, mas ao longo de sua vida”. (SANTOS, 2018, p. 60)

O mar também é um local de interação social, cultura e lazer, como bem assinalado nas falas a seguir:

Além de fonte de renda e também porque a gente não tem meio que um lazer, um tipo de distração, era uma forma de distração. Para a gente também é uma rotina e ao mesmo tempo quebra a nossa rotina, a nossa rotina mais aqui, é serviço de casa e a lida com o quintal com capina, essas coisas, roçado.” (U.J.C.S, entrevista 28/05/22).

Aqui é bom que sempre tem o local para tirar sustento, tirar um dinheiro extra. O mar por ele mesmo já importante, o mangue já tem suas crias, seu habitat, tem suas plantas. Se destruir vai virar o famoso ecossistema quebrado. Se quebrar o ecossistema, tudo vai desandar e tudo é importante, um vai puxando o outro.” (I.F.S.S, entrevista 29/05/22).

Os que ainda vivem na Camboa dos Frades, utilizam a pesca como único meio de sustento, sendo que a pesca ocorre até o presente momento dentro da comunidade, como nas proximidades de outras comunidades. Há aqueles que mariscam nos igarapés e nos mangues.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> Os manguezais são considerados áreas de prevenção permanente, tomando como posse do artigo 2º da Lei 4.771/65, o Código Florestal, sendo dispensável a criação de uma unidade de conversão para protegê-los. (PRATES; GONÇALVES; ROSA, 2012).

Todos também informaram que o peixe é a principal fonte de alimento para a família, quando não tem dinheiro para comprar carne ou galinha, vão pescar peixe ou pegar marisco.

A gente procura se alimentar do mais saudável que é quase impossível hoje. Mas o peixe para mim não pode faltar, a carne, a galinha pode até faltar, mas o peixe para mim não pode faltar. Eu gosto do peixe. Sem falar que a galinha, eu já como, não me sinto muito bem, a carne também eu como, mas também já não é lá essas coisas, [não dá] aquela vontade toda, entendeu? Agora o peixe, não! Se tiver peixe para almoçar, jantar e merenda vai. (U.J.C.S, entrevista 28/05/22)

A venda ocorre quando tem o excedente da pescaria. Primeiramente é retirado o produto para consumo próprio, após verificar o que sobrou, este é vendido na própria comunidade, ou nos locais vizinhos. Percebemos que a venda do peixe ocorre dentro e fora da comunidade, passando pelas feiras do bairro do Anjo da Guarda. Como situado (Alberto, entrevista 09/05/22): “A gente pega o marisco aqui, quando pega em pouca quantidade, a gente vai guardando, armazenando. Quando dá uma quantidade significativa, a gente leva para o Mercado do Anjo Guarda. E a gente entrega lá para o peixeiro, que é um conhecido nosso.” A venda tem o objetivo de obtenção do dinheiro para comprar as outros produtos da cesta-básica, como café, farinha, arroz, dentre outros. Desse modo ressalta:

Com a venda do pescado, quando dá para se vender, a gente tenta comprar uma ou outra coisa, carne não! Carne é só pra rico agora. Mas a gente vai não pelo querer, mas pela acessibilidade, tipo se o dinheiro... o que a gente vender. [Então] é \$16 reais uma cartela de ovos, é \$15 reais o quilo de tainha, então, se o dinheiro dá para comprar uma cartela de ovo é isso que vai. Se é o frango congelado, frango fresco, então, vai da acessibilidade. (U.J.C.S, entrevista 28/05/2022)

Todavia, notamos nas entrevistas que a comunidade tem sofrido com a diminuição do pescado. Isso impactou também no trabalho e na economia das famílias dos pescadores. Como enfatiza-se no trecho de um relato: “[...] agora não tem mais condição de vender. [...]” (M.R.S.S, entrevista 28/05/2022). A venda do pescado é primordial para a sobrevivência do pescador. Tomando o caso do período da Semana Santa, muitos pescadores sabem que vão ganhar um dinheiro extra nesse período, mas devido à baixa do pescado, foi prejudicado o rendimento econômico, como demonstra, fala do pescador, que passou a vida toda na Camboa, e desde pequeno ia pescar com seu pai:

Hoje em dia, que querem ou quer não, a gente ainda está fazendo todo esforço de tirar só desse lado aí. [...] Semana Santa a gente vai comer siri. O peixe não veio. Então está tudo mesmo difícil. Não sei se ela (irmã) pegou peixe ontem. Então o nosso ramo de vida é tudo aqui, Porto do Itaquí. Na Camboa tudo é daqui. Agora estão tudo dragando, fazendo aquela maior danação e a gente sem ganhar nada. Mais difícil está ficando, se estava difícil agora, piorou. Ficou sem ter mesmo nenhum atalho. (A.D.da S, entrevista 16/04/22)

Dos muitos relatos, percebe-se o sentimento de saudosismo quando recordam a época de fartura na comunidade, em que pescavam e compartilhavam os peixes com os vizinhos e quem precisava. Porém, atualmente, quando vão pescar não conseguem trazer nem para si mesmo:

Porque antes aqui na Camboa a gente pegava o camarão, a gente pegava o peixe, dava tanto peixe como camarão, que a gente fazia... se era de vender, chegava com o cofo de camarão, a gente pegava um prato lá, metia dentro do cofo e dizia: - leva aí, rapaz, para você meter teu torrado. Hoje em dia a gente quer, mas não pode mais fazer isso, porque não tem mesmo, porque quando a gente pega dá muito mal para a gente, não dá mais para fazer isso.

Antes não! A gente pegava o peixe, camarão. Antes vinha o rosarenço que era um Pescador que morava lá em Rosário, vinha vários pescadores, eles botavam uma zangaria na beirada, que é aquela rede que cerca. Eles faziam era gritar de lá para a gente daqui e buscar peixe lá. Porque eles pegavam peixe e não dava conta de embarcar esse peixe, a maré vinha e enchia de novo, ainda encontrava “mucado” de peixe dentro da rede. Aí eles gritavam: - ei pessoal daí vem buscar peixe na rede. Eu digo isso porque donde eu me entendi para cá, tudo isso aconteceu e eu ainda fui, e hoje em dia não. (J.M., entrevista 29/05/2022)

A falta de renda fez com que os pescadores buscassem um outro meio de trabalho e sustento, como foi citado na entrevista: “além da pesca, tem as profissões secundária, porque tem gente que é carpinteiro, tem gente que é pedreiro, gente que é vigilante, tem gente que é delivery, mototáxi. Tem os trabalhos secundário também para agregar na renda da gente.” (A.C.S.S entrevista 09/05/22). Esta é uma dinâmica que deve ser levada em consideração, uma vez que a pesca já não traz tanto retorno como antes. E hoje não pode ser único meio de subsistir devido o processo da diminuição da pesca na localidade. É importante apontar que alguns trabalham em outra profissão para que possam sobreviver em meio ao aumento do custo de vida.

A comunidade tende a resistir a todas essas mudanças, sendo pressionada pelo processo “desenvolvimento”. Isto envolve uma série de entraves com os megaprojetos, bem como ocasionando os conflitos socioambientais. Observamos que os problemas socioambientais afetaram e continuam afetando diretamente os/as pescadoras do território.

Dessa maneira, as transformações ambientais e sociais causadas pelos grandes empreendimentos são capazes de alcançar grandes magnitudes e, por isso, podem colocar em risco os atributos básicos dos ecossistemas. Assim, as situações de conflitos sociais em ambientais referente aos empreendimentos amalgamaram-se ao panorama de embates socioambientais, uma vez que a atividade da pesca artesanal se encontra intrinsecamente, ligada às características ambientais dos estuários lagos rios e mais os quais dependem quase exclusivamente dos recursos naturais lá existentes consolidando a importância destes ecossistemas como forte elemento sociocultural dessas comunidades. (SANTOS, 2018, p. 31)

Há também a dificuldade cotidiana:

Eu não vou dizer assim que tenha outra profissão e... ao mesmo tempo a necessidade faz a gente buscar outra profissão né? O meu esposo quando o negócio aperreia, ele tem que se virar de outro lado, por exemplo agora a gente está nessa situação, entendeu? A gente está indo pescar com o meu cunhado, está desde manhã, olha o que trouxe! E aí geralmente o que a gente pega dá muito mal para a gente comer na hora que chega, entendeu? Hora que chega dá, mas aí não dá para vender e comprar as outras coisas. Ajudava a comprar as coisas como antigamente. Antigamente a gente fazia isso, vivia praticamente da pesca porque a gente pescava comia, vendia pra comprar as outras coisas, entendeu? E agora infelizmente não está mais dando para isso.”

Observa-se que algumas pessoas que participaram da entrevista, possuem receio de dizer que possuem outra profissão. Ouvi a seguinte resposta: “Assim, eu não diria uma profissão, mas uma renda concomitante, só para quebra um pouco mais o galho, porque às vezes só da pesca não dá. [Então, faço] Serviço prestado” (U.J.C.S, entrevista 28/05/22). Esse posicionamento ocorre devido à imposição da empresa, que oferece oportunidades de cursos de capacitação à comunidade. No entanto, ao fazerem o cadastro junto a empresa, não são mais incluídos como pescadores. Isso prejudica até mesmo o requerimento para aposentadoria, levando a comunidade a relutar em mencionar outras profissões. Desse modo, configura-se como estratégias utilizadas pelas empresas, ao ir à comunidade oferecendo cursos de profissionalização, oferta de vagas para pedreiros para construir o galpão da Suzano, convencendo-os. Entretanto, quando terminaram aquele trabalho temporário, e os pescadores iam no Sindicato dos Pescadores, requerer a obtenção de algum benefício, no sistema do cadastro do governo, não constava como pescador, mas como outra profissão.

Tendo em vista a mudança de profissionalização, isto seria bom para empresa, que condicionam o território ao seu favor. Além disso, imaginemos a situação, quando a comunidade entrasse em diálogo com os órgãos de direito, as empresas poderiam até advogar que na localidade não é caracterizada como território pesqueiro ou comunidade tradicional, então, logo não haveria garantia de direito.

Tendo em vista a mudança de profissionalização, isto seria bom para empresa, que condiciona o território ao seu favor. Além disso, imagine a situação, quando a comunidade entrasse em diálogo com os órgãos de direito, as empresas poderiam até advogar que na localidade não é caracterizada como território pesqueiro ou comunidade tradicional, logo não haveria garantia de direito.

Em virtude do desmatamento dos manguezais e poluição provocadas pelo derramamento de óleo, tudo isso coloca em perigo a sobrevivência das espécies nativas, assim como dos pescadores que passam a maior parte do tempo no mar e nos igarapés e mangues. Ao

longo da pesquisa, percebemos o quanto a comunidade está sendo prejudicada pela implementação do Porto e dos megaprojetos que cercam a comunidade e reforçam o quadro de destruição. E até a elaboração deste trabalho, muito pouco ou quase nada foi feito para comunidade, não houve nenhuma contrapartida do governo, muito menos das empresas.

Todo esse processo de destruição tem levado a consequências drásticas e dramáticas para a comunidade, especialmente em termos de problemas ambientais. A remoção dos manguezais não afeta apenas o ecossistema, mas também uma população de seres vivos que dependem dele. Isso tem resultado em uma baixa produção durante os períodos de pesca, como será discutido posteriormente.

### **3.1.2. O Período, os Instrumentos de Pesca e Tipos de Peixes/Mariscos/Crustáceos**

O mar não tem limites nem fronteiras; é um dos elementos da natureza intimamente associado à pesca. Esta prática demonstra uma consciência em relação à natureza, diferenciando-se da pesca predatória e estabelecendo uma relação amigável com os ecossistemas locais. O Maranhão tem como característica climática tropical, tendo por predomínio de duas estações, no primeiro semestre sendo período de chuva e úmido e no segundo semestre, seca ou verão. As chuvas ficam mais fortes no litoral, por estar mais próximo do mar. Logo, o clima tem influência direta na rotina dos pescadores, bem como nas marés. Diante disso, percebe-se que o Estado do Maranhão possui uma maior influência e variação das marés, pois São Luís tem a terceira maior variação de maré do mundo, ficando em primeiro no Brasil, isso se deve muito por fatores astrológico devido a fase da lua, além da disposição de como se dá a localização enquanto litoral, há também amplitude geográfica devido proximidade com a linha do Equador.

Tudo isso faz com que durante o dia haja várias mudanças de nível de maré razoáveis e visíveis. Muitos dos pescadores se localizam pelas marés ou até mesmo pela lua. Devido ao meio climático e geográfico, pescar é conduzido por meio de práticas e saberes que o cotidiano repassa para os pescadores, apreendida no dia a dia, no trabalho da pescaria. Este é um saber acumulado, domínio intelectual e físico do pescador (SANTOS, 2018). De acordo com Santos (2018, p. 41) “os pescadores portam o saber e o saber fazer relacionados com a estrutura e a função do(s) ecossistema (s) a que estão vinculados.”

Desse modo, a pesca permite estabelecer relações com meio ambiente e as relações sociais que lhe são dirigidas, pois a pesca se torna uma dinâmica coletiva, visto ela ser feita com familiares ou amigos. Por exemplo, a construção de redes, embarcações é permeada pelo saber e por uma prática que introduz a construção de práticas e saberes tradicionais. As representações sociais têm uma existência coletiva e envolvem um sentimento de pertencimento ao local e ao grupo. Isso resulta na ressignificação das relações com o mar, ecossistema, com os outros e com o território.

Com relação ao período de pesca ressalta:

A gente dividi aqui de acordo com as estações do ano... aqui geralmente, no nordeste, considera inverno e verão, não tem outono e nem primavera. Então o período de inverno, é o período que menos a gente vai pescar, por conta da chuva e como é pesca artesanal prejudica um pouco, entendeu? A gente já prefere mais pescar no verão. No inverno, é abundante de peixe, é em todo tempo. E a gente prefere mais pescar no verão. Entre esses dois, o melhor período de pescar é no verão, que é mais ou menos 6 meses, aqui a gente considera 6 meses. (A.C.S.S entrevista 09/05/22)

Aponta-se que o período de maior ganho para os pescadores da Camboa dos Frades é no verão, e o de menor escassez, o inverno. É importante situar que o período de defeso do camarão, por exemplo, se dá nos meses de janeiro e maio de acordo com a SEMA. Esse é o período em que os marisqueiros não podem pegar o seu sustento. O objetivo desse período também, de acordo com a SEMA, é de manter a capacidade de autorrenovação do estoque.

Apenas um dos entrevistados, respondeu que o melhor período para se pescar é no período chuvoso, pois: “É certo que dizem que inverno é ruim, mas pra mim é melhor, no verão o lodo é imenso, mas o peixe afasta mais, parece ter mais isca, mas no inverno é melhor porque tem o maracoani<sup>64</sup>, ele (peixe) vem comer, e ficar mais fundo com água da chuva e com a da maré” (A.S.S, entrevista 30/05/22).

Os outros entrevistados, situaram que o verão é período melhor de pescar, pois não tem tanto perigo, haja vista as fortes chuvas com tempestades, entretanto, a pesca ocorre durante todo ano, mais no inverno com menos frequência do que no verão. Logo, esclareceu-se que o período melhor: “Geralmente no verão, porque fica mais fácil de a gente manejar, daqui pra li

---

<sup>64</sup> Nome científico é *Uca (Acanthoplax) maracoani*. São caranguejos chama-marés, são pequenos caranguejos semi-terrestres que habitam zonas costeiras bastante comuns em manguezais e estuários. **PLANETA INVERTEBRADOS**. Disponível em: [http://www.planetainvertibrados.com.br/index.asp?pagina=especies\\_ver&id\\_categoria=25&id\\_subcategoria=23&com=1&id=167&local=2](http://www.planetainvertibrados.com.br/index.asp?pagina=especies_ver&id_categoria=25&id_subcategoria=23&com=1&id=167&local=2). Acesso em: 10 de novembro de 2022.

vem, a chuva, vem o trovão e os relâmpagos, e aí a coisa fica mais difícil, [mas] no inverno a gente pegar.” (M.R.S.S, entrevista 28/05/2022).

A partir dos relatos sobre o período de pesca, pude perceber as queixas dos pescadores, relacionadas com a diminuição do pescado na área da comunidade. Pois hoje em dia não há um período ideal de pesca, haja vista o afastamento dos peixes devido a entrada dos megaprojetos, como demonstra na fala: “Só que antes a gente tinha essa perspectiva: ah no verão, é um pouco melhor. Mas agora no tempo que nós estamos vivendo com esses grandes empreendimentos, não tem verão e nem inverno, nem nada. É chegar, abaixo de Deus e na sorte.” (U.J.C.S, entrevista 28/05/22)

Como houve uma baixa na pesca, isso impacta na rotina dos pescadores. Logo, para a maioria a pesca ocorre durante a semana, não sendo feita todos os dias, por exemplo, na fala, a rotina pode acontecer durante alguns dias e algumas noites. Outros pescadores colocam a pesca ocorre quando se precisa pescar, não sendo necessário ir todos os dias. Entretanto, como foi salientado anteriormente, houve uma diminuição do pescado, sendo uma situação drástica para pescadores. A pescaria se tornou escassa, logo, a rotina também foi prejudicada, cada vez mais, pega-se menos peixe, isso afeta diretamente no trabalho cotidiano e observamos, com isso, desânimo dos pescadores. Isso traduz na fala de descontentamento do pescador: “[...] Eu passo duas noites ou uma noite, eu torno tirar de novo e venho embora pra casa [...] porque no dia que a gente tem que ir com [maré], mas a gente não está trazendo mais nada. Até a minha esposa, a gente está só em casa. Porque a gente vai e não pega nada.” (A. D. da S. entrevista 16/04/22).

A partir da rotina da pesca, diante da sistematização da entrevista, fizemos o reconhecimento dos tipos de peixes e mariscos que os pescadores mais pegam. O que foi informado, enquanto os peixes, a saber: soia, pescada, pacamão, bagre, arraia, tainha, pescadinha amarela, o linguado, tibiru, peixe agulha, a tainha, a pescadinha amarela, o bandeirado, uritinga e muitos outros. Enquanto marisco, pegam: camarão e crustáceos são os caranguejos e siris.

Como situa o Sr. João (relato 13/02/22):

Aqui tem uma diversidade de peixe, tem arraia, que eu trouxe essa noite, tem o uriacáca, tem a soia, tem o pacamão, tem a moréia, tem o muré... tem o bagre, tem o uritinga, que é o mesmo do bagre, tem o gurijuba, que a gente pega aqui, só esses são só bagre. Vem o cangatá, é bagre também. Juripiranga, a gente pega aqui. Tem o cambeu, é gostoso. A gente pega a sardinha do alto. Pega pescada, o cumurupim, que a gente chama de piracema. A gente pega o camurim. Pega peixe pedra. E a gente vai da estaca zero para baixo, a gente pega tainha-urixoca, a tainha-pitiu, são os peixes de escama, mas tudo daqui, que a gente pega aqui.

A zona marítima da Camboa dos Frades é rica em espécies de peixes, devido à presença de igarapés, mangues e à proximidade com a baía de São Marcos. Isso resulta em uma elevada biodiversidade e fornece um habitat natural para peixes, mariscos e crustáceos. Esses recursos são fundamentais para a economia local e o trabalho dos pescadores.

**Imagem 19** - Tipos de peixe, marisco/crustáceo: a) peixe agulha, b) camarão, c) bagre, d) soia, e) siri, f)tainha, g)arraia, h)robalo/camurin



Fonte: Arquivo da Dona Ana e Tatiane Santos (2022)

Ter uma variedade de peixes/crustáceos/marisco demonstra como o local é rico de diversidade, possuindo significativas características oceanográficas que favorece o aparecimento de várias espécies. Fica evidente que o meio ambiente da Camboa, conecta uma rede de cadeia alimentar marinha, onde uma espécie precisará da outra para subsistir. Sendo importante para o equilíbrio do ecossistema costeiro, como o todo, e garante também a sobrevivência econômica dos pescadores.

**Tabela 7** - Os instrumentos de pesca

Instrumentos	Tipos
REDE DE EMALHAR	Malhadeira; Tainheira; Serreira. Tarrafa; Pulsar; Zangaria; Rede de arrasto
ANZOIS	Espinel; Linha de Mão.
ARMADILHA FIXA	Curral; Muruada; Tapagem; Pulsar; Malhadeira.

Fonte: Santos (2018, p. 42)



Com relação aos instrumentos e ferramentas de pesca, levamos em consideração tanto a revisão bibliográfica, quanto a entrevista para conhecer os instrumentos que os pescadores da Camboa dos Frades utilizam na pesca artesanal. Por isso, demonstramos na tabela acima, o estudo da autora Santos (2018) que detalhou exitosamente sobre esse tipo de classificação.

A partir da sistematização da pesquisa, conseguimos detalhar sobre os instrumentos e ferramentas utilizadas pelos pescadores da Camboa. Percebemos que alguns instrumentos não aparecem na tabela de cima. Logo, os pescadores situaram basicamente como instrumento de pesca foram: 1) Pulsar; 2) Anzol; 3) Tainheira; 4) Truladuar/landruá; 5) Tarrafa; 6) Linha; 7) Rede; 8) Espinel

Ao questionamos como é feito esses tipos de instrumentos, na entrevista responderam: “Eu faço na hora, eu tiro a palha e faço uma fita. Palha de buriti, aí faz uma cordinha. Também tem o outro, o barbante que eu uso.” (D.A.S.S, entrevista 29/05/22). Isto com relação a linha para anzol. Ressaltou-se, também, que alguns instrumentos são comprados. Mas quando rasgam, como a rede, por exemplo, são “remendados” pelos próprios pescadores. Situa-se na fala da entrevistada: “Alguma parte a gente fabrica, como o landruá, a tainheira, a gente fabrica, mas as outras, a gente prefere comprar, além de dá muito trabalho, a vista já não ajuda mais.” (M.R.S.S, entrevista 28/05/2022)

Mesmo com a perda do território, a diminuição da pesca e a destruição dos manguezais e dos igarapés, os pescadores continuam sendo grupo unido que trabalham em família, em coletivo ou individualmente. Por isso, a pesca continua sendo uma ferramenta de resistência em tempos difíceis, sendo realizada em alguns pontos locais. Visitei os manguezais e igarapés, explorando a mata e testemunhando de perto o desmatamento do manguezal e a construção do galpão pela Suzano. Agora, detalharei um pouco mais sobre o território e os locais importantes para os pescadores da Camboa dos Frades, bem como os problemas enfrentados na seção a seguir.

### 3.2. O TERRITÓRIO E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Anteriormente, apresentamos as particularidades da Camboa dos Frades a partir da relação com o mar, a pesca e o ecossistema. É importante pontuar que as práticas desenvolvidas no mar nutrem o vínculo familiar e aproxima a cultura, corroborando com a tradição da pesca

na comunidade. Nisto, temos a preservação do meio ambiente que dá possibilidade no desenvolvimento com a natureza e com o território, assim, garantindo a sobrevivência da comunidade rural e pesqueira quando do ecossistema. Essa sobrevivência perpassa pelos locais de pesca e reconhecimento do território.

No território da Camboa dos Frades, cada local tem sua importância, possui um significado histórico, que delinham as questões culturais. “Pois além de ter na pesca uma profissão, tem nela uma história cultural, que não é estabelecida apenas nos momentos de trabalho, mas ao longo de sua vida” (SANTOS, 2018, p. 60).

Durante o processo de entrevista, perguntou-se sobre o local que pescadores utilizavam para a pesca, paulatinamente, identificamos os problemas socioambientais e como a pesca continua sendo feita na própria comunidade mesmo com os desafios postos. Assim, foi relatado que os locais de pesca perpassam pelos igarapés Irinema, Irineminha, Laje e Buenos Aires, nas proximidades do Porto, Itaquzinho, Lavado. Sendo demonstrado pelo Alberto<sup>65</sup>, o qual descreve que a pesca “é em torno da nossa comunidade, no caso dos igarapés.” (Alberto, entrevista 09/05/22). Isto confirmado também pelo pai, João<sup>66</sup>: “É aqui no Urinema, Buenos Aires. A gente fica aqui, no Porto do Itaquí, a mãe de rio tudo joga lá para o Porto, tudinho, e não tem por onde escapar” (João, entrevista 16/04/22).

Além desses locais, foi demarcado outras localidades onde ocorre a pesca, foi situado o Cajueiro – um território rural e pesqueiro, que vêm sofrendo pressões dos megaprojetos – e a Ilha do Caranguejo. Notamos que os igarapés, bem como os mangues, são essenciais para a vida e sobrevivência dos pescadores na comunidade, pois nesses espaços se dão as relações de pesca e do trabalho.

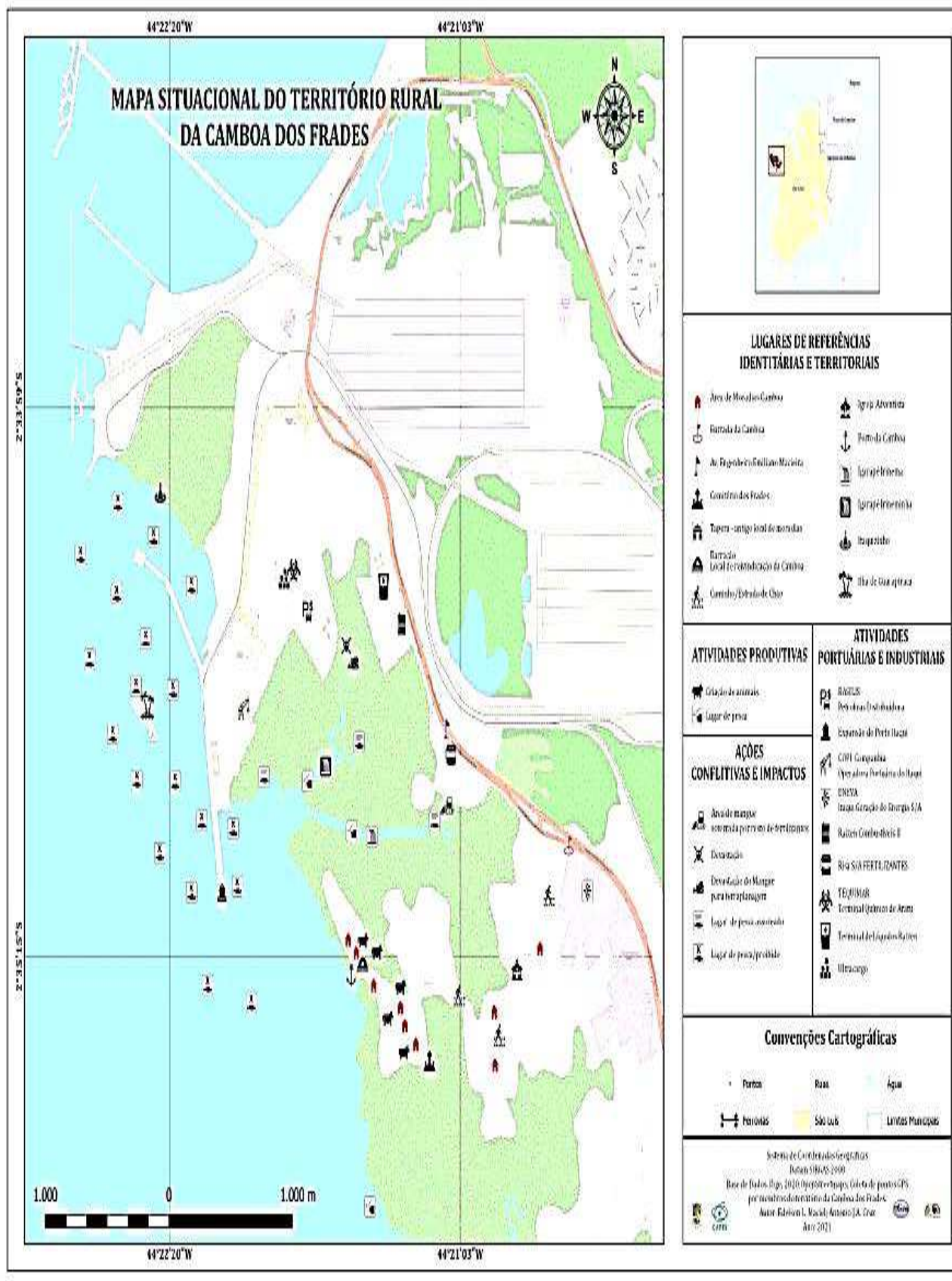
No entanto, esses locais vêm sofrendo grandes violações e destruição, caracterizadas como a devastação ambiental, desmatamento dos biomas, derramamento de óleo, poluição e contaminação com metais pesados ocasionados pelos portos. O que trouxe e vem trazendo consequências para ecossistema inteiro, no que inclui na qualidade de vida dos pescadores, que são afetados diretamente.

---

<sup>65</sup> Nome fictício.

<sup>66</sup> Nome fictício.

Mapa 3 - Mapa Situacional do Território Rural da Camboa dos Frades



Fonte: CRUZ, 2022.

Assim, destaca na fala de um dos pescadores:

Os igarapés têm muita importância, como diz a história, de onde eu tiro meu sustento, hoje em dia eu não tiro mais, [porque] eles estão sendo entulhados. Entulharam, por exemplo, já entulharam 4 (quatro): Igarapé da Laje, Itamá Defundo, Irineminha, Irinema Grande [já] estão entulhados. O Buenos Aires, lá em cima, já estão entulhando, então, a gente não tem mais igarapé. Já entulharam 2 (dois) igarapés muito pesqueiros da gente, de grande riqueza, daqui do nosso lugar. Acabaram esses igarapés. E o derradeiro estão acabando que a gente vamos lá e não acha mais nada, que é o Itaquzinho e Itaqu Grande, fica lá embaixo. [...] E não existe mais. Então, o que temos aqui é o Buenos Aires e Irinema, [que também já está acabando]. Como se diz, só Deus sabendo. Então, o igarapé representa um grande suporte para nós, que nascemos e se criamos aqui. [...] Ainda tem uns que ainda são do meu tempo, que ainda veem, chegam tudo assustado, do jeito que era para o jeito que está né? Então é isso... se acabou. (A. D. da S. entrevista 16/04/22)

A perda do território e dos ecossistemas são as principais queixas relatadas pelos pescadores. “As consequências desses impactos são dramáticos e levam à perda da identidade coletiva que é um mecanismo principal de sustentação das tradições consuetudinárias.” (TOMÁZ, 2021, p. 157). Pois os efeitos desses impactos envolvem a dignidade humana (id., *ibid.*).

Nota-se que a destruição e a perda dos ecossistemas locais vão contribuir para que a comunidade se indigne com a situação do território rural, levando a se organizarem e mobilizarem enquanto grupo, ou com atos de denúncia ou as ações de resistência em oposição aos megaprojetos. Isso vai estimular as organizações dos grupos em unidades de mobilização (ALMEIDA, 2011, p. 16). Pois, “tais unidades de mobilização podem ser interpretadas como potencialmente tendendo a se constituir em forças sociais”. (Idem, p. 18).

Repassando para a compreensão do modo de vida dos pescadores, notamos que na comunidade além da pesca, possui a agricultura de subsistência. Essa é uma atividade que vai garantir a segurança alimentar para as famílias rurais dos pescadores. Logo, dos 10 (dez) entrevistados, 8 (oito) pescadores afirmaram que cultivam alguma plantação na sua terra (ver Imagem 18).

Assim, destaca-se:

A forma como a gente trabalha com a agricultura é bem pouca. O que é abundante [na comunidade] é o cajueiro, mangueira, bananeira, mas eu também planto milho, tem horta que eu gosto de fazer, legumes, a macaxeira também. São esses elementos que a gente gosta mais. São esses tipos de alimento da agricultura que a gente trabalha mais. Mandioca, o milho, macaxeira. Legumes que são o cheiro-verde, couve. (A.C.S.S entrevista 09/05/22)

A partir da síntese da entrevista, conseguimos saber quais os tipos de plantação, que perpassa a produção de: macaxeira, banana, acerola, limão, cana-de-açúcar, abóbora, graviola,



jenipapo, mamão, milho, hortas e legumes O uso da terra para o plantio é envolvido pelo modo sustentável e extração dos recursos naturais. Como a comunidade está envolvida pela área tropical, litorânea, de mata aberta e atlântica. Muitas das árvores que a gente identifica é coco babaçu, que é predominantemente localizada em todo o Maranhão. Sendo que o território por si, já possui várias árvores frutíferas como manga, caju, coco.

**Imagem 20** - Plantio e a criação de animais na Comunidade



Fonte: Própria Aatoria, 2022.

Detalhando o processo de como ocorre a plantação, relatou-se: “Geralmente no inverno. Porque aí a gente faz um roçado, toca o fogo, quando vem as primeiras chuvas, é o momento certo de plantar, porque a terra ela queimada é uma terra resistente, bem prático para gente plantar, para planta e a fruta rapidamente, ela se produz ali.” (A.C.S.S entrevista 09/05/22). No período de cultivo, como citado anteriormente, todos da entrevista, informaram que ocorre no período de inverno, devido às chuvas: “É mais no inverno [planta], do período chuvoso, que é mais abundante a água.” (A.C.S.S entrevista 09/05/22).

É importante ressaltar que ninguém se autoidentifica enquanto agricultor. Sempre enfatizam: Sou pescador, pois a comunidade que tinha agricultor era a antiga Madureira (relatos orais). Destacaram que plantam uma coisa ou outra para suprir a alimentação. Como também há criação de animais do quintal, alguns identificaram que criaram galinha, pato e porco.

No decorrer da entrevista, notou-se que a pesca está associada ao trabalho, bem como está contido na forma de lazer. Como a comunidade não possui nenhuma festividade atualmente – a maioria não se lembra de qualquer festividade, os que recordam são os mais antigos da comunidade – o trabalho cruza com o processo do lazer, pois a pesca não é só o meio de trabalho e de subsistir, também é uma forma de lazer para muitos pescadores.

O entendimento sobre as formas de lazer visa buscar compreensão na sociabilidade em torno dos processos sociais imbricados a partir da recreação ou atividade lúdica. Saber o que a pessoa faz no seu tempo livre ou como diversão, incluído nas atividades socioculturais que estão fora do aspecto do trabalho atenta-se para a sociabilidade.

Aqui situamos o lazer, como processo importante que deve ser algo valorizado em tempo de uma vida agitada, considerando a construção da qualidade de vida para as pessoas. A ideia desse processo dinâmico que decorre da vida e como as obrigações diárias vão se separar da forma de lazer. Entretanto, isso não ocorre na Camboa, pois ao serem questionadas sobre o lazer e o tempo livre, respondeu-se: “Nosso lazer é só nossa vida aqui, segurar a pescaria, e fazer um servicinho aqui e outro acolá, campina. Mas mesmo é a maré.” (A. D. da S., entrevista 16/04/22). Logo, o trabalho se mistura com o tempo livre e com o lazer.

No tempo livre, alguns relataram que estudam fora da comunidade, fazem curso. Outros usam o tempo livre para ir à cidade para resolver alguma coisa ou ir à alguma consulta quando é preciso. Os jovens, por exemplo, gostam de jogar bola no campo improvisado nos finais de semana. Esses mesmos jovens vão para outra comunidade para bater uma bola com outros amigos. Houve relato de que pescar também é um momento de diversão e de lazer com a família.

Além de ser uma aventura (sorrisos). Essa semana mesmo, domingo retrasado, passei o dia todinho com meus 2 (dois) filhos e meu genro, lá mesmo perto do cais. Aí a gente passou o dia todinho e que foi pra aí numa maré para vir na outra né. Saiu daqui umas 6 horas e voltamos umas 5 horas, além de ter sido uma aventura a gente vai pescar, né? E ao mesmo tempo a gente se diverte com a natureza, a gente [fica] olhando assim a paisagem e ver como é que o homem está destruindo a natureza, de olhar aqueles navios bem de perto, aquelas dragas bem de perto, a gente [fica] igual a criança. Eu fiquei igual criança, aquela alegria, aquela felicidade. Então além de a gente pescar porque a gente precisa e necessita se torna ao mesmo tempo uma aventura. (M.R.S.S, entrevista 28/05/2022)

Pontua-se que a comunidade tem o seu modo de pensar e agir. Muitos também utilizam o tempo livre para ir à Igreja, pois existe uma interação em torno da religião e do simbolismo com a fé, sendo ela católica ou evangélica. A partir da entrevista, obtemos como denominação religiosa: 6 (seis) pessoas se consideram evangélicas, 3 (três) católicos e apenas 1 (uma) não

tinha religião, podemos considerar que a comunidade possui sua relação com religião, sendo o elo para conhecer as práticas religiosas dentro do território.

A maioria dos entrevistados são de denominação religiosa evangélica – mas isto não pode ser tomado como total da compreensão das tradições religiosas da Camboa, uma vez que o território é amplo, possui uma diversidade de tradições. Logo, percebemos que por serem na sua maioria evangélicos, alguns acabam se afastando um pouco das festividades do local, que aconteciam antigamente dentro da comunidade. De acordo com Bonfim (2022, p. 238-239) “o Brasil foi o país que registrou o maior crescimento evangélico no mundo nos últimos anos, indicando uma movimentação acentuada no sentido da redução de católicos e do aumento de evangélicos.” Pontuamos, neste sentido:

[...] no âmbito das políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial, é definido como **saberes**: são os conhecimentos de modo de fazer enraizado no cotidiano das comunidades tradicionais. Abrange toda a fortuna relacionada às práticas e práticas coletivas transmitidas de uma geração para outra, por meio dos modos de agir, pensar e sentir, pela oralidade e pela manutenção de ritualísticas mais ou menos formalizadas. São exemplos de saberes as práticas xamânicas [...]; trabalho das rezadeiras e benzedoras [...]; os receituários populares e o processo de cura e sua eficácia simbólica (como em prática dos curandeiros no chamado “catolicismo popular”, de correntes espiritualistas e de alguns destacamentos evangélicos pentecostais e neopentecostais); a produção culinária e os ritos comensais, vinculados a práticas de diferentes tradições religiosas. (BONFIM, 2022, p. 164-165).

Não tem como entender uma comunidade sem obter a compreensão desse caráter religioso, que consolida a convivência social, moral, ética e mística. A religião tem importante papel com a função do contato com o sagrado, divino. Já que as manifestações da religiosidade são expressões do grupo social, possuindo uma diversidade e assegurando o desenvolvimento da cultura, até mesmo da identidade.

Logo, as tradições em torno da religião catalisam o processo cultural e social. Como explicita Giddens (1991, p. 93) “[...] em outros aspectos as cosmologias religiosas proporcionam interpretações morais e práticas da vida pessoal e social, bem como do mundo natural, o que representa um ambiente de segurança para o crente”. O próprio significado etimológico do termo da religião vem do *religare* (latim) – que significa religar, ou seja, ligar-se ao divino. Então, a religião é uma representação importante e necessária nesse processo sociocultural.

Uma das alternativas de preencher o tempo, relatado na entrevista, foi de ir à igreja, como também de ficar em casa assistindo televisão, ir à casa do parente para conversar, juntar a família no almoço de final de semana. Como exemplifica “Sempre estou com minha família na hora do lazer, eu junto todo mundo e vou cozinhar e ficarmos todo mundo.” (A. G. S,

entrevista 15/04/22). O território constrói o espaço de integração, participação, de afeto, de vínculo, de cooperação, de partilha e das experiências coletivas.

Entretanto, o lazer fica comprometido devido às condições financeiras, mesmo que a comunidade esteja a pouco minutos do centro da cidade – que é o local onde agrega vários eventos e atividades culturais gratuitos – há um gasto com o deslocamento e a condução, além da comunidade ter uma frota reduzida de ônibus que perpassa pela avenida principal, o que leva ser motivo considerado por eles e desistem de sair, acabam por ficar no território, como situa:

Praticamente não temos lazer, tipo depois de dever, o lazer é só ficar em casa. A gente não tem lazer porque quando a gente pensa em sair daqui... Vamos... sei lá... vamos passear, vamos ali na beira mar, como está aquelas bandeirinhas, está muito bonito, agora só isso está falando. Só de a gente pensar, quer sair, mas a gente só de pensar na distância para parada, o tempo a gente vai esperar ônibus, aí vai chegar lá na hora de voltar, então a gente prefere já nem ir. A gente se priva muito por conta disso, a gente não tem lazer.” (U.J.C.S, entrevista 28/05/22)

Na fala fica claro, que as condições financeiras são um dos empecilhos de poderem participar do lazer fora da comunidade:

No meu tempo livre de lazer... olha... muitas das vezes, as condições financeiras nos impedem de fazer esses momentos, a vontade, o desejo é imenso, de a gente ter esse momento maravilhoso, desfrutar daquilo que Deus tem para nos oferecer, infelizmente as condições não [dá], muitas das vezes não nos permite, há momentos que a gente vai fazer ali... segurar um pouco as contas para ver se a gente sai e se divertir um pouco, entendeu, mas não é assim de fazer direto, não é assim uma coisa direta, é uma vez aqui e outra acolá. É bom, apesar de ser longe. (M.R.S.S, entrevista 28/05/2022)

Sobre as festas ou festividades relataram que atualmente não existe, embora outrora já tenha ocorrido uma festividade religiosa no território. Isso será recorte para a discussão da próxima sessão, sobre as tradições que ficaram no passado. Sobre isso foi citado pelo entrevistado:

Era o modo de vida dos antigos aqui. As brincadeiras daqui não tinha. Se fosse era uma bola. Era esconde-esconde. Brincar de pegador, era isso. Como a festa não tinha aqui. Quando vinha, tinha o culto de da igreja da Assembleia. Hoje não tem mais para nós. Tinha a Igrejinha que era da Assembleia. Só tinha essas duas coisas para nós aqui, ou era a bola, brincando de esconde-esconde. A bola era a gente jogava pelada, chamava de pelada, quando a gente ia mariscar. Mas hoje em dia a gente não faz mais. E agora tem poucas pessoas né. Os velhos não querem mais fazer. Os novos vão caçando lá pra fora, campo melhor. A turma mais nova, jovem. (A. D. da S. entrevista 16/04/22).

São esses elementos da sociabilidade que demonstra como cada agente social vivencia o cotidiano, sendo uma dinâmica em movimento, vivenciada individualmente e coletivamente, constituída por manifestações simbólicas e imateriais, que são legítimas aos componentes da



sociabilidade tradicional. Pois, a sociabilidade está intrinsecamente ligada às relações coletivas, também é percebida nas relações com o território.

Para Fárias Júnior (2016, p. 94), essa dinâmica de construir o entendimento sobre as distintas formas de sociabilidade, de organização e de produção vêm aproximar das ciências sociais, a rigor do campo antropológico, relacionando-se ao projeto de “desencantamento do mundo”, isto é lançar luz sobre o desconhecido.

Assim, a luta pela ou para permanecer na terra é uma luta por trabalho, moradia, cidadania e vida. Pois, mesmo com a dificuldades e problemas [...] são resultado de conflitos sociais disputas políticas, que se constitui pela identidade, **pela história de cada um e do lugar onde vão desenhando as relações de sociabilidade.** (MIRANDA, p. 174-175, grifo meu).

A seguir, são demonstrados os locais importantes dessa sociabilidade na Camboa dos Frades e como território está posto e carregado de simbolismo e pertencimento, pois “a permanência na terra toma como referência valores, crenças e costumes fruto das vivências cotidianas do passado [...]” (Id., p. 202). Em cada local, utilizaremos as falas dos próprios agentes sociais da comunidade, esses locais possui um significado simbólico e material, algumas áreas são sagradas e possui certas características particulares, alguns pontos são relevantes para o trabalho e outros tornam pontos atrativos da cultura local, assim, possuindo uma importância para os agentes sociais da Camboa dos Frades:

- **Apicum do Dofe:** é uma área com pouco mangue, que possui uma grande área de lamaçal. Apicum em tupi-guarani é brejo de água salgada (MANNARINO, 2021). Como Alberto explica o porquê desse nome:

Esse ponto aqui é interessante, que tem uma história, que é Apicum do Bofe. Ao longo percurso na comunidade, a gente passa por esse por esse local. Antigamente, muito tempos, atrás, não tinha estrada, era o caminho do mato mesmo, os mais velhos passavam por aqui, aqui era um lamaçal, entendeu? Pelo fato de ser muito difícil a passagem, eles diziam que só faltava botar o bofe para fora, aí ficou o nome. Aí era um Apicum, entendeu? O pessoal conhece como Apicum, botaram o nome, Apicum do bofe, até hoje é conhecido (Áudio da Oficina do Projeto Nova Cartografia Social, Taim, 06 a 07/02/22).

Ao passar o Apicum do Bofe, também existe um outro local bem significativo para a comunidade que é o Apertar da Hora. Hoje devido algumas mudanças territoriais e das marés, já não se apresenta como era antes. Como explicita o Alberto:

Aqui geralmente essa parte também, próxima do Apicum do bofe. É o Apertar da Hora, também muito conhecido, os mais antigos conhecem esse pequeno pedaço, hoje tem estrada. Antigamente não tinha, entendeu? A água quando a maré enchia, dava

mais ou menos gogo e aí a comunidade ficava isolado, tinha um horário certo para passar, só quando a maré abaixava que passava pelos troncos de Palmeira [...] senão não dava para passar.

Quando o pessoal se atrasava, que a maré estava passando de enchente, ia encher lá. O pessoal vinha correndo: - Bora passar antes do apertada da hora! Antes da maré encher. Aí nisso, foi indo... essa parte que também ficou com esse nome, apertar da hora. São pontos na nossa comunidade que é interessante para a gente entendeu? Faz parte da nossa raiz, da nossa identidade. (Áudio da Oficina do Projeto Nova Cartografia Social, Taim, 06 a 07/02/22).

**Imagem 21** - Local do Apicum do Bofe

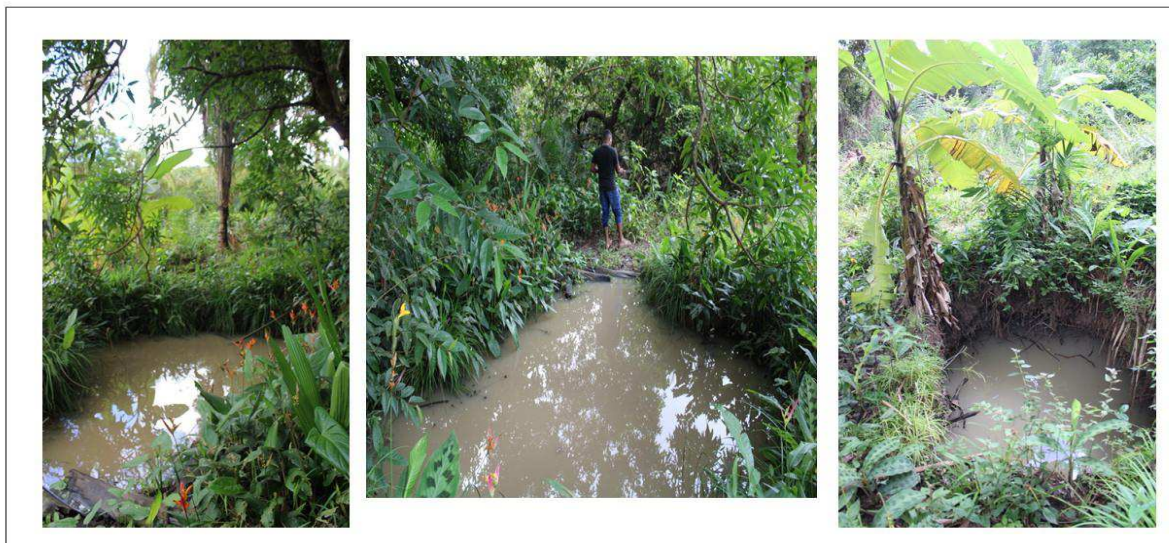


Fonte: Própria Autoria, 2022

- **Bebedouro:** é um poço que fica em local de mata densa que abastecia toda a comunidade. Apesar das mudanças, e pelo relato, o bebedouro um tempo havia secado, mas ao realizar a visita, vimos que revigorou, hoje não há nenhuma habitação envoltas, somente a mata.

O Bebedouro, muitos conhecem essa história lá na nossa comunidade. Ele... vamos dizer assim que é um poço místico, que tem lenda. Através dele foram criadas algumas lendas, [...] os mais antigos falavam, que na região que ele sitiava não poderia ser feita nenhuma moradia, que se fosse feito, os guardiões dele, não iam gostar iriam fazer com que o poço secasse e foi o que aconteceu. Um tempo atrás aí, um mais ou menos, em torno de uns 10 anos atrás desse negócio de indenização, o pessoal ficou doido para querer ganhar dinheiro de indenização e começaram a fazer casa nessa região aqui, ao redor do poço todinho, queimaram a vegetação, destruíram tudo, aí que acontece com poço? O poço secou, não existe mais poço, existe só o buraco, mas o poço secou, já fizeram vários poços ao redor, mas nenhum deu água [...] Esse bebedouro, ele não só abastece nossa comunidade no em torno, mas a comunidade da ilhinha, entendeu? E do Porto do Itaqui, quem... os mais antigos sabem que o Porto do Itaqui era uma comunidade também. E essas duas comunidades abasteciam nesse poço também. Tanto que aqui tinha um Porto do Bebedouro, até hoje tem lá. (Áudio da Oficina do Projeto Nova Cartografia Social, Taim, 06 a 07/02/22).

**Imagem 22** - Local do Bebedouro



Fonte: Própria Aatoria, 2022

- **Igarapé do Bebedouro:** fica próximo ao Bebedouro relacionou-se com sua caracterização.

**Imagem 23** - Igarapé do Bebedouro



Fonte: Própria Aatoria, 2022.

- **Igarapé da Folha:** chama-se desse jeito devido às folhas que caem do mangue. Como situa: “Aqui é nosso igarapé, que sustenta a maior parte da nossa comunidade, Igarapé do Irinema, aqui é outro igarapé também, **Igarapé do Folha**, que a gente chama de Folha, que ele dá vazão lá no Igarapé do Buenos Aires, não deu para colocar no mapa, mas ele vai bater



no igarapé do Buenos Aires, e aqui é a nossas demarcações.” (Áudio da Oficina do Projeto Nova Cartografia Social, Taim, 06 a 07/02/22).

**Imagem 24** - Igarapé da Folha



Fonte: Própria Autoria, 2022.

**Camboinha:** área de beira de mar, é uma ilha conecta outras locais, ao andar por esse local, percebi o quanto é diversos, como a floresta tropical interligada com a mata litoral, por exemplo, observei várias árvores nascidas na área perto do mangue, vemos o babaçu dentro da área marítima. Questionamos, como essas árvores se desenvolveram ali. É importante colocar que nesse local, que a comunidade fez uma casinha de taipa, onde ocorre as reuniões, suas organizações, e deliberam suas pautas.

Assim, específica o local da Camboinha:

E a nossa beira de Porto, essa região que todinha. Aqui é, como eu falei, cada ponto da nossa comunidade tem um nome, essa região aqui já fica mais próxima do Porto do Itaqui, que é a Camboinha, ela fica mais próxima do Porto do Itaqui, dela que gente consegue ter a visualização do Porto do Itaqui. (Áudio da Oficina do Projeto Nova Cartografia Social, Taim, 06 a 07/02/22)

**Imagem 25** - Mosaico da localidade da Camboinha



Fonte: Própria Autoria, 2022.

- **Campina:** é uma área acidental com vários babaçuais, sendo de campo aberto de plantas rasteiras.

**Imagem 26** - Demarcando os pontos geográficos na Campina



Fonte: Própria Autoria, 2022.



- **Chicó:** é uma área de mata fechada e densa, bastante parecida com áreas tropicais. Assim, foi informado sobre este local:

Aqui também a gente colocou essa vegetação que é uma área de mata virgem ainda, a única área de mata virgem da nossa comunidade, com área de manguezal, que é a Ilha do Chicó. É do chico, por quê? Porque nessa ilha que morava um senhor, bem de idade, ele morava sozinho. E a história é que os mais antigos dizem, que ele morreu lá sozinho. Os mais velhos chegaram lá na casa deram com o tempo [...] que ele tinha sumido. Foram na casa dele, acharam ele morto. Eles batizaram essa área aqui com o nome dele, Ilha do Chicó, tanto que, mais para cá assim, eu não coloquei, mas aqui nessa proximidade do mangue, tem um poço, que é poço do Chicó. Na verdade nossa comunidade sitiada por poço. (Áudio da Oficina do Projeto Nova Cartografia Social, Taim, 06 a 07/02/22).

**Imagem 27** - Local da Ilha de Chicó



Fonte: Própria Autoria, 2022.

Todas essas localidades constituem a história do território, como a identidade está associada com o cotidiano e ecossistema. Desvendando, desse modo, as relações sociais com o meio ambiente, possuindo o elo com o local, que podemos chamar de pertencimento com o local, que vão redesenhando as relações de sociabilidades, salientando-se:

Assim, a comunidade é como um espaço cultural e social mais do que econômico, onde formas tradicionais de cooperação vicinal e solidariedade são acionadas pelos indivíduos de acordo com as necessidades de sobrevivência, como a *precisão* a reprodução dos do grupo doméstico e da própria comunidade (MIRANDA, 2020, p. 175, grifo da autora)

A categoria pertencimento é pensava para relacionar ao processo de construção e vínculo com território, por isso, buscou-se entender de forma relacional, como o pertencimento

era construído dentro da Camboa dos Frades. Ao depararmos com as falas, foi interessante quando o entrevistado situou, que o pertencimento perpassa:

Raízes familiares, [que] é daqui da região. Gosto muito disso, que faz com que a gente se apegue mais o local, e o local onde a gente mora se torna uma parte da gente. Eu considero que [no] caso se eu sair daqui, vai ser um choque, porque eu já estou acostumado com esse estilo de vida, entendeu? Esse clima aqui pacato, tranquilo. É como costumamos falar, quando a gente vai para fora e volta para cá. A gente tem choque assim de diferença de clima. E tudo isso agrega no que diz respeito a nossa identificação com o local, entendeu, é muito forte a ligação que a gente tem com Camboa dos Frades. (A.C.S.S entrevista 09/05/22)

Muitos relataram que o território é algo maravilhoso, tranquilo, seguro, calmo. Enfatizando, Camboa dos Frades: “É bom, calmo, silêncio, ninguém vem atentar a gente.” (D.A.S.S, entrevista 29/05/22). Outro relato: “Vínculo com a Camboa é desde quando eu tinha 14 anos como eu te falei. É um local de tranquilidade, de ficar. De plantar e colher.” (I.F.S.S, entrevista 29/05/22).

Mesmo desconhecendo a palavra pertencimento, entretanto, era algo vivenciado e conhecido por um processo de percepções do cotidiano, já que se mencionou:

Como assim? Agora você abriu mais minha mente. Aqui representa tudo. Aqui representa o lugar que eu nasci, é o meu lugar. Eu nasci e me criei aqui, me deu muito futuro. Daqui eu tive meus 2 filhos. Foi o futuro que eu tive com minha esposa. Representa muito. Gosto demais do meu lugar, por isso que estou aqui até hoje. [...] Eu convivi aqui, tirei a minha vida aqui, está caindo os dentes aqui, então, não tem para onde ir. Eu já tive em outro lugar melhor, mas o lugar melhor da minha vida é esse aqui. Eu acho que eu vou morrer e não vou encontrar [lugar] como esse aqui. Eu vivi meu paraíso aqui. Pode ter melhor né? É o que dinheiro fala mais alto. Mas o meu lugar de vida, e de pertencimento é aqui. (A. D. da S. entrevista 16/04/22)

O território representa um espaço de convivência, laços familiares e amizades, além de contribuir para a construção da identidade. Durante a entrevista, destacou-se o forte sentimento de pertencimento à comunidade:

Uma boa parte da minha família está assentada aqui, então, vínculo familiar, tem aquele vínculo afetivo com a terra porque sabemos que Camboa tem muita dificuldade, tem. No entanto, é um lugar muito bom para se morar, é tranquilo. Você pode andar a qualquer hora da noite, nesse caminho ninguém mexe com ninguém, então, apesar dos pesares é muito bom. É muito bom! E se algum dia a gente vier a ser remanejado ou sair de qualquer outra forma daqui, eu quero ir para um lugar semelhante aqui, só que com mais acesso. Tipo transportes, estrada e essas coisas. Mas um lugar semelhante a esse porque eu realmente gosto.” (U.J.C.S, entrevista 28/05/22)

Em síntese tais diálogos sobre pertencimento convergem com a identidade e a história do lugar:

Primeiramente porque eu gosto, eu gosto das histórias e o lugar, encanta o silêncio, a calma, a paz que a gente tem aqui, que eu tenho aqui. Isso me faz permanecer aqui, entendeu. Às vezes eu vou lá fora, vou na casa da minha mãe e aquela zoada, aquele sufoco, aquele barulho me incomoda. E isso me fez assim me pegar aqui nessa comunidade. E eu gosto daqui.” (M.R.S.S, entrevista 28/05/2022)

O pertencimento também leva a sensação de permanência no local, onde se viabiliza o sentimento de apego dos agentes sociais. No futuro, pode haver a possibilidade de realocação da comunidade para outro local. No entanto, percebemos que isso não será algo fácil para os agentes sociais, que têm fortes relações sociais e afetivas profundamente enraizadas no território. Portanto, o território é considerado vivo, histórico e singular, fortalecendo e favorecendo os agentes sociais. Ele também desempenha um papel importante como espaço político e de reivindicação.

Será uma situação difícil para aqueles que passaram a sua vida toda naquele território, relatou-se: “eu queria que ela nunca saísse [daqui], fiz minha casa, eu cheguei aqui meus 11 anos, até hoje. Porque a maré é perto, é perto da cidade por isso que é bom. Eu já cansei de ir de pé para o Anjo Guarda, perto demais. Ir e vir. Eu trabalhava aqui.” (A.S.S, entrevista 30/05/22)

Ao demarcar as questões do território e pertencimento com a Camboa dos Frades, queríamos entender também se os jovens tinham a mesma vontade de querer permanecer no local. Assim, foi questionado na entrevista qual era opinião sobre isso. Os participantes, em sua maioria, indicaram que os jovens ainda têm interesse em continuar na comunidade. Sendo enfatizado na entrevista: “Então assim, para eles que são jovens, eles estão correndo atrás para outros lugares, mas não deixam de sair daqui. O tempo que eles têm de folga, eles estão vindo para cá, para pescar, para ficar com os outros primos. Mas aí eles estão correndo atrás de outras coisas, porque aqui não tem mais.” (A. G. S, entrevista 15/04/22)

Em outra entrevista, mencionado que: “Tem muitos jovens aqui que mora aqui e sai [pra] curtir. A cidade é só correria, e aqui é tranquilidade, e jovens gostam. Aqui não é violento, é mais calmo, dá pra ficar na sua casa, no seu terreno. Mas os jovens que vão para maré gostam de ficar aqui. Se for ir, só para estudar e trabalhar lá pra fora”. (I.F.S.S, entrevista 29/05/22)

Entretanto, alguns outros entrevistados possuem uma ideia diferente. Dos 10 (dez) entrevistados, 4 (quatro) disseram que os jovens não têm mais interesse em permanecer na Camboa dos Frades, por ser lugar que não possui nada oferecer para eles. Destacam:

Eu acredito que não porque se fosse se a gente tivesse uma certeza uma convicção de que as empresas iam sair do nosso redor, iam desistir, iam parar e fosse para outro



lugar, aí sim, mas enquanto elas permanecerem não tem mais expectativa nem para os que já pescam, que já estão desanimando, do que os jovens que ainda estão começando querer ingressar na carreira, não tem como. (M.R.S.S, entrevista 28/05/2022)

Em outra entrevista demonstram os motivos dos jovens não terem mais vontade de ficarem no território:

Como a pesca está difícil, devido ao peixe que não tem. Eles já esvaneceram. Deles ficarem aqui, empatado com o pescador e não ter o produto para pescar. Como eles são jovens, para viver da pesca, já não dá aquele fruto para ele, pescar, vender e comprar o que querem, porque não tem o peixe. [...] Então esses jovens, mesmo que eles tenham a continuação, querem continuar a pesca, mas eles eu vou me empatar na pesca. Se acabando. Não tem o que tirar da pesca. O que eu pego é o almoço e janta, mas eu preciso pegar o peixe para vender, para me comprar o que eu preciso, para comprar minha roupa, comprar meu sapato. Se depender agora da pesca não faz nada disso, então, o que eles fazem... é obrigado sair, ir atrás de um serviço para trabalhar de empregado. O quer queira quer não, é obrigado a abandonar a pesca para poder se empregar. (J. M, entrevista 29/05/22).

Os relatos transmitem os efeitos sociais que os megaprojetos produzem para a comunidade, percebe-se que a Suzano e ampliação do porto trazem mudanças socioterritorial. Nas entrevistas, foram relatados os seguintes impactos: a) retirada dos manguezais a partir do aterramento para construção dos galpões pela Suzano; b) Destruição dos igarapés; c) Poluição da flora e fauna; d) Dragagem; e) Diminuição dos pescados e mariscos. Ao questionarmos sobre como as empresas impactam, foi ressaltado: “Levou nossa sustentabilidade para longe, ficou mais difícil da gente pescar, o peixe ficou difícil, a lama chegou, e ficou muito funda. Os mariscos tipo siri, praticamente não engorda mais. Sequinho. E eu não sei nem como eles ainda estão sobrevivendo. Foi impacto imenso.” (A. G. S, entrevista 15/04/22)

Outro pescador também relatou com mais detalhamento sobre os impactos:

Tem muito impactado. Ela está impactando dois motivos, no subsolo, aterrando. Teve agora esses galpões muito grande. Foi uma grande perda para gente porque acabaram com os igarapés, aterraram tudo, que eram dois. Jogaram os adubos dessa outra empresa, lá de cima, dentro do nosso igarapé, outro impacto medonho.

Agora está vindo mais impacto dessa dragagem, dragando e acabando de dragar. Agora que o lavado cresceu, se estava pior, piorou ainda... acabou. Então nós tivemos impactos grandes dentro da nossa área de vida, daqui da Camboa dos Frades. Não tem para onde mais a gente apelar. Então a gente tem que esperar o órgão competente se manifestar né? Nós estamos fazendo a nossa parte, vamos esperar ele fazer a deles. A gente já foi reclamar, não foi hoje e não foi ontem. Diversas vezes. Então bora ver o que vai dá. Quem tirar sustento daqui só a misericórdia de Deus e não tem mais. O que está dando, como diz a história, é nas últimas. Não tem mais acesso não! Eu não vou te mentir. Pode a senhor chegar e olhar que está minha “ruma” de rede aqui. Tem rede, que eu não fui botar. Eu já vou pescar. Como a senhora chamou e falando agora, vai pescar? Eu vou pescar. Mas só Deus sabe. Eu já vou sem ter aquela animação, que a gente ia. Anoitecia, amanhecia porque via fartura. A gente trazia dois cofos de camarão, no pau de carga para cá casa. Era caixas e caixas de peixes. Hoje em dia você não trazer 1 kg de peixe, fazendo força como o jumento.

Mas agora que o cais afundou. Eles estão cavando, a lama cresceu. Então muito negócio de embarcação, qual é o peixe que vai ficar? Mais eles [empresa] desmoronando tudo,

aterrando tudo. Não fica, o peixe vem, desovar e não desova, tira para fora. Porque a mãe de rio foi entupida. Então a gente não tem como tirar o nosso sustento aqui. Vamos viver de gostar da gente. De gostar da nossa ilha, que muito boa. Conviver. Mas ficou ruim por causa das empresas. Vamos ver o que Deus tem para fazer. (A.C.S., entrevista 16/04/22)

É difícil ouvir os relatos e não ficar com sentimento de indignação pela comunidade, que há anos está sendo prejudicada pela empresa e até hoje nada foi feito. Nunca se chegou em um denominador comum para o repasse das contrapartidas que as empresas precisam repassar para a comunidade. Isso nos faz refletir, será que ainda existe meio de sobreviver na Camboa diante de tantos problemas? As mudanças são permanentes, é uma problemática que não se restringe ao campo social, como, também, na coexistência dos agentes sociais, visto que perpassa as questões de saúde, como é demonstrado na fala na entrevista:

Geralmente, tudo o que a gente plantava, colhia. Aí depois da Eneva muito do que a gente plantava, que produzia fruta, a gente ficava meio cabreiro de consumir. Eu morava aqui na outra casa do outro lado ali a gente tinha dois mamoeiros na beira da casa, o mamoeiro foi morrendo pelo olho e depois foi se acabando, e os mamão tudo foram caindo novo, mamão verde e aí as folhas eram tudo carregadas de carvão, aí a mangueira, quando chovia o telhado em vez de cair água da chuva estava caindo era petróleo só de água suja, aí tem dentro de casa, louças e roupa tudo, não podia estender roupa. Aí a questão da respiração o dióxido de enxofre, era muito complicado ficar dentro de casa, subir até mesmo a ladeira era difícil. Tinha que botar a mão na boca, pra gente conseguir e senão morria asfixiado porque até respirar era complicado.

[Suzano?] Tecnicamente, nem mesmo ficar onde a gente já ficava porque não é só aterrando, a água já está vindo com óleo, dar coceira, no dia que eu fui pescar com meu marido, pegar Siri e logo bem na beirinha, o Siri de linha, aí a água a gente via estava só óleo, parece que jogaram óleo em cima e aí veio outro vizinho Benaval ver e ele filmou, a água só óleo, a gente ficou receoso, até ia banhar depois. Não quero mais banhar. Quando saímos de lá foi uma coceira, a gente foi pescar, né? A gente passou o dia todinho, numa maré de 9 horas e chegamos quase 6 horas da tarde. Eu fiquei o tempo todo coçando minhas partes íntimas e minha perna, de tanta coceira, aí chega em casa que eu fui tomar um banho. Mas era uma coceira.

Até mesmo, quando a gente não tinha ônibus que passava para cá, nosso acesso era pelo porto do Itaqui, a gente ia de canoa, e o acesso era livre, a gente só chegava o passaporte era o Can, gente chegava, ele se identificava, e a gente passava. A gente ia de duas a três canoas. E nosso acesso era por lá e depois começaram a ampliar as coisas dele lá, e a primeira coisa que fizeram foi cortar o nosso acesso por lá e foi barrado, então pra gente passar por lá, aí quantas e quantas vezes por conta disso, a gente depois começou a pegar só o ônibus de Pedrinhas, Pedrinhas não, era Piçarra, a gente andava daqui lá para Gancharia, ou Anjo da Guarda e andando mesmo. De vez enquanto a gente encontrava o filho de Deus para dá uma carona. Quando não, era ir andando mesmo. (U.J.C.S., entrevista 28/05/22)

No território podemos perceber a falta de estrutura e de política pública. Como é situado por Cruz (2022, p. 125): “Marcada pela ausência de serviços e equipamentos [...] observa-se a carência de: coleta de lixo (situação que obriga a população a queimar os resíduos produzidos), saneamento básico, água encanada, posto de saúde, energia elétrica estável e espaço de lazer.” Desse modo, observamos que existem algumas pautas de reivindicações para a melhoria da condição de vida no local, por exemplo, a criação de uma escola da comunidade,

já que muitos jovens precisam se deslocar para outra comunidade para estudar, bem como a construção de UBS.

Também queríamos entender como era a comunidade antes da entrada dos megaprojetos. Diante disso, foi situado todo o processo de destruição, tangenciam os problemas socioambientais, conforme relatado: “Era bom, não tinha fumaça, o mar não era poluído, mar era limpo, as plantas eram mais vivas, porque agora tem umas que morre sozinha, secam e morrem. O cara [até] pensa que colocaram foi veneno nela.” (O.S.P, entrevista 29/05/22).

Em outra entrevista, foi pontuado que: “O que me lembro que antigamente, todo mundo tinha seu local de pesca, tinha local de tirar seu sustento, sua alimentação. Agora que os igarapés estão todos fechados, está tendo pouca gente indo pescar, estão mais indo para fora, não estão mais pescando aqui.” (I.F.S.S, entrevista 29/05/22)

Além disso, observamos pelos relatos, que antes da chegada da empresa a comunidade tinha abundância de frutas, a coleta era melhor e maior, como evidenciado na entrevista:

Era bom demais. A gente tinha nossas frutas, e comia à vontade, agora não bota mais. Goiaba, caju a gente vai fazia doce demais, manga era tolero, esse ano quase nem deu. É muito pouquinho manga. Parece que a poluição caiu nos olhos das plantas para não botar, depois dessa empresa aí acabou tudo até para suspirar, suspirando borracha de manhã. Uma poluição e tanta. (A.S.S, entrevista 30/05/22)

Diante disso, depreendemos que os megaprojetos que se instalaram na comunidade trouxeram dificuldades de sobrevivência para os pescadores da Camboa dos Frades e, até mesmo, com a dificuldade em relação ao trabalho. Na entrevista foi mencionado que antes da entrada das empresas, era mais fácil obter pescado, havia fartura e os pescadores estavam mais motivados para buscar o pescado. No entanto, ao longo dos anos, eles observaram não apenas a diminuição da quantidade, mas também problemas no pescado, como a presença de peixes com problemas internos devido à lama do óleo derramado no mar.

Como foi relatado na entrevista: “Tinha muita fartura de marisco, a gente podia pescar em qualquer lugar aqui. Tinha peixe pequeno, grande, médio e qualquer tamanho, hoje em dia não tem mais nada. Foi tudo embora. Acabou-se.” (A. G. S, entrevista 15/04/2022). Adiante, relatou-se como o trabalho ficou prejudicado, quando disseram:

Antes da empresa era farto, era uma ilha farta. Mora dessa era para minha esposa está levando e você não me encontrava aqui. Ela estava lá no Mercado, já estava levando o peixe para o mercado, já estava na guerra, na batalha, na lida. Hoje em dia, estamos parados, porque não tem mais onde tirar o sustento da gente daqui. Parou, parou mesmo. Acabou.” (A.D. da S. entrevista 16/04/2022)

Notou-se que a sociabilidade também sofreu com as mudanças decorrentes da entrada dos megaprojetos, pois muitos dos moradores deixaram o território devido à dificuldade de sobrevivência. Os que residem ainda na comunidade resistem aos problemas e aos impasses das grandes empresas e do Estado. Assim, relatou-se:

Não existia Eneva, não existia a Rizza, não existia a Fertipar, não existia a Raízen, não existia o Porto de Itaquí, era bem limitado o espaço dele. Aí só aumentava...fortalecia a natureza na região do em torno. E com isso também existia bastante moradores. E hoje aqui na comunidade Camboa dos Frades os moradores são contados no dedo, as famílias na verdade. A rotina era bem mais intensa tanto para ir pescar, “mora” dessa o pessoal está tudo descendo para maré, era bastante gente que morava. A gente tinha essa rotina, entendeu? Antes dessa empresa está degradando, todos que moravam aqui estavam... acordavam pela manhã, era de lei, acordar pela manhã ajeitar a tarrafa e a pescaria. Quem pescava ia.

Era bem pacato mesmo, o estilo de vida, mas era bom e aí as empresas começaram a sitiá-lo em torno. Primeiro foi a Eneva [antiga MPX], que sitiou e tirou logo a Madureira, que era onde a gente pegava também o material daqui, o marisco, e levava para lá para vender, para o pessoal de lá. E aí conseguia o dinheiro. Com esse dinheiro também comprava o alimento.

Aí esse pessoal [empresa] se sitiou lá, foi o primeiro impacto. E aí a gente tinha ali, antes de serem sitiado a Fertipar, e a Riza, era a outra comunidade, que era a Ilhinha. Era um ponto onde a gente desembarcava também, que bem mais prático. Depois que se sitiaram, esse porto [Porto da Comunidade] se acabou. Aí o Porto do Itaquí intensificou a privatização das coisas. Bloquearam o nosso acesso, que nós tínhamos o acesso livre para ir passar.

Como não tinha estrada, não tinha nada na época, nem energia, nem nada. A gente não gostava de pegar aqui o ramal, que era só caminho de mato, a gente pegava a canoa aqui e atravessava o Porto do Itaquí, e pegava o ônibus, era bem mais prático.

Com esse movimento, essa ampliação desse negócio do Porto, eles bloquearam esse acesso que a gente tinha. Com o tempo a nossa rotina foi sendo modificada, a gente teve que se readaptar ao que eles impuseram para gente, entendeu? (A.C.S.S. entrevista 09/05/2022).

Situam, ainda, a questão de que a empresa oferta trabalho para profissionais de fora e não da própria comunidade, até porque as pessoas da comunidade não têm qualificação. Por trás disso, sempre há o discurso de que os grandes empreendimentos ao ser implantado numa região, além de trazer o desenvolvimento, vai oferecer emprego para a localidade em torno e principalmente para o município. Mas não é isso que acontece e os pescadores reconhece isso, quando retrata:

Tens uns que diziam assim: - não, mas a firma trouxe benefício para o lugar. Ela não trouxe benefício para o lugar, ela trouxe foi pra ela, porque até o pessoal que era para ela fichar, ela já vem trazendo. De tanta reclamação, aí foi que fizeram uns cursos, fazendo o curso, começaram a pegar uns peladinhos, depois de 2 ou 3 meses de curso. E é curso de menos porque às vezes as pessoas não tenho entendimento do curso bom e pega aquele serviço ali. No começo não, essas todas firmas aí, quando elas se instalaram aí já trouxeram o pessoal dela. Bem aí, entrou uma firma, vai fichar só gente de perto, não fichou ninguém. (J. M, entrevista 29/05/22).

Infelizmente, as entrevistas retrataram o que há muitos anos já foi constatado pela comunidade. Nessa compreensão, confirma-se que os recentes efeitos sociais têm levado as

consequências para as comunidades no que se desdobra aos aspectos socioambientais e socioeconômicos. Abarcando os impactos na destruição do ecossistema do território, na diminuição da diversidade do pescado, conseqüentemente as dragagens que leva o aprofundamento para implementação do porto, isso expõe o medo dos pescadores de trafegarem perto desses locais etc. Isso afeta diretamente no exercício da profissão e no sustento das famílias dos pescadores.

Esses impactos apontam para ação interligada entre os agentes públicos e privados que estão determinados a deixarem as sujeiras de baixo do pano, consentindo e para a continuidade da exploração e exclusão das comunidades tradicionais. Tudo isso para quê? Para que possam avançar na implantação do desenvolvimento predatório, pois nada tem importância se não o lucro que os portos, indústrias portuárias, polos navais, indústrias petroquímicas e do agronegócio podem oferecer para os grandes monopólios. Essas cadeias produtivas, moldadas para o crescimento econômico, intensificam a especulação imobiliária, exploram a natureza e muitas vezes ignoram as crises climáticas e ambientais. Elas parecem estar alinhadas com uma política de morte, em detrimento de uma política pela vida.

Outro foco de debate nas questões presentes sobre as comunidades tradicionais e território rurais remete às relações interculturais, costumamos representar entre vários aspectos, as das tradições. Neste estudo, também procuramos analisar as referências tradicionais da Camboa dos Frades. Mesmo que a maioria dos entrevistados não se lembrassem das histórias e tradições ou festividades. Porém, ao falarmos com as pessoas mais antigas e pelas histórias orais, a comunidade possui um dia várias tradições, que foi deixada no passado, é isto que discutiremos adiante.

### **3.2.1 Tradição e costume no território**

Podemos dizer que o costume é aprendido dentro das relações familiares e está contido no conhecimento geracional. (Farias Júnior, 2016). Observa-se que “o ‘costume’ [...] é o artifício social para a organização da vida cotidiana” (Id., Ibid., p. 161). A luta pela permanência no território traz consigo, além das práticas<sup>67</sup> sociais, a preservação do meio ambiente e do sustento

---

<sup>67</sup> Uma vez estabelecida a preponderância das tradições inventadas das ‘comunitárias’, resta-nos investigar qual seria a sua natureza. Com o auxílio da antropologia, poderemos elucidar as diferenças que porventura existam entre as práticas inventadas e os velhos costumes tradicionais. Aqui só poderemos observar que, embora os

da comunidade, estas são bases de alicerce na construção sócio-histórica da Camboa dos Frades. Isto vai nos remeter a discussão sobre a cultura local e seus costumes. O papel da cultura se expandiu tanto na esfera política quanto na econômica, enquanto isso, as noções convencionais da cultura têm sido esvaziadas.

O que se observa é que a cultura em nosso tempo, modificada pela rapidez da globalização, sucumbe através do processo mercadológico, ou seja, a cultura passa a estar intrinsecamente ligada ao recurso. “Por isso, também, qualquer política cultural hoje tem de rever a ideia de cultura como essência ou como fronteiras étnicas demarcadas.” (SODRÉ, 2017, p. 21)

A cultura, para Sodré:

“Cultura” vem do latim “colere”, que primeiro significa cultivar a terra. Depois, Cícero amplia metaforicamente a significação para “cultura animi”, que é cultivo do espírito ou da alma por meio da educação em filosofia. À parte, sua enorme variação conceitual na modernidade europeia, a noção de cultura pode ser simplificada como “cultivo do sentido” – cultivo no “terreno” misterioso do mundo, busca de identificações no real inesgotável, portanto a perspectiva que um grupo humano tem de si mesmo. Mas, do ponto de vista da hegemonia do Estado-nação, logo, do ponto de vista do poder, cultura é uma “unidade de identificações”, isto é; uma entidade orgânica que essencializa a identidade. (SODRÉ, 2017, p.12)

Do ponto de vista micropolítico, é possível identificar pelo menos três sentidos para a palavra cultura: Sentido A: cultura de valor; Sentido B: cultura de alma-coletiva; Sentido C: cultura mercadoria. No contexto em que vivemos, a cultura é muito associada às questões da mercadoria, precisando se sobrepôr a isso, pois o papel da cultura se expandiu de uma forma sem precedentes na esfera social e política. Por isso, no campo da cidadania, a cultura perpassa os direitos culturais que incluem a liberdade e participação da atividade cultural.<sup>68</sup>

Assim, podemos pensar que a cultura é um conjunto dos aspectos sociais, culturais, espirituais, materiais, intelectual e afetivo que estão associadas a uma sociedade ou grupo social, uma vez que:

O conceito de *referência cultural* é uma das um dos principais fundamentos da definição dos bens culturais e imateriais, pois valoriza sua continuidade histórica e consequente importância no contexto das comunidades nas quais estes se localizam,

---

rituais de passagem sejam normalmente marcadas nas tradições de grupos isolados (iniciação, promoção, afastamento e morte), e isso nem sempre aconteceu com aqueles criados para pseudocomunidades globalizantes (como as nações e os países), provavelmente porque estas comunidades enfatizavam seu caráter eterno e imutável - pelo menos, desde a sua fundação da comunidade. No entanto, os novos regimes políticos e movimentos inovadores podiam encontrar equipa lá em si para os ricos tradicionais de passagem associados à religião (casamento civil e funerais). (HOBBSAWN, 1997, p. 19)

<sup>68</sup> Apontamentos da aula ofertada na disciplina Cultura e Desenvolvimento Humano do Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade – PGCult da UFMA, o qual fui inscrita como aluno especial.

respeito as transformações através do tempo. As referências culturais, nesse sentido, dizem respeito à configuração da identidade de uma região e podem se referir tanto à paisagem, objetos, edificações (bem materiais) quantas às referências imateriais. Os bens culturais de natureza imaterial abrange as seguintes categorias, conforme Iphan (2012b): Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Forma de expressão: manifestações literárias, musicais, plástica, cênica e lúdica; Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (ZUCON, O; BRAGA, G.G., 2013, p. 79)

Sob esse ponto de vista, a cultura compreende as manifestações tradicionais ou não, além das manifestações da cultura local, que interagem com o costume, festividade, religiosidade, narrativas históricas, arte, música etc. Rebuscando como exemplo:

No Maranhão, o tambor de crioula é uma expressão popular festiva que tem um na música e na dança elementos fundamentais. São, em geral, três tambores, feitos de troncos ocos, tocados por homens que se revezam na atividade; há um solista que canta e um coro, também masculino; as mulheres reserva-se a exclusividade da dança, que termina com uma “punga” ou umbigada - ato para troca de dançarina. É uma manifestação de mobilização comunitária, de origem afro-brasileira, sem data fixa, sendo realizada em muitos casos, em homenagem a São Benedito. Pode haver o entoar de ladainha entre os toques de tambores, e comidas e bebidas são oferecidas aos brincantes. (ZUCON, O; BRAGA, G.G., 2013, p. 106)

Portanto, as tradições estão conectadas ao fazer da cultura, pois aquela refere-se às transmissões de costumes, memórias, crenças e comportamentos que são repassados por uma comunidade ou até pela sociedade, de geração para geração. Isso é percebido em muitas comunidades tradicionais e com relação às histórias sobre os costumes antigos da comunidade da Camboa dos Frades, muitos dos seus costumes foram repassados na entrevista de forma viabilizada pela história oral.

De acordo com Giddens (1991, p. 38, grifo meu):

Nas culturas tradicionais, o passado é o honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. **A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espaço da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sem estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes.** A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. A tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcados temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa.

Ao relembrar, o participante situou a tradição da pesca: “Vovô fazia e tecia a rede mesmo, igual como a gente faz aqui. Ele tecia a rede dele mesmo. Fazia malhão, sabia fazer tarrafa. Pai aprendeu com vovô, papai me ensinou. Passado de geração para geração o mesmo aprendizado, um passando para o outro.” (A.C.S.S entrevista 09/05/22). De acordo com Farias

Júnior (2016, p. 160), “as relações sociais abarcam uma série de relação de cooperação simples e ajuda mútua, exercidas por esse ‘grupo de parentes’ que incluem filhos e netos, além de genros, noras e afilhados e amigos”

**Imagem 28** - Trabalho com o coco babaçu na Camboa dos Frades



Fonte: Arquivo pessoal da Dona Maria [s.d.]

Sob esse viés, na entrevista, relataram que os costumes dos mais antigos era produzir o azeite de coco, quebrar o coco babaçu, que até hoje existe esse costume (podemos ver na imagem acima). Isto foi situado na entrevista quando recordam: “quando era criança, eu me lembro e me recordo até hoje, que a gente faz. Eu via muito vovó fazer o azeite de coco, ela gostava de quebrar o coco babaçu, tirava o fubá do coco para fazer mingau, ela fazia o azeite de coco. Ela gostava de fazer isso.” (A.C.S.S entrevista 09/05/22).

A comunidade utiliza do coco babaçu para a fabricação do azeite, reutiliza para o carvão, isto é feito com as sobras das cascas ou com o próprio coco. Além de ser um alimento, pois o coco babaçu pode ser utilizado para alguns preparos como o bolo e o mingau. E com o óleo do coco babaçu existe economia por trás, pois a revenda do óleo, proporciona obter uma renda além da pesca. Dessa forma, o coco constitui uma das fontes de renda das famílias dos pescadores e da comunidade rural, além de relacionar com os aspectos da agroecologia.

pesca. Dessa forma, o coco constitui uma das fontes de renda das famílias dos pescadores e da comunidade rural, além de relacionar com os aspectos da agroecologia.

Durante o processo da pesquisa cheguei a participar de alguns eventos, observava sempre a participação das pessoas da comunidade da Camboa Frades na feira agroecológica ou eventos expositivos, vendendo sua produção, como podemos ver na imagem 27, abaixo.



**Imagem 29** - Mosaico do evento do Seminário dos atingidos por grandes empreendimentos e a venda dos produtos tradicionais, inclui o óleo do coco de babaçu produzido pela Camboa dos Frades



Fonte: Própria Autoria, 2022.

As práticas agroecológicas são realizadas nas áreas rurais, tendo como perspectiva o desenvolvimento da agricultura por meio sustentável e socialmente justa, delineado no processo que associa ao agroecossistema. (BRITO, 2017, p. 79 apud FARIAS FILHO, 2010, p. 9). A agroecologia promove a retirada da matéria-prima de forma ecológica e menos degradante. Ela não visa apenas o lucro por meio da exploração, mas também estabelece uma parceria com o meio ambiente e a biodiversidade no manejo, evitando a degradação do ecossistema. Portanto, o uso da prática agroecológica singulariza as experiências do fazer tradicional e dos saberes.

Sobre as festividades ou festa religiosa na comunidade, percebe-se que hoje em dia não há a existência de tal elemento, mas Dona Ana recorda que bem no início da comunidade, quando ainda existia a comunidade Madureira (foi deslocada para ser implantada o megaprojeto da MPX, hoje ENEVA), havia casa de Terreiro da Dona Tomásia, hoje em dia ela mora na Vila Maranhão.

Segundo relato, podemos perceber que a Vila Madureira, possuía 6 (seis) casas de matrizes africanas, a saber: 1) Terreiro da Tomásia, 2) Terreiro do Felipe, 3) Terreiro do Cuscuz, 4) Terreiro Maria Cabelo Fino, 5) Terreiro do Feliciano – que dito que até hoje ele possui, mas em outra localidade, 6) Terreiro da Maria. Relembrou-se, também, que existia uma pessoa da Camboa, que cumpria com o trabalho no Terreiro da Dona Tomásia, que era a Dona Tereza.

Pela descrição, ela se declarava do povo de terreiro e dançava no Terreiro da Tomásia, além disso, era parteira da comunidade, faleceu no ano de 2013/2014.

Com relação aos terreiros e as festividades em torno da Comunidade da Camboa dos Frades, foi observado, até mesmo na fala dos participantes, os quais estavam inseridos no grupo-alvo da Oficina da Nova Cartografia Social, que ocorreu no Taim, dentro do diálogo, citou que:

- Na nossa comunidade, antigamente tinha nessa localidade alguns terreiros. Os terreiros [ficavam] na localidade do Madureira, mas na nossa comunidade tinha mais era o festejo, festejo de Divino Espírito Santo, entendeu? Alguém fazia uma promessa, aí fazia os festejos na nossa comunidade. (fala do Alberto<sup>69</sup>)
- Essas pessoas que faziam esses de festejos estão vivas, não vive mais? (fala do Sr. Clóvis)
- A maioria já morreu, os que eram os mais antigos, fundadores da comunidade. É isso pessoal, essa é nossa história. (fala do Alberto)
- Aí tinha um terreiro de Mina e festejo de São Benedito também! (fala de Sr. Alberto)
- Aqui tinha uns 4 ou 5 terreiros na Madureira. (fala do Alberto)
- Tem uma moça aqui que no caminho das arraiais, que ela está com terreiro aí (fala do Sr. Clóvis)
- Dona Tomásia, Dona Isabel. (fala da Dona Ana) (Áudio da Oficina do Projeto Nova Cartografia Social, Taim, 06 a 07/02/22)

Ao pedirem para lembrar do passado, muitos acabavam informando que não recordava, pois os que possuem memória mais perceptível sobre isso eram as pessoas mais velhas e muitos já faleceram, no entanto, algumas lembranças acabaram emergindo. Logo, é pela memória e história oral que se recorda os detalhes vivenciados, assim, repassados de um para outro. Nesse sentido, pontua-se que “Os grupos também mobilizam lembranças coletivas para sustentar identidades associativas duradouras [...]” (LOWENTHAL, 1998, p. 84). Com relação aos terreiros, os saberes são repassados pela oralidade, aspecto situado também na fala da entrevistada, quando perguntado sobre a tradição:

Porque a gente já escuta mais as histórias, as histórias são encantadoras, assim, eu não cheguei a participar dessas tradições, dessa cultura antiga porque como eu já te falei eu já tenho aqui, uns 26 anos, e aí eu não cheguei mais a ver ou acompanhar, acompanhei algumas coisas já bem no final. Era ali mesmo naquela primeira comunidade que tinha os terreiros, do povo lá. Tinha isso os terreiros, povo brincava, eles tinham aquelas culturas deles ali, mas o restante é mais a história, e eu me encanto com as histórias que eu ouço das pessoas mais velhas, como meu cunhado... meu cunhado conta muita história, entendeu? Das pessoas mais antigas, do pai dele, do avô, descendentes dele. Disso, a gente acata, aí já vai transmitindo para outras pessoas um pouco da história. (M.R.S.S, entrevista 28/05/2022).

---

<sup>69</sup> Nome fictício.

Foi em um desses relatos que identificamos que a comunidade teve festividade religiosa, mesmo que a maioria não se recordasse mais. A festividade religiosa remonta uma história do passado que é repassada pelas memórias do local. A percepção das lembranças reforça um importante papel da consciência coletiva. “Sabemos quando temos uma lembrança, e seja ela verdadeira ou falsa, essa memória relaciona-se de alguma forma com o passado. [...] nenhuma memória é totalmente enganosa. [...]” (LOWENTHAL, 1998, p. 87).

Sob esse aspecto houve a lembrança da festividade religiosa do Sr. Leandro, um antigo morador da comunidade da Camboa, onde ele fazia a festa para o Santo Antônio:

A gente já teve alguns festejos aqui, por exemplo, a festa do coco babaçu, gente teve [isso] aqui [por] um tempo. Tinha um vizinho ali, que era uma vez por ano, ele fazia também o festejo de Santo Antônio. Na época a gente participava, hoje em dia já não participa, porque a gente já é de outra religião. (M.R.S.S, entrevista 28/05/2022).

Observamos esse afastamento de alguns costumes devido a maioria das pessoas serem de religião evangélica, apesar desse distanciamento não deixam de lembrar daquela época e respeitar essa história. Nisso, podemos perceber que a religiosidade está intrínseca ao *ethos* de um povo, o qual o sagrado se faz presente como processo cultural e social. O termo em si estabelece muitos entendimentos, podendo se concentrar nos aspectos da atividade religiosa, onde há o sentimento de pertencimento a um credo ou na prática da fé. Podendo cumprir com traços materiais e imateriais da fé. (BONFIM, 2022).

Para Bonfim (2022, p. 30), a sociedade constitui por um sistema religiosa que é compreendido como processo social, que leva ao surgimento das tradições religiosas e seus sistemas de valor (moral, estético, celebrativo), assim, impulsionando as práticas coletivas, pressupondo por uma dimensão de bem memorial e material. Por isso, a religião entra em contato com cultura, o qual configura-se como sistemas inseparáveis e influenciam-se mutuamente e continuamente.

Ao tratar sobre tradição lembrou-se da solidariedade mútua e o respeito pelos mais velhos, que era percebido nas relações construída no passado:

Tinha muita roça, meu avô fazia muita roça de mandioca, fazia farinha... essas coisas da comunidade. E quando não ia pescar era essa rotina. E tinha aquele negócio... eu não tenho o açúcar, te emprestava o açúcar. Eu e você não tem o açúcar, eles emprestavam o açúcar. O café não tem? Eles te emprestavam o café. Era muito forte, essa irmandade. Se tu não tomasses bênção para o mais velho aqui, ele não era nadinha para ti, mas se não tomasse bênção, ele te levava e te pegava ia levar onde teu pai e teu vô e reclamava de ti, porque tu não tomou, porque tu desrespeitou ele, e apanhava para tomar bênção. Eu tomava bênção para os velhos daqui da Camboa tudinho. São costumes que hoje não tem mais. Eu ainda cheguei acompanhar também esse costume. (A.C.S.S entrevista 09/05/22).

O território decorre dessa dinâmica de particularidades, de relações afetivas com o local, o que aponta para uma diversidade histórica que o distingue de outras localidades. A comunidade cria uma relação de sistema de solidariedade, marcada pelo respeito e ajuda mútua. Pois, observando as narrativas, estão associadas à preservação da história do território específico e das tradições<sup>70</sup>. Precisamos entender que tradição e costumes são conceitos diferentes, como ressalta Hobsbawn (1997, p. 10):

A ‘tradição’ neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do ‘costume’, vigente nas sociedades ditas tradicionais. O objetivo e a característica das ‘tradições’, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixa (normalmente formalizadas) tais como a repetição. O ‘costume’ nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. [...]. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência a inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história.

Construir o entendimento sobre a tradição e costume de uma comunidade é compreender a sociabilidade que gira em torno da territorialidade específica. Logo, a Camboa dos Frades adentra nessa questão que relaciona história e costume. Portanto, a história oral e a memória social integram o processo formativo da comunidade.

A partir desses elementos, observa-se como o território de Camboa dos Frades é importante para a sobrevivência e permanência da comunidade. Por isso, essas relações sociais vão incidir a mobilização em oposição aos megaprojetos que são tomadas por decisões coletivas, pois, “a mobilização social dessas comunidades tem na perícia antropológica um de seus principais trunfos, símbolo da conquista do direito à justiça, ao território tradicional, à visibilidade pública de sua realidade e de suas visões de mundo” (ALMEIDA, 2006, p. 5). A mobilização e o modo como os agentes sociais estarão nas ações e reivindicações, serão questões analisadas a seguir.

---

<sup>70</sup> Concordamos com Farias Júnior (2016, p. 163), quando ressalta que: “[...] estou considerando o ‘costume’ enquanto um ‘hábito costumeiro’ e ‘tradição’ enquanto práticas sociais que envolvem conhecimentos técnicos realizado em distintos momentos por diferentes agentes sociais especializados.

### 3.3 RESISTIR PARA EXISTIR: MOBILIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E AS VIVÊNCIAS DE LUTA EM OPOSIÇÃO AOS MEGAPROJETOS

Aqui apresenta-se como produto da análise do conflito da comunidade da Camboa dos Frades X os megaprojetos. Nesse sentido, observamos as questões sobre a exploração e destruição do território, produzindo os efeitos sociais. Com isso, a comunidade se organizou, enquanto identidade (pescador) para poderem lutar pela conservação e manutenção dos manguezais, igarapés e florestas e recursos naturais locais. Isto nos faz refletir como estão postas as “territorialidades específicas”, que se aglutinam nesse emaranhado de relações sociais dentro do território, atravessam as mobilizações e atos de resistência dos agentes sociais.

Apreende-se que dentro dessa “territorialidade específica” existem os entraves dessas relações de conflitos entre os agentes sociais X megaprojetos e o Estado. Evidenciando, assim, as vivências de luta em oposição aos megaprojetos, que partem das ações coletivas feitas pela mobilização social, o qual unifica-se as lutas – estando inserida as organizações em reuniões, ida aos órgãos competentes para reivindicar.

De fato, o processo de amadurecimento das lutas sociais permite discussão aflorada sobre a valorização da comunidade diante das questões de cunho social, cultural, identitária e política para que se possa definir novos caminhos, assim, o que demonstra que estão buscando novos espaço social e político, apresenta-se nas suas reivindicações sociais. O que leva a entender que esse território é um território de disputa, como também de resistência. A exemplo disso é a permanência dos pescadores na comunidade, apesar das grandes dificuldades e problemas socioambientais, a comunidade não deixa seu território. Como é situado na fala: “O tipo de resistência [...]. Só de eu tá aqui, não me menosprezando, mas olhando pra dificuldade estando aqui, do jeito que está, andando daqui para a pista, sem um poço. [...] Só de eu estar aqui é [...] resistência.” (U.J.C.S, entrevista 28/05/22)

A representação da liderança feita pela Dona Ana explicita uma peça-chave para a mobilização da Camboa dos Frades, sendo uma mulher de resistência e da mobilização da comunidade. Interessante, foi ela que me recebeu na comunidade, ao ficar próxima dela, sempre nas conversas informais, demonstrava como era uma mulher aguerrida na luta pela causa da Camboa dos Frades. Nessas conversas, ela me relatou que chegou na Camboa dos Frades ainda em 1992. A primeira reivindicação que ela lutou foi pela luz elétrica, ainda no ano de 2001 a 2002. Ela narra que naquele tempo era somente na lamparina e no rádio de pilha. Como tinha dois filhos, ela sempre pensou na educação dos filhos e como eles ficariam sem rede elétrica.

Por isso, percebemos que “uma vez protagonistas políticas, as mães possuem grande potencial de sensibilização e reunião simbólica de outros ativistas, sejam homens ou mulheres”. (QUEIROZ; PRAÇA, 2021, p. 12).

Ela conta que, primeiramente, pensou em construir um catavento para gerar energia elétrica, no entanto, o construtor observando as dificuldades da comunidade, informou que ela poderia requerer a rede elétrica pelo programa “Luz para Todos”, pelo governo de Luís Inácio da Silva. Assim, relatou que entrou em contato com a Companhia de Luz, não obtendo favorável retorno da companhia elétrica, a qual sempre tinha objetivado de que a comunidade não tinha estrada, por isso a rede elétrica não podia chegar, já que a Camboa naquele tempo era de mata fechada.

Conforme mencionado, ela e outros moradores foram até a prefeitura, que naquela época estava localizada em São Cristóvão. Começaram a fazer reivindicações constantes e, com persistência, conseguiram assegurar a estrada. Posteriormente, a companhia elétrica levou energia para a comunidade. Foi uma das primeiras lutas que a Dona Ana coordenou, e a partir disso, tomou frente de muitas lutas da comunidade ao longo do tempo. E a Associação dos moradores foi uma desses momentos de organização política que teve a sua representação.

Diante de todos os impactos e violações, as mulheres necessitam (re)existir. Desde os seus territórios e encorpamentos coletivos, elas se juntam e ganham força e, em estado de permanente alerta, seus corpos se unem e enfrentam as arbitrariedades de um modelo que não foi feito por nós e nem para nós. Nas suas formas de (re)existências, arruam alternativas para dar conta das negações e violações vividas. Nas lutas por sobrevivência, mesmo vivendo às margens e atravessadas pelos megaprojetos, elas constroem suas histórias, fazem sua ciência, criam seus cotidianos coletivos de manutenção das formas de viver. É a criação da vida nos ambientes marcados pelas empresas transnacionais e megaprojetos de morte. (QUEIROZ, Ana. L. Et. al, 2021, p. 14)

No entanto, devido às pressões e conflitos internos, acabou levando-a a abdicar do cargo. Ela lembra que quando foi presidente da Associação, a presidente anterior pressionou para que ela saísse do cargo. Importante ressaltar que essa presidente estava em comum acordo com as empresas e ela intermediava a venda do terreno para empresas. É por isso que, hoje em dia, Dona Ana sempre diz que a Associação não a representa.

É sob essa lógica que se institui os conflitos pelos no território. Se de um lado a empresa insistiu em agir arbitrariamente para a implantação de seu projeto, por outro, Camboa dos Frades, na figura daqueles que permanece na resistência, começou a se organizar, denunciando as ações de agressão da empresa. Nesse processo de organização política e de construção de resistência, teve grande papel Associação dos Moradores da comunidade, naquele momento representada por Dona Ana dos Ramos. Através da Associação foi possível se articular com outros lugares e movimentos sociais para reagir aos atos e ver as investidas dos projetos modernizantes. (CRUZ, 2022, p. 123)

Como sabemos, existe um intenso conflito territorial em torno da região do Itaqui-Bacanga, bem como a grilagem de terra, o qual denota a monopolização do território, onde atualmente as comunidades tradicionais, inclusive dentro da Camboa dos Frades, enfrentam esse grande desafio. Levando ao acirramento do conflito e o surgimento das reivindicações contra as grandes empresas, agentes da grilagem e o próprio governo do Estado do Maranhão. Pois, um dos grande objetivo do Estado ainda é o financiamento de empresas estrangeiras, a criação de um polo siderúrgico. Leva-se resultado da expulsão e remoção das muitas comunidades ali enraizadas.

Ainda no contexto das modernizações seletivas ludovicenses, a região do Itaqui-Bacanga no período de 2010 a 2020 tem recebido forte aumento de empreendimentos na área do Distrito Industrial, os quais avanços sobre territórios rurais expulsão das populações abrigada neles. Tal região é vista como de grande importância para conferir fluidez às *commodities* agrominerais, sobretudo a partir 2015, com a instituição do MATOPIBA - área da nova fronteira agrícola brasileira composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que tem ocasionado os conflitos de expulsão de parte da população do campo maranhense. (CRUZ, 2022, p. 77)

Os conflitos vivenciados pelas comunidades tradicionais de São Luís/MA, notadamente no caso do território pesqueiro e rural da Camboa dos Frades, evidenciam essas contradições advindas do campo socioeconômico – observando surgimento da resistência popular como uma luta permanente. Isto põe o papel do Estado, que está ali para mediar, financiar e reproduzir e corroborar com andamento dos projetos de desenvolvimento.

Percebeu-se, no decorrer da pesquisa, que os megaprojetos estão diretamente alinhados com o discurso desenvolvimentista. Até o próprio Estado administra a opressão às populações e comunidades tradicionais, utilizando-se de mecanismos e aparatos econômicos e políticos para a implantação desses megaprojetos. As empresas estão nas limitações ou dentro do território trazendo os efeitos sociais e conflitos sociais às comunidades locais, o que gera os efeitos sociais diante do território. Como situa Sigaud (1986, p. 5): “a premissa de que a intervenção de agência produz efeitos a população local, tende-se aqui a pensá-los como resultantes de um processo social que desencadeiam na área a partir da intervenção do Estado e também da estrutura social preexistente.”

Reconhecendo os impactos dos megaprojetos no território, a mobilização social está sendo construída a partir de uma visão política unificada pelo movimento dos atingidos por grandes empreendimentos. E a luta está organizada no processo coletivo, que ainda encontra-se engatinhando, mas que pauta pela mobilização e unificação da comunidade que luta pela

conservação e manutenção dos manguezais, mares, florestas e recursos naturais, agroecologia, além da sobrevivência de sua história, que também está relacionada à permanência no território.

**Imagem 30** - Relação com agroecologia e Camboa dos Frades na feira Agroecológica



Fonte: Instagram gedmma\_oficial, 2022

Enquanto grupo, apreende-se o aspecto da identidade da ocupação do pescador conecta-se às questões do território pesqueiro e suas sabedorias ancestrais. Dentro do território, ocorrem as relações, interesses e conflitos, onde convergem relações contraditórias. Pois, o processo de luta está na participação dos agentes nas mobilizações e interlocução com cenário político que denunciam o processo de destruição do território, incluindo o processo de judicialização. Nesses aspectos, fica evidente a construção das propostas e do campo de resistência que têm implicações na efetivação dos direitos territoriais e na inclusão das políticas públicas.

Considerando o contexto da Comunidade da Camboa dos Frades, há uma luta travada há anos para obter contrapartidas das empresas, do Estado, da Prefeitura de São Luís e dos megaprojetos. O que se insere nesse processo de luta é a conquista e efetivação dos seus direitos, uma vez que o território pesqueiro é obrigado, a partir da implantação dos megaprojetos e do discurso desenvolvimento, a deixarem seu modo de vida e sobrevivência para que submeta ao progresso. Ao se tratar do abandono do estilo de vida da pesca, emergem as questões das resistências em oposição aos megaprojetos, políticas econômicas.

Com a implantação dos megaprojetos que os problemas surgiram, isso fez com que os indivíduos, diretamente e indiretamente atingidos, se auto-organizassem para confrontar as



violações praticadas tanto pelo Estado quanto por parte das empresas. Somam-se nesses enfrentamentos, os movimentos pescadores e pescadoras tradicionais, Sindicatos dos Pescadores, organizações de lutas e dos trabalhadores, as comunidades tradicionais de São Luís (situamos Cajueiro, Taim, Vila Maranhão, Porto Grande, Rios dos Cachorros, Limoeiro, etc.).

Assim compreendemos que a luta dessas comunidades nunca é isolada, pois existe uma rede de relações de cooperação, de articulação, o que forma um sentimento de necessidade de articulação com outras, tendo consciência de que esse impacto será sentido não só na comunidade onde o empreendimento vai se instalar, mas em todo seu entorno, afetando o território do pescador. (SANTOS, 2018, p. 82)

Em resposta aos megaprojetos, a comunidade organizou-se na defesa do seu território, buscando caráter de resistência e de luta. Portanto, é por meio da consciência política que os agentes sociais se organizam através da mobilização social contribuem para o reconhecimento do seu espaço social e político dentro do território específicos, incorporando-se a identidade coletiva e de sociabilidade social e cultural. Isto instituirá o processo das demandas e das reivindicações dentro território, estando intrinsecamente interligado aos movimentos sociais, situando aqui o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP). Este movimento tem o papel central de ser aglutinador das lutas e espaço de mobilização, resistência frente aos impactos que os pescadores e pescadoras artesanais enfrentam em suas comunidades.

Observamos nos relatos que a Dona Ana, sempre participa das ações e articulações da MPP. Percebe-se que nesse espaço que há o processo de concretização das lutas sociais permite alcançar o processo da luta para sobrevivências de seu modo de vida.

### **3.3.1. Movimento dos atingidos pelos megaprojetos<sup>71</sup>: da mobilização social a ação política e os seus entraves**

Assim, percebemos que a luta perpassa vários campos e a necessidade de encontrar as formas de resistência em oposição aos megaprojetos. Diante dos efeitos sociais, crimes ambientais e das violações contra os agentes sociais no território, existe uma luta em torno da

---

<sup>71</sup> Movimentos dos atingidos por megaprojetos parte de uma releitura do próprio movimento dos atingidos por grandes empreendimentos, sendo uma temática amplamente discutida em vários eventos. Há também uma coletânea de artigos que situa esse movimento, também é encontrado neste estudo, “Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos” com organização Ana Luisa Queiroz, Marina Praça e Yasmim Bitencourt de 2021.

resistência. Então, é a partir da mobilização da comunidade que há auto-organização, o diálogo das ações políticas e o enfrentamento aos megaprojetos e Estado.

Historicamente, os movimentos sociais nascem do contexto de exclusão e exploração do proletariado feita pela burguesia, o que fez emergir a consciência de classe e a organização das lutas sociais, a partir da organização dos movimentos operários. No contexto do Brasil, os movimentos sociais ganharam força na década de 1960-1980, atravessando a ditadura militar e a redemocratização. Esse período foi marcado por lutas sociopolíticas, que aglutinavam várias mobilizações. Surgindo de caráter reivindicatório, as lutas sociais ganharam força e passaram a adentrar os espaços do Sindicato, como parte da organização partidária e política. As correlações de força transcorrem as lutas sociais diante do caráter contestatório e reivindicatório no mundo contemporâneo.

Entretanto, com a inserção da economia neoliberal<sup>72</sup> impactou gradativamente o âmbito dos aspectos dos movimentos sociais ao longo dos anos, nesse período houve a vivência da “reestruturação produtiva do capital”, posto por uma nova dinâmica economia mundial, vindo a modificar as organizações e as relações de trabalho. Assim, as relações de trabalho, a economia global, juntamente com as crises do sistema capitalista. Fizeram com que os movimentos sociais reaparecessem no cenário político como forma de mobilização social no processo de engajamento e luta.

Com essas mudanças, no contexto da sociedade brasileira, acarretou o surgimento dos Novos Movimentos Sociais. Sendo assim, as lutas não se centravam ou se restringiam apenas ao mundo do trabalho, passando por possuir aspectos da luta por identidade social. Desse modo, os Novos Movimentos Sociais<sup>73</sup> a identidade era a base da formação do movimento, que se desenvolveu a partir da função da luta em defesa dos princípios de identidade (sendo feminista, gays, negros, ambientalistas, indígenas, campo-rural etc.) (GONÇALVEZ; SANTOS, 2020, p. 140)

---

<sup>72</sup> Vale mencionar que a reforma neoliberal do Estado brasileiro foi implantada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (governo entre 1995-2003). Esta ideologia reforça que o governo deve deixar de ser responsável pelo desenvolvimento socioeconômico, transferido para o setor privado. O que denota a privatização dos bens públicos. A empresa Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce), foi o exemplo desse processo de privatização daquele período.

<sup>73</sup> “[...] da tese dos Novos Movimentos Sociais é que eles são novos porque não têm uma clara base classista, como nos velhos movimentos operários ou camponeses; e porque não têm um interesse especial de apelo para nenhum daqueles grupos. São de interesse difuso. [...] Na Europa se contrapõe ao ‘antigo’ movimento da classe trabalhadora; na América Latina se refere aos movimentos que não se envolviam com os esquemas da política populista, do jogo de favores e relações clientelistas. Em ambos os casos o que há de novo realmente é uma nova forma de fazer política e politização de novos temas. (GOHN, 2004, p. 124).

Portanto, é a partir dos “novos movimentos sociais” que se aglutinam as diferentes formas de “política de identidades”, os quais se apresentam a partir da consolidação de uma modalidade de existência coletiva, assim, correspondendo às territorialidades específicas, visando assegurar o seu modo de ser e a reprodução física e social. (ALMEIDA, 2008, p. 71-72)

No atual contexto socioeconômico do Brasil, foi com o movimento social que se enfrentaram as questões inerentes às violações e tragédias anunciadas do governo Bolsonaro (2016-2022), que trouxe processo de crise social, e mais contundente, o processo de necropolítica. Pois, foi nesse governo que observamos a desregulamentação das políticas públicas<sup>74</sup> e dos programas sociais, bem como o desmonte dos direitos sociais e territoriais.

Foi nesse cenário socioeconômico que se passou, que foi exigido criar estratégias de mobilização e união em defesa das comunidades tradicionais e de sua sobrevivência. Assim, sobrevivendo não somente ao avanço dos megaprojetos que não pararam mesmo na pandemia do COVID, tiveram que lutar para sobreviver ao vírus destrutivo, que dizimou a vida de muitos, inclusive das pessoas do campo-rural.

A defesa do território contra a violência estatal e das empresas, bem em oposição ao governo de morte, que foi atravessado pelo desemprego, a falta de garantia de renda, a destruição da natureza/meio ambiente, dando continuidade ao projeto hegemônico do neoliberalismo que esbarrou nas lutas das comunidades tradicionais. O ato de se organizar e de se mobilizar enquanto agente social, proporcionou (re)existir aos domínios do capitalismo neoliberal e sua reestruturação econômica.

Para Scott (2011, p. 223), a dominação e o ato de resistir vem da classe subalterna. Esclarecendo a existência de formas cotidianas de resistência como espaço próprio para as confrontações públicas mais dramáticas, voltadas a mitigar ou rejeitar as demandas das classes dominantes. Essas demandas são normalmente decorrentes pela apropriação da terra, do trabalho, da renda etc. O que leva a identificar onde há dominação, há a resistência e a busca de projetos alternativos como parte da confrontação contra os dominantes.

---

<sup>74</sup> As políticas públicas são mecanismos de ações e estratégias utilizados pelo Estado Democrático de Direito. Em que o Estado assegura e garante as políticas sociais de inclusão, desenvolvimento social e proteção social. Vale mencionar que as políticas sociais, em meio às contradições advindas do sistema capitalista, é o processo que emerge a partir das lutas do movimento social diante da redemocratização. A sua implementação é um jogo político de conflitos e tensões que vai envolver diferentes sujeitos, interesses, projetos e estratégias. (RAICHELIS, 2010)

Segundo essa compressão, a identidade de resistência leva a formação de *comunas*, ou *comunidade* (CASTELL, 2018, p. 57, apud ETZIONI, grifo do autor). Para Castell (2018), essa é uma das formas mais importantes de identidade da nossa sociedade. Pois aquela dá origem a resistência coletiva às opressões. Por isso, trazendo para o contexto das comunidades tradicionais, criam-se estratégias de resistência que são empreendidas frente a todas as formas de opressão e violências/violações da esfera Estatal, municipal, federal e dos megaprojetos.

O que podemos observar:

[...] na luta contra a exploração econômica, a dominação cultural e a repressão política, não restou outra alternativa ao povo se não render-se ao reagir com base na fonte mais imediata de autorreconhecimento e organização autônoma: seu próprio território. Assim, surgiu paradoxo de forças políticas com base cada vez mais em locais e um mundo estruturado por processo cada vez mais globais. Houve a produção de significado e identidade: minha vizinhança, minha comunidade, minha cidade, minha escola, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, minha paz, meu ambiente. Contudo, essa foi a identidade defensiva uma identidade de entrincheiramento no que entende como conhecido contra a imprevisibilidade do desconhecido e do incontrolável. Subitamente indefesas diante de um turbilhão global, as pessoas se agarram a si mesmas: qualquer coisa que possuíssem, e o que quer que fossem, transformou-se em sua identidade. (CASTELL, 2018, p. 110-111)

Essa dinâmica está imbricada no processo de resistência da comunidade da Camboa dos Frades. Diante desse contexto, os agentes sociais organizam-se e incidem a luta para permanecer em seu território em oposição aos megaprojetos, mobilizam-se enquanto pescadores e pescadoras tradicionais e artesanais para que seu modo de vida seja protegido e preservado.

Nota-se que a partir dos conflitos sociais que emergem as forças internas em oposição às pressões externas, e isso pressupõe a luta por alternativa e criação de estratégia de sobrevivência e resistência divergindo com as ordens dominantes. E isso constituirá como um espaço de resistência e de enfrentamento (CRUZ, 2022). Em meio a essa discussão, levamos também consideração do posicionamento da comunidade sobre as formas de resistência, destacado na fala:

Estamos sempre militando de frente, onde tem manifestação ou reunião com o Ministério Público. [...] Geralmente a gente faz isso... reuni a comunidade. [...] A gente quer ser reconhecido. Manifesta dessa forma: vamos se reunir, vamos fazer um coletivo, todo mundo aqui, vamos conversar só entre nós aqui, e junto a gente vai correr atrás. Está dando certo, sem precisar estar com União [de moradores] ou presidente. Assim, sem nenhum interesse próprio, adquirir só para a gente, querer o bem para comunidade, se reuni para ver quais as melhores ideias que a gente pode correr atrás, vai atrás, luta. E essa tem sido a nossa guerra, entendeu? (A.C.S.S, entrevista 09/05/2022).

Nessa fala, o ato de se indignar com a exploração e a busca de melhoria de condição de vida, vai desencadear ações de mobilização, organização e resistência dentro da comunidade. Tendo vista que “groups to their mobilizing in a number of diferente ways. We can make crude distinctions among *defensive, offensive, and preparatory mobilization.*” Produzindo, assim, “in defensive mobilization, a threat from outside induces the members of group to pool their resources to fight off the enemy” (TILLY, 1978, p. 73, grifo do autor).

Percebemos que a luta dos pescadores da Camboa dos Frades está atrelada ao cerceamento de suas liberdades, a destruição do território e o seu modo de existir. Pondo em análise as questões relacionadas ao ato de se organizarem nos movimentos em oposição aos megaprojetos. Assim, estando na defesa do seu território que traz uma esperança legítima à sua vida. Esperança em ter uma vida digna com acesso aos direitos fundamentais e territoriais, garantindo o futuro para seu modo de vida como também para as futuras gerações. Pois, como percebemos os jovens rurais, que são as novas gerações de pescadores, querem ter seu modo de vida preservado e querem continuar no seu território.

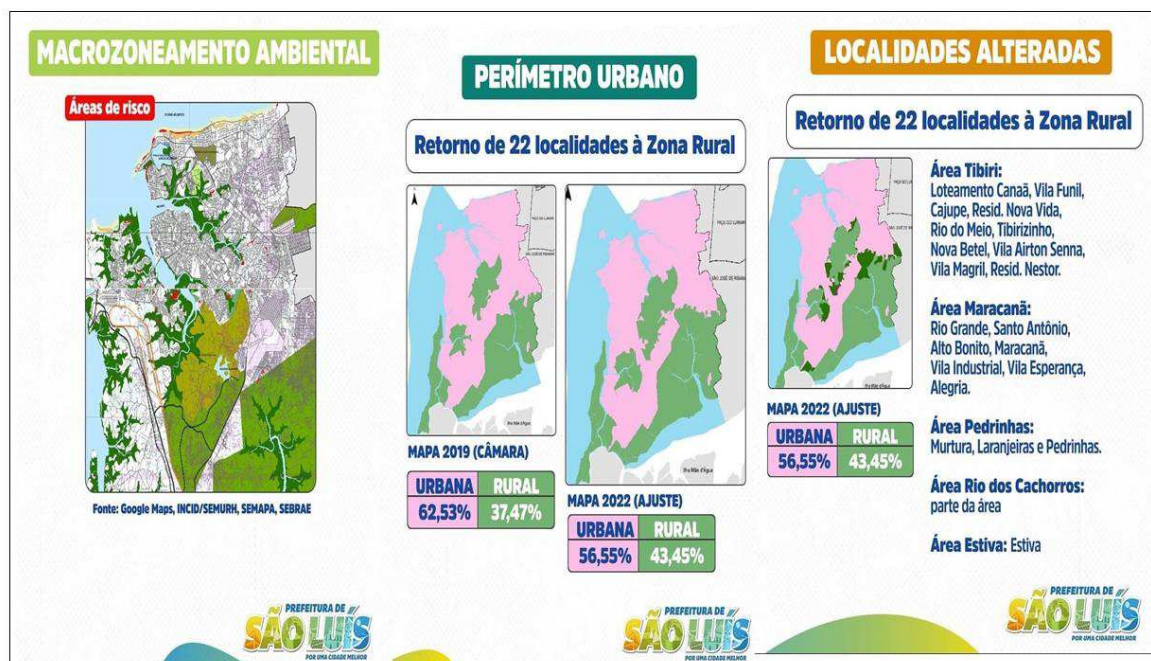
Como relata o pescador:

Estamos brigando por causa do nosso território. Pra ver se eles trazem uma melhoria para cá. Uma estrada boa, uma energia boa, um poço bom para dentro do nosso território. [...] São empresas ricas, bilionária aqui na nossa Camboa, que é no Porto do Itaqui. Mesmo o Porto do Itaqui é a EMAP, é uma empresa rica, grande, mas hoje em dia não banca a gente em nada. Acabaram foi destruindo nós. Nosso lazer, de onde nós se criamos, nascemos, e estão caindo os dentes, mas estamos aqui. E assim, vai. (A. D. da S. entrevista 16/04/22)

Nota-se, também, que a luta de cada dos agentes sociais ainda há esperança, e como diz Dona Ana, é preciso perseverar diante de uma conjuntura que oprime, que mata e destrói. Entretanto, como o novo Plano Diretor, aumentaria ainda mais a área de implementação do Porto, especulação imobiliária e inclusão de outras grandes empresas em São Luís. Pelo cenário do Plano Diretor, Camboa dos Frades não é mais um espaço rural, enquadrando-se dentro de perímetro urbano e que imprime a constituir-se, futuramente, como uma zona industrial.

Entretanto, como é enfatizado pelo pesquisador Cruz (2022, p. 134) a Camboa dos Frades “[...] constituem o modo de vida rural do território, apesar de o Estado considerado, em seu Plano Diretor, como área urbana. Evidenciam-se, além dos seus modos de ser e viver [...] elementos como a estrada de terra batida, a tapera [...]” Os próprios pescadores situam o território como rural.

Imagem 31 - Novo Plano Diretor de São Luís/MA



Fonte: Instagram Prefeitura de São Luís

É interessante que o espaço, apesar de observarmos porto e as empresas ao redor, o território sempre remete ao espaço de interior, como se fosse o interior dentro da capital. Mesmo cercada pelos megaprojetos, a vida pacata impera no local, o modo de vida com as trocas de relações entre os vizinhos e os familiares chamam atenção, essa solidariedade orgânica não vemos mais nos bairros de São Luís, por exemplo. Ir à casa de um vizinho para pedi um “punhado” de açúcar ou sal. Isso ainda é visto na comunidade com essa tradição de troca e de solidariedade entre eles. Até mesmo as relações familiares constituem por essa compreensão. Recordo de um relato dito entre os familiares, de ajudar o outro, fazer a pescaria e levar para os parentes próximos.

Comprendemos que existe uma rede sólida, que trabalha com práticas de solidariedade e ajuda mútua, mesmo com o contexto tão adversos, na conjuntura atual, observamos que a individualidade sobressai em detrimento do coletivo. Por isso, “os povos tradicionais [...] na reprodução de seu modo de vida, organizando-se sob princípio da solidariedade para defender interesse específico, além de buscar conhecer seus direitos” (SANTOS, 2018, p. 66)

Em relação aos novos empreendimentos, foi durante a pesquisa, ficamos sabendo do início da implantação da Usina Termoelétrica Geramar III, na Zona Industrial 2. No entanto, em março de 2022, houve uma liminar do Ministério Público Federal (MPF) que suspendeu a instalação desse megaprojeto, conforme a Lei do Plano Diretor de São Luís e pelo

Macrozoneamento Ambiental, sendo que iria impactar diretamente a comunidade da Vila Maranhão, bem como as outras zonas rurais de São Luís (MPF, 2022). Esta suspensão foi bastante comemorada pelas comunidades tradicionais de São Luís, o que levantou o ânimo das lideranças da Camboa dos Frades.

A situação atual da Comunidade é a persistência no movimento, porque ainda é preciso resistir para existir, como demonstra na narrativa:

Está crítica, nós não estamos vivendo, nós estamos resistindo. Porque a cada dia está ficando mais difícil e a gente está vivendo porque a gente gosta. A gente está muito prejudicado mesmo. Aqui é uma comunidade só de pescador. A gente está praticamente sem renda, porque depois que... já vinha tendo problema, agora aumentou muito mais porque a Suzano chegou agora, de 2020 para cá. Eles fizeram um galpão e aumentaram mais o cais, entupiram 3 igarapés. A comunidade que já estava ruim, ficou pior. Porque a gente já está praticamente impossibilitado de trabalhar. Logo, que o pescador está correndo risco, porque quando eles aumentam o cais, mais eles cavam, eles aprofundam o cais, e o pescador não pode se aproximar, porque se ele cair ali, ele não volta mais. E os igarapés que eles botaram o galpão, em cima, entupiram. Eles tiveram que arrancar o mangue, tirar aquela lama, aterrar. (Moradora da Camboa dos Frades em Entrevista à Rádio Tambor em 10/03/2022)

A partir da resistência que se constrói a demanda do grupo, então, em uma das reuniões feitas, foi acordado algumas **pautas de reivindicação**<sup>75</sup>, que foram: a) repasse de quantia em dinheiro como contrapartida aos prejuízos ocasionadas pela implantação do Porto e a diminuição do pescado; b) recuperação e reconstrução da estrada, que ocorre da entrada na BR até o fim da comunidade, para melhorar o tráfego das pessoas; c) pedido de criação de um porto e cais próprio da comunidade; d) solicitado embarcações para todos os pescadores; e) construção de poços comunitários, tendo em vista o período de estiagem; f) reestruturação da iluminação pública, bem como o repasse do comprovante de resistência com o nome da localidade, isso facilitaria na repasse do seguro e garantia dos benefícios socioassistenciais.

Enquanto ainda estava visitando a comunidade, sempre a Dona Ana solicitava a construção de instrumentos de apoio à reivindicação, por isso, foi elaborado em conjunto um Abaixo-Assinado que foi levado ao Ministério Público com as reivindicações. Desvela-se, assim, a participação ativa enquanto pesquisadora para alterar a situação de vida da comunidade. Além disso, foi feita a visita (eu e a Dona Ana) na Companhia de Luz, Equatorial, com a articulação com o Sindicato dos Pescadores por meio de ofício, para que a Equatorial tomasse a devida ação para reestruturação da iluminação pública. Até alguns meses

---

<sup>75</sup> A partir dessa pauta de reunião feita na Camboinha, com as reivindicações debatida e assinadas pelos presentes. Foi encaminhada para o Ministério Público para o Procurador, que trabalha com conflitos agrário.



acompanhando o processo, foi observada a visita de representantes da companhia à comunidade, assumindo o compromisso de revisar os postes de iluminação. No entanto, até a conclusão deste trabalho, muito pouco foi feito.

**Imagem 32** - Primeira foto a estrada sem infraestrutura (fevereiro de 2022), segunda reconstrução da estrada pela prefeitura de São Luís (junho de 2022)



Fonte: 1. Tatiane Santos (2022), 2. Alberclan (2022)

Com relação a estrada da comunidade, foi observado no processo de reivindicação, que a Dona Ana participou de uma reunião com a Secretaria de Infraestrutura de São Luís, cuja deliberação só veio a ocorrer após uma manifestação envolvendo várias comunidades tradicionais do Itaqui-Bacanga, resultando no fechamento da rodovia. Assim, obteve-se diálogo com a prefeitura, que garantiu a comunidades execução de suas solicitações, inclusive para a Camboa dos Frades, que foi a revitalização da estrada. Depois de alguns meses dessa reunião, a prefeitura de São Luís refez a estrada (imagem acima).

O movimento dos atingidos por megaprojetos se fortalecem continuamente contra os empreendimentos, sendo uma luta feita a anos na localidade do Itaqui-Bacanga, como em todo território rural de São Luís. É um espaço que procura consolidar e garantir o processo de luta e de reivindicação. Como enfatiza Saulo Arcangeli, grande defensor das lutas das comunidades tradicionais de São Luís, “esta luta é também a luta para não permitir que o avanço do desenvolvimento funcione como rolo compressor, relegando seus moradores para processos de periferização.” (ARCANGELI, 2018, p. 31).



Com relação a essa luta, esta perpassa também pela criação da RESEX DE TAUÁ-MIRIM<sup>76</sup>, uma das demais formas de resistir aos megaprojetos e garantir a preservação do ecossistema e do seu modo de vida. A criação da Resex de Tauá-Mirim, três ecossistemas são preservados: 1) manguezal; 2) brejo; 3) capoeira. (ARCANGELI, 2018, p. 101). Entretanto, a área de preservação não está contida dentro do território da Camboa dos Frades, mas conecta ao perímetro de preservação e conservação dos ecossistemas presentes na localidade. Sendo uma luta engajada por várias comunidades em torno dos megaprojetos, inclusive pelos pescadores da Camboa dos Frades.

De acordo com Arcangeli (2018), a partir da construção do laudo e processo de criação da Resex, observa-se que a área que irá conservar e possibilitar as condições ambientais regionais de preservação, trazendo para o contexto social a garantia de proteção dos povos e comunidades tradicionais que dependem desse habitat, além disso, oportunizando proteção contra a especulação e remoção, além da conservação dos recursos naturais que são indispensáveis para a reprodução da vida social e cultural das comunidades.

Nesse contexto que se apresenta:

Entretanto, a burocracia não só tardou como não foi suficiente, porque o laudo do IBAMA em 2007 apontou que as condições da área são favoráveis, mas não garantiu o reconhecimento para assegurar os devidos direitos. O entrave entre Estado e o povo fez com que em 2015 a população tradicional se auto intitulassem como reserva extrativista a fim de garantir o seu estilo de vida história e todo o aparato ambiental. A Reserva Extrativista de Tauá-Mirim abrange cerca de 6 comunidades e alguns povoados, e cada um desses locais possuem características históricas e culturais singulares. (GARCIA. et. al., 2021, p. 6-7)

De acordo com Brito (2017, p. 41), a partir da elaboração documental sobre a Resex, também houve a criação do Conselho Gestor da RESEX da Tauá-Mirim, criado através da Assembleia Popular, em 2015, na Casa das Águas, localizado na comunidade de Taim. Nessa assembleia contou com a participação de várias comunidades adjacentes e da Camboa dos Frades e várias representações de movimentos sociais, como Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDDMA), Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís, além das universidades: IFMA, UFMA e UEMA.

---

<sup>76</sup> A partir daí foi instaurado processo de constituição da Resex (nº 02012.001265/2003-73, de 22 de agosto de 2003). O Ibama, em 2006, realizou uma audiência consultando os moradores da área e no ano de 2006 foram concluídos os laudos, referendando a vocação ecológica e social para a consolidação de uma reserva extrativista e definida uma área de 16.663,53 hectares, ao sudoeste da ilha de São Luís, que incluía as seguintes comunidades: Cajueiro, Limoeiro, Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, parte da Vila Maranhão, Amapá, Embaubal, Portinuo, Jacamim, Ilha Pequena, Tauá- Mirim. Uma concepção totalmente diferente do Estado que, em várias ocasiões, identificou a área com vocação industrial. (ARCANGELI, 2018, p. 100-101)

Identifica-se, dessa maneira, que a luta em torno do território é um enfrentamento diário que vêm ocorrendo desde a entrada dos primeiros megaprojetos, e esse combate se fez com ações no coletivo e por meio das organizações sociais e com articulação com a sociedade civil. Em observação as questões inerentes a esse aparato de destruição. Logo, entendemos que:

A instalação desses empreendimentos acaba por desarranjar os territórios rurais da região, exercendo forte pressão sobre as comunidades e implicando expulsões diretas, pois praticamente a cada introdução de um projeto de modernização temos uma nova expulsão. Ou os moradores que resistem nos territórios passam a conviver com os impactos ambientais e sociais, como a poluição sonora e dos corpos hídricos, os quais estão ligados à reprodução social do sujeito lugarizados, [ou migram para outra localidade]. (CRUZ, 2022, p. 79)

Com base nisso, revela-se as formas de resistência social perante os seus opositores. Portanto, é nesse emaranhado do conflito socioterritorial que configura os mecanismos de reivindicação das terras ocupadas tradicionalmente. Discorrendo na reflexão de que somente a partir das lutas travadas pelas comunidades tradicionais, aqui ressaltada pela Comunidade da Camboa dos Frades, indicam uma saída para processo de destruição da territorialização, apresentando-se como indignação aos prejuízos e efeitos sociais que são ocasionados por esses grandes empreendimentos.

Analisa-se, então, que “estes conflitos chamam a atenção para uma forma de resistência em que a noção de liberdade aparece conjugada como uma dimensão coletiva manifesta pelas normas comunitárias de uso comum e não exatamente conjugada a uma ação individual” (ALMEIDA, 2011, p.179). Sendo assim, ações coletivas perfazem nessa leitura crítica sobre as reivindicações sociais. A mobilização social no aspecto coletivo será extremamente importante para que a comunidade tenha força política e voz na imposição contra os megaprojetos.

Aponta para as formas de resistência dentro deste cenário histórico e social, onde existem diversas formas de mobilização em busca de direitos e garantias sociais. Uma das principais ferramentas é a compreensão da causa e do motivo pelo qual se está lutando. Isso leva à mobilização social, à sua organização e à articulação por meio dos movimentos sociais. Esse processo de resistência pode ser representado pela organização local, articulação com partidos, sindicatos, até mesmo a própria igreja, assim, permanece como protocolo para a consolidar o espaço de resistência territorial.

Os pescadores da Camboa dos Frades que resistem no território, resistem à poluição, à destruição dos mangues e dos igarapés. Assim, continuam dia após dia (re)existido o processo e a dinâmica dos megaprojetos. Portanto, este trabalho se propôs a refletir sobre as causas, problemas e conflitos vivenciados por essa comunidade. Por isso, as discussões feitas aqui

ganham importância nesse processo de dar visibilidade, conhecer a historicidade desse grupo e de suas lutas. Por fim, mesmo com conjuntura de opressão, exploração e destruição, continuamente é preciso construir a luta com esperança para dias melhores, por isso, finalizo o trabalho com o poema “Somos uma gente que semeia e cria” de Carlos Rodrigues Brandão, fala da essência desse povo e de sua luta do dia a dia:

Somos as mulheres e os homens  
do campo e do mar, dos rios e das florestas  
e da caatinga verde e do cerrado das águas.  
[...]  
Somos uma gente de muitos nomes:  
Camponeses, Lavradores, Agricultores, Seringueiros,  
Extrativistas, Castanheiros  
Sertanejos, Quilombolas, Caipiras  
Geralistas, Chapadeiros, Beradeiros  
Barraqueiros, Caiçaras, **Pescadores** .  
Mas entre tantos nomes, somos uma gente só.  
Aquele que com o trabalho dos dias e atoadá da vida  
arranca da terra, das árvores e das águas  
como quem faz nascer a cada ano filho,  
a seiva da vida, a comida na mesa  
o alimento dos dias, a fibra da roupa  
a madeira da casa o fruto e o pão.  
[...]  
Mas nós, expulso da terra e lutando por ela  
cercados entre o rio e o arame farpado,  
nós, gente do campo, bem sabemos  
o que eles não sabem ou esqueceram:  
“Quando a última árvore for abatida  
quando a última terra for deserta  
quando o último fruto for colhido,  
quando a última fonte for secada  
quando o último peixe for comido,  
os senhores da terra saberão  
que o lucro não sacia a sede  
e nenhum dinheiro não se come”.  
[...]  
Estamos de pé e com os olhos no agora e no horizonte  
não somente semeamos, resistimos.  
Não apenas colhemos, nós lutamos.  
Não apenas esperamos, nós agimos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos decorrentes da disputa no território, onde o espaço é exposto à ordem do poder pelos megaprojetos. Iniciam, assim, seu domínio sobre as comunidades tradicionais, e observamos como isso ocorre mais especificamente na Camboa dos Frades. Notamos que a abertura para esses grandes empreendimentos ocorre por meio das autorizações das leis ambientais e dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado, além das disposições do Plano Diretor que preveem a alocação de uma grande extensão de terras para a implantação e desenvolvimento dos megaprojetos em São Luís/MA.

Logo, observamos a dramática situação das comunidades tradicionais, no que se inclui o território pesqueiro da Camboa dos Frades que desde a entrada das primeiras empresas, vem sofrendo com os efeitos sociais e a subalternização aos megaprojetos. Perpassando os efeitos sociais circunscritos pelo cerceamento das liberdades, destruição dos ecossistemas, problemas de saúde, limitação do tráfego de embarcação, bem como a diminuição da pesca, e consequentemente a falta de renda e do trabalho.

Nesse ínterim, a cartografia social adentrou nessa comunidade tradicional e rural e pesqueira, trazendo esse novo olhar sobre território, e pactuando com o saber tradicional e ancestral. Portanto, a etnografia, escrita e (re)escrita no decorrer deste trabalho, foi norte de aparato para elaboração de análise de cunho antropológico. Através da prática antropológica que consolidamos a análise sobre o território, assim, teremos base teórica para refletir sobre cultura, sociedade e governo. Neste trabalho de campo foi fundamental para observações e análise crítica social. Além de trazer a relação com espaço locais e sua importância para a comunidade, condiz com os registros fotográficos.

No intuito de conhecer o processo de identidade social, revelaram-se como a Camboa dos Frades perpassa por uma dinâmica multifacetada, possuindo características enquanto comunidade tradicional, rural e pesqueiro. E o processo circunscrito no “território específico”, o que demonstrou a sua importância para as lutas e reivindicações do âmbito campo-rural. Nesta ótica, a Camboa dos Frades se enquadra dentro de um conjunto simultâneo e harmônico da relação comunitária, que irá construir as formas organizativas e coletivas dos movimentos dos atingidos pelos megaprojetos.

Advindo de uma concepção de que a cultura é processo que está imbricado nas relações com território e consolida as identidades sociais. Portanto, é pela subjetividade dos agentes sociais que transcorre a luta por continuar em seu local de origem, por isso os direitos territoriais

estão sempre na perspectiva de discussão e no reconhecimento da identidade coletiva para que se possa obter organização sociopolítica em meio a entrada dos megaprojetos.

Percebeu-se que a comunidade pesqueira possui sua caracterização, atributos identitários, assim, tornando-se como elemento particular da territorialização, pois o conhecimento das práticas de pesca permanece na produção e reprodução da vida social que trazem sua relação com o mar e a terra. Logo, o mangue, igarapés torna-se elo de sobrevivência para os pescadores. É a partir dele que se sobrepõe a vida, trabalho, relação familiar, vínculo e pertencimento com o território.

Os ensinamentos sobre as técnicas e a arte de pesca foram demonstrados como forma singular das práticas e saberes dos pescadores, sendo repassado de geração para geração de forma oral e acumulativa. Buscou-se entender que diante dessa territorialização que se o pertencimento com o local. assim, reafirmando o território pesqueiro expressasse por relação simbólica e material com o mar, mangue, igarapés, trazendo sua importância para a sociabilidade dos pescadores da Camboa dos Frades, isto pode ser visto nas narrativas orais.

Verificou como os megaprojetos trazem consequência para o modo de subsistir na comunidade, pois existe a perda dos igarapés, a poluição dos mangues, além da sua degradação. Sobrando para a comunidade, poeira de carvão, limitação de espaço, cerceamento da liberdade de ir e vir dentro do próprio território e a diminuição da produção e consequentemente da renda, como situa a Dona Ana, “as empresas estão nos desempregados”. É importante situar que esse território é centenário, como foi demonstrado, conserva uma formação histórica, social, cultural. Neste estudo, foram analisadas as questões do modelo de desenvolvimento e ficou claro como os megaprojetos impactam no modo de vida dos pescadores da Camboa dos Frades.

A respeito disso, constatou a presença de várias empresas, que visivelmente impactou e impacta diretamente a Comunidade, que foi a ENEVA, SUZANO, EMAP, FERTIPA, VALE, RISA, RAIZEN, PORTO DO ITAQUI, PETROBRÁS, entre outras. Observamos que a comunidade da Camboa dos Frades está sendo encurralada, já que as empresas reduzem dia após dia o seu perímetro, como situa os moradores, a comunidade está ficando ilhada, o seu espaço está cada vez mais sendo destruído pela ganância dos poderosos.

Mesmo tendo todas as características de território rural e de uma comunidade tradicional, as leis de proteção não chegam até os agentes sociais que lutam pela preservação dos seus territórios. Constatamos, nesse sentido, que por mais que se manifestem, mobilizem e reivindiquem soluções contra os grandes empreendimentos, mais as lideranças estão sendo visivelmente ameaçadas e vivem em constante sobreaviso.

Em suma, a luta se faz necessária para que haja contrapondo aos prejuízos trazidos pelos megaprojetos. Observamos como essa luta é uma luta coletiva e de muitas comunidades tradicionais de São Luís/MA. Por vezes, no desenrolar dessa teia de injustiça e desigualdade, observamos o processo da mobilização e das ações políticas que podem vislumbrar um futuro para a Camboa dos Frades e a sobrevivências de suas práticas e seu modo de vida. Como diz Dona Ana, liderança da comunidade, é preciso perseverar na luta, pois enquanto tiver vida, tem luta.

## REFERÊNCIAS

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – nº 1006769-28.2022.4.01.3700.**

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcantara: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terra de quilombo, terras indígenas, ‘babaçuais livre’, ‘castanhais do povo’, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGCA – UFAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. D. A (org). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia.** Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e novas etnias.** Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de, et. al. **Megaprojeto, atos de Estado, povos e comunidades tradicionais.** In: II Seminário Internacional, 1º ed. Programa Editorial Universidade Autónoma de Occidente, 2020.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Os quilombolas e a base de foguetes de Alcântara.** vol. 1. Brasília: MMA, 2006.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo.** Manaus: UEA Edições, 2017.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, ‘babaçuais livre’, ‘castanhais do povo’, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2º ed, Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Terras tradicionalmente ocupada:** processo de territorialização e movimentos sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 6, nº1, Recife: Associação Nacional de Pós Graduação, 2004.

AMORIM, Josélio O. de et,al. Caracterização socioambiental do Povoado Camboa dos Frades. Disponível em: [http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos\\_completos/eixo11/051.pdf](http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo11/051.pdf). Acesso em: 26 de julho de 2020.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra:** uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA/PPG/EDUFMA, 1987.

ARCANGELI, Saulo Costa. **A questão do desenvolvimento industrial n área Itaqui-Bacanga:** as formas de enfrentamento da Comunidade do Cajueiro frente à perspectiva de instalação de um porto privado, a partir de 2014. Dissertação (Mestrado): UEMA, 2018.

AUGÉ, M. **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTH, F. BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BARTH, F. Etnicidade e o conceito de cultura. In: **Antropolítica**, n.19, Niterói, 2005.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Tradução de John Comerford**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BONFIM, Luís A. S. **Religiosidade na América Latina: complexidade, integração e valorização cultural**. Ed. 1, Curitiba: Editora Intersaberes, 2022.

BOURDIEU, P; SAYAD, A. **A dominação colonial e o saber cultural**. Revista Sociedade Política: Curitiba, p. 41-60, junho, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, DIFEL, 1989

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANDÃO, Selma M. S. de **O. Serviço Social e questão social no Maranhão: resgate histórico do “trabalho junto ao pescador artesanal da ilha de São Luís”, no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA/MA**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas: UFMA, 2007.

BRITO, Irismar da S. Pressões da Industrialização sobre a Comunidade do Taim, São Luís – MA. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional: UEMA, 2017.

BRUZACA, Ruan Didier. Síntese Geral dos Conteúdos, com destaque dos principais eixos. In: **Anais do Seminário Internacional Carajás anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental**. São Luís: EDUFMA, 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Identidade Étnica, identificação e Manipulação. In: **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARVALHO, C. J. de. Ascensão e crise da lavoura algodoeira no Maranhão (1776-1910). EDUEMA: São Luís, 2018.

CASTELL, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**. Vol.2, 9ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Tradução: José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COSTA, Patricia C. da. “E quando o sujeito poderia ser eu”? Objetivação do sujeito objetivante em pesquisa educacional. In: InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande: MS, v. 25, n.49, p. 89-99, jan./jun. 2019.



CRUZ, Antônio José Araujo. Modernização, expulsões e resistências na metrópole de São Luís: os territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO): UEMA, 2022.

CRUZ, Valter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, Onildo A. da; SANTOS, Edinusia M. C; NETO. **IDENTIDADE, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

CUNHA, M. C da, MAGALHÃES, S. B; ADAMS, C. Seção 4. Alguns direitos específicos na legislação brasileira. In: **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021.

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2007.

DOMINGUES, Lohanne Caroline Correia. “Morar aqui é viver”: a luta e resistência de comunidades camponesas no Maranhão para legitimação de seu modo de vida tradicional. In: **X Jornada Internacional Políticas Públicas** – Trabalho alienado, destruição da natureza, crise de hegemonia – consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie. 2021.

DORNELAS, Maria Arméle Soares. Comunidades tradicionais pesqueira: arte e sustento em águas e terras brasileiras. 2015.

DUTRA, Laécio da S. Mercado Público: função, forma e transformação do espaço urbano na região Itaqui-Bacanga, São Luís (MA). Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza, Dinâmica do Espaço: UEMA, 2017.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EMBRAPA TERRITORIAL. **Sistema de Inteligência Territorial Estratégica da Macrologística Agropecuária brasileira** (SITE-MLog). Campinas, 2020. Disponível em: [www.embrapa.br/macrologistica](http://www.embrapa.br/macrologistica). Acesso em: 8 agosto de 2022.

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto do Itaqui. 2ª edição, São Luís/MA, 2012.

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto do Itaqui. São Luís/MA, 2021

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel. **Territórios conquistados e megaprojetos inconcludentes: quilombolas de Cachoeira Porteira**. São Luís: Editora UEMA, 2019.

FERREIRA, Érica Pereira. Efeitos de empreendimentos de grande porte na dinâmica territorial e socioambiental da Região do Distrito Industrial de São Luís, Maranhão. In: **XXV SEMINÁRIO INTEGRADOR INTERNACIONAL DO PRODERMA**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFMA, 2021.

FILHO, Claudiomar Matias R. **Formação Econômica do Maranhão**: de província próspera a Estado mais pobre da Federação. O que deu errado? Dissertação: MESP: UnB, 2016

FILHO, Jomar F. P. Formação Econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas – Para além da crise global: experiência e antecipações concretas, **Anais [evento on-line: recurso eletrônico]** São Luís: UFMA – PPGPP, 2015.

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1996.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização**: redistribuição, reconhecimento e participação. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. 2002.

GARCIA, Ana B. A. Et. al. Reserva Extrativista de Tauá-Mirim: um espaço de resistência e luta por reconhecimento legal. In: **X Jornada Internacional Políticas Públicas** – Trabalho alienado, destruição da natureza, crise de hegemonia – consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie. 2021.

GARZON, Luis Fernando Novoa. Ajustes espaciais em escala amazônica ou contagem regressiva dos direitos territoriais. In: Revista Katál., Florianopolis, v. 23, n. 3, p. 582-589, set./dez. 2020.

GIDDENS, A. A vida em sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernidade reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social. São Paulo: Ed, da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**: ciência do homem: filosofia da cultura. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVEZ, A. D; SANTOS, Tatiane N. Movimento feminista e a Marha das Matgaridas (2019): lutas sociais, agroecologia e protagonismo feminino. IN: SOUSA, B. M. de D; ARAUJO, M. de S. **Afinidades Marxistas** (Org), Vol. 2, Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

GUSFIELD, Joseph R. **Community. A Critical Response**. New York, Harper & Row Publishers, 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, 2009.

IMIRANTE. Suzano inaugura novo berço no Itaqui para exportar celulose. Disponível: <https://imirante.com/noticias/sao-luis/2022/03/24/suzano-inaugura-novo-berco-no-porto-do-itaqui-para-exportar-celulose>. Acesso em: 05/05/2022.

JÚNIOR, José Arnaldo dos S. R. **O Desenvolvimento Geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**, Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2014.

JUNIOR, José Raimundo S. R.; CRUZ, Antonio José A.; ANTIPON, Livia C. Fome e modernização no maranhão: projetos de desenvolvimento em Itaqui-Bacanga e o comprometimento das práticas alimentares na comunidade de Camboa dos Frades (São Luís) (1970-2021). In: **Revista Ciência Geográfica – Ensino – Pesquisa – Método**. Ano XXV, Vol. XXV, nº4, janeiro-dezembro (anual), Editora Saraiva: SP, 2021.

LIMA, Carmen L. S. As perambulações: etnicidade, memória e territorialidade indígena na serra da Matas. In: **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. PALIOT, Estevão Martins (Org.). Fortaleza: SECULT/Museu do Ceará/ IMOPEC, 2009.

LIMA, Carmen L. S. As perambulações: etnicidade, memória e territorialidade indígena na serra da Matas. In: **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**.

PALIOT, Estevão Martins (Org.). Fortaleza: SECULT/Museu do Ceará/ IMOPEC, 2009.

LIMA, Maria Clara dos Santos et. al., Porto do Itaqui: Posição Geográfica e Estrutura. In: Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC, Resumo, Fortaleza: CE, 2005.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre o processo de “ambientalização” dos conflitos e sobre o dilema da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Tradução: HADDAD, L. São Paulo: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v.17, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 02/10/2022.

MANNARINO, Luciano. **Planícies associadas as florestas de mangue retiram o carbono da atmosfera**, publicação feita em 10 de junho de 2021. Disponível em: <https://geoverdade.com/2021/06/10/planicies-associadas-as-florestas-de-mangue-retiram-carbono-da-atmosfera/>. Acesso em: 12/12/2022.

MAUSS, Marcel. Ofício de etnógrafo, método sociológico (1902). In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (Org). **Marcelo Mauss: antropologia**. São Paulo: Ática, 1979.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 4 ed. Imperatriz. MA: Ética, 2008.

MELO, Cecilia V. de. Ternium e CSN, de Santa Cruz à Volta Redonda: impactos da siderurgia privatizada sobre a vidas das mulheres. In: **Mulheres Atingidas territórios atravessados por megaprojetos**. Instituto PACS: Rio de Janeiro, 2021.

MENEZES, Elieyd Souda de. **Os piaçabeiros no médio rio Negro: identidade étnica e conflitos territoriais**. Brasília: Paralelo, 2014.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL – MTPA. Plano Mestre do Complexo Portuário do Itaqui, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Cartilha Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Organizada pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais. Ministério Público de Minas Gerais. [?]

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF propõe ação para suspender instalação da Usina Termoelétrica Geramar III em São Luís (MA). Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ma/sala-de-imprensa/noticias-ma/mpf-propoe-acao-para-suspender-instalacao-da-usina-termoeletrica-geramar-iii-em-sao-luis-ma>. Acesso em 20/03/2022.

MIRANDA, Aurora A. B. de. **De Arrendatários a Proprietários: Forma de Sociabilidade nos Assentamentos Rurais**. São Luís: Edufma, 2010.

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e Aposamento de Terras no Brasil Colônia**. *Economia*, v. 7, n.3, p. 587-605, set/dez. Brasília: DF, 2006. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587\\_605.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf). Acesso em: 30/02/2022.

OLIVEIRA, Amarayna Minelly S; SANTOS, Tatiane N. **Os desdobramentos do processo de migração: dimensões e características**. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, **Anais [evento on-line: recurso eletrônico]** Vitória: UFES, 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. *Revista de Antropologias*, V.39, nº1, São Paulo: USP, 1996.

PAULA, Cristiano Q. de Et. al. Impactos socioambientais e violações dos direitos humanos na pesca artesanal no Bioma Pampa. In: BARROS, S. MEDEIROS, A; GOMES, E. B, **Relatório de Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**, 2. ed. Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

PEDRO, Viviane V. **“Quem não pode com a formiga não assanha o Cajueiro”**: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís-MA. Tese (Doutorado) - UFMA: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

PEREIRA, Suévylla B. A; RODRIGUES; Jaciane M. de O; SANTOS, Tatiane N. Os direitos das comunidades tradicionais do Maranhão: deslindes advindos do âmbito estatal. In: X Jornada Internacional Políticas Públicas – Trabalho Alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia: consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie, de 16 a 19 de novembro de 2021, **Anais [evento on-line: recurso eletrônico]** São Luís: UFMA – PPGPP, 2021.

PESTANA, Yan M. R. **Bacia do Rio Paciência: impactos por metais pesado**. Monografia: Curso de Química Industrial, UFMA, 2019.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, vol. 5, n.10, p. 200-212, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.ppd>>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.

PORTARIA SAP/MAPA N°265, de 29/06/2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sap/mapa-n-265-de-29-de-junho-de-2021-329120345>. Acesso em: 12/12/2022.

PRATES, Ana P. L; GONÇALVEZ, Marco A; ROSA, Marcos R. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil**. 2.ed. Brasília: MMA, 2012.

QUEIROZ, Ana. L. Et. al. **Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos**. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2021.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção Profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. São Paulo: Serviço Social & Sociedade, n.104. out./dez. 2010.

RAMALHO, Cristiano W. N; SANTOS, Severino. O cotidiano das comunidades pesqueiras entre o petróleo e o novo coronavírus. In: BARROS, S. MEDEIROS, A; GOMES, E. B, **Relatório de Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**, 2. ed. Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e representação social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Ana Lourdes da Silva. **Educação Ambiental e pertencimento: o caso da Zona Rural II de São Luís – MA**. Dissertação (Mestrado): Universidade Federal do Rio Grande (FURG): PPGA/FURG, 2016.

RODRIGUES; Sávio J. D.; COSTA, Carlos R. R. da. Geografia do trabalho escravo no Maranhão. In: **Ciência Geografia**, Ano 25, nº 4, Vol. 25, jan/dez. Bauru: Editora Saraiva: SP. 2021.

SACRAMENTO, Elionice C. **Da Diáspora Negra ao Território de Terra e Águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas - BA**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Complexo Portuário, Reserva Extrativista e Desenvolvimento no Maranhão. Caderno CRH, Salvador, V. 29, n.77, p. 281-294, maio/agosto, 2016.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Carla Regina A; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Projeto de Desenvolvimento e Conflitos sócio-ambientais no Maranhão. In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2009.

SANTANA, Raimunda Nonata do N. Cidades Portuárias: notas sobre os espaços estratégicos da mundialização e a questão do desenvolvimento local. II Jornada Internacional Políticas Públicas – Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania, **Anais [evento on-line: recurso eletrônico]** São Luís: UFMA – PPGPP, 2005.

SANTANA, Raimunda Nonata do N. Portos e cidades nas transformações Contemporâneas no Maranhão: sobre a disjunção entre vida urbana e atividade portuária em São Luís. In: **Anais do Seminário Internacional Carajás anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental**. São Luís: EDUFMA, 2014.

SANTOS, A. de L. ; BEZERRA, D. da S.; JUNIOR, C. H.L. S. O potencial dos manguezais da Zona Costeira do Maranhão para mitigar as mudanças climáticas. In: LIMA, P. V. P. S. et al. **Desafios e estratégias das pesquisas nas ciências ambientais no contexto do antropoceno**. XXV Seminário Internacional Integrador da Rede Prodema. Fortaleza: Editora In Vivo, 2022.

SANTOS, Dayanne da Silva; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio A. de. Fé, território e luta: mobilização e resistência na comunidade tradicional do Cajueiro. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas - 1917 -2017: um século de Reforma e Revolução, de 22 a 25 de agosto de 2017, **Anais [evento on-line: recurso eletrônico]** São Luís: UFMA – PPGPP, 2017.

SANTOS, Denise C. C. **Bacia hidrográfica do Rio dos Cachorros: população, saúde e ambiente**. Dissertação Mestrado em Saúde e Ambiente: UFMA, São Luís, 2015.

SANTOS, N.M. et.al. **Identificação dos Serviços Ecosistêmicos prestados pelo manguezal da Ilha do Maranhão – MA, Brasil**. Revista REGNE, Vol. 4º, Nº Especial, 2018.

SANTOS, Silvilene de Jesus da Silva. **Pescadores da ilha de são luís: PRÁTICAS, SABERES E COFLITOS POR RECURSOS**. Dissertação: Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazonia: UEMA, 2018.

SAQUET, Marcos A. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, Onildo A. da; SANTOS, Edinusia M. C; NETO. **IDENTIDADE, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Programa de Pós-Graduação em Antropologia: Muse Nacional UFRJ, 1986.

SILVA, Aylana C. R. **Questão Agrária e a Luta pela Terra: organização e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Maranhão sob o neoliberalismo**. Dissertação: PPDSR: UEMA, 2020.

SILVA, Heráclito S. B da. Megaprojetos de desenvolvimento na Amazônia e o avanço do capital: ataque aos povos e comunidades tradicionais. In: X Jornada Internacional Políticas Públicas – Trabalho Alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia: consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie, de 16 a 19 de novembro de 2021, **Anais [evento on-line: recurso eletrônico]** São Luís: UFMA – PPGPP, 2021.

SILVA, Magali M. **Freud e a atualidade de O mal-estar na cultura**. Revista Analytica: Revista Psicanálise. v.1. n.1. p. 45-72. São João del-Rei. jul/dez de 2012.

SILVA, O. A. da; SANTOS, E. M. C; NETO. **Identidade, território e resistência**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A cultura como crise**. Políticas Culturais em Revista, v. 10, n. 1, p. 11-22, 2017.

TILLY, Charles. Mobilization. In: **From Mobilization to Revolution**. New York: Random House, 1978.

TOMÁZ, Alzení de F. Os conflitos socioambientais na pesca artesanal no Brasil. In: BARROS, S; MEDEIROS, A; GOMES, E. B. Relatório 2021: **Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueira no Brasil**. Olinda - PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021

TORO A, José Bernardo; WENERCK, Nisia M. D. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia participação, 1º reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007..

TORRES, R.B; GIANNELLA, L. de C. Políticas públicas e conflitos ambientais problematizando o seguro defesa da pesca. **Revista de Políticas Públicas**. 170–189. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v24n1p170-189>.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VARGAS, István Van D. Resistências e mobilizações populares no Vales do Pindaré e do Turiaçu. In: Anais do Seminário Internacional Carajás anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental. São Luís: EDUFMA, 2014.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva, V. 1. Brasília: Unb, 1991, 2009.

ZAGALLO, José Guilherme Carvalho. Carajás anos: valeu a pena? In: **Anais do Seminário Internacional Carajás anos**: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental. São Luís: EDUFMA, 2014.

ZHOURI, Andréa. Mapeando desigualdades ambientais: mineração e desregulação ambiental. In: **Anais do Seminário Internacional Carajás anos**: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental. São Luís: EDUFMA, 2014.

ZUCON, O; BRAGA, G.G. **Introdução às culturas populares no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**PPGCSPA**Programa de Pós-Graduação  
em Cartografia Social  
e Política da Amazônia

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado (a) UM ESTUDO SOBRE CAMBOA DOS FRANDES DIANTE DOS MEGAPROJETOS desenvolvida (o) por TATIANE NOGUEIRA SANTOS. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) por Emmanuel de A. Farias Júnior, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário via e-mail emmanueljr61@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é compreender a mobilização social da Comunidade Camboa dos Frades diante da implantação de um Porto, e os grandes empreendimentos que estão sendo instalados no território.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de **entrevista semiestruturada** (a ser gravada a partir da assinatura desta autorização). O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

São Luís/MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): \_\_\_\_\_



## APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

### APÊNDICE 2 – Entrevista Semi- Estruturada

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nº da Entrevista:

**PPGCSPA** | Programa de Pós-Graduação  
em Cartografia Social  
e Política da Amazônia

### ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA NA CAMBOA DOS FRADES

#### 1. Informação pessoal

- 1.1 Nome:
- 1.2 Apelido:
- 1.3 Idade:
- 1.4 Data de Nascimento:
- 1.5 Naturalidade:

#### 2. Endereço

- 2.1 Nome da localidade onde reside:
- 2.2 Quantas pessoas mora na residência:
- 2.3 Forma de moradia: ( )Taipa ( ) Alvenaria ( )
- 2.4 Posse da terra: ( ) Proprietário ( )Arrendatário ( )Posseiro ( ) Ocupante
- 2.5 Existe luz? ( ) sim ( ) não
- 2.6 Existe água encanada? ( ) sim ( ) não
- 2.7 Na sua localidade tem acesso à internet? ( ) sim ( ) não
- 2.8 Qual o meio de acesso à internet?  
( ) Lan House ( ) celular ( ) computador/notebook em casa  
( ) na casa de algum parente/amigo Outro: \_\_\_\_\_ ( ) Nenhum

#### 3 Informações da família

- 3.1 A família se constituiu aqui? ( )sim ( ) não. Reside desde quanto tempo: \_\_\_\_\_
- 3.2 Qual a procedência da família: Cidade: \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_
- 3.3 Algum outro membro da família trabalha na pesca: ( ) sim ( ) não. Quantos: \_\_\_\_\_
- 3.4 Qual a profissão que o membro possui, sem ser a pesca? \_\_\_\_\_

#### 4 Prática da Pesca

- 4.1 Tipo de Pesca: ( ) profissional ( ) artesanal ( ) tradicional
- 4.2 Local onde pesca: \_\_\_\_\_
- 4.3 Quais peixes/mariscos: \_\_\_\_\_
- 4.4 Qual o período que pesca: \_\_\_\_\_
- 4.5 Qual o instrumento de pesca: \_\_\_\_\_
- 4.6 Como forma de trabalho ( ) Autônomo ( )Empregado ( )
- 4.7 Onde vende o peixe: \_\_\_\_\_
- 4.8 Integra alguma:

Associação? ( ) sim ( ) não. Qual?

Colônia? ( ) sim ( ) não. Qual?

Sindicato? ( ) sim ( ) não. Qual?

Outro: \_\_\_\_\_

## **5 Modo de vida**

- 5.1 Você planta? ( ) sim ( ) não. O que? Qual o período?
- 5.2 Na propriedade tem árvores frutíferas? ( ) sim ( ) não. Quais?
- 5.3 Tem animais? ( ) sim ( ) não. Quais?
- 5.4 Qual a base alimentar da família?
- 5.5 Há alguma festividade religiosa na sua localidade? Se sim, quais festividades?
- 5.6 Pertence alguma religião? Qual?
- 5.7 O que faz no tempo livre? Lazer?

## **6 História de Vida**

- 6.1 O que você pensa sobre o pertencer a este local?
- 6.2 Como é a sua rotina na pesca?
- 6.3 O que a pesca representa para você? Qual a importância do mar, mangues e os igarapés?
- 6.4 Qual o período que você pega mais pescados? Qual o período de menor escassez?
- 6.5 Como era dinâmica da comunidade antes da entrada da empresa que você se lembra?
- 6.6 Como a empresa impactou na pesca? Ou no seu modo de vida?
- 6.7 Com relação às tradições, os costumes dos antigos, que você se lembra?
- 6.8 Dentro do território, qual o local que é mais importante para você? E por quê?
- 6.9 Quais as formas de mobilização e de resistências que você já fez? Você ainda participa de alguma reivindicação do território?
- 6.10 Qual a sua opinião: ainda há interesse dos jovens em manter os saberes da pesca e de estarem no território?
- 6.11 Qual história que você sabe da Camboa dos Frades?

## APENDICÊ C - OUTROS REGISTROS FOTOGRÁFICOS

### CAMBOA DOS FRADES E COTIDIANO



### A TRADIÇÃO DA CONSTRUÇÃO FOGÃO DE BARRO







**A CASA EM RUÍNA DEIXADA PARA TRÁS**





**O LOCAL DE MEMÓRIA DA INFÂNCIA – ÁRVORE ONDE AS CRIANÇAS  
BRINCAVAM**



**AS REUNIÕES DE MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO**

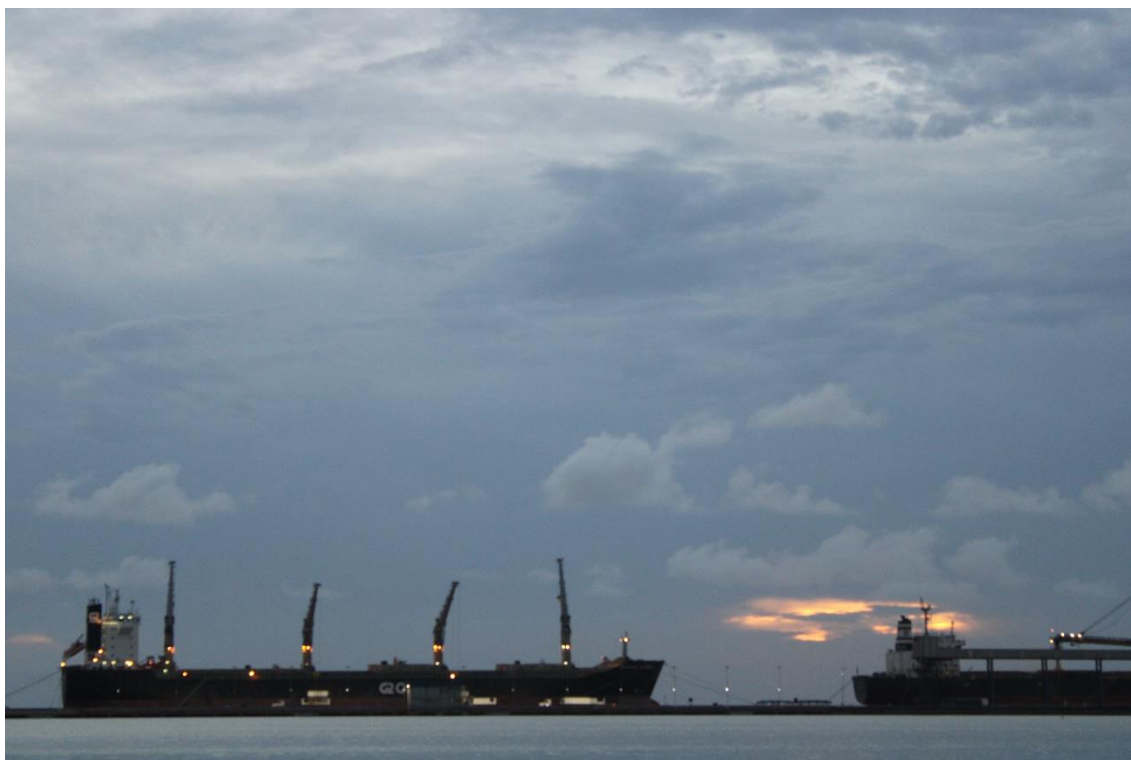




## MEGAPROJETOS DA ENEVA



## O MEGAPROJETO DO PORTO DA EMAP/SUZANO





## MEGAPROJETO RAIZEN



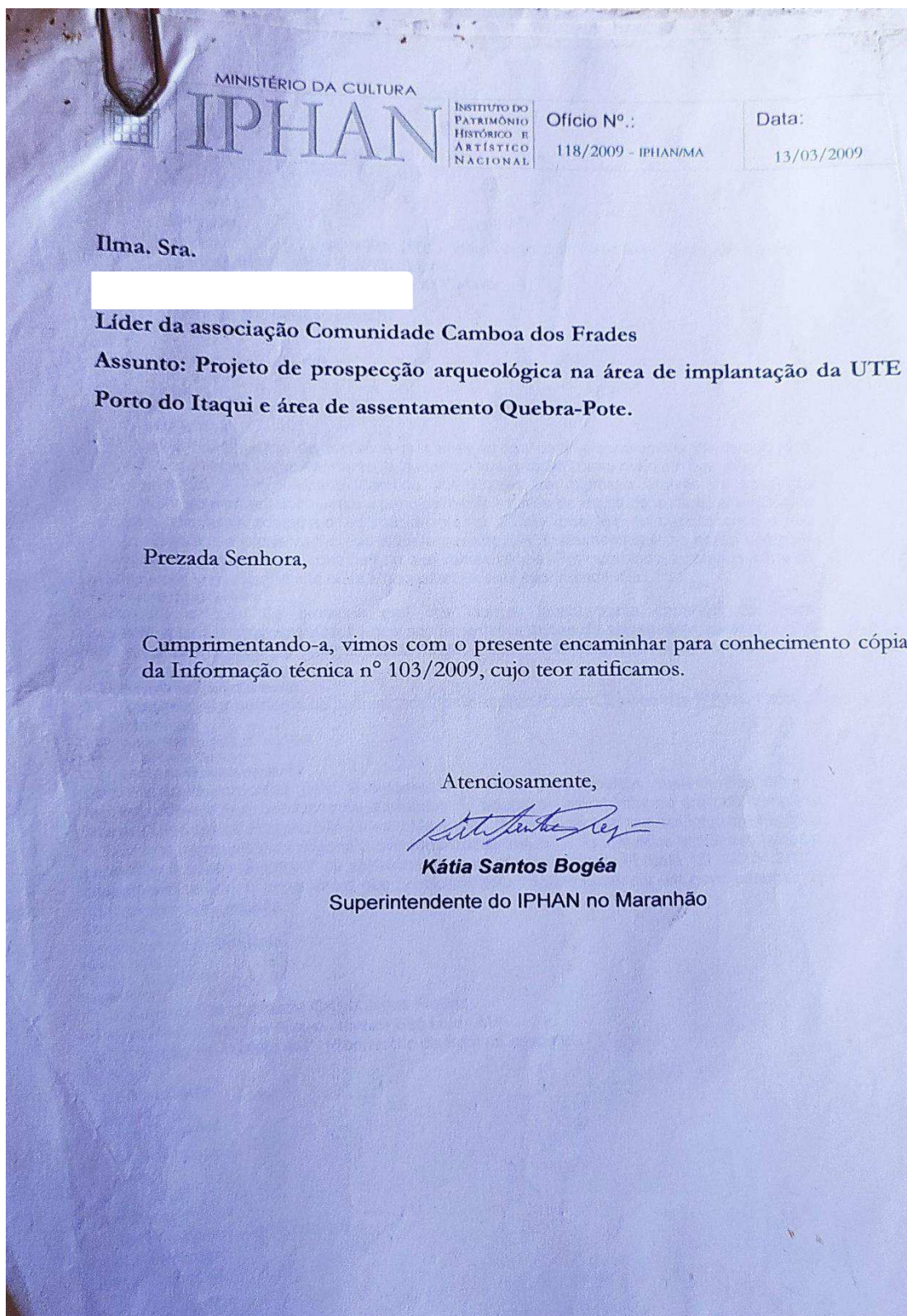


### APENDICE D - LINHA DO TEMPO

<b>LINHA DO TEMPO DA CAMBOA DOS FRADES</b>	
<b>Período</b>	<b>Evento</b>
1698	Território passa para as mãos dos frades Cappuccino de São Luís
1920	Frades repassa para as famílias dos pescadores que moravam na localidade
1960	Houve a construção do cais do Porto do Itaqui
1973	Foi iniciado o trabalho com Porto através da construção dos primeiros berços
2007	Houve a implantação da usina termelétrica do Itaqui (UTE ITAQUI)
2009	Houve a licença de instalação em março de 2009 sob o nº 601 IBAMA.
2010	A SEMA emitiu o LP para o processo termelétrico Parnaíba
2011	A SEMA concedeu a licença de instalação para a usina Termelétrica - MPX
2013	Em setembro a empresa MPX alterou o nome para ENEVA
2018	Suzano arrematou a construção de Armazém e Berço-99 para a movimentação de cargas em geral em especial a celulose
2020	A Raízen inicia operação no polo industrial de São Luís

**ANEXO A – DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO FEITO PELO IPHAN**

Documentos sobre Historiografia feita pelo IPHAN a respeito do sítio arqueológico





Ministério da Cultura

**IPHAN** INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

3ª Superintendência Regional

Informação Técnica n.º **103/2009-DT/IPHAN/3ªSR**

Processo IPHAN/3ª SR n.º 01494.000161/2008-17

Data: 12 de março de 2009

th

Assunto: Vistoria arqueológica.

Localização: Porto de Itaqui, Av. dos Portugueses, São Luis, MA

Proprietário: Cia. Vale do Rio Doce

Interessado: SEMA/MA.

Endereço Correspondência Av. Colares Moreira – Q. 19 – Casa 09 – Calhau – São Luis – MA – CEP: 65.075 - 440

Ao  
Sr. Cláudio Nogueira  
Chefe da Divisão Técnica da 3ª SR/IPHAN/MA

Prezado Senhor

Venho por meio desta, fazer V.S<sup>a</sup>. ciente dos resultados das atividades de acompanhamento arqueológico executado por eu, o Sr. Elvis Cutrim (auxiliar) e o Sr. Franley Bruno Soares Barbosa (motorista) na área de impacto indireto do empreendimento UTE-Porto do Itaqui.

Nesta ocasião, os objetivos foram:

- Tomar o depoimento, por escrito e assinado, da Sra. Maria do Ramo Coelho Santos, líder da Associação Comunidade Camboa dos Frades, sobre a intenção da empresa MPX de abrir uma nova estrada de acesso a Ilha Camboa dos Frades / Ilha do Chico Camboa;
- Vistoriar a área, dando continuidade às atribuições desta superintendência no que diz respeito às medidas de fiscalização e salvaguarda dos sítios arqueológicos prospectados;
- Reunião com o Dr. Bruno Moreira, representante da empresa MPX, com a proposta sugerida pelo mesmo de executar um trabalho conjunto de acompanhamento das obras, afim de “compartilhar informações”; Segundo o entendimento estabelecido no último dia 03 e através do telefone 81110551 (<sup>1</sup>);
- Execução de escavação de dois poços-teste no pátio da antiga Comunidade Madureira Baixa (Vila Madureira), cujas características topográficas e geológicas, assim como testemunhos orais, apontam para a existência de vestígios arqueológicos de antigas ocupações, talvez pré-históricas;

Não obstante o alcance dos três primeiros objetivos, o atolamento da viatura do IPHAN na estrada que dá acesso a Ilha Camboa dos Frades causou um atraso nas nossas atividades, o que impossibilitou a conclusão da última tarefa.

Durante a reunião com o Dr. Moreira, quando me foi apresentando o Dr. Renato Camargo dos Santos (geólogo), fez-se o primeiro ciente das informações

<sup>1</sup> - O Dr. Moreira também esclareceu que existe a necessidade de aviso prévio em cada atividade de vistoria no intuito de orientar-se melhor sobre as medidas necessárias à segurança dos transeuntes na área de impacto direto do empreendimento.

Júlio Mafreles Steglio  
TEC 03 - Arqueólogo  
3ª SR IPHAN



fornecidas a este servidor pela Sra. Santos. Dr. Moreira limitou-se a esclarecer que a abertura da referida estrada como novo acesso à Comunidade Camboa dos Frades ainda esta sendo cogitada e que, de forma nenhuma, serão executadas obras sem o devido licenciamento e sob a sua responsabilidade.

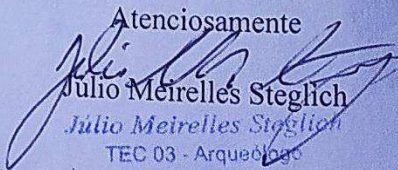
Assim, sugere-se:

- Novamente, o despacho desta equipe à área da antiga Comunidade Madureira Baixa (Vila Madureira) para a execução de uma coleta de superfície e da escavação prospectiva interventiva de dois poços-teste (1,00 X 1,00 m). Desta vez, durante os dois turnos (manhã e tarde);
- O despacho de cópia desta informação técnica ao empreendedor, lembrando que a execução de obras de abertura de estrada exige que os artigos da Portaria nº 230 de 17.12.2002 sejam observados à obtenção dos respectivos licenciamentos. Mesmo em se tratando de uma obra financiada pelo Estado do Maranhão, trata-se de uma obra impactada pelo empreendimento UTE - Porto de Itaqui, uma vez que a razão dela se deve a obstrução da antiga estrada que dava acesso aos moradores da Comunidade Camboa dos Frades;
- O despacho de cópia desta informação técnica ao Dr. Bruno Moreira, que fez o pedido verbalmente a este servidor;
- O despacho de cópia desta informação técnica a Sra. Maria do Ramo Coelho Santos, líder da Comunidade Camboa dos Frades;

Eu gostaria de manifestar os meus mais sinceros agradecimentos ao Sr. Josiel Dutra Costa, quem ajudou a equipe a desatolar a viatura e ao Dr. Moreira, quem também se dispôs a ajudar enviando uma máquina.

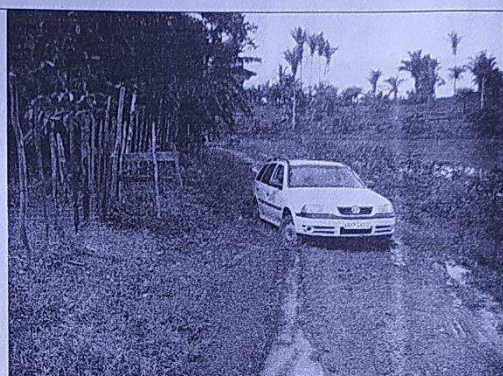
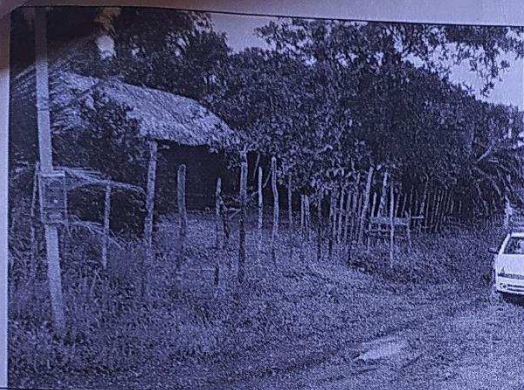
Seguem-se, em anexo, o depoimento (escrito e assinado) da Sr. Maria do Ramo Coelho dos Santos, líder da Associação Comunidade Camboa dos Frades, a lista qualitativa / quantitativa do material cerâmico arqueológico prospectado, fotos e desenhos das atividades.

Atenciosamente

  
Julio Meirelles Steglich  
Julio Meirelles Steglich  
TEC 03 - Arqueólogo  
3ª SR IPHAN



...Continuação IT nº 103/2009 – DT/3ª SR/IPHAN.



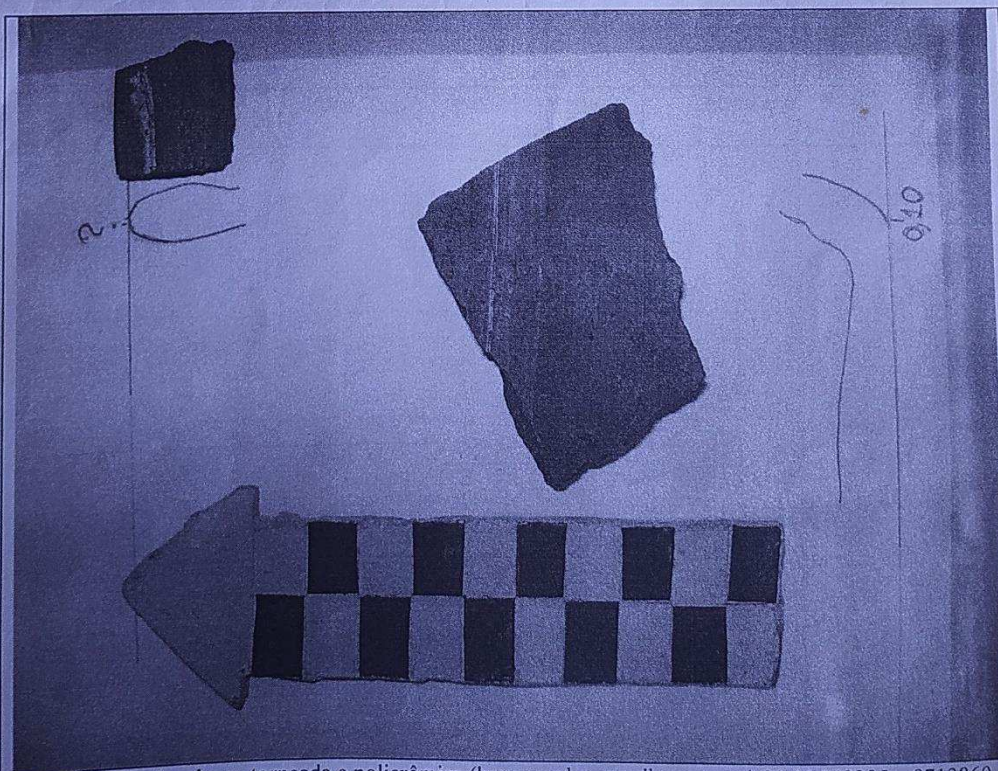
Camboa dos Frades / Ilha do Chico Camboa  
Ponto 23 M 572295 – 9713860

Acima:

Em frente à residência do Sr. Josiel Dutra Costa

Ao lado: material cerâmico arqueológico,  
torneado e policrômico externo  
(vermelho/branco)

Possivelmente exposto à superfície por ação da  
máquina que ampliou a estrada



Perfis da borda e base, torneada e policrômica (branco sob vermelho externo) 23 M 572295 – 9713860

Júlio Meirelles Steglio  
TEC 03 / Arqueólogo  
3ª SR IPHAN



...Continuação IT nº 103/2009 – DT/3ª SR/IPHAN.



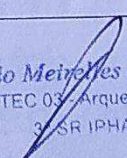
Cerca cortando a antiga comunidade  
Madureira Baixa



Local onde Sra. Ferreira afirma ter  
encontrado “caco de índio”

Ponto 23 M 572295 – 9713860

Tipo	Parte	Tratamento de superfície	Método de manufatura	Quantidade
Cerâmica	Borda	Branco sob vermelho externo / alisado interno	Torneado	01
Cerâmica	Corpo	Branco sob vermelho externo / alisado interno	Torneado	02
Cerâmica	Corpo	Alisado interno e externo	Torneado	23
Cerâmica	Base	Alisado interno e externo	Torneado	06

  
 Mlio Meirelles Steglich  
 TEC 03 - Arqueólogo  
 3ª SR IPHAN



São Luís 08-03-09  
 União de Moradores da Madureira e  
 Cambaia dos Frades.

Relatório da Reunião Realizada no  
 dia 08-03-09 às 10:00 da manhã pelo  
 Presidente da Associação de moradores  
 da qual foi realizada na própria Sede da  
 Associação de Moradores.

O objetivo da Reunião foi os  
 últimos detalhes da saída dos moradores  
 da Madureira e o esclarecimento sobre a  
 abertura da nova estrada para os moradores  
 da Cambaia dos Frades dando acesso à BR.  
 O engenheiro de construção e representante do  
 site da empresa MPX o Sr. Bruno esclareceu  
 que a nova estrada será feita esta autorizada  
 pelo estado e IBAMA trata segurança, conforto  
 e que não ficariam desamparados os mora-  
 dores da Cambaia dos Frades, e que no prazo  
 de 30 dias a estrada estaria sendo construída  
 mas os moradores da Cambaia dos Frades  
 não apoiaram de imediato o projeto da estrada  
 por motivo de insegurança e pediram uma  
 explicação. ~~Quem~~ ~~per~~ ~~o~~ O engenheiro Bruno  
 não pôde esclarecer por motivo de segundo  
 ele só havia sido enviado para esclarecer sobre  
 a construção da estrada, por esse motivo  
 foi marcada uma nova Reunião com os  
 moradores da Cambaia dos Frades em sua

Julio Meirylos Stiglich  
 TEC 03 - Arqueólogo  
 3º AN IPHAN

D'Gracia



própria associação e foi solicitado a presença do Sr. Orlando como representante da própria MPX para nós explicar a falta de Respeito conosco, nossas crianças e idosos pois as presenças das máquinas nos trazem medo e desconforto para ambos.

Maná do Ramo Cuiabá Santos

CIENTE

Sto Luis, 12 DE MARÇO DE 2009

*[Handwritten signature]*

Willa Meira da Stiglich  
TEC 03 Arqueólogo  
31 66 1818



 **ITAQUI**  
Grupo EBX

São Luís, 26 de abril de 2010

**Para:** Associação de Moradores e Moradoras de Camboa dos Frades

**Att:** Maria do Ramo Coelho Santos

Prezada Senhora,

A implantação e operação da Usina Termelétrica Porto de Itaqui possui uma série de ações relacionadas ao monitoramento das plantas e animais das áreas do entorno da Usina Termelétrica, abrangendo a Comunidade de Camboa dos Frades.

Para que se possa garantir que as atividades do empreendimento não venham a comprometer esses ambientes, a empresa está realizando estudos, junto à Pró-Vida e Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, na sua área de proteção (anexa à UTE) e seu entorno.

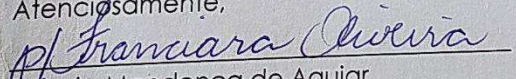
Dessa forma, informamos que terão equipes monitorando a vegetação, as aves, os sapos e répteis e os mamíferos da região, durante duas semanas, a partir desta. Este trabalho será repetido a cada três meses, durante dois anos.

Contamos com o apoio da Comunidade no sentido de contribuir para a realização destes estudos, concordando com as instalações das armadilhas nos seus terrenos, preservando as mesmas e interagindo na indicação dos locais, etc.

Estes estudos envolvem também a coleta de amostras de animais, conforme autorização para captura, coleta e transporte de material biológico, nº 035/2010, expedida pelo IBAMA Sede (Brasília-DF).

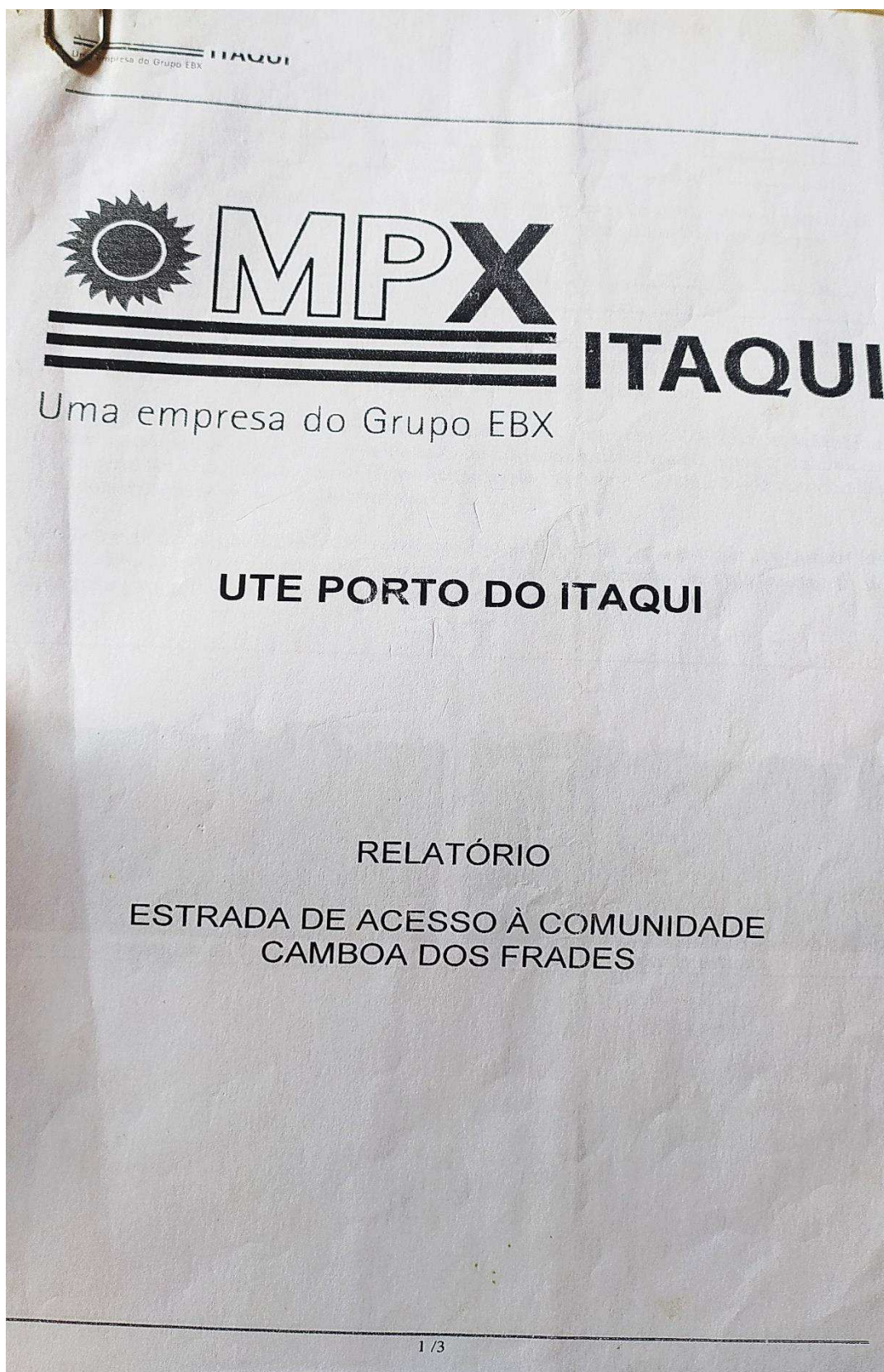
Certos do vosso retorno de colaboração, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários e renovamos nossos votos de distinção e apreço.

Atenciosamente,

  
Marcio Mendonça de Aguiar  
Gerente de Desenvolvimento Sustentável  
UTE Porto do Itaqui



**ANEXO B – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA MPX (EMPRESA PASSOU A SER ENEVA)**





---

---

## 1. RESUMO

---

Este relatório apresenta as atividades executadas na construção de um complemento da estrada de acesso à comunidade Camboa dos Frades, situada no Distrito Industrial do Porto de Itaquí.

---

## 2. CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO

---

Com o início da implantação do projeto da MPX ITAQUI, no distrito industrial tivemos a necessidade de mudança do acesso à comunidade CAMBOA DOS FRADES que na época era realizado por dentro do terreno de propriedade da empresa.

A MPX ITAQUI fez um contrato de engenharia com a empresa CCT, que providenciou o desenvolvimento de um projeto adequado de construção da estrada. Após a elaboração do projeto, foi protocolado no DNIT solicitação de vistoria e solicitação de autorização para conexão do novo acesso na rodovia.

Conforme pode ser observado no relatório fotográfico abaixo, a estrada foi construída atendendo aos requisitos técnicos adequados, com a construção de uma passagem de água para garantir a integridade da estrada durante o período de chuvas.



Foto 1 – Construção da Estrada

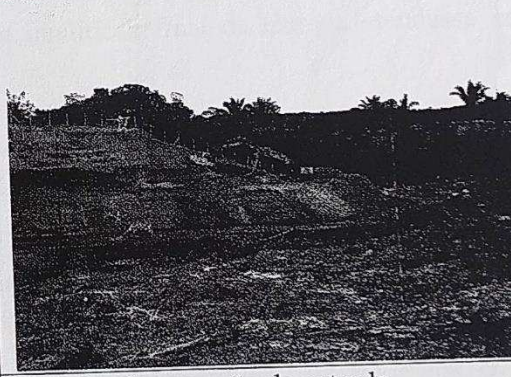


Foto 2 – Construção da estrada





Foto 3 – Construção do Bueiro



Foto 4 – Construção do Bueiro



Foto 5 – Acesso Concluído



Foto 5 – Acesso Concluído

A empresa não poupou esforços para que a qualidade final da estrada atendesse às necessidades da comunidade.

### 3. DANO OCORRIDO NA ESTRADA

Com os trabalhos de duplicação da BR 135 realizada pelo DNIT, através de sua subcontratada ATERPA, houve a necessidade de elevação do nível da estrada de acesso à comunidade para que fosse possível fazer a conformação da pista em duplicação com o acesso.

Durante esta atividade a empresa ATERPA soterrou o sistema de bueiro que seria responsável pela passagem da água proveniente da parte superior do terreno para parte inferior. Reforçamos que, conforme mostrado anteriormente, o bueiro foi construído durante a construção do acesso pela MPX ITAQUI.

Com as chuvas que caíram, as águas oriundas da parte superior do terreno passaram por cima da estrada, visto que o caminho natural que seria pelo bueiro não foi possível visto que o mesmo estava soterrado. A passagem da água sobre a estrada fez carrear um volume de material provocando danos na estrada.



MPX ITAQUI  
 Companhia do Grupo EBX

Conforme se pode observar nas fotos abaixo, o bueiro hora construído pela MPX ITAQUI para correta passagem da água pela estrada foi totalmente obstruído, fato este culminou com o dano da estrada pelas chuvas.



FOTO 7 – Aterro de elevação da estrada obstruindo bueiro



FOTO 8 – Aterro de elevação da estrada obstruindo bueiro

#### 4. RECUPEAÇÃO DO DANO

A MPX ITAQUI preocupada com a situação da estrada, e do impacto que poderia ocasionar para comunidade, buscou junto a ATERPA o reparo do problema. Na foto abaixo, verificamos uma máquina da ATERPA trabalhando para fechar a erosão na estrada.

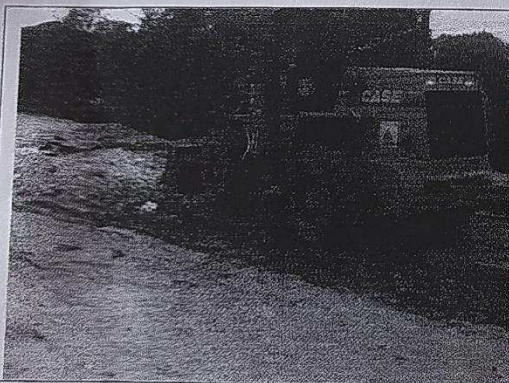


FOTO 9 – Serviço de recuperação pela ATERPA



FOTO 10 – Estrada Recuperada.





CONTRATO ITA Nº 003/10

**CONTRATO DE EMPREITADA**

Pelo presente instrumento particular,

- I. **UTE PORTO DO ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Praia do Flamengo, nº 66, 7º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.219.477/0001-74, e filial na Avenida Colares Moreira, nº 7, Salas 206 e 207, Calhau, Edifício Centro Empresarial Vinicius de Moraes, São Luis, Maranhão, CEP 65.075-440, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.219477/0002-55, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente "UTE PORTO DO ITAQUI"; e
- II. **EDECONSIL CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA.**, sociedade com sede no Município de São Luis, Estado do Maranhão, na Avenida José Sarney, nº 500, Tirirical, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.073.042/0001-00, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA",

doravante denominadas, em conjunto, simplesmente "**Partes**", e, de forma genérica e individual, simplesmente "**Parte**";

têm entre si, justa e acordada, a celebração do presente Contrato de Prestação de Serviços, doravante denominado simplesmente "**Contrato**", que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1 O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA à UTE PORTO DO ITAQUI, de serviços de recuperação da estrada de acesso a Vila Camboa dos Frades, localizada na zona rural de Itaqui, Estado do Maranhão (doravante "**Serviços**"), conforme descritos no Anexo I deste Contrato.
- 1.2 Os Serviços englobam todas as atividades necessárias à construção do empreendimento, incluindo-se fornecimento de materiais, alimentação e Epi, nos termos e quantidades constantes da planilha de preços constantes no Anexo I, e deverão ser realizados rigorosamente de acordo com as especificações da obra, constantes da Proposta técnica e comercial datada de 07 de janeiro de 2010, que faz parte integrante do presente Contrato, como Anexo I ("**Proposta**").
- 1.3 Em caso de contradição ou dúvidas entre este Contrato e seu Anexo, prevalecerá o disposto neste Contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO**

- 2.1 A CONTRATADA deverá executar os Serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente ao disposto neste Contrato e na Proposta.
- 2.2 Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras estipuladas neste Contrato e na Proposta:
  - a) Executar os Serviços utilizando profissionais treinados e aptos à função que irão desempenhar e que tenham sido previamente aprovados pela UTE PORTO DO ITAQUI, mediante submissão de listagem com a devida identificação, bem como a fazer com que os profissionais permaneçam devidamente identificados;



ITAQUI  
Grupo EBX

São Luís, 26 de abril de 2010

Para: Associação de Moradores e Moradoras de Camboa dos Frades

Att: Maria do Ramo Coelho Santos

Prezada Senhora,

A implantação e operação da Usina Termelétrica Porto de Itaqui possui uma série de ações relacionadas ao monitoramento das plantas e animais das áreas do entorno da Usina Termelétrica, abrangendo a Comunidade de Camboa dos Frades.

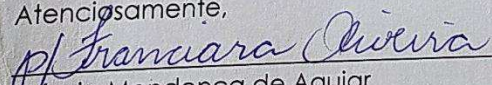
Para que se possa garantir que as atividades do empreendimento não venham a comprometer esses ambientes, a empresa está realizando estudos, junto à Pró-Vida e Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, na sua área de proteção (anexa à UTE) e seu entorno.

Dessa forma, informamos que terão equipes monitorando a vegetação, as aves, os sapos e répteis e os mamíferos da região, durante duas semanas, a partir desta. Este trabalho será repetido a cada três meses, durante dois anos.

Contamos com o apoio da Comunidade no sentido de contribuir para a realização destes estudos, concordando com as instalações das armadilhas nos seus terrenos, preservando as mesmas e interagindo na indicação dos locais, etc. Estes estudos envolvem também a coleta de amostras de animais, conforme autorização para captura, coleta e transporte de material biológico, nº 035/2010, expedida pelo IBAMA Sede (Brasília-DF).

Certos do vosso retorno de colaboração, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários e renovamos nossos votos de distinção e apreço.

Atenciosamente,

  
Márcio Mendonça de Aguiar  
Gerente de Desenvolvimento Sustentável  
UTE Porto do Itaqui



## ANEXO C - NOTÍCIAS DA MÍDIA SOBRE A CAMBOA DOS FRADES

Notícias vinculadas as mídias jornalísticas sobre Camboa dos Frades

18/09/2014

Justiça reconhece propriedade de área apontada como sesmaria do século XVII em São Luís

Home | Associe-se ao IRIB | Entre em contato | Tabela de Emolumentos

O site do registrador de imóveis brasileiro

IRIB  
Instituto de Registro Imobiliário do Brasil

INSTITUCIONAL ÁREA DO ASSOCIADO NOTÍCIAS KOLLEMATA IRIB ACADEMIA BOLETIM ELETRÔNICO BIBLIOTECA EVENTOS PUBLICAÇÕES

Faça aqui uma busca em todo o site do IRIB

BUSCA

- Descubra conteúdos pelas categorias

Home > Notícias > Justiça reconhece propriedade de área apontada como sesmaria do século XVII em São Luís

Em 07/05/2014

### Justiça reconhece propriedade de área apontada como sesmaria do século XVII em São Luís

Decisão é da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão

A disputa pela propriedade de um imóvel de 476 hectares, equivalente em tamanho a uma quantidade próxima de campos de futebol em suas dimensões máximas (120m x 90m), na área do Itaqui-Bacanga, em São Luís, foi decidida pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que reconheceu como particular o terreno que o Estado do Maranhão reivindicava como público.

O litígio envolve terras apontadas pelo atual dono do domínio do imóvel como originalmente cedidas ao vigário provincial e aos demais religiosos do Convento de Nossa Senhora do Carmo, por meio de carta de sesmaria, na época das capitanias hereditárias, há quatro séculos, posteriormente confirmada pelo então rei de Portugal.

Pelo sistema de sesmaria, terras eram cedidas a pessoas, que deveriam mantê-las produtivas. Caso contrário, as áreas eram retomadas.

O Estado sustentou ser detentor do domínio útil de uma área de 11 mil hectares, cedida gratuitamente pela União, sob o regime de aforamento, por decreto federal de 1970, local onde foi implantado o Distrito Industrial de São Luís.

Afirmou que, ao fazer o levantamento físico-jurídico de um dos três módulos do sub-distrito siderúrgico, com mil hectares de extensão, constatou registros imobiliários sobrepostos, dentre eles da pessoa contra quem propôs ação anulatória de registro de imóvel, com reivindicação do domínio útil da área correspondente.

A alegação do Estado foi de não ter sido verificada na documentação do registro imobiliário a comprovação dominial da área, tendo em vista inexistência de sesmaria ou qualquer outra concessão real. Acrescentou que o registro paroquial feito a partir de 1854 não conferia ao então detentor do imóvel sua propriedade.


O réu, por sua vez, alegou que a documentação atesta que a carta de sesmaria foi ratificada pelo governador da Capitania do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, e depois pelo governador e capitão-geral do Estado do Maranhão, Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho, em 15 de outubro de 1698, e confirmada pelo rei de Portugal, à época, Dom Pedro II - não confundir com o segundo imperador do Brasil, que nasceu somente no século XIX.

<https://irib.org.br/noticias/detalhes/justi-ccedil-a-reconhece-propriedade-de-acute-rea-apontada-como-sesmar>

Notícias por

- Georreferenciamento
- Regularização fundiária
- Registro eletrônico
- Alienação fiduciária
- Legislação e Procedimentos
- Artigos
- Imóveis rurais
- Imóveis públicos
- Geral
- Eventos
- Concursos
- Condomínios
- Jurisprudência
- IN CRA
- Usucapião
- SIGEF
- Últimas





**Inscrição**  
**Clique aqui**

São Luís / São Luís  
 23/06/2009 - 19h49

## Crianças de Camboa dos Frades enfrentam 3 km para ir à escola

TV Mirante  
 enviar imprimir vídeo  
 Reprodução/TV Mirante




SÃO LUÍS - Crianças que moram na comunidade Camboa dos Frades, na zona rural de São Luís, têm que percorrer vários quilômetros a pé, para chegar à BR-135, por onde passa o ônibus escolar. O problema é que quando não chegam a tempo, eles ficam sem aula e sem a merenda.

Suzano vai investir R\$300 milhões no Porto do Itaqui | São Luís do Futuro

## Suzano vai investir R\$300 milhões no Porto do Itaqui

*Investimento visa aumentar a produção e participação da empresa no Maranhão*

13 de outubro de 2018



Data: 11/04/2016 Local: Imperatriz - MA Cliente: Suzano Ref1: Industrial Ref2: Imperatriz - MA Job: Imperatriz - 11/04/16 Assunto: Fachada da fábrica de Suzano em Imperatriz - MA. Fotógrafo: Sérgio Zacchi

Com capacidade atual de produção de mais de um milhão e meio de toneladas de celulose por ano no Maranhão, além de 60 mil toneladas anuais de papéis sanitários, a Suzano Papel e celulose pretende investir mais R\$ 300 Milhões no Estado por meio do Porto do Itaqui.

O anúncio de investimento foi feito em uma reunião que aconteceu na última terça, dia 09, entre o **presidente da empresa, Walter Shalka** e o **governador do Estado, Flávio Dino**.

A aplicação do capital prevê o aumento da participação e produção da indústria no porto maranhense. Além de ampliar a geração de emprego e renda.

Durante o encontro, o presidente da Suzano destacou o Maranhão como um importante polo de desenvolvimento não só para atender a região Norte e Nordeste, mas por ser um grande exportador de celulose, um dos maiores do Brasil. E disse ainda, que pretende continuar investindo no estado de forma muito clara e ao longo do tempo.

"Estamos muito satisfeitos com a nossa relação com o Governo, que tem sido uma relação pública, construindo um novo Maranhão com muito investimento", disse Shalka, exaltando as ações da fábrica de celulose, de papel higiênico e os futuros investimentos no Porto do Itaqui e na base florestal. "Essa é a nossa crença, investir no Maranhão de forma clara e progressiva ao longo do tempo", completou.

O governador Flávio Dino comemorou o anúncio do investimento de R\$ 300 milhões da Suzano no Porto do Itaqui para a construção de um berço e também um terminal de celulose. E disse estar que continua procurando os investidores, conversando sobre perspectivas da economia e novos investimentos no Maranhão", pontuou o governador.

O governador do Maranhão tem participado de rodadas de conversa com grandes empresas que atuam no estado em busca do fortalecimento dos investimentos privados. Na segunda-feira, o governador já havia conversado com o **presidente da Vale, Fabio Schvartsman**.



**ANEXO D - DOCUMENTO QUE CONFIRMA O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO E REIVINDICAÇÃO DAS LIDERANÇAS DA CAMBOA DOS FRADES**

Sede Própria: Rua Madureira, S/N – Itaqui-Bacanga  
Fundada em: 14/12/2004 CNJP: 07.311.521/0001-09  
Lei de Utilização Pública Municipal: 6.015 de 31 de dezembro de 1973  
São Luís – MA CEP: 65.000-000

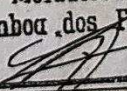
São Luís-MA, 11 de Abril de 2006

Ilmo Sr. Presidente Geral do Órgão de Luz Para Todos

A União de moradores da Vila Madureira vem através deste, solicitar a Vs.a a construção de um ramal de Rede Elétrica a partir da BR 135, próximo a Vila São Benedito. Este ramal será para a Vila Madureira até a Cambôa dos Frades. Pois dependemos de Energia Elétrica e até agora não conseguimos, por isso recorremos a esse órgão que sabemos suprir a nossa necessidade.

Certos que sermos atendidos em nosso pleito, colocamo-nos ao nosso inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

União dos Moradores da Vila Madureira  
e Cambôa dos Frades "UCOMA"

  
Zacarias Bastos dos Santos  
Presidente

PROTÓCOLO  
Luz Para Todos  
Vanglêssa da Rocha Nascimento  
em 11/04/06